

Maria Clariça Ribeiro Guimarães
(organizadora)

**Serviço Social e
Movimentos Sociais:**

*debates
contemporâneos*

MARIA CLARIÇA RIBEIRO GUIMARÃES
(ORGANIZADORA)

**SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS:
DEBATES CONTEMPORÂNEOS**


CAMPINA GRANDE - PB
2021

S491 Serviço social e movimentos sociais : debates contemporâneos / Maria Clariça Ribeiro Guimarães(Organizadora.). - Campina Grande, 2021.
pdf.

ISBN 978-65-86302-29-5
Referências.

1. Serviço Social. Movimentos Sociais e Conjuntura. I. Guimarães, Maria Clariça Ribeiro. II. Título.

CDU 36:323.1

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECARIA ITAPUANA SOARES DIAS CRB-15/93

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr. Vicemário Simões
Reitor

Prof. Dr. Camilo Allyson Simões de Farias
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFG

Simone Cunha
Revisão

Yasmine Lima
Projeto Gráfico

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

SUMÁRIO

7 **PREFÁCIO**
ILENA FELIPE BARROS

11 **APRESENTAÇÃO**
A ORGANIZADORA

15 **CAPÍTULO 1**
SERVIÇO SOCIAL EM MOVIMENTO: UMA
EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
MARIA APARECIDA ELIAS PEREIRA
MARIA CLARIÇA RIBEIRO GUIMARÃES
COSMA CALDAS DE FIGUEIRÊDO

45 **CAPÍTULO 2**
SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: APONTAMENTOS
SOBRE ESTA RELAÇÃO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL
CÍNTIA SIMÃO DE SOUZA

CAPÍTULO 3

87

MOVIMENTO LGBT: TRAJETÓRIA E PAPEL NA
AMPLIAÇÃO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

ANDREIA PEREIRA DE ALBUQUERQUE

CAPÍTULO 4

123

PELA VIDA DAS MULHERES: A INTERFACE ENTRE
A LUTA FEMINISTA CONTRA A CLANDESTINIDADE
DO ABORTO E O SERVIÇO SOCIAL

ÉLLIDA KALINE CALIXTO

CAPÍTULO 5

173

AS MULHERES E AS CERCAS: A DIVISÃO SEXUAL DA
POLÍTICA NO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I

COSMA CALDAS DE FIGUEIRÊDO

CAPÍTULO 6

215

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL: UMA
ANÁLISE ACERCA DAS LUTAS, ALIANÇAS E DESAFIOS

MIRTES NAYANNE FREITAS COSTA GUEDES

CAPÍTULO 7

263

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA MIRA DA POLÍTICA DO ÓDIO

MARIA CLARIÇA RIBEIRO GUIMARÃES

295 POSFÁCIO

A ORGANIZADORA

PREFÁCIO

Fui convidada para fazer o prefácio desta obra tão rica de significados e sensibilidade teórica, política, metodológica, ideológica e humana. Como recusar??!!! Não posso me furtar às tarefas que contribuem para a revolução brasileira. Tecer uma obra sobre movimentos sociais e serviço social é ir ao centro da luta de classes, do cotidiano da classe trabalhadora, dos desafios da organização popular e do exercício profissional dos/as assistentes sociais, que primam pelo acesso a direitos, através de políticas sociais universais, e lutam por uma vida digna para todos/as. Este é um livro que fala das lutas pela vida: de um lado, movimentos sociais; e do outro, não em oposição, profissionais de serviço social. Juntos imprimem a marca da defesa da justiça social, da democracia, da igualdade, da vida com dignidade.

Esse tempo nefasto de barbárie do capital nos anima para continuar a luta de resistência e organização política em torno de um projeto popular para o Brasil. Do lado dos movimentos sociais, cabe a tarefa de construir alternativas e estratégias de enfrentamento ao atual Governo Federal e suas relações com o capital internacional, que destruiu uma série de direitos, historicamente conquistados. Do lado dos profissionais de serviço social, a luta permanente e cotidiana em seus campos do fazer profissional, contra o desmonte do Estado e o sucateamento das políticas sociais.

Esta obra expressa a construção coletiva de conhecimentos, a partir de experiências de ensino, pesquisa e extensão, e o papel fundamental da universidade pública, que deve articular a produção

científica à vida concreta do povo. Como Paulo Freire nos alerta, “[...] uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor/a ensaiam a experiência profunda de assumir-se [...] como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar [...]” (FREIRE, 2001, p. 46).

Numa conjuntura de ameaça e criminalização aos direitos sociais, à universidade pública e sua autonomia, à democracia, à vida dos povos originários, àqueles/as que lutam, entre outros, encontrar uma obra científica, produzida sob o calor do sertão do Nordeste, já é, em si, um ato de rebeldia do saber na batalha das ideias.

O estudo e a pesquisa sobre movimentos sociais e suas lutas, desafios, conquistas e articulações políticas têm sido objeto das análises da realidade social realizadas pelos/as assistentes sociais, expressos no projeto ético-político profissional, na atuação nas instituições de organização da classe trabalhadora, na atuação como militantes de diversos movimentos sociais, como também na formação acadêmica, organização da categoria, produção do conhecimento e intervenção profissional.

Esse esforço tem a ver com a direção social da profissão, o compromisso com a transformação societária e a construção do projeto ético-político que “vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero” (NETTO, 1999, p. 104-5).

Nesse mesmo sentido, é importante registrar o empenho do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) ao se dedicar ao estudo, à pesquisa e à articulação com os movimentos sociais presentes na luta por direitos e no exercício profissional. O CFESS Manifesta, divulgado durante o Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) de 2018, em Vitória, registra que, “dentre as

principais atividades desenvolvidas pelos/as assistentes sociais, estão a formação política, por meio de cursos, oficinas e seminários; ações de assessoria e acompanhamento técnico para elaboração de projetos de assentamento e moradia urbana; formação/capacitação de lideranças para intervir nos conselhos de direitos e políticas públicas” (CFESS, 2018, s/p).

Dito isso, quero parabenizar o esforço empreendido no âmbito do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em construir uma coletânea, sob a coordenação da Prof.^a Ma. Maria Clariça Ribeiro Guimarães, com tantas mentes e corações dispostos a tecerem uma nova alvorada com toda a gente que vive do trabalho, que luta pela vida e sonha com a utopia, chamada REVOLUÇÃO. Boa leitura e debate!

PROF.^a DRA. ILENA FELIPE BARROS
Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

REFERÊNCIAS

CFESS Manifesta. *O trabalho de assistentes sociais junto a movimentos sociais*. Brasília, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/ CFESS, 1999.

APRESENTAÇÃO

Para a elaboração deste livro, partimos da reflexão de que a apreensão das contradições, dos conflitos de classe e da ação coletiva de sujeitos sociais no sentido de lutar contra condições degradadas de vida e trabalho e de garantir seus direitos interessa ao serviço social, especialmente, pelo fato de a questão social ser considerada o solo de inserção do trabalho dos(as) assistentes sociais. Além disso, no atual cenário de regressão de direitos, uma atuação profissional pautada na perspectiva da racionalidade crítico-dialética (Cf. GUERRA, 2004) e em consonância com o projeto profissional tem como premissa de relevo a necessidade de conhecer os movimentos sociais que atuam naquele contexto, bem como pressupõe “[...] ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação” (IAMAMOTO, 2011, p. 199-200).

Com essa perspectiva, os capítulos 1 e 2 discutem a relação dos movimentos sociais com a profissão. O primeiro enfatiza uma possibilidade de construção dessa relação no âmbito da formação profissional, particularmente por meio da experiência de extensão universitária, enquanto o segundo centra na dimensão do exercício profissional do(a) assistente social em sua condição de trabalhador assalariado.

Os capítulos 3, 4, 5 e 6 particularizam movimentos sociais específicos, com destaque maior para os movimentos pela livre orientação e expressão sexual e os movimentos de mulheres, tanto no que diz

respeito à defesa da legalização do aborto quanto no que se refere à realidade das mulheres rurais. Fato é que ambos os movimentos, LGBT e feministas, têm a raiz da opressão-dominância-exploração que combatem situada no patriarcado. A exceção aqui é para o caso do sexto capítulo, na medida em que este focaliza um outro sujeito político coletivo: a juventude, em especial, a parcela desta que se encontra na condição de estudante.

O capítulo 7 deixa inscrito nesta coletânea um debate sobre a conjuntura brasileira recente, com base no entendimento de que, parafraseando Yamamoto (2005), o atual quadro sócio-histórico não se reduz a mero *pano de fundo* para que possamos, *depois*, discutir o serviço social (e acrescentamos: a sua relação com os movimentos sociais), pois tal quadro societário possui implicações na vida social e profissional e perpassa e atravessa o cotidiano dos movimentos, conformando tensões, contradições e desafios para a construção da ação política e para o processo – em permanente construção – de renovação profissional do serviço social brasileiro.

São, assim, referências interessantes para as reflexões sobre a intervenção profissional do(a) assistente social junto aos movimentos sociais e nos processos de mobilização e organização popular. Por esta razão, sem dúvidas, trata-se de elaborações que interessam sobremaneira ao serviço social. Contudo, este não é um livro de interesse exclusivo de assistentes sociais e estudantes em formação. Interessa também às áreas de ciências sociais e humanas e a todos aqueles que se preocupam com os desafios postos à organização popular em um cenário no qual se acentuam as características do individualismo possessivo, do consumismo e do medo social no *ethos* dominante da sociedade contemporânea, conformando uma cultura conservadora com traços neofascistas que – ainda que coexistindo com formas de denúncias e resistências – pode constituir um cenário propício para a reatualização de projetos conservadores no serviço social. Até porque, além do conservadorismo encontrar raízes históricas na profissão,

nenhuma categoria está imune a este contexto, especialmente quando a reatualização do conservadorismo é favorecida pelas precárias condições do trabalho e da formação.

Paulo Freire já dizia que ensinar exige alegria e esperança. No cotidiano do trabalho docente na UFCG, aprendi que, na imensa maioria dos dias, as únicas experiências capazes de acolchoar nosso peito face às desesperanças que, por vezes, nos abatem na vida e no trabalho são justamente aquelas construídas e potencializadas pelo compartilhamento coletivo do saber em sala de aula, nas reuniões de pesquisa, em supervisões de estágio e orientações acadêmicas e, especialmente, nas muitas e intensas atividades de extensão construídas. É alta a probabilidade de que, caso nunca tivesse me deparado com estudantes dispostas a mergulharem comigo nessas experiências, há muito não existiria em mim nem alegria nem esperança para ensinar. Felizmente, fui frequentemente agraciada em minha trajetória docente com este tipo de encontro genuíno com jovens pesquisadoras e/ou extensionistas, estudiosas e inquietas. Uma parte significativa delas figura no presente livro na condição de autoras dos capítulos que o constituem. Um brinde com a certeza de que, como disse Lukács, “o caminho acabou... a viagem apenas começa”!

A ORGANIZADORA

Sousa-PB, 06 de setembro de 2019.

CAPÍTULO 1

SERVIÇO SOCIAL EM MOVIMENTO: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

MARIA APARECIDA ELIAS PEREIRA¹

MARIA CLARIÇA RIBEIRO GUIMARÃES²

COSMA CALDAS DE FIGUEIRÊDO³

INTRODUÇÃO

Considerando o compromisso ético e político do serviço social brasileiro com a luta dos trabalhadores, tal temática desponta como um desafio político e teórico na medida em que a trajetória dessa profissão tem provocado expressivo interesse dos(as) assistentes sociais pelos estudos sobre a organização política das classes subalternas. Nessa perspectiva, a temática dos movimentos sociais

[1] Graduada em História e em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande–UFCG (2008, 2020). Especialista em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes (2016) e, atualmente, mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte–UERN (2020).

[2] Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com graduação e mestrado na área, e pesquisadora do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS).

[3] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com especialização em andamento em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

foi sendo incorporada ao serviço social na formação profissional, nas pesquisas e na produção acadêmica da área, ao passo em que também ocorreu a inserção do trabalho profissional do(a) assistente social nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora (CARDOSO; LOPES, 2009).

Todavia, trata-se de um tema com pouca literatura produzida pelos estudiosos(as) do serviço social e com desenvolvimentos desiguais – ou graus diferenciados de profundidade – no que diz respeito à formação acadêmica, organização da categoria, produção do conhecimento e intervenção profissional. Intencionamos assim tematizar as mediações que conectam a profissão a organizações, movimentos e lutas sociais, bem como suscitar reflexões particularmente no que se refere ao processamento desta relação na formação profissional a partir da socialização das experiências de extensão universitária desenvolvidas por meio do projeto “Serviço Social em Movimento: mobilização popular e práticas educativas junto a movimentos sociais e organizações populares em Sousa-PB”, ora concluído,⁴ o qual se configurou também como campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social.⁵

A APROXIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL AOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA CLASSE TRABALHADORA: DETERMINANTES E FUNDAMENTOS

É sabido – e amplamente incorporado e problematizado pelo acervo bibliográfico da área – que as condições para a emergência e a constituição do serviço social como profissão, longe de estarem

[4] Referimo-nos especialmente à vigência 2017, posto que a vigência 2018 enfatizou outras experiências, e a vigência 2019 do projeto encontra-se em andamento.

[5] De acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS, programas e projetos de extensão podem ser caracterizados como campos de estágio, desde que as atividades desenvolvidas estejam em consonância com a Lei de Regulamentação da Profissão e que seja garantida supervisão acadêmica e de campo sem que haja acúmulo nas referidas funções por parte de um(a) único(a) docente.

associadas a qualquer viés filantrópico e assistencialista, inscrevem-se na realidade no vínculo estreito com a denominada Questão Social, particularmente no estágio monopolista do capitalismo e, portanto, do crescimento exponencial do processo de acumulação próprio da sociedade burguesa madura (NETTO, 2011), intensificando a contradição central entre produção coletiva e apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Deflagra-se, com isso, um processo de intervenções sucessivas do Estado, capturado pela ordem monopólica, face às múltiplas manifestações da questão social que passam a ser alvo das políticas sociais, demandadas e elaboradas nos marcos das complexas relações de disputas e antagonismos entre as classes sociais fundamentais da sociedade burguesa.

Constituindo-se o(a) assistente social como um dos profissionais chamados à implementação das políticas sociais, isto é, como o agente profissional de “linha de frente” nas relações entre os organismos institucionais e a população que demanda os serviços (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012), o que posteriormente Netto (2011) qualificou como “executor terminal de políticas sociais”, fica evidente que:

A profissionalização do serviço social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia”, nem à “organização da caridade”; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*. É só então que a atividade dos agentes do serviço social pode receber, pública e socialmente, um caráter *profissional*: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da *ocupação* de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular *juridicamente caucionada* e reiterável segundo

procedimentos reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissionalizada) se laiciza, se independentiza de confessionalismos e/ou particularismos. A emergência profissional do serviço social é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio; Enquanto profissão, o serviço social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do serviço social (NETTO, 2011, p. 73-74).

No Brasil, o serviço social se institucionaliza nos anos 1930, tendo como alvo para sua atuação o proletariado urbano e o exército industrial de reserva – visando atenuar as sequelas *materiais e morais* decorrentes do trabalho assalariado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012), possibilitando o surgimento das primeiras escolas de serviço social. Não de forma automática. Não se trata de equalização imediata entre a criação de uma escola, em si mesma, e o início de uma profissão. Contudo, a existência de uma formação técnica especializada é reveladora de quando a profissão passa a colocar sua própria reprodução de modo mais sistemático (CASTRO, 2011). A partir de uma demanda do Estado e em articulação com o movimento católico, as escolas aglutinavam uma imensa parcela feminina das diversas frações da classe dominante em torno de uma formação doutrinária própria do apostolado social.

De acordo com o relato de Yamamoto e Carvalho (2012), até o final da década de 1940, o número de assistentes sociais diplomados não era muito superior a trezentos, concentrando-se sobretudo na cidade de São Paulo e no Distrito Federal, numa realidade na qual o número de profissionais formados disponíveis era bastante inferior em relação à demanda por assistentes sociais existente.

No decurso da história, muitas das escolas isoladas, mantidas sobretudo por organizações confessionais, converteram-se e/ou foram incorporadas em unidades universitárias, demarcando a partir de então a inserção da formação profissional do(a) assistente social pela universidade e os circuitos acadêmicos. Para não deixar margem para dúvidas, sinalizamos, em consonância com a avaliação de Netto (2007), o que significou, realmente, a inserção do serviço social no âmbito universitário, o que somente ocorreu na transição dos anos 1960 aos 1970: possibilidade de interação e diálogo com as disciplinas do campo das ciências sociais; engendramento de uma massa crítica anteriormente inexistente no interior do serviço social e alteração no perfil dos sujeitos que passam a ingressar no curso, especialmente no que diz respeito à origem de classe.

A essa altura, torna-se pertinente sumariar os elementos que relacionam esta profissão aos movimentos de organização da classe trabalhadora e fazem da vinculação entre o serviço social e o protagonismo proletário uma “conexão reativa”, nos termos de Netto (2011).

Entendemos que o vínculo entre serviço social e os processos de organização dos trabalhadores é, antes de tudo, *estrutural*, considerando a centralidade atribuída à questão social na profissionalização do serviço social na sociedade brasileira, nos marcos da expansão urbana, na medida em que esta constitui a “matéria-prima” da atuação profissional de assistentes sociais e, ao mesmo instante, suas manifestações e múltiplas expressões constituem objeto das demandas e necessidades politizadas pelos movimentos sociais em suas reivindicações.

Afinal, em que pesem a generalização acentuada e a dinâmica radicalmente nova da pobreza que então se espalhava pela Europa Ocidental, a partir do século XVIII, a alcunha desse pauperismo pela expressão ‘questão social’ diz respeito certamente às manifestações sociopolíticas nas quais desembocou, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos concernentes ao trabalho (NETTO, 2004;

IAMAMOTO, 2004), ou seja, a questão social conforma-se e constitui-se mediada pela relação capital x trabalho e, indissociavelmente, pela dimensão política da luta de classes.

Significa, nessa perspectiva, que diferente de muitas análises existentes a respeito não acreditamos que a questão social se explica simplesmente por uma má distribuição de renda. Para além da forma como a riqueza é apropriada nessa sociedade (e não estamos negando a importância deste elemento), faz-se necessário considerarmos a forma e os mecanismos por meio dos quais esta riqueza é produzida. Mecanismos estes fundados na exploração do trabalho.

Nessa direção, a análise marxiana, na medida em que desvela o processo de produção do capital, evidencia a dinâmica da questão social como estando determinada pela lei geral da acumulação capitalista e pelo caráter da exploração característica da relação capital x trabalho, numa sociabilidade que potencializa significativamente tais antagonismos e desigualdades:

As múltiplas expressões da “questão social” tornam-se um problema a ser enfrentado pelas classes dominantes quando sua antípoda, a classe trabalhadora, organiza-se em torno de sujeitos coletivos que dão voz, expressão e ação aos interesses proletários, demandando e exigindo reformas no sistema capitalista, ganhos econômicos parciais, plenos direitos de cidadania e, num sentido mais radical, a supressão do capitalismo por uma nova ordem social, o socialismo. (CASTELO, 2006, p. 17).

Esse antagonismo, estabelecido em condições históricas determinadas, se manifesta e se traduz em relações sociais, ainda que apareça como produção e reprodução de coisas, adensando a questão social ao passo em que a politiza na cena pública, requerendo respostas do

Estado e atribuindo legitimidade à intervenção do serviço social face às suas refrações.

Ademais, tendo o projeto profissional como norte, percebemos que o vínculo entre serviço social e movimentos sociais é, também, *ideopolítico*, na proporção em que a negação e a busca de ruptura com o conservadorismo profissional somente se tornaram possíveis por meio de uma prática social coletiva, construída a partir de inúmeras determinações e condições sócio-históricas, favorecida pela politização de setores da categoria profissional. Expressa pela vinculação desses setores com os movimentos populares e/ou pela sua participação cívica e política no período que antecede o golpe militar de 1964 no Brasil, na resistência à ditadura e no contexto de redemocratização do país nos anos 1980, originando o que atualmente denominamos Projeto Ético-Político (PEP):

O PEP emergiu de forma organizada na década de 1980, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, de reorganização política dos movimentos sociais, partidos e entidades dos trabalhadores e de organização político-sindical da categoria profissional (ABRAMIDES; CABRAL, 1995), contando com a participação de setores profissionais vinculados a diferentes partidos políticos de esquerda e movimentos democrático-populares, com diversas referências teóricas e políticas, especialmente as apoiadas na tradição marxista e as vinculadas ao pensamento católico progressista, oriundo de correntes da Teologia da Libertação. (BARROCO, 2012, p. 41-42).

A “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem social, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, bem como a “articulação com os movimentos

de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores” (CFESS, 2012), figuram dentre os elementos fundamentais da ética profissional do(a) assistente social. Representando, assim, uma concepção de ética na qual a dimensão do exercício profissional institucional articula-se aos processos de luta contra hegemônicos presentes na sociedade brasileira (BARROCO, 2012), sem que isso signifique transferir para o campo do trabalho profissional do(a) assistente social a tarefa de realização da emancipação humana.

Assim, o estabelecimento de vínculos orgânicos entre a agenda profissional e as lutas por direitos, bem como a percepção da necessidade de defesa da relação estratégica entre projeto profissional, defesa dos direitos e projeto societário, constituem alguns dos elementos sintomáticos da dimensão política da profissão. Como uma decorrência dessa politização, o serviço social brasileiro assume o compromisso com os usuários dos serviços prestados (agora não mais apenas abarcados na noção abstrata de “pessoa humana”, e sim reconhecidos como classe trabalhadora) e incorpora a defesa de direitos e políticas sociais como estratégia de viabilização das necessidades e dos interesses dos trabalhadores enquanto classe.

Há que se considerar contudo que, no processo de reprodução das relações sociais, a profissão do(a) assistente social realiza-se com um caráter inegavelmente contraditório, o que implica, de imediato, a recusa a qualquer leitura unilateral e a-histórica, segundo a qual se possa afirmar ser a profissão de assistente social fundamentalmente conservadora ou fundamentalmente revolucionária.

Dando como equívocos reconhecidos pela categoria profissional tanto as concepções fatalistas quanto as teses messiânicas de compreensão da profissão, tal como apreendemos da crítica empreendida por Iamamoto e Carvalho (2012), insistimos no entendimento de que o serviço social, ao desenvolver uma atividade profissional permeada por demandas do capital e demandas do trabalho, “[...] participa tanto

dos mecanismos de exploração e dominação como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 81). Tem-se, assim, um evidente tensionamento dado pela condição do serviço social como uma especialização da divisão social e técnica do trabalho, elementos que, sem dúvidas, relativizam a autonomia profissional, mas não impedem a tomada de posição orientada pelos valores e princípios do projeto ético-político.

Projeto este que, entre vários outros elementos, expressa-se também na direção social que referencia a formação profissional do(a) assistente social atualmente, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo particularmente do ponto de vista desta última mencionada do tripé universitário que nos interessa refletir acerca da relação serviço social e movimentos sociais no presente capítulo, embora seja inegável o tratamento subalterno dado à extensão no cotidiano da vida acadêmica em relação às atividades de pesquisa e de ensino, ao mesmo tempo em que também reconhecemos que, face às contradições da atual política de extensão, consiste em importante tarefa o empreendimento de esforços na disputa por sua perspectiva ético-política.

NOTAS SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

No que diz respeito ao caráter de subalternidade que a extensão ocupa entre as três dimensões constitutivas da universidade, é necessário que retomemos um pouco seu percurso histórico, conceitos e princípios básicos, reveladores do sentido político de suas ações, para que possamos compreender que razões a colocam nesta posição, ainda secundarizada em relação ao ensino e à pesquisa, bem como destacar a importância de sua atuação na consolidação do papel da universidade, no sentido da interação com a comunidade local e a transformação da realidade social.

A extensão universitária, conforme Paula (2003) destaca, é a dimensão que mais impulsiona a universidade ao contato direto com a comunidade, exigindo posturas abertas ao diálogo entre diversos campos de saber científico e popular. Seu desenvolvimento histórico no Brasil remonta ao início do século XX com a criação do ensino superior, com atividades realizadas a partir da década de 1910 na Universidade de São Paulo, obtendo previsão legal somente em 1931, conforme Decreto nº 19.851, de 11/4/1931, que estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro (PAULA, 2013).

No entanto, é importante retomar ainda mais para compreender que o processo histórico de surgimento da extensão universitária se deu na Europa como resposta às lutas sociais da classe trabalhadora que se forjaram no período de consolidação do capitalismo e agudização das expressões da questão social. Ao tensionamento do campo do trabalho—de reivindicar melhores condições de vida, trabalho e acesso aos bens materiais e culturais da humanidade -, bem como ao fato de o capital estar vivenciando uma de suas crises cíclicas, no contexto do início do século XX, a saída encontrada pelo capital—cujo modelo de organização liberal estava sendo questionado por uma teoria social, ainda que de viés reformista, em acordo com os interesses capitalistas—foi acolher a nova ideologia enquanto suporte para responder às “questões” colocadas pelos trabalhadores com a implementação de políticas públicas e o desenvolvimento do que os países do capitalismo central vivenciaram como Estado de bem-estar social. Como destaca Paula (2013, p. 09):

É nesse contexto, em que o Estado e outras instituições responsáveis pela manutenção da ordem social despertaram para a necessidade de oferecer políticas capazes de atender/neutralizar reivindicações operário-populares, que também as universidades se voltaram, de fato, para a questão social.

No Brasil, em decorrência de sua formação sócio-histórica, enquanto país de capitalismo periférico, não foi possível vivenciar esse modelo de Estado, no entanto, importamos da Europa e dos Estados Unidos as concepções conservadoras de extensão, seja no sentido da prática extensionista, visando à conciliação de classe; seja no aspecto liberal, como propulsora de conhecimentos para o desenvolvimento tecnológico e empresarial (PAULA, 2013), mantendo-se essa perspectiva hegemônica até o adensamento das lutas sociais que se desenvolveram na América Latina e no Brasil em contraponto aos regimes ditatoriais, em defesa da democracia, dos direitos sociais, dentre outros.

A partir da década de 1960, o processo político de organização dos movimentos sociais se intensifica, momento em que o movimento estudantil passa a reivindicar a Reforma Universitária, que culminou com a aprovação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68), já no período da ditadura militar, como resultado das lutas sociais por reformas de base no campo e na cidade (PAULA, 2013).

Enfrentamentos foram feitos em defesa da educação pública para o efetivo atendimento à classe trabalhadora, ganhando destaque uma nova concepção de educação e de universidade a partir da construção teórico-metodológica desenvolvida por Paulo Freire, voltada para a análise da realidade social do Brasil e para formas de intervenção e transformação que levassem em consideração as determinações sociais e o conjunto de saberes que cada indivíduo carrega ao longo da vida. Esse pensamento influenciou a formulação do conceito de extensão, institucionalizado na década de 1970 pela Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), criada pelo Ministério da Educação e Cultura e Ministério do Interior, em que:

a Extensão foi definida como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular. (FORPROEX, 2012, p. 07).

Com a década de 1980, o Brasil avança em seu processo de abertura política, e novas bases precisam ser criadas para a construção de uma sociedade democrática, ampliando a participação de diversos sujeitos políticos na luta pela implantação de políticas públicas nos mais diversos setores da sociedade. É então que a universidade é tensionada a redefinir suas práticas e a “extensão universitária passou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais” (FORPROEX, 2012, p. 07).

Um marco importante para a extensão ocorreu com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 1987, atualmente denominado Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, exercendo papel “decisivo na construção da política de extensão que vigora hoje” (PAULA, 2013), em sua reconceitualização e institucionalização constante na Constituição de 1988, que preceitua a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 207). Visando à superação da concepção tradicional de disseminação do conhecimento de forma extensiva à universidade, por meio de cursos, programas e projetos, torna-se assim:

O instrumento por excelência de inter-relação da universidade com a sociedade, de oxigenação da própria universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. (FORPROEX, 2012, p. 09).

Nesta perspectiva de atuação, são pactuadas diretrizes e princípios norteadores de suas ações. As diretrizes orientam no sentido da interação dialógica, da interdisciplinaridade e interprofissionalidade, da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, do impacto na formação do estudante, e do impacto e transformação social (FORPROEX,

2012). No entanto, a institucionalização constitucional da política de extensão, bem como sua afirmação na LDB (Lei n. 9.394/96), ainda que representem um passo importante na consolidação desta política para os/as participantes nesta construção, “ainda há muito a ser feito para o fortalecimento dessa política, em termos de sua implantação e implementação” (FORPROEX, 2012, p. 21).

Para seu fortalecimento, entende-se como necessário seguir os princípios básicos pactuados pelos formuladores da política, entre os quais podemos destacar o princípio que se vincula ao objeto de nossa análise, na intersecção do serviço social com os movimentos sociais, afirmando que “a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil” (FORPROEX, 2012, p. 21), bem como se constitui princípio orientador da política de extensão a compreensão de que:

A universidade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve ser sensível a seus problemas e apelos, sejam os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão (FORPROEX, 2012, p. 21).

Temos, então, exemplos de princípios e diretrizes que vêm orientando a política de extensão universitária, mas é importante frisar que a implementação desses valores pactuados carecem de análise crítica, histórica e dialética para termos nitidez dos desafios que se apresentam em cada momento histórico, observando as transformações que ocorreram na sociedade desde o último encontro do FORPROEX

(2012), que reafirmou algumas orientações e estabeleceu novas bases para a Política Nacional de Extensão. Na análise constante nesse documento, ainda são muitos os desafios para a conquista de uma sociedade igualitária social e economicamente, com uma democracia consolidada; ainda são muitos os grupos violados em seus direitos básicos de cidadãos/cidadãs, com a pobreza e a violência permeando a cidade e o campo na vida de grande parcela da população, com suas necessidades e pautas específicas, como indígenas, mulheres, trabalhadores rurais, juventude, entre outras.

Nesse sentido, faz-se necessária a análise das transformações políticas, sociais e econômicas apontadas no último período para uma nova direção, de retrocesso no quadro de consolidação das políticas públicas, institucionais e democráticas. O cenário que se apresenta nos últimos anos é de uma reapropriação, por parte do Estado, de uma política de governo neoliberal, que vai se aprofundando no sentido antidemocrático, de fragilização na organização do trabalho, fazendo emergir antigos quadros de pobreza e violências, que por algum tempo pareceram contornados.

A universidade pública, assim como inúmeros outros equipamentos e instituições estatais, vem sendo atacada pela política de privatização dos bens públicos como projeto de sociedade que deseja implementar o capital em sua política de reestruturação produtiva. E a extensão ainda mais prejudicada, uma vez que o mercado faz suas próprias leis, não poderia objetivar, na perspectiva do ensino privado, os mesmos princípios e diretrizes que fazem da extensão universitária um mecanismo de socialização da riqueza, da cultura e do conhecimento entre as classes sociais.

A defesa da extensão e, conseqüentemente, da universidade pública, laica e socialmente referenciada indica uma luta maior por um modelo de universidade antenado com as lutas sociais desenvolvidas a duras penas sob solos específicos, com seu histórico de lutas, perdas e ganhos. Nem tantos ganhos quando se observam os fatos, os

dados, os relatos de vivências, a história da Paraíba—onde se localiza a Universidade Federal de Campina Grande—que é o 4º pior estado do Brasil em IDH, segundo levantamento do relatório “Situação dos Direitos Humanos no Estado da Paraíba, Brasil”, apresentado por ocasião da audiência realizada em 27 de fevereiro de 2003, durante o 117º período de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (2013).

Esse relatório configura-se como um importante documento de apreensão da realidade paraibana, com base na análise de dados, no que diz respeito à configuração sócio-histórica e aos índices de violação dos direitos humanos. Apresentando o mais baixo nível de escolaridade entre os Estados do Nordeste, a Paraíba é também o “estado brasileiro com o maior índice de desigualdade social em relação à distribuição de renda mensal, o chamado índice de Gini” (BRASIL, 2013).

Essas desigualdades são marcadas por critérios de classe, raça, sexo, que se refletem em conflitos e violências, em resposta às lutas sociais protagonizadas pela classe trabalhadora, das quais podemos destacar a luta pela reforma agrária, que questiona a alta concentração da propriedade da terra para o uso improdutivo e que não cumpre com a função social garantida constitucionalmente. Os dados revelados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) indicam que, no Brasil, “cerca de 1% dos proprietários rurais possui aproximadamente 46% de todas as terras cultiváveis” (BRASIL, 2013). O relatório aponta ainda que:

A violência contra trabalhadores e trabalhadoras rurais na Paraíba é centenária, alternando momentos extremos com tempos de “calmaria”. O tempo de “calmaria”, muitas vezes, advém da desorganização dos trabalhadores e suas entidades e/ou do terror implantado pelos proprietários com suas milícias privadas.

O setor agrário é um dos espaços em que as lutas sociais são rechaçadas com inúmeras violências particulares e institucionais, quando se observam os registros de atentados e ameaças de morte provocadas pela elite ruralista contra trabalhadores do campo, sindicalistas, deputados e militantes dos direitos humanos, que denunciam e combatem as violações de direitos e a falta de condições dignas de existência dessa população, além da impunidade com que são tratados os crimes cometidos. A cidade também se configura palco de conflitos específicos, envolvendo moradia, tráfico de drogas, exploração sexual de mulheres e feminicídio, crianças e adolescentes, crimes de homofobia (BRASIL, 2013), entre outros crimes de ódio envolvendo classe social, sexo, raça, orientação sexual.

O resgate das particularidades sócio-históricas, econômicas e políticas da região onde se realiza a extensão universitária faz-se necessário ao observarmos os fins a que se destina na interação da instituição com a sociedade da qual participa. Finalidades que não são postas naturalmente, mas que representam e/ou atendem a um projeto específico de sociedade, em constante disputa na luta de classes. Dessa forma, é possível trazer a análise de como essa interação acontece na realidade da UFCG campus Sousa, cidade do interior da Paraíba, também com suas particularidades e desafios postos pela realidade para a organização do trabalho e da vida por meio da luta dos movimentos sociais.

UMA EXPERIÊNCIA DE APOIO E ARTICULAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O projeto ora concluído situou-se entre as propostas de extensão universitária que pretendem construir experiências de articulação e trabalho conjunto com os movimentos sociais e organizações populares, em um contexto no qual temos assistido a novos sujeitos coletivos colo-

carem-se em movimento na última década (para além das mobilizações de junho de 2013), com caráter profundamente heterogêneo, muitas vezes, sem experiências organizativas anteriores e com o desafio de se reinventarem em suas bandeiras de luta e estratégias de ação política, a partir das novas condições sócio-históricas encontradas (MARRO, 2014), o que não tem sido diferente no sertão paraibano.

Com esse horizonte, objetivando prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais da cidade de Sousa-PB em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos humanos, civis, políticos e sociais da coletividade, o projeto teve como público-alvo lideranças e membros de movimentos sociais e organizações populares articulados em Sousa-PB. São estes: I) Coletivo Feminista Valha, o que é isso? II) Movimento Estudantil de Serviço Social; III) Movimento Estudantil do IFPB; IV) Associação dos Agricultores Rurais do Assentamento Nova Vida I; e V) Associação dos Agricultores e Agricultoras Rurais do Assentamento Nova Vida II, ambas localizadas em assentamentos rurais da região de Sousa.

Em se tratando da articulação entre extensão universitária e movimentos sociais construída por ocasião da vigência do projeto, importa ressaltar que a diretriz de interação dialógica assumiu centralidade na condução metodológica dessa relação (PNE, 2012), assim como o respeito à autonomia dos movimentos e das organizações. Significa que, em conformidade com a própria Política Nacional de Extensão, foi justamente a perspectiva do diálogo, da troca de saberes e de aliança com movimentos, setores e organizações sociais que marcou a condução das atividades construídas.

Na mesma lógica, as ações foram desenvolvidas sem quaisquer perspectiva instrumental, de condução ou cooptação dos movimentos e seus quadros e lideranças políticas, e sim sob o horizonte democrático do confronto entre saberes, possibilitando que assim nenhum dos movimentos elencados como público-alvo do projeto viesse a se configurar como mero transmissor de diretrizes externas, mas que

também não pautasse sua ação política de forma isolada, sobretudo considerando as contribuições que a universidade – via extensão – pode ofertar para a politização e qualificação da referida ação política dos movimentos, seus quadros militantes e lideranças.

Assim, logo no início do projeto, investimos em atividades de formação acadêmica e acompanhamento das estudantes extensionistas, assim como na realização de reuniões conjuntas de trabalho entre docentes, discentes extensionistas, lideranças e integrantes de movimentos sociais para identificação das principais demandas e planejamento das ações. Na sequência, o projeto se desenvolveu a partir de três eixos orientadores da intervenção, os quais corresponderam ao que muitos movimentos chamam de tripé da organização popular, quais sejam: formação, organização e lutas.

O eixo FORMAÇÃO compreendeu a realização de palestras, oficinas, dinâmicas de educação popular, assembleias comunitárias, fóruns e produção de materiais didáticos. Do ponto de vista do processo de capacitação permanente e continuada da equipe de extensionistas, pelo menos sete formações foram realizadas, versando sobre o golpe de 2016 (a dinâmica da crise política e econômica que se desenhou no Brasil nos últimos anos e os determinantes do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, os desdobramentos do golpe, as perspectivas atuais de enfrentamento ao desmonte da democracia e suas consequências), sobre gênero e questão agrária e sobre a realização de atividades socioeducativas, dada a necessidade de preparação das oficinas em grupos, a serem conduzidas pela equipe extensionista, assim como sobre a realidade agrária e o trabalho do assistente social na interface com os assentamentos rurais e as experiências e particularidades da extensão universitária com movimentos sociais. A importância desses momentos de estudo justificou-se em razão do conhecimento sobre a dinâmica da realidade ser fundamental para uma atuação das/os assistentes sociais que se propunha a contribuir

com a organização da classe trabalhadora e a construir coletivamente estratégias de enfrentamento aos desafios apresentados.

Do ponto de vista das atividades formativas desenvolvidas junto aos movimentos e às organizações contempladas no público-alvo do projeto, destacam-se as atividades realizadas com as associações de assentamentos rurais e com estudantes do Instituto Federal da Paraíba (IFPB)–campus Sousa.

As relações de gênero no campo e a participação da mulher na produção e soberania alimentar foram temas trabalhados nas rodas de conversa, com exposição de imagens e outras dinâmicas, enquanto estratégias para favorecer as discussões, através de oficinas em grupo realizadas com as trabalhadoras assentadas, num total de 141 mulheres. Como forma de viabilizar a sua participação, as mesmas oficinas foram adaptadas e desenvolvidas com as crianças que acompanhavam suas mães e avós aos encontros. Nas oficinas, as mulheres puderam afirmar as dificuldades enfrentadas na vida do campo e, nesse sentido, o enfoque nas relações patriarcais de gênero permitiu que questões específicas que pesam sobre as trabalhadoras fossem problematizadas, seja em tom de denúncia da realidade de violência e exploração acentuada enfrentadas, seja enquanto processo naturalizado de desigualdades entre os gêneros. Ambas as perspectivas de compreensão da realidade estiveram presentes nas falas das participantes. Quando se tratou da participação da mulher na soberania alimentar, pudemos compreender como se dão a produção agrícola, os mecanismos utilizados na relação com a natureza e os enfrentamentos para a manutenção da própria existência naqueles espaços. Participativas, as mulheres do Assentamento Nova Vida I revelaram, além das próprias inquietações, a possibilidade de que a relação entre a universidade e os movimentos sociais fosse aprofundada por meio do diálogo e dos recursos necessários, para dessa forma trabalhar no sentido de fortalecimento da luta pela conquista de direitos e da transformação societária.

Com relação à atividade do IFPB, o projeto contribuiu para a construção e facilitação de uma roda de conversa sobre as ocupações realizadas em escolas e universidades, entendendo que esse tipo de manifestação tem marcado as mobilizações estudantis dos últimos anos no Brasil como forma de protesto aos rumos que a educação pública vem tomando. Nesse momento, os estudantes também puderam socializar o acúmulo de suas experiências enquanto militantes do movimento estudantil, desde os desafios que enfrentaram às aprendizagens conquistadas nos processos de exercício político.

Paralelos à discussão sobre ocupação, temas como as jornadas de junho de 2013, a PEC 55 e o Projeto Escola Sem Partido e seus rebatimentos na educação pública foram debatidos pelos estudantes através de uma dinâmica na qual eles foram estimulados a trazer seus posicionamentos. Em outra ocasião, o projeto de extensão retornou ao IFPB Sousa para dialogar sobre formação política e trabalho de base para os movimentos sociais e sobre princípios, valores, práxis e ideologia que norteiam a sua organização. Após essa discussão, os estudantes foram instigados a identificar quais os problemas vivenciados por eles mesmos na instituição, destacando-se diversos pontos cruciais para a permanência estudantil e formação profissional constitutivos das bandeiras de luta do movimento.

O eixo ORGANIZAÇÃO envolveu o fomento de espaços e reuniões que podiam potencializar os processos de auto-organização dos movimentos, dentre os quais são ilustrativos os momentos de avaliação da organicidade da militância e de levantamento de demandas e planos de atuação política dos movimentos a curto, médio e longo prazo, além de reuniões preparatórias para encontros estaduais e/ou nacionais dos movimentos. Envolveu ainda o trabalho de mobilização das mulheres para a participação nas oficinas. Realizaram-se, para tanto, visitas domiciliares com distribuição dos convites em todas as casas do assentamento, ocasião na qual foi possível estabelecer maior

aproximação com a realidade social dos sujeitos que constituem o público-alvo da intervenção, evitando assim conteúdos e metodologias inadequadas ao seu perfil, na medida em que estar no local de moradia dos sujeitos nos permitiu conhecer melhor as relações que estabelecem em sua vida familiar e comunitária. A partir do contato direto, potencializou-se o interesse das mulheres pela participação e envolvimento com a proposta do projeto de extensão.

O eixo LUTAS aglutinou ações e atividades que intencionavam contribuir para a visibilidade das reivindicações dos movimentos, a exemplo da oficina de estêncil e da preparação de cartazes junto ao Movimento Estudantil da UFCG, apresentando breves conceitos da técnica do estêncil e sua utilização como arte de rua, forma milenar de expressão popular, assim como orientando na preparação do estêncil, a partir de artes criadas pelos participantes da oficina ou com imagens impressas, e sua aplicação em cartazes e blusas. Destacamos também a presença do projeto de extensão em três outros momentos de mobilização na cidade: a manifestação pública pelo fim da violência contra a mulher na qual o ato realizado esteve relacionado à campanha mundial “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” e contou com a participação de vários grupos da sociedade civil, entre eles o de jovens e idosos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), estudantes da UFCG, do IFPB e de escolas estaduais e municipais, bem como de dois dos movimentos sociais acompanhados pelo projeto: o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) e o Coletivo Feminista Valha. As/Os manifestantes expressaram, por meio de cartazes, faixas, apresentação teatral e pelo exercício da fala pública, o repúdio às diversas formas de violência perpetradas contra mulheres e o incentivo à realização de denúncias; outros momentos nesse sentido foram as reuniões com os sindicatos locais para planejamento e organização das greves gerais de 2017 e a aula pública realizada no centro da cidade de Sousa, intitulada “A reforma da previdência e seus impactos para os trabalhadores e trabalhadoras”, a qual teve

como objetivo esclarecer alguns aspectos sobre a previdência social, seu funcionamento e as mudanças que serão implementadas com a aprovação da reforma; além disso, representou um ato de resistência contra as medidas do então governo ilegítimo de Temer e contra a decisão tomada por algumas centrais sindicais pelo cancelamento da greve nacional que estava marcada para o dia 05 de dezembro. Estiveram presentes nessa mobilização professores e estudantes da rede estadual e federal de ensino, representantes do Sindicato dos Comerciários e do Sindicato dos Professores Municipais de Sousa.

A perspectiva de avaliação que nos orientou na efetivação do projeto compreendeu não apenas a reta final de sua execução, mas todo o processo trilhado para a sua materialização. Avaliar o projeto, nessa perspectiva, pressupôs adotar um conjunto de técnicas e procedimentos de monitoramento da sua execução e apreensão dos resultados, de modo não apenas a garantir sua execução no tempo planejado, mas também e, sobretudo, a identificar a necessidade de medidas corretivas durante o processo, de modo que se garantisse desde o princípio e em cada momento a efetividade da proposta.

Para tanto, foram realizadas avaliações de forma contínua pela equipe envolvida no projeto, por meio de reuniões periódicas, como forma de rever a metodologia proposta em caso de necessidade de qualquer alteração no percurso e buscar superar possíveis desafios no desenvolvimento do projeto, para que pudéssemos atingir os objetivos almejados, afinal “[...] avaliar pressupõe determinar a valia ou valor de algo [...] tendo como parâmetro a relação entre objetivos, intenção, desempenho e alcance dos objetivos” (BOSCHETTI, 2009, p. 577).

Não obstante, tratamos os diferentes momentos, sentidos e movimentos avaliativos como inter-relacionados e complementares, inseridos na totalidade e dinamicidade da realidade, os referidos resultados, bem como as observações tecidas ao longo do desenvolvimento do projeto, que se encontram sistematizadas a seguir na ótica dos diferentes sujeitos envolvidos na sua construção.

Para as extensionistas bolsistas e voluntárias, entre as experiências mais marcantes proporcionadas pelo projeto, destacam-se: a) o estudo do livro *Por que gritamos golpe*, pela necessidade constante de discutir sobre o cenário político para pensar a construção de espaços e atividades a partir da situação em que nos encontramos; b) a construção e execução da atividade no assentamento, por ter sido, de certa forma, desafiadora, tendo em vista que a maioria das estudantes não tinha nenhum contato prévio com aquela realidade e as discussões a ela relacionadas; c) e as atividades no IFPB em que, através de rodas de conversa, foi possível conhecer bem mais acerca do movimento estudantil – mais especificamente o movimento de ocupação realizado pelos estudantes da instituição – e a necessidade de mobilização deste. Contudo, sem dúvidas, aparece como tendo sido bem mais significativa para as extensionistas do projeto a experiência no assentamento com as mulheres, as quais contaram suas histórias de vida, demonstrando com isso também a importância da popularização do feminismo. Nas palavras de uma das voluntárias do projeto:

O projeto de extensão desde o princípio se mostrou valioso e enriquecedor para a minha trajetória acadêmica. No entanto, não há dúvidas de que a experiência mais marcante durante o período de atividades foi o contato com as mulheres do assentamento próximo a Aparecida-PB. A visita foi a concretização da universidade como meio e como ponte entre múltiplas realidades, a possibilidade de trocar vivências, da construção de saberes e do retorno do conhecimento proporcionado pela academia para a população. Para além da experiência como extensionista, a visita com certeza marcou a mim enquanto pessoa, enquanto indivíduo dentro de uma sociedade.

Em termos de limites e/ou lacunas que se apresentaram no decorrer do projeto, as extensionistas identificaram de forma consensual as dificuldades com relação a transporte e locomoção até o assentamento em momentos importantes, dada a ausência de transporte da universidade nos finais de semana, além da dimensão do tempo como um limite concreto a algumas ideias e vontades, fazendo com que nossas atividades se adequassem ao que era possível dentro do percurso e das necessidades. Também destacaram a ausência de articulação com outros movimentos que estavam inicialmente previstos no projeto e a realização de apenas uma atividade com o Coletivo Feminista Valha.

Um outro consenso importante entre as bolsistas e voluntárias do projeto refere-se ao entendimento de que este deve ser continuamente renovado. Entre as argumentações para tanto, elas destacam o fato de a universidade ser muito distante da comunidade, sobretudo com relação à organização popular e aos movimentos sociais da região, e porque ainda que se fale muito da relação serviço social e movimentos sociais, essa relação é muito pouco explorada no miúdo da formação profissional. Avaliam ainda ser fundamental para outros estudantes também terem acesso à tal experiência e seguirem contribuindo (e ampliando frequentemente essa contribuição) com os movimentos locais, conforme ressalta uma das extensionistas:

Acredito que o projeto deve ser renovado para que possamos dar seguimento às atividades que foram incipientes em todos os movimentos e organizações populares com que trabalhamos. São movimentos, entre os elencados para atuação do projeto, novos na localidade ou pouco articulados. Então, entendo que devemos prosseguir para buscar resultados de fortalecimento das organizações populares.

A avaliação junto ao público-alvo do projeto foi desenvolvida de forma contínua e sistemática, ao final de cada atividade, constituindo momento privilegiado para que militantes e lideranças dos movimentos e organizações populares beneficiadas com a atuação do projeto pudessem expressar não apenas a alegria de conseguir estabelecer relação com a universidade, mas principalmente registrar suas demandas e necessidades, as quais entendemos como sugestões importantes a serem objeto das preocupações de uma possível nova vigência do projeto, quais sejam: I) fortalecer a dimensão agroecológica da produção de alimentos no assentamento rural Nova Vida, tanto a partir do desenvolvimento de campanha contra os agrotóxicos quanto da construção das articulações para que a produção agroecológica do assentamento pudesse passar a ser fornecida para o Restaurante Universitário (RU) do CCJS, estreitando ainda mais o vínculo com a universidade; II) pensar formas de reutilização da água a serem concretizadas na realidade do assentamento, o que exigiria do projeto uma parceria a ser construída também com o curso de Agroecologia do IFPB, campus Sousa; III) construção de espaços de formação política que priorizem o tema “trabalho de base” direcionado aos militantes do movimento estudantil; IV) fomento a mobilizações amplas e permanentes na cidade em torno das pautas feministas, dada a imensa reação conservadora despertada a partir do ato contrário à violência para com as mulheres, construído em novembro de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto contemplou em si a possibilidade de problematizar o patrimonialismo, o clientelismo e a subserviência historicamente presentes na cultura política local do sertão paraibano; e identificou e trabalhou com as dificuldades de organização e mobilização popular

enfrentadas por aqueles e aquelas que se desafiam cotidianamente a vivenciar o sertão como sendo também espaço privilegiado de lutas e resistências. Na medida em que acreditamos que nisso residia o fundamento para a necessidade e pertinência do projeto face às características da região em foco, também entendemos que este apresentou significativa relevância para a função pública da universidade, para a formação profissional em serviço social e para a própria organização dos movimentos articulados no território sousense. Inclusive porque, como destaca o Plano Nacional de Extensão Universitária, “a compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam os resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, frequentar seus cursos regulares” (FOR-PROEX, 2001, p. 02).

O projeto contribuiu para que estudantes do curso de Serviço Social da instituição compreendessem como o(a) assistente social pode atuar no sentido da promoção e do fortalecimento das organizações e lutas coletivas, pois a vivência na extensão consistiu em experiência fundamental para que os(as) discentes do curso pudessem aprender e experimentar na prática como desenvolver ações de mobilização e organização popular nos espaços de atuação de assistentes sociais, a fim de viabilizar a participação dos sujeitos no processo de elaboração e avaliação das políticas e dos serviços operados. Tratou-se, portanto, de contribuições absolutamente em consonância com o Código de Ética do(a) assistente social e a Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão no país.

Dialeticamente, a extensão em questão foi ainda expressiva contribuição para os próprios movimentos sociais, público-alvo de nossa intervenção, ao lhes proporcionar um maior conhecimento do solo histórico em que se materializam suas lutas, colaborando para a (re) construção de sua ação política. Doravante, nada poderia dotar de maior sentido os resultados de nosso projeto do que o retorno das

reflexões por eles gestadas àqueles que constroem cotidianamente os movimentos sociais e a organização popular em Sousa.

Importa notar que, considerando que atualmente o curso de Serviço Social passa por processo de reformulação em seu projeto pedagógico (PPC), a presente proposta de extensão suscitou novos debates e reflexões que colaboraram para o redimensionamento da execução curricular do curso, particularmente no que diz respeito às disciplinas Movimentos Sociais e Debate Contemporâneo do Serviço Social, presentes no atual PPC e ofertadas no 4º e 6º períodos, respectivamente, nas quais se discutem questões referentes às particularidades da organização e da ação política dos diversos movimentos articulados no país, bem como à organização política da categoria em suas diversas peculiaridades (estudantil, acadêmica, sindical e de fiscalização do exercício profissional) e à atuação da profissão junto aos movimentos sociais como expressões do embate à agenda neoliberal.

Ademais, além da estreita articulação entre extensão e ensino sinalizada anteriormente, o projeto em questão também possibilitou ampla articulação com a dimensão da pesquisa, haja vista que a partir dele também foram desenvolvidas investigações e estudos – resultando inclusive na produção de monografias – acerca das contradições e desigualdades que originam e provocam o surgimento dos movimentos e das organizações articuladas em Sousa, bem como acerca da ação coletiva destes sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. Materialidade e potencialidade do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (org.). *Código de Ética do(a) assistente social comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. *In*: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 ago. 2019.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. *In*: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CASTELO, Rodrigo. *A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels*. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006 .

CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética do(a) assistente social e Lei 8.662/93*. 10. edição. Brasília: CFESS, 2012.

DHNET. Rede de Direitos Humanos & Cultura. *Situação dos Direitos Humanos no Estado da Paraíba, Brasil*. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/estaduais/r_2003_pb_jg_dh_paraiba.pdf. Acesso em: 26 ago. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. v. 1. Ilhéus: Editus, 2001 (Coleção Extensão Universitária).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: FORPROEX; 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, 2. ed. Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS; Gráfica Odisséia, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARRO, K. I. O que a Universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem terra? *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. *Temporalis*, 2. ed. Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS; Gráfica Odisséia, 2004.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces—Revista de Extensão*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social – Campus Sousa. Sousa, 2013. (mimeo).

CAPÍTULO 2

SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: APONTAMENTOS SOBRE ESTA RELAÇÃO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

CÍNTIA SIMÃO DE SOUZA¹

INTRODUÇÃO

Marcado por fortes desigualdades, o Brasil é um país que tem sua história toda permeada por revoltas populares. Temos uma expressiva quantidade e diversidade de movimentos sociais da classe trabalhadora, os quais negam as péssimas condições de vida fabricadas pelo modelo de sociedade capitalista e atuam no sentido de transformar tais condições, almejando uma existência com mais dignidade.

Na década de 1960, o serviço social – que já havia se institucionalizado desde anos de 1930 – começou a ter um olhar diferenciado para a classe trabalhadora com a qual realizava suas ações profissionais.

[1] Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), com graduação em Serviço Social pela mesma instituição e especialização em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Esse novo olhar também se direcionou para as ferramentas de luta da referida classe; as quais, até aquele momento, eram vistas como mecanismos a serem contidos. Em outras palavras, dizemos que a perspectiva crítica começou a ser forjada, engendrada por condicionantes externos e internos. Aos poucos e de forma não hegemônica, os assistentes sociais foram afirmando a importância dos movimentos sociais e buscando apoiar e participar deles, inclusive por terem compreendido sua igual condição de trabalhadores assalariados. De 1960 a 1990, a profissão passou por um período de intensos debates, que tinham como foco os rumos que esta tomaria, seja no que concerne ao trabalho profissional ou à formação dos estudantes. Por fim, foi construído o atual perfil da profissão, marcado pela defesa da classe trabalhadora e dos direitos.

Diante do exposto e sabendo que, a partir dos anos de 1990, o Brasil abraçou o neoliberalismo, assim como passou a expressar os impactos da reestruturação produtiva, e que tais processos trouxeram rebatimentos negativos para a organização da classe trabalhadora, nos interessamos – durante a graduação em Serviço Social – por pesquisar como se dá, atualmente, a relação de assistentes sociais com os movimentos sociais. Este interesse surgiu a partir da inserção e vivência em alguns movimentos na cidade de Mossoró. Assim, o presente trabalho é fruto do texto monográfico² defendido em 2013, decorrente de um estudo local realizado com supervisoras de campo de estágio ligadas à Faculdade de Serviço Social (FASSO) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

[2] O referido texto se constitui em um trabalho de conclusão de curso da graduação em Serviço Social da UERN, tendo o seguinte título: *A nossa luta é todo dia: Serviço Social e Movimentos Sociais em Mossoró – Rio Grande do Norte*. Na transcrição dos depoimentos das profissionais entrevistadas, seus nomes foram substituídos pela referência aos valores e princípios contidos no atual código de ética do(a) assistente social.

Orientadas pelo método materialista histórico-dialético, nossa pesquisa foi de natureza qualitativa e utilizamos as pesquisas bibliográfica e de campo, com a qual realizamos entrevistas semiestruturadas presenciais com seis profissionais de diferentes instituições, buscando elucidar qual a percepção que elas tinham sobre a relação entre o serviço social e os movimentos sociais e de que forma tais trabalhadoras se relacionam com tais movimentos ou outras organizações da classe trabalhadora. Pretendíamos observar, também, o grau de inserção dessas assistentes sociais nesses espaços, assim como o seu posicionamento acerca deles.

Assim, no primeiro tópico deste capítulo, discutiremos as dimensões concernentes aos movimentos sociais, bem como suas particularidades, tentando assim compreender o que determina e proporciona a articulação entre a nossa profissão e tais organizações.

No segundo, exploraremos elementos concretos da relação entre as assistentes sociais participantes da pesquisa e os movimentos sociais, observando se elas conseguem se inserir nesses espaços.

No terceiro, abordaremos as principais dificuldades e empecilhos para a aproximação das profissionais com os movimentos, pensando a materialização do projeto ético-político do serviço social no contexto de avanço neoliberal e de ataque aos direitos sociais. Trataremos, também, das possibilidades que estão abertas e presentes no campo profissional, no tocante ao apoio e defesa da classe trabalhadora.

MOVIMENTOS SOCIAIS: QUESTÕES TEÓRICAS, PRINCIPAIS DEBATES E CONCEPÇÕES DAS ASSISTENTES SOCIAIS

Para compreender de forma mais profunda a relação do serviço social com os movimentos sociais, elemento que se caracteriza como nosso objeto de estudo, é necessário que entendamos, inicialmente, as dimensões concernentes a tais movimentos, bem como suas

particularidades, para que possamos compreender o que determina e proporciona a articulação entre a profissão e essas organizações. É nesse sentido a que se dedica uma sessão específica acerca da temática.

Em busca de uma definição, podemos entender como movimento social uma organização, dotada de relativo grau de formalidade e estabilidade e que não reduz sua ação a uma dada atividade ou mobilização esporádica. O movimento social é conformado por sujeitos que compartilham de certa identidade e necessidades em comum. Reconhecendo-se como pertencentes a uma determinada classe, estes se aglutinam em torno de diversas mobilizações, as quais têm a finalidade de obter respostas às suas demandas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Historicamente, os movimentos sociais estiveram à frente das mais diversas reivindicações, quais sejam pela conquista, consolidação e ampliação de direitos, de bens, equipamentos, serviços sociais; e também contra as injustiças, discriminações e situações de desigualdade. A pluralidade de movimentos e, conseqüentemente, de bandeiras de lutas é reflexo dos diferenciados segmentos que a compõem. Contudo, se nos baseamos na concepção apresentada por Montaño e Durigueto (2011), esta diversidade não compromete a identificação de quais organizações se caracterizam como movimentos sociais, embora as formas de atuação variem de acordo com os objetivos e estratégias de cada movimento – em cada contexto singular – na busca por terem suas reivindicações atendidas.

Ainda no que se refere a concepções e definições do que são movimentos sociais, percebemos certa variedade de opiniões nas falas de nossas entrevistadas, como podemos ver abaixo:

Toda forma de luta [...] de esquerda [...] que luta pelos direitos sociais, pela liberdade [...] em busca da emancipação humana (Liberdade).

Eu vejo os movimentos sociais como organismos, como coletivos que buscam [...] legitimar direitos, direitos de sujeitos sociais (Direitos).

A minha concepção sobre movimentos sociais, ela perpassa pela compreensão [...] da organização de entidades ou instituições [...] Que se organizam com um propósito (Cidadania).

Todos esses movimentos que sejam, tanto na igreja católica, que envolva o público, que envolva a comunidade, que envolva as pessoas (Democracia).

É uma articulação da sociedade civil em prol de benefícios para os cidadãos (Equidade).

Bom, movimentos sociais, o que se entende, é que são organizações [...] Da sociedade civil, é...de luta em defesa dos direitos sociais em diversas áreas da vida, em diversos setores. Por exemplo, nós temos movimentos sociais da luta dos sem-terra, dos sem-teto, é...movimentos sociais que defendem a opção sexual [...] (Justiça).

Podemos ver que as falas não são comuns, apresentando entendimentos variados, mas percebemos algumas tendências nelas, como a de definir os movimentos sociais como organizações da sociedade civil que se articulam em torno da defesa dos direitos. Também são perceptíveis algumas definições que se apresentam incompletas, que mencionam o “envolvimento com o público, com a comunidade e com as pessoas” e a “organização em torno de um propósito”, de maneira que deixa espaço para colocações mais detalhadas.

Essas lacunas respeito desse entendimento aparecem em outros depoimentos, a exemplo do seguinte, que expressa confusão entre o conceito dos movimentos sociais e o de mobilização social:

Com a internet, já vê alguns movimentos acontecerem de uma forma desorganizada, sem ter aquela instituição formalizada e se torna um movimento social (Cidadania).

Ao mencionar a internet, a fala refere-se, especificamente, a uma ferramenta muito utilizada na atualidade pelos movimentos sociais sendo um meio de materializar estratégias de ação que, logicamente, vão modificando de acordo com as determinações sociais. Assim, a denominação de movimento social choca-se com a de mobilização social, que configura uma atividade que se esgota em si mesma quando concluída e que pode ser, também, uma ferramenta do próprio movimento (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Essa multiplicidade de concepções e definições tão bem apresentada nos depoimentos das entrevistadas nos remete à origem das reflexões e debates empreendidos a respeito da existência dos movimentos sociais clássicos e dos chamados novos movimentos sociais.

De acordo com Montaño e Duriguetto (2011), desde o período apontado como o cenário de emergência dos chamados novos movimentos sociais, existe um debate alicerçado na análise dos objetivos e das ações destes últimos com relação aos considerados movimentos sociais clássicos. Tal debate é também orientado pela aceção das funções dos dois tipos de movimentos na sociedade e pelas considerações acerca das mediações entre eles ou, então, a falta destas. Nesse sentido, nos deparamos com a existência de diferenciadas teorias voltadas para a defesa de tal terminologia, e também com a explicação do que seriam os novos movimentos sociais.

Antes de qualquer aprofundamento sobre tais elaborações, é preciso que nos debruçemos sobre o conceito de movimentos sociais clássicos e dos novos movimentos sociais de uma forma geral, tal como a literatura especializada vem problematizando.

Os movimentos sociais clássicos têm seu surgimento apontado no século XIX e tinham como características fundamentais a sua constituição a partir de organizações sindicais e partidárias. A sua atuação é identificada em torno da luta por melhorias de caráter trabalhista. Nesse sentido, a marca deles é a reivindicação na esfera concernente às contradições diretas entre capital e trabalho, ou seja, considera-se que eles se restringem ao âmbito da produção, ao espaço da fábrica, por exemplo. Já os denominados novos movimentos sociais recebem tal nomenclatura pelo fato de trazerem, a partir do século XX, contestações colocadas para além do setor produtivo. As reivindicações destes se dão em torno de temáticas consideradas novas, a exemplo das questões que envolvem gênero, sexualidade, etnia, ecologia, religião, assim como bens de consumo coletivo – saúde, educação, transporte, moradia, segurança.

Diante das diferenças elencadas entre os movimentos sociais clássicos e os considerados novos, são apontadas três teorias sobre estes últimos. Com base na explanação de Montaño e Duriguetto (2011) é que apresentamos tais teorias. A primeira, identificada como acionalista,³ vê os novos movimentos sociais como organizações constituídas por identidades diversas, que não são dotadas do caráter de classe e que, por isso, não se colocavam nem do lado do capitalismo nem do socialismo, pautando a mudança geral por intermédio de ações menores, de caráter local e cotidiano. A segunda teoria, conhecida como esquerda pós-moderna, é influenciada pela primeira e nega a ideia da sociedade dividida em classes, bem como a luta política de caráter revolucionário que, agora, é vista como dimensão superada pelas demandas postas pelos novos movimentos sociais. Estes não se definiriam em termos da divisão de classe, e suas lutas (urbanas,

[3] Sua referência remete ao maio francês, quando estudantes e outros segmentos da sociedade se organizavam fora dos sindicatos e dos partidos.

ecológicas, feministas, étnicas) seriam diferentes das lutas operárias (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

As duas teorias até agora apresentadas são, totalmente, contrárias a uma terceira, por sua vez, conectada com o marxismo. Esta é identificada a partir da leitura marxista dos considerados novos movimentos sociais e tem como base as estruturas econômicas, as classes e os conflitos sociais. Para os que defendem tal perspectiva, a crise do capital leva o sistema a se organizar de novas maneiras, fato que influi para a emergência de novos impactos sociais. Ou seja, vivemos numa conjuntura metamorfoseada a partir de uma antiga determinação, tal seja a contradição entre capital e trabalho, estabelecida a partir da produção e reprodução da vida social, ainda que levemos em conta as transformações no âmbito das formas de enfrentamento levantadas pela parte explorada e oprimida da sociedade,

O movimento social não pode, nessa perspectiva, ser pensado e compreendido de forma desvinculada da produção e do consumo, das esferas política e econômica e do Estado e do mercado. Apenas a sociedade civil e a dimensão cultural pouco nos diz sobre estes movimentos. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 324).

Tal argumento converge com o pensamento de que o sistema capitalista não é restrito à esfera produtiva, a qual corroboramos. Este, a fim de desviar das crises e manter elevada a taxa de lucros, se expande por todos os espaços sociais, fato que foi acirrado com a crise da década de 1970, momento exato em que vemos surgir novas problemáticas, novas expressões e manifestações da questão social. Através desse processo de expansão da dominação do capital sobre as diversas dimensões da vida social, o Estado é cooptado pelo sistema, devendo demonstrar ingerência quanto ao atendimento das

necessidades sociais e absorver as necessidades de um novo demandatário: o capital neoliberal. As organizações que são denominadas de novos movimentos sociais se configuram enquanto desdobramentos da desigualdade gerada no cerne do modo de produção capitalista, logo não deixam de se caracterizar como organizações que expressam a luta de classes.

Uma vez que a maioria das reivindicações dos chamados novos movimentos sociais é direcionada ao Estado e este está absorvido pelos direcionamentos capitalistas neoliberais, o enfrentamento destes acaba se direcionando, também, contra a sociabilidade capitalista, o que gera a defesa e a busca da transformação social.

O poder do capital estende-se sobre todos os atos de sua existência, na medida em que engloba a sociedade inteira. E que esse poder pesa sobre o conjunto das classes dominadas da sociedade, e os problemas que disso resultam e as lutas que suscitam não concernem apenas ao proletariado. Esse é o caso da poluição atmosférica, ou dos dejetos da indústria química e nuclear, da opressão das mulheres, da desestruturação das referências sociais. Daí o caráter pluriclassista dos movimentos sociais que se encarregaram desses problemas até o presente. (BIHR *apud* RAMOS *et al.*, 2007, p. 51).

Ressalte-se que nem todos os movimentos sociais se colocam nessa perspectiva de questionamento do sistema capitalista e de construção de uma nova ordem social, nem todos questionam a lógica do sistema capitalista e se empenham em traçar um direcionamento revolucionário (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Nesse ponto, em que se pensam as características e a quem e ao que se direcionam as reivindicações dos movimentos sociais, po-

demos compreender melhor a aproximação do serviço social com eles, levando em consideração as determinações e definições que nos permitem identificar os movimentos sociais e os princípios fundamentais defendidos pela profissão, contidos no Código de Ética dos(as) assistentes sociais.

É facilmente perceptível a convergência entre os objetivos do serviço social e dos movimentos sociais emancipatórios e de caráter anticapitalista, quando observamos que ambos direcionam esforços para contestações e lutas que visam a um modelo de sociedade sem a presença das disparidades sociais que, hoje, se apresentam de forma cada vez mais agudizada. A defesa de uma participação política abrangente e realmente representativa e da socialização das riquezas socialmente produzidas, assim como a defesa de um direcionamento profissional que vise à construção de uma nova ordem societal, sem dominação e exploração de classe, etnia e sexo, são pontos que podemos destacar e apresentar como síntese dessa tendência de aproximação do serviço social com os diversos movimentos sociais da classe trabalhadora presentes no Brasil.

Tendo em vista os elementos apresentados, torna-se óbvia a necessidade de unir os esforços desses dois segmentos. Ao dar materialidade aos projetos profissional e societário que defende, o serviço social aponta para a defesa de bandeiras de luta levantadas pelos movimentos sociais. Ocorre, então, através da articulação, a realização de objetivos da profissão e dos movimentos, na medida em que um segmento fortalece o outro.

Os depoimentos coletados com as profissionais também apontam na direção do reconhecimento da importância dessa relação, fato explicitado nas seguintes declarações:

Eu vejo essa aproximação como extremamente necessária, até porque eu acredito que o serviço social e os movimentos sociais convergem para o mesmo

objetivo, que é assegurar os nossos direitos. [...] tanto o serviço social, enquanto categoria profissional, os movimentos sociais, enquanto movimentos sociais, buscam um objetivo semelhante, que é a transformação social [...] (Direitos).

Mas com relação ao trabalho social dentro desses movimentos, tem que existir, é pra existir [...] eu acho que é importante todos os movimentos sociais. [...] é preciso que haja esse agrupamento de pessoas comungando com um só objetivo, que possa, realmente, pressionar as autoridades, o governo [...] (Democracia).

Se você não se articula com esses movimentos, você fica um profissional isolado das necessidades, dos anseios e também das dificuldades que passam as pessoas no meio da sociedade, as necessidades sociais. E a gente como agentes profissionais que trabalham com o acesso ao direito dos trabalhadores, da sociedade, a gente não pode ficar de fora (Liberdade).

As falas supracitadas nos contemplam quando o objetivo é identificar a compreensão que as supervisoras de campo de estágio em Serviço Social da FASSO têm sobre a relação da profissão com os movimentos sociais.

Percebemos um consenso em torno de que juntos, serviço social e movimentos sociais, contribuem para que os direitos possam ser adquiridos, legitimados e efetivados, de modo que a articulação apareça como acúmulo de forças essencial para a luta pelo atendimento das necessidades sociais. Cabe destacar uma dimensão essencial que uma das entrevistadas traz, no último depoimento, quando aponta que a articulação com os movimentos sociais propicia um olhar privilegiado sobre as questões em que o(a) assistente social pode intervir. Esta

fala nos remete à ideia da importância da postura investigativa para uma posterior ação criativa e propositiva, que esteja de acordo com a qualidade do atendimento oferecido e com o compromisso com o usuário, identificado pela entrevistada como um sujeito de direitos. Sobre essa questão, Ramos e Santos nos falam que:

Movimentos sociais e representações partidárias de esquerda relacionados às lutas em defesa da seguridade social pública; dos direitos do trabalho; no campo da infância/adolescência; da agenda feminista; da diversidade sexual/étnico-racial/geracional e articulação com muitos outros sujeitos e suas agendas políticas foram/são decisivos para atualizar e sintonizar a agenda profissional com os reais interesses do trabalho. Se hoje podemos identificar que nossas entidades nacionais incorporam ao debate e à agenda profissional questões as mais diferentes que permeiam as práticas de exploração do trabalho e as formas de opressão, isso não brotou espontaneamente. É o movimento da política com a mediação da dimensão ética que comporta aproximação, conhecimento das reivindicações, identificação de como se opera no cotidiano da vida dos indivíduos a desigualdade social, a violação dos direitos e a capacidade de resistência e de luta. (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 216-217).

Na atual conjuntura de ofensiva às organizações da classe trabalhadora, que vem se forjando nas últimas décadas e fomentando um refluxo nos movimentos, torna-se imperativo o fortalecimento da tendência de articulação entre os diversos segmentos que encabeçam lutas sociais.

A crise que se atribui aos movimentos sociais é, na verdade, uma crise exterior a eles e que se reflete no seu interior. Trata-se do desmonte de políticas sociais pelas políticas neoliberais e sua substituição por outras políticas, em parcerias com ONGs e outras entidades do terceiro setor; da fragmentação da sociedade pela desorganização ou flexibilização do mercado de trabalho, levando ao crescimento do setor informal; da defasagem na qualificação do mercado de trabalho face à era da tecnologia, comunicações e informação, levando a novas exigências no campo da educação formal e não formal. Nesse sentido, a propalada crise representa novos arranjos, formas de adaptação diante das transformações do mundo do trabalho, de reposicionamento frente às novas políticas públicas (GOHN, 2008).

Trabalhadas as questões teóricas e de caracterização dos movimentos sociais, passamos, agora, para a apresentação do cenário concernente à articulação das assistentes sociais supervisoras de campo de estágio da FASSO com as referidas organizações da classe trabalhadora.

A RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Sabemos que, ao se desenvolver no Brasil, o serviço social passou por diversas transformações nos campos teórico, metodológico e ético-político, sendo estas determinadas, logicamente, pela sua inserção direta na esfera da reprodução das relações sociais. Tais relações sempre se apresentaram marcadas pela tensão entre a fortalecida classe burguesa e a classe trabalhadora. Através de sua atuação, os(as) assistentes sociais brasileiros vieram, historicamente, imprimindo formas de lidar com tal embate, e essas formas podem privilegiar tanto a classe dominante quanto a classe oprimida. E aqui se consideram tanto o

protagonismo e a responsabilidade que cada profissional tem diante de sua atuação, quanto o caráter contraditório que é próprio da profissão.

Hoje, o serviço social tem um direcionamento orientado para o apoio aos sujeitos que vivenciam situações de desigualdade, pautando a sua atuação na perspectiva de que os direitos humanos sejam defendidos, assim como na eliminação dos preconceitos e no apoio à classe trabalhadora. Também se pauta a defesa de uma ordem social sem dominação e exploração de classe, etnia ou sexo e da qualidade dos serviços prestados à população. Vemos, nesse sentido, que tais princípios convergem com objetivos dos diversos movimentos sociais da classe trabalhadora que estão no campo das disputas sociais no Brasil. A história da profissão mostra que as experiências de articulação com tais movimentos ou com outras organizações da classe trabalhadora sempre tiveram seu lugar, sendo mais ou menos intensas, em decorrência de fatores internos e externos ao serviço social.

O espaço de tempo que passa do início das primeiras experiências de trabalho com os movimentos sociais até as experiências atuais (as quais estão cheias de transformações) carece de uma abordagem mais abrangente e mais acurada, que nos dê elementos de reflexão sobre como se apresenta tal relação, pensando suas limitações, suas potencialidades, bem como as incidências que ocorrem por intermédio da ofensiva do capital, com destaque para a conjuntura atual, assolada pelo neoliberalismo.

Duriguetto e Baldi (2012) atentam para a necessidade de mais estudos que versem sobre a relação entre serviço social e movimentos sociais, para que se “revitalize” o debate da temática, que tem sido pouco estudada. Sendo assim, buscamos contribuir com tal revitalização trazendo elementos pertinentes à particularidade da cidade de Mossoró, localizada no estado do Rio Grande do Norte, logicamente, na perspectiva de reforçar a defesa do projeto ético-político do serviço social e dos projetos dos movimentos sociais.

Ao serem indagadas se desenvolviam ações junto a movimentos sociais ou outras organizações da classe trabalhadora da cidade, as assistentes sociais entrevistadas responderam:

A gente participa de movimentos, como conselho municipal de assistência social, conselho municipal da pessoa com deficiência, sou membro da diretoria do SINDIPREVS em Mossoró e membro também do CRESS. De uma forma direta ou indireta, a gente participa desses movimentos sociais, através desses conselhos, dessas representações que eu já citei (Liberdade).

Eu não tenho essa experiência [...] Então, assim... a minha realidade, enquanto assistente social, é uma realidade muito voltada pra dentro da instituição [...] Então assim, é uma temática nova, principalmente pra mim, que não tinha nenhuma experiência na área. Então, hoje, [...] o que eu busco é tentar conhecer quais são as atribuições do assistente social na educação, o que é que me compete (Direitos).

Eu já me envolvi, tive uma participação, enquanto cidadã, no movimento sindical (Cidadania).

Eu participei desde o primeiro momento da criação do conselho, dos três conselhos. Eu passei vários anos. [...] Eu participava como membro integrante do conselho de assistência social, do conselho dos direitos da criança e do adolescente, que é o COMDICA e do conselho de educação. [...] E com relação às outras entidades, nós trabalhamos, geralmente, em parceria, como eu ia dizendo... a ADEFIM (Democracia).

O vínculo maior que a gente tem são com os con-

selhos municipais, assistência social, dos direitos da criança e do adolescente, conselho de saúde [...] Já participei de várias reuniões, inclusive, para os registros da própria instituição, que a nossa instituição [...] é governamental e é direcionada, como eu falei, pra pessoas em situação de violação de direitos. [...] Já participei, já fui membro de conselho também, hoje não faço parte. Na cidade do Ceará, enquanto CRAS, eu participava do Conselho Municipal de Assistência Social e dos direitos da criança e do adolescente, representava (Equidade).

Como primeiro elemento de análise, destacamos um ponto fulcral e comum, uma vez que aparece na maioria dos depoimentos: os conselhos de direitos. Vemos que estes se apresentam em algumas falas como sendo um movimento social, fato que expressa uma confusão sobre o entendimento do que são os dois espaços. Indo além da questão de conceber os conselhos como movimentos sociais, as falas nos apontam uma realidade local que converge com uma tendência nacional, qual seja, a de inserção e participação nos conselhos de direitos, instrumentos criados com a Constituição Federal de 1988 para que a população realize o controle sobre as ações governamentais. Após o longo período de repressão generalizada e de forte reivindicação da população por mudanças no sistema político, os conselhos de direitos surgem com a proposta de que a sociedade possa fiscalizar a gestão das políticas públicas, bem como participar na construção destas, colocando suas necessidades em forma de reivindicações e propostas num espaço de diálogo entre representantes e representados.

Contudo, os conselhos também foram tomados de assalto pela onda antidemocrática e da desmobilização que destruiu as possibilidades de mais participação nas decisões para os rumos do Brasil. Em alguns locais do país, os conselhos passaram a ser um espaço limitado

ao cumprimento da formalidade jurídica, sendo um instrumento propício à classe dominante, a exemplo de prefeitos e elites locais, os quais se apropriam de tal espaço e, sem a preocupação de trazer a população para a participação direta e massiva, falam em nome desta, fato que concorre para que os objetivos dos conselhos não sejam realizados, ou seja, para que não haja, de fato, o controle social e a fiscalização dos negócios públicos (GOHN, 2011).

Conseguimos identificar, nos depoimentos, apenas dois movimentos sociais com os quais as profissionais se articulam, que são o movimento sindical e o movimento em defesa da saúde pública. No mais, predomina a participação nos conselhos municipais de direitos, em que conseguimos encontrar uma diversidade de espaços, quais sejam o conselho de assistência social, da pessoa com deficiência, da criança e do adolescente e da saúde. A inserção se dá tanto como membro direto do conselho quanto como participante comum, representando os usuários das políticas públicas, mas em nenhum caso se apresentou profissional contratada pelo conselho, o qual, nessas condições, poderia desenvolver trabalhos de assessoria, capacitação de conselheiros ou pesquisa:

O profissional de serviço social tem sido demandado a trabalhar diretamente com os mecanismos de controle social, principalmente, junto aos conselhos que são requisitos para a descentralização das referidas políticas. Esta profissional tem trabalhado diretamente nos Conselhos de Saúde, de Assistência Social, de Alimentação Escolar, nos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, e nos Conselhos locais de habitação, de transporte, da mulher, da unidades de saúde, da comunidade penitenciária e de colegiados de orçamento participativo, entre outros. (BRAVO; MENEZES, 2012, p.301).

O Fórum Municipal de Mulheres com Deficiência também aparece como espaço de inserção de uma das profissionais e, sobre tal experiência, Democracia relata: “Por sinal, eu sou membro do fórum de mulheres desde o início, desde a fundação”.

Esse é um espaço que, assim como a Frente Municipal contra a Privatização da Saúde e o sindicato, se configura como âmbito de atuação das assistentes sociais identificadas para além da atuação majoritária nas esferas conselhistas.

Para além dos espaços institucionais de participação social – Conselhos e Conferências –, é imprescindível criar espaços alternativos de controle social, autônomos e independentes do poder executivo, a exemplo do que vem ocorrendo na área da saúde com a criação de fóruns contra a privatização em vários estados brasileiros. Além da criação da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, que congrega os fóruns estaduais e vários movimentos e partidos políticos. Alguns destes fóruns têm experiências de exigir posicionamentos dos conselhos estaduais e/ou municipais de saúde em torno de questões cruciais, como é o caso dos novos modelos de gestão que privatizam e desmontam o Sistema Único de Saúde (SUS). (BRAVO; MENEZES, 2012, p. 305).

Temos, então, um grande leque de possibilidades de atuação dentro dos conselhos e a participação das assistentes sociais entrevistadas nesses espaços se caracteriza como um elemento importante no desenvolvimento do seu trabalho, principalmente se considerarmos a conjuntura que assola negativamente os conselhos, sobre a qual espreiamos acima. Esta pode se configurar como um elemento de potencialização de realização dos objetivos deste conselho, na medida

em que, por intermédio de sua intervenção, o profissional inserido em tal organização pode contribuir para que haja um fortalecimento da mobilização e da participação popular, para que pessoas descomprometidas com os direitos da população não se apropriem dos espaços e que movimentos populares existentes passem a atuar também e, assim, fomentar a execução da real função dos conselhos.

Na medida em que vão justificando e argumentando sobre sua inserção nos conselhos, a busca por essa potencialidade presente neles aparece na fala de algumas entrevistadas, em que destacam:

A gente sempre tá buscando respaldo junto a esses conselhos pra, de certa forma, beneficiar os nossos usuários [...] pra nos dar um apoio, um suporte na garantia dos benefícios pra os nossos usuários (Equidade).

Porque eu acredito que, como assistente social, a gente não pode ficar de fora, porque é através deles que você enxerga a realidade [...] como está a sociedade (Liberdade).

Esses relatos nos apontam formas de atuação que, mesmo inseridas em espaços desfavoráveis ao desenvolvimento de um trabalho em que os benefícios para a população possam ser priorizados, conseguem se destacar, ultrapassando limitações, na medida em que identificam as contradições e a correlação de forças e, a partir disso, traçam estratégias para propor e oferecer um serviço de qualidade aos(as) usuários(as). Como nos falam Bravo e Menezes (2012, p. 301):

Existe uma relação do serviço social com o controle social em dois sentidos: primeiro, como profissão auxiliar ao controle social, enquanto conjunto de meios utilizados pelo Estado para a manutenção do consen-

so e da ordem necessários a reprodução capitalista; segundo, como profissão que pode contribuir com o controle social enquanto mecanismo de controle dos “grupos sociais subalternos” organizados na sociedade civil sobre as ações do Estado para que este atenda aos seus interesses, viabilizando políticas sociais universais e de qualidade.

Sendo assim, o fato de que a maioria das profissionais não está articulada com movimentos sociais da cidade de Mossoró, mas busca participação em outras organizações, a exemplo dos conselhos, expressa uma atuação direcionada para o reforço da dimensão política dos conselhos, condizente com o projeto ético-político do serviço social, na medida em que converge para a ampliação dos direitos, bem como para a resistência diante da redução destes, uma vez que a inserção nos conselhos é um elemento que se configura como potência para o desenvolvimento de:

Experiências coletivas que estimulem a partilha de poder e a intervenção de diversos sujeitos (representantes do governo, da sociedade civil, dos trabalhadores e dos usuários das políticas), em processos políticos decisórios, estimulando a interlocução pública nas relações políticas entre governos e cidadãos. E impulsionar a “construção de esferas públicas autônomas e democráticas no campo das decisões políticas”, que propiciem o controle socializado das ações e deliberações de governo. (IAMAMOTO, 2009, p. 24).

A indagação feita às entrevistadas buscava identificar experiências atuais ou passadas junto aos movimentos sociais ou outras organizações, o que nos permitiu verificar que mesmo algumas profissionais

que colocam a ausência de tal articulação na atualidade já desenvolveram um trabalho nesse sentido em outro momento de sua trajetória profissional, como apontam as falas que seguem:

Participação na criação e na participação de conselho de direitos, como o conselho de assistência social, também nos movimentos de crianças e adolescentes, como foi a questão da divulgação do ECA. Eu lembro bem na década de 90, a gente trabalhou muito e na época eu tava na FUNDAC e trabalhava muito nessa questão de massificar, publicizar o ECA [...] Pra comunidade (Cidadania).

A próxima fala é da profissional que, hoje, se insere no movimento contra a privatização da saúde pública. Aqui ela expõe uma experiência passada de participação em outra organização, qual seja, num conselho comunitário:

Trabalhei numa unidade básica de saúde e aí se tinha contato com o conselho comunitário [...] Do bairro e aí a gente sempre procurava, nos momentos de reuniões, é... de colocar sempre para a população a importância da participação, desta população, é... na defesa dos direitos, na defesa da vida, na defesa da saúde e que isso só se consegue numa organização coletiva, que é fortalecida, que a gente tem mais possibilidades de avançar na luta pelos direitos que defendemos e que conquistamos, e que a gente vê que estão desmontados e violados (Justiça).

A fala acima revela uma ação totalmente comprometida com a população e seus direitos, em que se foge da atuação puramente

técnica e burocrática e vai além, colocando em prática os princípios preconizados pelo projeto ético-político da profissão, que orientam para a defesa da cidadania, da democracia e do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população usuária. Tal engajamento se configura como essencial à intervenção do(a) assistente social, na medida em que é um profissional que lida com as mais diversas manifestações da questão social, a qual, na atualidade, se mostra agudizada, inclusive devido à desresponsabilização do Estado, maior esfera de absorção do trabalho dos(as) assistentes sociais brasileiros.

Um profissional atento para as contradições existentes no espaço em que se insere, pensando além da imediatividade posta ao seu cotidiano de trabalho, consegue pôr em prática ações que priorizem a investigação, a criticidade e a proposição com criatividade e qualidade quando vai oferecer respostas às expressões da questão social, sendo os elementos mencionados essenciais para lidar com as demandas que chegam e que estão permeadas pelos interesses tanto de quem contrata o(a) profissional quanto de quem é foco de suas ações. Iamamoto (2012) contempla esta questão da atenção às contradições e aos desafios e possibilidades que perpassam a questão social como meio de potencializar respostas que beneficiem a população usuária quando coloca que:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas se opõem. (p. 28).

A pretensão, aqui, não é levantar a ideia de um serviço social socialista, mas de dar destaque a modos de atuar que imprimem os

princípios e as diretrizes do projeto ético-político do serviço social, bem como vão ao encontro do cumprimento do Código de Ética Profissional, elementos que simbolizam o avanço da categoria profissional no quesito compromisso com os segmentos explorados e oprimidos da sociedade, os quais dependem da intervenção dos(as) assistentes para que suas situações adversas sejam amenizadas ou solucionadas. Ou seja, em muitos casos, os rumos da vida de diversos sujeitos dependem de decisões que estão nas mãos dos(as) assistentes sociais e cabe a estes, no momento de sua intervenção, a impressão de modos de trabalhar que tanto podem beneficiar quanto podem prejudicar os(as) usuários(as).

Nesse sentido, ainda que tenhamos identificado apenas duas profissionais que estão diretamente articuladas com movimentos sociais, destacamos a importância do trabalho desenvolvido pelas profissionais que estão inseridas nos conselhos de direitos da cidade, espaços tomados por contradições e forças dominantes antidemocráticas e que necessitam de profissionais engajados na busca pela efetivação e ampliação dos direitos da população, interesse que todas as profissionais entrevistadas demonstraram ao justificar sua ação junto aos conselhos.

Assim, seja qual for a sua forma de atuação nos espaços conselhistas, o assistente social pode neles exercer e realizar a agenda e os princípios postos no projeto ético-político da profissão: pelo desenvolvimento de ações que contribuam para torná-los espaços propositivos e reivindicatórios; pela socialização de informações que subsidiem a formação/gestão de políticas e o acesso ao direito; pelo reforço de formas democráticas na gestão de políticas e programas através da ampliação dos canais de participação popular; pela capacitação política e técnica dos conselheiros,

instrumentalizando-os com dados, condições de vida da população usuária da política alvo de intervenção, com análises e avaliações acerca da política em que atuam e dos programas e projetos desenvolvidos; conhecimento, socialização e operacionalização da legislação e da dinâmica orçamentária e dos trâmites burocráticos da administração pública. (BRAVO; MENEZES, 2012, p. 324).

Ademais, a partir da atuação nos conselhos, as articulações com outras organizações podem surgir, sejam outros conselhos, conselhos de bairro e até mesmo os próprios movimentos sociais. A potencialidade de novas articulações se dá no momento em que o profissional se propõe a estar presente em qualquer que seja o espaço destinado à organização da sociedade em torno do atendimento de suas necessidades.

De todas as entrevistadas, verificamos que apenas uma das profissionais não se articula com alguma organização social, porém, no decorrer da entrevista, identificamos que tal postura não decorre de um descrédito aos movimentos sociais ou outros espaços por parte desta, mas sim por outros condicionantes. É o que veremos adiante ao tratar dos limites e das potencialidades encontrados por essas profissionais no seu cotidiano de trabalho.

LIMITES E POTENCIALIDADES DA RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: DESAFIOS AO PROJETO PROFISSIONAL

A contemporaneidade coloca diversos desafios ao serviço social, os quais se apresentam desde a formação enquanto estudantes até o momento em que estes(as) passam a desenvolver suas atividades profissionais. As limitações que hoje recaem sobre a categoria derivam

de uma conjuntura que emergiu com mais intensidade, no Brasil, a partir da década de 1990. Trata-se da ofensiva neoliberal que, por sua vez, se origina a partir de uma crise no sistema capitalista, identificada em meados dos anos 1970. Como toda crise no capital exige uma solução para sua superação, o neoliberalismo se constituiu em um mecanismo encontrado para que os padrões de acumulação pudessem ser retomados. É especificamente em 1989 que, em nosso país, podemos visualizar os efeitos de tal acontecimento:

Quando os representantes do grande capital passaram a ocupar mais diretamente as instâncias de decisão política [...]. No curso daquela década, a grande burguesia brasileira (que cresceu à sombra da proteção estatal da ditadura) reciclou rapidamente seu projeto societário, tornando-se, então, defensora do neoliberalismo. (NETTO, 1999, p. 18).

O governo neoliberal promoveu, por aqui, um verdadeiro desastre, afrontando a democracia e os direitos sociais. Destacam-se, entre as medidas neoliberais do Estado brasileiro, as privatizações, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação de uma política macroeconômica que se sobrepõe aos investimentos com o social (NETTO, 1999). É cabível ressaltar que o neoliberalismo não se restringe apenas à reforma do Estado, o qual está, também, conectado com a estrutura das relações produtivas da sociedade. Podemos compreender melhor essa questão quando recorremos ao pensamento marxista, a partir do qual se afirma que o conjunto das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (MARX, 1989).

Montaño e Duriguetto (2011) apresentam três elementos essenciais que estão devidamente articulados e que se configuram como base da estratégia neoliberal, sendo estes a ofensiva contra o trabalho e suas formas de organização e luta; a reestruturação produtiva; e a já mencionada (contra) reforma do Estado. Essa nova estratégia expressa a força da ofensiva capitalista que, diante das perdas ocorridas com a crise, atua com vistas a se reestruturar e, para tanto, promove significativas transformações nas relações produtivas e reprodutivas do cenário mundial. Transformações estas que só podemos classificar como negativas, pois são a causa do acirramento das desigualdades sociais e, principalmente, regionais, uma vez que contribuem para a dependência de determinados países a outros onde o sistema atua de forma central.

Falar do mundo do trabalho é falar de um sem número de pessoas que passaram a sofrer com as más implicações materializadas a partir do fim do regime de acumulação *keynesiano* e da tentativa bem-sucedida de anular as conquistas trabalhistas. A reestruturação na esfera da produção promoveu a expansão da utilização de máquinas que, por sua vez, reduz, em larga escala, o recurso à força de trabalho humana, diminuindo os custos da produção. Aglutinam-se a essa condição o aumento do desemprego e a precarização das condições de trabalho (trabalho por subcontratação, trabalho temporário, terceirização, baixa salarial), situações que levam os(as) trabalhadores(as) a se submeterem aos mandos e desmandos de seus contratantes por medo do desemprego. Aqui, podemos compreender bem a relação entre os três elementos identificados como pilares da estratégia neoliberal, pois se encontrando em condições precárias de trabalho geradas pela reestruturação produtiva, a classe trabalhadora tende a se desorganizar no que concerne às reivindicações por respostas às suas necessidades. Acontece, assim, o triunfo do projeto neoliberal no que diz respeito ao recuo das lutas sociais.

Nesse sentido, assistimos à tendência de desresponsabilização do Estado, o qual empreende esforços no sentido de repassar serviços que deveriam ser oferecidos no seu âmbito para outras esferas da sociedade. É na existência de organizações privadas como ONGs e outras instituições que desenvolvem um trabalho semelhante que o Estado encontra o respaldo necessário para não cumprir com suas responsabilidades sociais. É a partir dessa atitude que organizações de caráter solidário e filantrópico se consolidam na sociedade, pois na medida em que o Estado não assegura os direitos da população, esta recorre a esses equipamentos a fim de obter respostas às suas demandas:

Agora o mercado será a instância por excelência, de regulação e legitimação social. O “igualitarismo” promovido pelo Estado intervencionista deve ser, na ótica neoliberal, combatido. No seu lugar, a desigualdade e a concorrência são concebidas como motores do estímulo e desenvolvimento social. (MONTAÑO, 2002, s/p).

Neste ponto, nos deparamos com outro artifício neoliberal, que é o da ofensiva ideológica e cultural. Além de atuar nas esferas objetivas da sociedade, as ações neoliberais atingem a consciência das pessoas, fato que podemos confirmar ao observar, na sociedade, a massificação de ideais como o individualismo e a competitividade.

Pretende-se que haja a aceitação quanto ao fato de que a sociedade não pode oferecer oportunidades para todos e que a solidariedade é um meio para atenuar os “problemas sociais” daqueles que não tiveram possibilidades de ascender na vida. Teixeira e Braz (2009) sintetizam essa ideia quando afirmam que:

No campo ideocultural, há a prevalência de modos de pensar que têm afirmado a impossibilidade de supera-

ção da ordem do capital e, mais que isso, vêm difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa a ele (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 14).

Diante dessa conjuntura, se lançarmos um olhar sobre o serviço social no Brasil, verificamos que, da década de 1990 até a atualidade, a ofensiva neoliberal tem deixado rebatimentos diretos para a profissão, especificamente por intermédio das medidas adotadas pela contrarreforma do Estado. Os espaços em que os(as) assistentes sociais trabalham se encontram sem as condições necessárias para que estes possam desenvolver, de forma competente e qualificada, suas ações interventivas, não se diferenciando das condições que incidem sobre os(as) demais trabalhadores(as) brasileiros, as quais já explicitamos. Os(as) profissionais, cada vez mais, se deparam com falta de recursos diversos, necessários ao seu cotidiano de trabalho.

Pensando nas possíveis consequências que a conjuntura abordada pudesse implicar sobre a articulação das assistentes sociais supervisoras de campo de estágio com os movimentos sociais ou outras organizações da sociedade, indagamos sobre que elementos são limitadores dessa aproximação, e as declarações são enfáticas quanto à tendência de precarização das condições de trabalho na atualidade, de modo que alguns elementos se repetem nos depoimentos. Vejamos:

O que dificulta é a rotina de trabalho da gente, nas nossas instituições. [...] no meu caso, a gente tem uma rotina de trabalho... a gente dá assistência a 87 municípios. Eu estou sempre viajando, mas eu sempre procuro conciliar datas e horários de trabalho com as ações dessas instituições de que eu participo (Liberdade).

Pela nossa rotina, aqui, sem dúvida, que é uma rotina muito corrida (Direitos).

O cotidiano profissional, o ativismo [...] Do dia a dia, o acúmulo de tarefas. Isso, realmente, me consome bastante. [...] A sobrecarga de trabalho é muito grande, então isso também contribui pra gente não assumir mais outro compromisso (Cidadania).

Os limites institucionais [...]. A própria especificidade do trabalho em urgência e emergência, é... a correria que se tem, o nível de atividades, do trefismo, de atividades que nós temos como demanda na urgência e emergência, que é o aqui e agora [...]. Limites institucionais, exatamente, batem aos próprios objetivos da instituição também [...] É... nós temos uma autonomia relativa,⁴ não é verdade? Enquanto profissional. Nós temos uma autonomia relativa e assim... nós temos esses limites que dificultam a... ultrapassar essas barreiras (Justiça).

As falas colocam o cotidiano de trabalho como um momento repleto de obstáculos, em que é comum, na rotina diária de trabalho, lidar com atividades excessivas para as quais nem sempre é possível

[4] Sobre a discussão em torno da autonomia relativa, Iamamoto (2009) nos contempla colocando que o(a) assistente social é um(a) profissional que detém uma força de trabalho especializada, em decorrência de sua formação acadêmica, mas que este(a) necessita de algo além dessa formação, ou seja, necessita de condições referentes a recursos financeiros, materiais e humanos, os quais se encontram sob o poder do empregador. Tal fato caracteriza bem as contradições presentes no exercício profissional dos(as) assistentes sociais. A autonomia relativa se revela ao passo que os empregadores detêm os recursos necessários ao trabalho do(a) profissional, mas, em contrapartida, este tem a possibilidade de orientar sua intervenção para objetivos distintos dos que os primeiros preconizam. A autonomia relativa é fortalecida pela soma de alguns elementos, quais sejam: o próprio caráter contraditório das relações sociais, a qualificação profissional do(a) assistente social, a regulamentação das ações privativas deste(a) e a articulação com outros sujeitos que participem do processo de trabalho cooperativo.

oferecer as respostas no tempo esperado, o que implica o acúmulo das demandas institucionais.

O penúltimo relato nos traz uma reflexão sobre a compreensão que alguns(mas) profissionais têm sobre desenvolver um trabalho junto a movimentos sociais ou outras organizações da classe trabalhadora. Vemos que a articulação com tais espaços é tratada como um compromisso a mais, levando ao entendimento de que não se vê essa relação como um elemento que pode ser parte de sua atuação profissional, constituinte do seu cotidiano de trabalho na instituição em que se insere.

As consequências negativas da conjuntura de ofensiva recaem, também, sobre os(as) usuários(as) do serviço social que, por sua vez, são majoritariamente oriundos(as) das classes menos favorecidas e, devido ao desmantelamento das políticas públicas e a deterioração das condições de vida, apresentam inúmeras e diversificadas demandas para a profissão que, muitas vezes, como se expõe nas falas, exigem urgência, mas que esbarram nos limites institucionais.

Nesse contexto, emergem os limites impostos à materialização do projeto ético-político do serviço social, uma vez que todos os elementos da ofensiva neoliberal, aqui elencados, o perpassam. Pensemos inicialmente no trabalho dos(as) assistentes sociais, muitas vezes atingido pelos impactos da reestruturação produtiva, do modelo flexível de acumulação capitalista e, especialmente, pela desresponsabilização do Estado, o qual não oferece condições de trabalho que incidam em respostas competentes às necessidades sociais, que chegam às instituições em forma de inúmeras e complexas demandas. O Estado poupa nos investimentos com a esfera social na medida em que se esquiva da contratação de novos(as) profissionais, os(as) quais contribuiriam demasiadamente para que os serviços fossem realizados com mais qualidade. Sobre esta questão, duas entrevistadas se posicionam, colocando que a contratação de mais profissionais seria algo de muita importância, tanto para que se possa dar conta das atividades no

âmbito de inserção profissional, quanto para ir além dele e poder fazer articulações com outras organizações:

Existe uma concretização da ampliação do nosso quadro, mas nós trabalhamos, digamos assim, com a liberação do Ministério do Planejamento. Enquanto o Ministério do Planejamento não liberar as vagas, o instituto não tem condições de ampliar, mas já foi feito o ano passado o concurso pra assistente social, nós temos, é... pessoas aprovadas, então assim... estamos apenas nessa dependência, de que o Ministério do Planejamento libere essas vagas e a gente possa ampliar o nosso quadro (Direitos).

já houve vários movimentos do CRESS com relação a isso e cada presidente do Tribunal de Justiça que chega assume o compromisso de ter concurso nessa área específica, na área de assistente social, psicólogo, é... psiquiatra, enfermeiro, médico e em outras áreas, mas até o momento, a governadora se mantém irredutível no sentido de que não tem recurso pra concurso [...]. Isso é uma coisa que já vem rolando há 2, 3 anos [...]. (Cidadania).

Defrontamo-nos também, diante das negativas implicações neoliberais, com a possibilidade de fragilização da capacidade de articulação da categoria em torno das reivindicações, sejam estas corporativas ou de caráter geral, na medida em que o projeto profissional assinala para a articulação dos(as) assistentes sociais com outras categorias profissionais que compartilhem das propostas defendidas pelo serviço social, bem como com movimentos que contribuem com a luta geral dos(as) trabalhadores(as). Como bem aponta Ramos (2002, s/p):

O processo de construção da consciência política coletiva, visando à materialização de projetos políticos de sociedade, é bastante complexo e sofre, entre outras, determinações de ordem econômica, política, cultural, ideológica, social, profissional. Esse processo requisita a ruptura com diversos entraves postos no cotidiano, tais como: o corporativismo, a despoliticização, a apatia, o comodismo.

Atualmente nos defrontamos com o descaso legado à educação, de modo específico, no que se refere à sua mercantilização. No Brasil, é crescente o número de instituições privadas que se fortalecem por intermédio do descaso com as instituições públicas e do apoio que é oferecido pelo governo federal. Os rebatimentos dessa situação sobre o serviço social são desastrosos, uma vez que diversas instituições que formam assistentes sociais não estão preparadas para oferecer uma formação profissional de qualidade, pois não acompanham o amadurecimento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do serviço social.

Os cursos a distância, por exemplo, são extremamente prejudiciais à formação profissional do(a) assistente social, pois se orientam pela lógica do capital, tendo como fortes características o aligeiramento do tempo de formação, a falta de qualidade no oferecimento do estágio supervisionado obrigatório, comprometido pelo pouco tempo destinado a este, e pela enorme quantidade de estudantes que ficam sob a tutela dos(as) supervisores(as), entre outras incongruências. Tais modelos cumprem os requisitos de um modelo educacional totalmente vinculado aos interesses capitalistas, que transformaram as instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, em mais um espaço de fonte de lucros, mercantilizando o que é um direito universal.

Entre todas as limitações impostas ao projeto profissional do serviço social, cabe, sem a pretensão de ter esgotado as questões, o destaque de uma: a desmobilização social. Como bem se sabe, o projeto ético-político que está em voga assinala a articulação com as classes exploradas e dominadas, que estejam em situação desfavorável na sociedade. Nesse sentido, os(as) profissionais de serviço social têm sua atuação orientada pelo compromisso com a liberdade, a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos sujeitos sociais, com os direitos humanos, a equidade, a justiça social, a universalização do acesso aos bens e serviços sociais e com a ampliação e consolidação da cidadania e da democracia. Contudo, atualmente, a conjuntura apresentada pela ofensiva neoliberal implica o recuo das mobilizações sociais, na medida em que a população brasileira encara questões que a impossibilitam de se organizar.

Por estar atrelado a um projeto societário de transformação social, onde não haja exploração e dominação por questões de classe, etnia e sexo, o projeto profissional do serviço social enfrenta uma complexa tarefa na atualidade, que é a da resistência à ofensiva do capital. De modo que o projeto profissional, isolado, não seja protagonista de grandes transformações sociais e que o projeto societário ao qual este está atrelado, diante das dificuldades de resistência, precise ser fortalecido, os tempos presentes são de extrema importância no que concerne às análises correspondentes à estrutura e dinâmica de ambos os projetos.

Portanto se afirma, “em tempos sombrios”, a necessidade do desenvolvimento de ações qualificadas e comprometidas ética, política e socialmente, respingando em todos os espaços de intervenção profissional. Muitos(as) profissionais afirmam que, em meio a tantas adversidades que incidem sobre seu trabalho, se torna impossível materializar o projeto profissional; porém, estancar diante das limitações cotidianas, tratando tais adversidades como questões imutáveis, é cair

no fatalismo. Surge, então, o risco de desenvolver um trabalho sem significado social, que não conflui para alteração das demandas que se apresentam. É quando somos confrontados(as) com tais situações que:

Devemos reafirmar nosso projeto ético-político, pois ele fornece os insumos para enfrentar as dificuldades profissionais a partir dos compromissos coletivamente construídos pela categoria. Parece óbvio que a realidade atual não nos é favorável, e para isso precisamos enfrentá-la com competência profissional e conscientes do significado político-profissional de nossa atuação. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 12).

Tal assertiva conflui com o pensamento exposto por uma entrevistada, quando esta nos fala sobre o compromisso com a profissão e com o projeto ético-político:

Precisamos de capacitação no sentido da competência política pra gente compreender, reativar, atualizar o conhecimento que a gente precisa ter pra desvendar essa realidade, pra ver como essa realidade está acontecendo e ver o que a gente pode fazer mesmo com os limites institucionais, mesmo com os limites de toda estrutura, de toda uma conjuntura política que nós vivemos, de todos os desmontes dos direitos sociais. Mas enquanto profissional de serviço social, a gente precisa buscar essa competência pra poder atuar mais efetivamente e dessa forma política, que é o compromisso da profissão com as classes trabalhadoras, com a população que se vê violada, desrespeitada nos seus direitos (Justiça).

Enfrentar os obstáculos que o capital impõe à prática profissional é oferecer significado social à profissão e demonstrar compromisso com a população usuária; é também garantir a continuidade das conquistas alcançadas com tanto esforço pela coletividade, seja as referentes ao corpo profissional ou às classes populares oprimidas.

Nesse sentido, interessou-nos também identificar as potencialidades contidas no fazer profissional das assistentes sociais entrevistadas, considerando-as como elemento importante a ser discutido, uma vez que foram apontadas muitas dificuldades e que nos orientamos por uma perspectiva que prioriza a análise da totalidade contraditória e complexa, a qual, ao passo em que nos mostra desafios, também nos coloca possibilidades de superá-los, principalmente quando há clareza técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política por parte do(a) profissional que se depara com as adversidades cotidianas e, ainda assim, enxerga meios de concretizar ações que pautem a qualidade na prestação dos serviços à população usuária.

Verificamos que as profissionais apontam como potencialidades para sua articulação com outras organizações o fato de priorizarem o atendimento qualificado aos seus usuários, visando à consolidação dos seus direitos. Na medida em que objetivam estar munidas de elementos capazes de contribuir com tal objetivo, elas encontram, na inserção nos diversos conselhos citados, no sindicato, no movimento em defesa da saúde pública e nos fóruns municipais, a chance de superar essas dificuldades e limitações mencionadas quando do seu trabalho cotidiano. São ações de sujeitos profissionais:

Que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da

realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (IAMAMOTO, 2012, p. 21).

Aqui, podemos pensar no debate que gira em torno da ideia de inviabilidade de materializar o projeto profissional do serviço social. Enquanto, de um lado, se propaga a assertiva de que, diante do desmonte dos diversos direitos e da qualidade das políticas públicas, bem como da falta de recursos, o projeto ético-político se torna intenção morta; de outro, nos deparamos com profissionais que arriscam ir na contra corrente, defendendo o que é preconizado pelo projeto profissional.

E é por isso que, mesmo tendo identificado poucas inserções das assistentes sociais nos movimentos sociais da cidade, que consideramos extremamente relevante a participação que verificamos, seja nos movimentos ou nos conselhos e nos fóruns, locais em que estas procuram ser agentes fomentadoras da consolidação e da ampliação dos direitos da população mossoroense. Ademais, nos vêm algumas inquietações, relacionadas às características e necessidades dos movimentos sociais do município. Será que estes demandam a participação dos(as) assistentes sociais em seu interior? Como estes se posicionam diante do trabalho desenvolvido pelos(as) assistentes sociais da cidade? Os referidos questionamentos representam a possibilidade de imersão em uma série de novas investigações que versem sobre a relação do serviço social com os movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O serviço social e os movimentos sociais são fortemente influenciados e condicionados pelas determinações originadas a partir do sistema capitalista, o qual vem se metamorfoseando no decorrer

do seu desenvolvimento a fim de obter lucros cada vez maiores. As ações de resposta aos rebatimentos negativos que o capital traz para ambos segmentos se processam com mais ou menos organização e intensidade, dependendo das condições externas, impostas pelo sistema, bem como das internas, envolvendo questões de capacidade de articulação e resistência desses segmentos. O projeto ético-político do serviço social é um exemplo dessas respostas que a profissão oferece para o embate com o capital, é expressão da referida disputa e marca um momento específico, em que a categoria profissional se une para elaborar propostas coletivas de transformação no exercício profissional.

A articulação com os movimentos sociais se forja nesse mesmo período e permanece priorizada entre os princípios do projeto ético-político na atualidade, como meio de atender às necessidades dos sujeitos que neles se organizam. Para além disso, tal articulação simboliza o fortalecimento dos projetos societários que têm como horizonte a emancipação humana, uma vez que se encontram sofrendo fortes ofensivas por intermédio das ações regressivas do capital e do Estado, pautadas na submissão dos sujeitos à mercadoria. Esse fato incorre na expansão da degradação das condições de vida destes.

As profissionais que entrevistamos reconhecem a necessidade e a importância de haver uma articulação profissional com os movimentos sociais e demais organizações da classe trabalhadora, na medida em que compreendem a sociedade brasileira como desigual, necessitando, a partir de tal fato, de mobilizações sociais para que tal conjuntura seja revertida.

Para além disso, as profissionais entendem que a aproximação com os movimentos resulta em um respaldo para o desenvolvimento qualitativo do trabalho do(a) assistente social, na medida em que, junto a estes, tomam conhecimento do que se passa na realidade da população usuária de seus serviços, ficando a par de suas necessidades e tendo melhores condições de desenvolver respostas e intervenções críticas, propositivas e criativas, que, de fato, causem impactos po-

sitivos na vida dos sujeitos, contribuindo para sua emancipação. As profissionais ressaltam o ganho que recai sobre os usuários quando os(as) assistentes sociais se inserem nos movimentos ou em outros espaços pertencentes à classe trabalhadora.

Ainda que reconheçam a importância de uma articulação, as assistentes sociais entrevistadas encontram dificuldades de se inserir nos movimentos sociais em Mossoró e, sobre tal fato, apontam o cotidiano de trabalho como maior empecilho, sendo este corrido e cheio de tarefas, demandando respostas imediatas. Outra indicação elencada por algumas entrevistadas para justificar a impossibilidade de articulação com os movimentos é a de que há muito trabalho colocado para elas e que a contratação de outros(as) profissionais contribuiria para que pudessem desenvolver outras atividades e não ficar restritas à instituição em que trabalham.

Diante da situação exposta, os conselhos de direitos ligados mais diretamente aos seus campos de trabalho se expressam enquanto espaços de inserção das profissionais, fato que analisamos com positividade, uma vez que esses espaços precisam estar ocupados por sujeitos comprometidos com o controle social e a democratização das decisões políticas. As assistentes sociais inseridas nesses espaços carregam uma série de possibilidades de contribuir para fortalecer o lado da população pertencente à classe trabalhadora.

Ademais, uma vez que esteja dentro do conselho, o(a) assistente social tem a potencialidade de se aproximar dos movimentos sociais e até mesmo fomentar a organização e a mobilização da população em torno da reivindicação de suas necessidades. Trata-se de uma questão de atentar para a correlação de forças posta nos espaços, observando a realidade em sua concretude, mas também o seu caráter transitório, o qual só é possível por intermédio das ações de sujeitos conscientes do seu protagonismo transformador.

Os movimentos sociais mossoroenses, uma vez que estão imersos numa conjuntura de ofensiva, necessitam de fortalecimento, assim

como o projeto profissional do serviço social no âmbito local, que, como vimos, sofre com limitações para sua materialização. Nesse sentido, faz-se necessária a aproximação entre a profissão e as organizações que pautam uma sociedade igualitária, sem exploração, dominação e opressão. Destacamos que, para isso, os(as) profissionais precisam encontrar condições favoráveis em seus locais de trabalho, condição que não ocorre para a maioria das entrevistadas. Tal articulação representará ganhos significativos, na medida em que há interesses comuns entre os segmentos e que a união da luta em torno dos objetivos incorre no fortalecimento dos projetos dos movimentos sociais, bem como do projeto profissional do serviço social, os quais se inscrevem em um projeto maior, que tem como horizonte uma sociedade em que a vida com dignidade seja colocada em primeiro lugar.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Maria Inês de Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (orgs.). **Saúde Serviço Social: movimentos sociais e conselhos: desafios atuais**. São Paulo: Cortez, 2012.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. **Revista Temporalis**, n. 2. Brasília: ABEPSS, 2000.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BALDI, Luiz Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** v. 123, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Questões da Nossa Época).

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In:* AUTOR, . **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política.** São Paulo: Mandacaru, 1989.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** v. 5, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica do Serviço Social).

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Revista Lutas Sociais.** NEILS/PUC-SP, São Paulo: Editora Pulsar, n. 8, p. 53-64, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 29 fev. 2012.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999).

RAMOS, Sâmya Rodrigues *et al.* **A atuação dos movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) de Mossoró como mediação para o reconhecimento dos direitos sociais.** Relatório Final de Pesquisa. Linha de pesquisa: ética, política e direitos humanos. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Faculdade de Serviço Social, jul. 2007.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. A construção de projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional do Serviço Social. **Revista Temporalis**, n. 5, São Paulo, 2002.

RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara Moraes. Projeto Profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. *In:* SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

TEIXEIRA, Joaquina Barata, BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In:* CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL–CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

CAPÍTULO 3

MOVIMENTO LGBT: TRAJETÓRIA E PAPEL NA AMPLIAÇÃO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

ANDREIA PEREIRA DE ALBUQUERQUE¹

INTRODUÇÃO

Constituindo uma das principais formas de mobilização coletiva na cena contemporânea, os movimentos sociais sinalizam transformações no campo da luta contra a política neoliberal e imperialista, num contexto em que a implantação dessas políticas faz com que as lutas pela ampliação dos direitos encontrem impedimentos estruturais.

No que diz respeito à sexualidade, são impostos padrões considerados “normais” pela sociedade e que devem ser seguidos. Há uma separação que nos é posta desde a infância, em que meninos devem seguir certo tipo de comportamento—serem másculos, fortes; e meninas devem seguir outro—serem delicadas, vaidosas, obedientes. Acaba se constituindo assim uma das primeiras formas da imposição da heteronormatividade. São padrões que findam colocando limites

[1] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

para a liberdade do outro de expressar a sua sexualidade e que são disseminados principalmente por instituições como a escola, a família e a mídia.

O sistema patriarcal determina uma das formas de opressão e exploração sobre as mulheres, assim como constitui o regime da heterossexualidade, que se sustenta na família monogâmica, no controle sobre os corpos e a vida das mulheres, nas relações de dominação e exploração, todos relacionados à heterossexualidade normativa, adquirindo o sentido da intolerância, da opressão, do machismo e do não reconhecimento da liberdade. Assim sendo, o movimento LGBT—tal como o feminista—luta contra esse sistema com o propósito de combater todas as formas de opressão, dominação, violências, e de buscar a conquista da liberdade de expressão.

Nos últimos tempos, o movimento LGBT tem ganhado maior visibilidade com as Paradas do Orgulho LGBT, com a aprovação de alguns projetos de lei e com as maiores representações nacionais no que diz respeito à luta pela causa dos segmentos LGBT, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), e a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), tidas como referências na estruturação do movimento LGBT no Brasil.

Há muito que ser feito e debatido a respeito da sexualidade, da violação dos direitos, da opressão dos segmentos LGBT, que ainda aparecem tão naturalizadas na sociedade. Daí a importância do debate sobre essas categorias e a dimensão dos movimentos sociais como um todo para o serviço social, vista a sua relação intrínseca com as lutas sociais.

Essa relação está expressa na Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética, estabelecendo como uma das competências e direitos do assistente social a prestação de assessoria e apoio aos movimentos sociais com relação às políticas sociais, no exercício, na defesa e no acesso aos direitos civis, políticos e sociais da coletividade, bem como apoio e participação nos movimentos

sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania, respeitando a autonomia dos movimentos e das organizações trabalhistas.

E, ainda, no fortalecimento do projeto profissional, por meio do compromisso das entidades representativas, como o Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/ CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) na luta contra todos os tipos de discriminação, contra o racismo, a homofobia, o patriarcado e no reconhecimento dos direitos das mulheres, da população LGBT, etc.

Vale destacar ainda que esse debate se faz relevante não só para a categoria profissional e estudantil, mas para todos aqueles interessados/as no assunto, vista a frágil discussão que ainda paira sobre o movimento LGBT. Daí a necessidade de incorporar essa luta no cotidiano, não só de pessoas tidas como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, mas de todos aqueles que almejam uma sociedade livre de qualquer tipo de opressão, exploração e preconceito.

O DEBATE SOBRE PATRIARCADO, HETERONORMATIVIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Nas análises de Cisne (2014), a opressão e a exploração sobre as mulheres, bem como a constituição do regime da heterossexualidade, são determinados por um sistema: o patriarcado. De acordo com Christine Delphy (2009, p. 174), “patriarcado’ vem da combinação das palavras gregas *parter* (pai) e *arke* (origem e comando). [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai”.

A família monogâmica, a divisão sexual do trabalho, o controle sobre os corpos e as vidas das mulheres, bem como as relações de dominação e exploração sobre as mulheres, estão associados à he-

terossexualidade e constituem a base de sustentação desse sistema² de organização social. Possibilitam estabelecer o sistema de relação legítimo e o recebimento ou a transmissão da herança, para isso, a heterossexualidade deve estar combinada com o controle sobre as mulheres. Daí o surgimento da família monogâmica, que está arraigada à consolidação da propriedade privada.

Segundo Engels (1884), o surgimento da propriedade privada, nas sociedades pré-históricas, tem papel importante na mudança das relações sociais e sexuais. Portanto, o início da opressão sexual tem base pré-capitalista, surgindo com a propriedade privada e com o conceito de família que esta trouxe, tornando a sociedade, antes alicerçada no modelo matriarcal,³ numa sociedade patriarcal, pautada na superioridade masculina e no direito do homem sobre a mulher, os filhos, os escravos e os meios de produção.

Com o surgimento da propriedade privada, a subordinação feminina ganha uma base estruturante, tornando-se o marco inicial da luta de classes (CISNE, 2013). Assim, as relações de classe são permeadas historicamente pelas relações de dominação e poder do sexo masculino sobre o feminino. Okita (2007, p. 23) aponta que, “na sociedade pré-histórica, homem e mulher conviveram em igualdade de condições e somente no desenvolvimento da sociedade de classes começou a opressão da mulher”.

[2] Segundo Jules Falquet (2009, p. 123), o sistema heterossexual obrigatório de organização social “se baseia na estrita divisão da humanidade em dois sexos, fundamentos de dois gêneros obrigados a manter relações desiguais de ‘complementaridade’ no contexto de uma rígida divisão sexual do trabalho”.

[3] “O que caracterizou a sociedade matriarcal foram os laços maternos. A concepção de paternidade não existia ali e a co-habitação, ou seja, homem e mulher que mantinham relações sexuais vivendo juntos, só apareceu nos últimos períodos do comunismo fundacional. Os descendentes de sangue eram identificados através da mulher. A organização tribal concentrou-se em relação às mulheres e seus filhos [...]” (OKITA, 2007, p. 25-26).

Para Engels (1884, p. 22), “o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia, e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino”. Antagonismos esses que serviam principalmente aos interesses das classes dominantes de garantia e reprodução da propriedade privada e da força de trabalho para manter seus privilégios.

Assim como a opressão sobre as mulheres, compartilhamos da concepção de que o marco que dá origem a heteronormatividade ocorre com a propriedade privada, devido à necessidade da reprodução humana como forma de garantir força de trabalho para o acúmulo de riqueza. (CISNE, 2012, p. 5).

A heteronormatividade é a imposição da heterossexualidade aos indivíduos como forma de organização social e é uma das dimensões fundamentais para a consolidação do patriarcado. Como destacam Rodrigues e Guimarães (2012), as relações sociais são regidas inquestionavelmente com base na heterossexualidade, ou seja, há um padrão hétero instituído socialmente e a ser seguido por todos.

Há que se lembrar que nós não somos iguais. Temos cores diferentes, culturas, modos de pensar diferentes. Porém, ser diferente em uma sociedade regida pelo racismo, pelo machismo, pelo sistema heteronormativo, patriarcal e capitalista é contrariar o modelo conservador vigente do que ela dita como “normal”. Ou seja, ser diferente nessa sociedade significa estar fora do modelo instituído pela ideologia dominante.

Instituições como a Igreja, a família e o Estado, ao longo da história, têm aprofundado a cultura heteronormativa nos valores da sociedade.

Com a transformação da ordem matriarcal para o patriarcado, as relações sexuais nessa nova sociedade passaram a ter mais restrições.

Sentimentos sexuais começaram a ser influenciados pelo controle social, e foram construídas proibições sexuais rígidas (OKITA, 2007). Sexo passou a ser relacionado a vergonha, culpa e medo, e como forma de opressão para manter a ordem, resultando na censura da homossexualidade.

Essas novas condições sociais passaram a influenciar gradativamente a vida religiosa. Os costumes da classe dominante trouxeram a necessidade da monogamia e a hostilidade à homossexualidade. “A Igreja Medieval, junto com a classe feudal dominante, levou a perseguição aos homossexuais a um nível histórico, estabelecendo atitudes e práticas existentes até hoje” (OKITA, 2007, p. 48).

Com a Revolução Industrial, o preconceito contra os homossexuais tornou-se parte integrante da sociedade. A opressão anti-homossexual, assim como a opressão e exploração da mulher, foram perpetuados pelos países capitalistas.

A homossexualidade entra em conflito com a família, a base para o sistema capitalista de mão de obra barata. É a base para a transferência da herança na sociedade patriarcal e para a manutenção da linhagem familiar; é também base de reprodução para fornecer força de trabalho; e como instrumento de imposição da ideologia correta aos filhos. A família patriarcal é composta de modo a evitar a livre expressão da sexualidade (OKITA, 2007).

O patriarcado como sistema e ideologia normatiza e institui as relações de gênero vigentes, estruturando-as em um modelo conservador, autoritário e repressor do que é “ser homem” e “ser mulher” na sociedade (CISNE, 2012). Ainda, essa normatização acaba por criar uma diferenciação na atribuição de papéis e espaços baseada no gênero, em que se “institui o homem como superior, forte, viril e dominante. Já as mulheres são educadas para serem pessoas frágeis, sensíveis, subservientes, tímidas, medrosas” (CISNE, 2012, p. 6). Ou seja, homens e mulheres devem ser heterossexuais.

Com a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual dos brinquedos, a separação de espaços e tarefas, as crianças são orientadas pela sociedade a terem certo tipo de comportamento. Assim, “[...] desde a infância, meninos e meninas recebem uma educação sexista, ou seja, aquela que não apenas diferencia os gêneros, mas educa homens e mulheres de forma desigual” (CISNE, 2012, p. 160). Para tanto, o sistema patriarcal conta com a Igreja, a família e a escola na disseminação de sua ideologia.

São padrões e comportamentos que acabam colocando limites para a liberdade do outro de expressar a sua sexualidade, estabelecendo um modo único de relacionamento para todos os indivíduos. Isso acaba dando origem ao preconceito e a discriminações que esses sujeitos vivenciam por não serem heterossexuais. Em outras palavras, a imposição da heteronormatividade legitima a reprodução da homofobia:

A heterossexualidade alimenta ainda a ideologia de naturalização dos sexos e, como tal, reproduz de forma ‘natural’ as desigualdades que marcam as relações de sexo, historicamente apropriadas pelo capital para a superexploração da força de trabalho feminina, bem como do segmento trans. Isso ocorre porque, ao serem desvalorizados(as) como pessoas, consequentemente também sua força de trabalho é desvalorizada e até mesmo não reconhecida como trabalho [...] (CISNE; SANTOS, 2014, p. 155).

Portanto, as mulheres e a comunidade LGBT sofrem opressões que, embora diferenciadas, originam-se num ponto comum: o patriarcado. E ainda que os múltiplos preconceitos em relação à comunidade LGBT não sejam oriundos da sociabilidade capitalista, a opressão e as

barreiras impostas à liberdade de orientação sexual encontram, nesta sociabilidade, amplas possibilidades de reprodução.

Para Rodrigues e Guimarães (2012), a opressão resultante da ausência de liberdade de orientação sexual se efetiva em amplas e diversificadas dimensões da existência social, indo desde a família e o trabalho do indivíduo, e chegando a repercutir também no acesso e/ou na inserção destes sujeitos em relação a direitos sociais básicos e elementares, como moradia, saúde e educação—sobretudo quando estamos falando de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros pertencentes à classe trabalhadora.

Desse modo, a dimensão da orientação sexual nessa sociedade patriarcal e heteronormativa engendra opressões, inclusive, no interior da mesma classe. Como nos esclarece Cisne (2013, p. 50):

Um homem pobre e heterossexual possui muito mais respeitabilidade e menos risco de sofrer violência do que um homem pobre *gay*. Contudo, um *gay* rico, ainda que sofra opressões motivadas por sua orientação sexual, elas ocorrem de maneira diferenciada das que sofre um *gay* pobre. Mais do que isso, um homem *gay* rico possui determinados privilégios oferecidos pela sua condição socioeconômica que um homem pobre heterossexual não possui.

Ser diferente em uma sociabilidade fundada e regida pela exploração é estar sujeito a diversas desigualdades e cerceamento de direitos, inclusive no que diz respeito aos sentimentos e desejos dos sujeitos. Existem, portanto, desigualdades e preconceitos que são mais acentuados para alguns, como é o caso dos travestis e transexuais, inclusive também entre gays e lésbicas.

Essa ideologia de pensamento da estrutura da sociedade se dá através da separação dos sujeitos em dois gêneros antagônicos: o femi-

nino e o masculino. A essa separação, é dado o nome de “binarismo de gênero”. Para Oliveira (2012, p. 15), “ao definir a diversidade humana em duas possibilidades (masculino e feminino), excluímos ou, no mínimo, invisibilizamos as demais possibilidades”.

É, portanto, a partir dessa separação de gêneros que ocorre a incompreensão e, por conseguinte, a discriminação a bissexuais, travestis e transexuais (outro binário presente no debate da diversidade sexual: o binário homossexual-heterossexual), simplesmente por não se encaixarem em nenhuma dessas categorias estabelecidas no modo de pensar da sociedade. Segundo Simões e Facchini (2009, p. 31), são:

Valores e ideias de que o certo, o normal e o saudável em termos de sexo é que cada pessoa tenha o seu senso de identidade e de desejo devidamente adequado à genitália que lhe foi destinada. Em outras palavras, um suposto cultural poderoso é que tem de existir uma conexão fundamental entre o sexo do corpo (macho ou fêmea), a identidade de gênero (a convicção de ser “masculino” ou “feminina”, conforme os atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para os machos e as fêmeas) e a orientação do desejo para o sexo oposto (machos desejam fêmeas e vice-versa).

Daí surgem também pensamentos conservadores e preconceituosos. Há quem pense que homens gays não são homens (que reproduzem inclusive o machismo), como se ao terem um relacionamento homoafetivo perdessem sua masculinidade, ou que mulheres lésbicas não são mulheres de verdade, que precisam conhecer um “homem de verdade”. Ou ainda concepções errôneas de que homens com traços considerados afeminados são necessariamente gays, que querem ser

mulheres, e que mulheres por vestirem roupas largas são lésbicas, ou que querem ser homens.

Essa ideologia patriarcal faz com que muitos casais homoafetivos estabeleçam uma separação na sua sexualidade entre “passive” e “ative”. Isso acaba reproduzindo e reforçando em grande escala a heteronormatividade, já que essa separação entre o masculino e o feminino não se restringe apenas à sexualidade, mas a papéis e características de gênero (CISNE, 2012). Assim, os casais homoafetivos incorporam e reproduzem o modelo conservador de pensar e se relacionar do sistema heteronormativo.

O binarismo ainda traz consigo a invisibilidade das mulheres lésbicas, que se fundamenta na diferenciação e hierarquização dos gêneros. Em outras palavras, a invisibilidade lésbica está intrinsecamente ligada ao machismo, ao racismo e ao sistema heteronormativo. Além disso, deve-se lembrar que a condição da mulher na sociedade é historicamente inferior.

Desde os primórdios, no surgimento da propriedade privada, a sexualidade da mulher, bem como a sua reprodução, vem sendo brutalmente controlada, seja por mecanismos institucionais, como o Estado e a Igreja, ou por meio de mecanismos estruturantes da conjuntura social, como o patriarcado. (BARBOSA *et al.*, 2014, p. 3011).

É nesse quadro que a mulher lésbica se encontra: entre uma série de opressões. À medida que ser mulher por si só já traz um senso histórico de inferiorização e ao expor a sua sexualidade, essa opressão aumenta exponencialmente, ainda mais se esta for pobre, negra ou ainda se for uma mulher transexual. Ainda que sejam opressões diferenciadas, são oriundas de um mesmo sistema, o patriarcal. Essa invisibilidade impõe dificuldades para a construção de sua identidade lésbica.

Destarte, a invisibilidade das mulheres lésbicas na sociedade e também no movimento LGBT demonstra a fortaleza do patriarcado enquanto sistema ideológico universal, que atravessa os mais variados espaços, inclusive, os dos movimentos sociais (OLIVEIRA, 2012). Exemplo disso foi a criação em 2003 de uma organização própria, a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), com alegação de invisibilidade e opressão dentro do próprio movimento, passando a defender a autonomia e a liberdade como princípios fundamentais para o exercício da sexualidade, bem como o feminismo e uma sociabilidade anticapitalista.

Percebe-se, então, a enorme violência contra os sujeitos que ousam romper com os papéis de gênero e com as regras e processos de normalização do sistema heteronormativo, colocando barreiras que impedem a liberdade de expressar e viver a sexualidade, colocada pela sociedade como não padrão.

O modo de falar, de vestir, de se comportar, ou a preferência por determinadas atividades, não têm necessariamente a ver com a orientação sexual, nem com identidade de gênero. O equívoco acerca dos papéis de gênero, orientação sexual e identidade de gênero se devem unicamente ao padrão binário a que a sociedade é submetida.

É impossível pensar numa sociedade desprovida de preconceitos na lógica capitalista. Para Okita (2007, p. 12), “não há solução para a opressão na sociedade de classes porque esta se fundamenta e se perpetua através do preconceito e da homofobia”. Portanto, as lutas pela liberdade de orientação sexual e contra o sistema capitalista, que reproduz de forma exacerbada o patriarcado e a heteronormatividade, são indissociáveis.

No entanto, a luta contra o patriarcado é também a luta por uma sociabilidade que possibilite a eliminação de todas as formas de dominação, exploração e opressão, fundamento para o aparecimento de uma sociedade que permita a vivência sem restrições da liberdade.

MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO: ORGANIZAÇÃO E TRAJETÓRIA DE LUTAS

Entre a diversidade de movimentos sociais emergidos, principalmente no contexto brasileiro, destaca-se o movimento LGBT,⁴ que tem suas bandeiras de lutas predominantemente relacionadas a gênero e sexualidade, assim como a luta pela igualdade de direitos.

As primeiras formas de luta do emergente ativismo homossexual ocorreram na Europa no século XX. As lutas eram voltadas contra a criminalização da homossexualidade, bem como pelo reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais.

Entre as décadas de 1910 e 1920, o movimento por reforma sexual alcançou o máximo de sua repercussão na Europa, com a abolição das leis anti-homossexuais na Rússia pelo governo bolchevique.⁵ As lésbicas também ganharam mais visibilidade nas capitais europeias e surgiram espaços de sociabilidade lésbica em Paris e Berlim.

Nesse contexto, a defesa dos homossexuais dava-se no bojo de uma luta mais ampla por reforma sexual, incluindo mudanças na legislação e campanhas educativas, que atraíram a aliança de movimentos trabalhistas e socialistas, além de vários agrupamentos libertários. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 41).

[4] Sigla referente a lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais. Inicialmente era utilizada a sigla GLBT – gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros -, mas como resultado da luta de mulheres lésbicas contra a invisibilidade que tinham no Movimento, durante a I Conferência Nacional GLBT em 2008, foi aprovada a utilização da sigla LGBT.

[5] “Em dezembro de 1917, o governo bolchevique acabou com todas as leis que condenavam os atos homossexuais. Esta ação – junto com outras destinadas a estender a revolução sexual – foi considerada como parte integrante da revolução social. As transcendentes reformas concernentes a assuntos sexuais e o resultado imediato da revolução russa abriram caminho a uma nova atmosfera de liberdade sexual” (OKITA, 2007, p. 63).

Nos Estados Unidos, uma nova onda de lutas desenvolveu-se no final dos anos 1940. Nesse período, surgiram alguns grupos ativistas que lutavam pela descriminalização das relações homossexuais. Tendiam a seguir uma linha de atuação moderada e cautelosa com destaque para a construção de uma imagem pública mais respeitável para os homossexuais e na sua plena integração à sociedade. Nos anos seguintes, surgiu um formato mais radical do movimento, num processo de politização crescente da liberdade sexual.

Na cena do movimento homossexual, um evento significativo passou a marcar essa virada: a rebelião ocorrida em 28 de junho de 1969 contra a repressão policial em um bar chamado Stonewall Inn, frequentado pela população LGBT em Nova York. Os protestos passaram a marcar simbolicamente, nas palavras de Simões e Facchini (2009, p. 45), “a emergência de um Poder Gay”. Essa rebelião ocorrida foi considerada o marco inicial do movimento e a data passou a ser tida como o “Dia do Orgulho LGBT”.

Assim, participantes desse movimento e outros homossexuais formaram uma organização política, a Frente de Libertação Homossexual, que ultrapassou, em seus objetivos, os pequenos grupos de homossexuais para direitos civis, organizados nos anos 1950 (OKITA, 2007). Inspirados pelas lutas dos negros e das mulheres, o movimento tomou uma direção política e, nos anos seguintes, forçou várias mudanças na sociedade norte-americana.

O movimento então adquiriu maior desenvolvimento, e os seus militantes passaram a confrontar a sociedade com a publicização de seus afetos, realizaram campanhas públicas e mobilizações que foram essenciais para começar a mudar as legislações homofóbicas de seus países.

No Brasil, o movimento LGBT, juntamente com suas organizações e lutas, surgiu no final dos anos 1970, num contexto de “abertura” política, de reorganização dos trabalhadores, em meio às greves operárias e à construção do PT, cujos primeiros grupos se organizaram

para debater as questões referentes a gays e lésbicas no país. Aliados às demais lutas sociais que ocorriam na época, fazendo um intenso debate político dos problemas que permeavam a sociedade, o movimento homossexual possuía como propostas a igualdade de gênero e a luta contra a repressão sexual (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Com os muitos movimentos sociais que eclodiam no país, surgiam também grupos em São Paulo e no Rio de Janeiro que colocavam os problemas de sua sexualidade e as restrições impostas aos homossexuais em discussão. Eram grupos voltados à militância política com a intenção de promover novas formas de representação da homossexualidade, diferentemente daquela pensada pela sociedade, na tentativa de reverter a discriminação e o preconceito vivenciados cotidianamente.

A consagração do movimento se dá mais precisamente no ano de 1978, com a criação do grupo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, em São Paulo, e com o lançamento do jornal *Lampião*,⁶ que possuía um enfoque social e político da homossexualidade, como também do feminismo e do movimento negro (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Ao longo do ano de 1979, o Somos vive uma fase de crescimento, reunindo dezenas de novos integrantes, marcando a participação das mulheres no grupo, que passaram a se organizar, enfrentando barreiras de machismo entre os homossexuais masculinos. Essa discussão em torno do machismo levou as lésbicas a se organizarem com uma semiautonomia dentro do grupo para colocarem as suas questões

[6] *Lampião* se diferenciava no modo como abordava a homossexualidade. Procurava oferecer um tratamento que combatesse a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa de seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade. O jornal se propunha a “sair do gueto” e ser um veículo pluralista aberto a diferentes pontos de vista sobre diferentes questões minoritárias (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

específicas. Surge, então, o grupo Lésbico-Feminista (LF), que vai desenvolver todo um trabalho com o movimento feminista e, em maio de 1980, se desliga da totalidade do grupo (OKITA, 2007).

O ano de 1980 também marca a realização do I Encontro Brasileiro de Homossexuais Organizados (EBHO). Fechado aos grupos nos dois primeiros dias, tendo no terceiro dia uma plenária aberta ao público, reuniu cerca de 800 participantes. Entre os integrantes dos grupos participantes, havia simpatizantes de partidos políticos de esquerda, como o PT, ou clandestinos em via de legalização, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Na plenária, discutiu-se sobre o apoio aos metalúrgicos do ABC, que acabou ocupando grande parte do Encontro. Essa discussão sobre a participação ou não no Primeiro de Maio polarizou o Grupo Somos, que não entrou em consenso sobre uma atuação unitária na luta dos trabalhadores. Todavia, apesar de possuírem questões ideológicas diferentes, os grupos se organizaram junto ao movimento negro e ao feminista para lutar contra a crescente onda de repressão policial, resultando na realização de um ato público no dia 13 de junho, levando essa data a ser reconhecida, posteriormente, como o Dia Nacional da Luta Homossexual (OKITA, 2007).

A década de 1980 traria outro grande desafio para os grupos e organizações homossexuais: o trágico surto da Aids, que retornaria com a velha associação entre homossexualidade e doença.

O Grupo Gay da Bahia (GGB) foi o pioneiro a pôr em prática, em 1981, a campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica Previdenciária (INAMPS), homologada pelo Conselho Federal de Medicina em 1985, e também promoveu lutas significativas contra a AIDS.

No Rio de Janeiro, foi fundado o movimento Triângulo Rosa (1985-1988), que potencializou a junção dos movimentos homos-

sexuais na participação na Assembleia Constituinte de 1986, e tinha como propósito a inserção do termo “opção sexual”, que mais tarde passa a ser “orientação sexual” no rol dos impeditivos de discriminação.

Os grupos contribuíram de forma decisiva para construir as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia. “Foi uma campanha marcante por ter mirado uma das raras instâncias em que se discriminava oficialmente a homossexualidade e doença que voltava devido à Aids” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 121).

A epidemia fez com que ocorresse uma aproximação entre os ativistas homossexuais e as autoridades médicas. Para além da criação de programas de combate à Aids, à organização do movimento e ao seu engajamento na luta contra a epidemia, o aparecimento da Aids deu brecha para iniciar o debate social acerca da sexualidade e, em particular, da homossexualidade, o que trouxe impactos para a configuração do movimento homossexual, observados ao longo dos anos 1990.

Muitos consideram a década de 1980 um período de declínio do movimento homossexual, em relação à efervescência mobilizadora que marcou o período anterior. Houve uma redução expressiva na quantidade de grupos organizados, além das dificuldades trazidas pela associação entre Aids e homossexualidade. Porém ocorreram mudanças significativas que influenciaram o movimento contemporâneo:

[...] a atuação passa a ser vista de modo mais pragmático, voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigidas aos homossexuais, e há menor resistência à institucionalidade. A partir do início dos anos 1990, inicia-se um novo momento no movimento que parece deslocá-lo definitivamente das margens ao centro. (FACCHINI, 2009, p. 138).

No decurso dos anos 1990, as parcerias com o Estado em relação ao combate à Aids consolidaram-se, e o movimento não apenas cresceu em quantidade de grupos ativistas⁷—principalmente grupos de lésbicas e de travestis, elevando a diversificação e a incorporação dos vários sujeitos do movimento homossexual na atual sigla LGBT,⁸ como também ampliou sua visibilidade, sua rede de aliança e participação social.

Nessa conjuntura, também foi produzida uma maior articulação entre os grupos, através da realização dos encontros de organizações ativistas, que passaram a ocorrer com maior frequência. Formaram-se redes de grupos e associações. Ocorreu um aumento da participação de grupos lésbicos nos encontros nacionais, que passaram a incluir o termo “lésbicas” ao seu nome. Houve também a realização do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) em 29 de agosto de 1996, fazendo com que a data fosse consagrada como o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. E posteriormente travestis e transexuais foram incorporados ao movimento, representados pela primeira vez no movimento por meio do VII Encontro Nacional de Gays e Lésbicas, em 1995. E o termo “travestis” passou a ser incorporado ao nome dos futuros encontros nacionais (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

[7] “[...] 1992 parece ser um ano de grande expansão para o movimento, que se torna crescente a partir de então. Ao VIII Encontro Nacional, realizado em 1995, compareceram 40 grupos GLT. Em 1998, a maior rede de organizações ativistas brasileira – a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – listava 68 entidades GLT brasileiras. Ao final de 2006, 141 entidades LGBT estavam listadas entre as afiliadas à ABGLT” (FACCHINI, 2009, p. 138).

[8] A denominação através da sigla é bem recente. Segundo Simões e Facchini (2009), o termo usado até 1992 era Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), e os encontros eram chamados de “encontros de homossexuais”. A origem da sigla GLS, para designar gays, lésbicas e simpatizantes está associada à primeira metade dos anos 1990. Após 1995, apresenta-se como um movimento GLT (gays, lésbicas e travestis); a partir de 1999, figura como um movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros); e atualmente designa-se pela sigla LGBT, referente a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

O ano de 1995 foi marcado ainda pela fundação da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays e Transgêneros)⁹, em 31 de janeiro, com 31 grupos fundadores. Hoje é uma rede nacional de mais de 300 organizações afiliadas, sendo a maior rede LGBT na América Latina. Tem caráter democrático,¹⁰ informativo e mobilizador, não é vinculado a qualquer partido político, grupo religioso ou entidade, tem como princípios a ética, a transparência, o compromisso, a integridade, a diversidade e a solidariedade, e sua missão se configura em:

Promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero. (ABGLT, 1995, s/p).

Conquistou representação em espaços estratégicos da vida política, como em conselhos, comissões e comitês governamentais, em comissões do Ministério da Saúde, da Cultura, da Justiça e na Secretaria Especial dos Direitos Humanos. A partir de então, a ABGLT promove uma série de mudanças no âmbito legislativo e judicial voltadas para acabar com diferentes formas de discriminação e

[9] Em seu estatuto (1995), conforme o artigo primeiro, “a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, doravante designada pela sigla ABGLT, cujo nome e fins foram aprovados em 31 de janeiro de 1995, data de sua fundação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná, na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 366, cj. 43”.

[10] Fazendo aqui a crítica ao seu caráter democrático (de acordo com fala da organização) que parece não prevalecer, vistas as alegações de invisibilidade das demandas de mulheres lésbicas em favor de outros segmentos presentes no movimento, o que inclusive resultou na fundação da LBL, em 2003.

violência sofridas pela população LGBT. Observam-se os Projetos de Lei 1151/95, de reconhecimento de parceria civil entre homossexuais, e o PL 122/2006, que criminaliza a homofobia.¹¹

Tem como finalidade principal ser um instrumento de expressão da luta pela conquista dos direitos humanos plenos para todas as pessoas, inclusive aqueles relativos a sua orientação sexual ou identidade de gênero, sendo tais pessoas doravante denominadas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; bem como da luta contra quaisquer formas de preconceito e discriminação aos indivíduos LGBT, sejam elas individuais ou coletivas, sejam de natureza social, política, jurídica, religiosa, cultural ou econômica, entre outras.¹²

Outra característica da ABGLT são as notas públicas lançadas, em que se posicionam sobre os acontecimentos que rodeiam a sociedade relacionados aos direitos dos segmentos LGBT. Exemplo disso são as notas de repúdio contra o impeachment da Presidente Dilma Rousseff; contra o campo de concentração para homossexuais na República da Chechênia; sobre a retirada dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” da proposta da Base Nacional Comum Curricular; além de notas por uma política nacional LGBT (ABGLT, 2017).

É socialmente reconhecida a importância da ABGLT, em nível nacional, como instância de concentração de entidades e grupos locais. Apesar dos ganhos políticos e da visibilidade que a organização alcançou, o que ainda se observa é a vontade política dos integrantes do movimento LGBT em viabilizar cada vez mais a associação como uma entidade representativa de defesa dos direitos do segmento LGBT.

[11] De acordo com seu art. 1º: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero” (BRASIL, 2006).

[12] <https://www.abgl.org/historia>.

Em 1997, aconteceu a I Parada do Orgulho LGBT no Brasil, passando este a ser o país onde mais se realizam paradas, sendo a de São Paulo considerada a maior do mundo, reunindo massas maiores a cada ano.¹³ As manifestações têm sido marcadas pela luta pelo reconhecimento legal de direitos civis referentes a conjugalidade, parentalidade, proteção física e antidiscriminação LGBT. Segundo Simões e Facchini (2009, p. 150):

As paradas, como manifestações de visibilidade de massa, marcam a expressão social e política do movimento LGBT dos últimos anos e são, também, um terreno privilegiado para se apreciar o cruzamento das diversas conexões do movimento com o mercado e o Estado.

Assim, questões relacionadas à homossexualidade cada vez mais estão articulando pessoas em torno de uma luta, motivando uma das maiores manifestações públicas de massa do país. Vale ressaltar também que as paradas não são uma novidade isolada. Até 2010, existiam cerca de dez organizações ativistas homossexuais: ABGLT (1995); Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros – ANTRA (2000); Liga Brasileira de Lésbicas – LBL (2003); Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL (2004); Coletivo Nacional de Transexuais – CNT (2005); Coletivo Brasileiro de Bissexuais – CBB (2005) e Rede Afro-LGBT (2005); a Associação Brasileira de

[13] Realizada no ano de 2016, “a 20ª edição da Parada do Orgulho LGBT confirmou sua posição como a maior manifestação em favor dos segmentos LGBT do mundo. Cerca de 3 milhões de pessoas acompanharam os 17 trios nos trajetos entre a Av. Paulista e Rua da Consolação, em São Paulo. O tema desta edição foi “LEI DE IDENTIDADE DE GÊNERO, JÁ! – Todas as pessoas juntas contra a Transfobia!” #chegadetransfobia, em favor do segmento T: mulheres transexuais, homens trans e travestis” (PARADASP, 2016, s/p).

Gays – ABRAGAY (2005); o Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas – Candace (2007); e a Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY (2010) (SIMÕES; FACCHINI, 2009). É certo que, ao longo dos anos, esse número tende a aumentar.

Em 2005, aconteceu o I Congresso Nacional da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CONABGLT, sediado em Curitiba-PR. As principais questões debatidas no âmbito da associação, nesse e nos seguintes congressos, referem-se, conforme Cisne e Santos (2014), a políticas públicas para a garantia e promoção da cidadania homossexual; o movimento homossexual e o Poder Legislativo: agenda e *advocacy* (ações que têm o objetivo de informar, formar e garantir às lideranças o exercício político e a fala pública na defesa de uma determinada questão); o Judiciário e os direitos LGBT; a articulação entre os movimentos sociais; e a conjuntura atual e as perspectivas para o movimento LGBT.

Ainda no contexto brasileiro, outro debate significativo foi em relação às lésbicas, que alegavam invisibilidade e opressão dentro do próprio movimento e defendiam a criação de uma organização própria. É fundada, portanto, em 2003 a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL),¹⁴ que “surge como necessidade das lésbicas de possuírem um espaço de autonomia e de questionamento às posições consideradas reprodutoras do paradigma dominante de sexualidade” (CISNE; SANTOS, 2014, p. 170), presentes em alguns espaços do movimento LGBT. Está organizada, principalmente, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Em seu I Encontro Nacional, ocorrido em 2004, legitimou a defesa da autonomia e da liberdade como princípios fundamentais para o

[14] De acordo com sua Carta de Princípios (2004), “a Liga Brasileira de Lésbicas é uma expressão do movimento social, de âmbito nacional, que se constitui como espaço autônomo e não institucional de articulação política, anticapitalista, antirracista, não lesbofóbica e não homofóbica, e de articulação temática de mulheres lésbicas e bissexuais pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação e expressão afetivo-sexual”.

exercício da sexualidade, bem como o feminismo e uma sociabilidade anticapitalista.¹⁵ Assim, “pretende continuar a fortalecer o movimento de luta pelos direitos das mulheres lésbicas e bissexuais, em nível nacional, regional e local, enquanto instância de articulação política e temática das mulheres lésbicas e bissexuais” (LBL, 2004, s/p).

Fundada no III Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003, na cidade de Porto Alegre, durante a realização do Planeta Arco-Íris, na Usina do Gasômetro, em uma Oficina de Visibilidade Lésbica, contou com a participação de dezenas de mulheres lésbicas e bissexuais vindas de vários estados do Brasil e de outras partes do mundo. Entre seus princípios fundamentais, destacam-se:

O pluralismo, a autonomia, a autodeterminação e a liberdade que incidem na vivência da sexualidade sem violação de direitos; a democracia aliada à horizontalidade para evitar reprodução de hierarquias de poder; a defesa da laicidade do Estado; a solidariedade e internalização da agenda de outros movimentos sociais; a defesa do feminismo, considerando a luta contra o patriarcado e todas as formas de fundamentalismos e a defesa de uma sociabilidade anticapitalista. (CISNE; SANTOS, 2014, p. 171).

[15] Articulado com a dimensão de classe e raça/etnia, a LBL “defende o fim da acumulação do capital e da mercantilização das relações e dos corpos das mulheres. Defende a construção de uma sociabilidade humanista e emancipada, sem exploração de classe e nenhuma forma de opressão; em que seja garantida a produção e a distribuição igualitária da riqueza e dos bens socialmente produzidos pela humanidade”, além de “reconhecer que a luta pela eliminação do racismo é cotidiana e é responsabilidade de todas as militantes da LBL. Para isso, é condição fundamental o processo permanente de formação política e de empoderamento das mulheres negras, lésbicas e bissexuais da LBL, objetivando a desconstrução da cultura racista, preconceituosa e discriminatória na sociedade”.

Sua afirmação política se deu na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que aconteceu em 2004, em Brasília, incluindo em suas diretrizes a necessidade de o Estado elaborar políticas de enfrentamento às diferentes formas de opressão, incluindo mulheres lésbicas e bissexuais. Além de se articular com outros movimentos sociais, como o movimento feminista, buscando construir e fortalecer uma agenda comum, lutar por políticas públicas e a participação da organização das atividades em torno da visibilidade lésbica.

A ABGLT e a LBL são tidas, portanto, como as maiores redes de articulação e de referência na estruturação do movimento, e na luta pela causa do segmento LGBT brasileiro.

Assim, as reivindicações do movimento LGBT têm alcançado vitórias ao longo de sua trajetória. Para diminuir a discriminação vivenciada cotidianamente, “o caminho privilegiado passou a ser a ação junto ao Legislativo e ao Judiciário, perseguindo a mudança dos códigos e das leis” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 125).

Mas ainda há muito que ser feito e debatido a respeito da sexualidade, da violação dos direitos, da opressão dos segmentos LGBT que ainda aparecem tão naturalizadas na sociedade. Os desafios são imensos e precisam ser combatidos não só pelos setores ativistas do movimento, como também por todos os sujeitos que almejam uma sociedade livre de qualquer forma de preconceito, exploração e opressão.

CONQUISTAS E DESAFIOS DO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO

Ao longo de sua trajetória, o movimento LGBT brasileiro tem alcançado algumas vitórias significativas, tornando-se, hoje, um dos mais expressivos e visíveis do país. Vem empregando força na promulgação de leis e criação de políticas públicas governamentais.

O judiciário tem se mostrado mais favorável à promoção de direitos da comunidade LGBT. Marcos importantes foram alcançados com

o reconhecimento legal de vínculos afetivos para efeitos de herança e direitos previdenciários,¹⁶ bem como com a punição à homofobia.

O debate sobre vínculos afetivos homossexuais foi impulsionado pela repercussão alcançada pelo Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 1.151 de reconhecimento de parceria civil que começou a tramitar no Parlamento em 1995. A ABGLT reconhece como um avanço na efetivação da agenda LGBT a decisão do Supremo Tribunal Federal que aprovou a Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, que “dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo”, incluindo algumas conquistas voltadas para travestis e transexuais.

A organização inclui como principais propostas efetivadas a ampla divulgação das leis de interesse da população LGBT, as iniciativas de monitoramento e controle social das políticas públicas voltadas à afirmação da diversidade sexual, principalmente, a política de saúde e educação; e o empenho em estabelecer uma articulação com escolas e universidades, a fim de incluir o debate sobre o respeito à diversidade sexual, e também o apoio a iniciativas voltadas ao combate à discriminação por orientação sexual no âmbito da segurança pública e direitos humanos, ampliando a organização e a participação em eventos de promoção dos direitos LGBT (CISNE; SANTOS, 2014).

O debate sobre adoção de crianças por casais homossexuais também ganhou mais atenção na sociedade. Outra questão que merece destaque são as iniciativas de combate à homofobia. Tramita no Congresso Nacional PLC nº 122, de 2006, de proposições legislativas

[16] “Em 2000, a partir de uma iniciativa do grupo Nuances, de Porto Alegre, promotores públicos gaúchos moveram uma ação bem-sucedida contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para estender benefícios previdenciários às parcerias homossexuais estáveis. A vitória levou a mudanças na legislação previdenciária nacional, que passou a reconhecer ‘o companheiro ou a companheira homossexual de segurado inscrito no regime geral de previdência’ como dependente com direito a pleitear pensão por morte e outros benefícios” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 20).

dispondo sobre o combate à homofobia e a garantia de direitos da população LGBT (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Em 2003, formou-se uma Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual, denominada atualmente de Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT. Possui caráter suprapartidário e, até 2011, contava com um número de 170 parlamentares.¹⁷ A frente passou a ter como reivindicações a legalização da união e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, bem como a alteração do nome social feita por transexuais e travestis. Passou também a colaborar na “garantia de recursos para a execução do Programa Brasil Sem Homofobia, no qual se depositam as expectativas de construção de políticas públicas voltadas para a população LGBT” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 155).

Deve-se registrar que o processo de institucionalização de políticas públicas voltadas à população LGBT no Brasil é bem recente, precisamente com a publicação do Programa Brasil Sem Homofobia, criado em 2004. Ele se desenvolve a partir de tópicos relacionados a temas como trabalho, saúde, educação, cultura, segurança e questões sociais, com o objetivo de “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p.11).

Outra conquista significativa para o movimento LGBT foi a criação da Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, pelo Ministério da Saúde, que instituía no âmbito do Sistema Único Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, que por sua vez foi revogada por meio da Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, que “redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde

[17] <http://www.senado.leg.br/noticias/TV/Video.asp?v=65162>

(SUS)”. É uma política que engloba cirurgia, assistência e cuidados com os transexuais. Recentemente o movimento também alcançou, pelo Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, o reconhecimento do nome social e da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal, autárquica e funcional.

Conforme Mello *et al.* (2012, p. 155), “a segunda Conferência Nacional LGBT, realizada em dezembro de 2011, foi um bom termômetro para constatar mudanças no cenário da luta por direitos para a população LGBT no Brasil”. Visto o agravamento da homofobia, e ainda a resistência do Estado em relação aos direitos sexuais, as palavras de ordem prevalentes “foram pela efetiva garantia da laicidade do Estado, da integridade física e dos direitos civis da população LGBT”.

Todas essas frentes de luta mostram a variedade de questões e demandas no universo LGBT e a persistência do movimento em buscar o reconhecimento para assegurar direitos civis fundamentais, tão difíceis de serem alcançados. Para Simões e Facchini (2009), boa parte desses esforços tem sido orientada para o alcance do princípio da igualdade, denunciando injustiças baseadas nas diferenciações de orientação sexual e identidade de gênero.

Porém, o que se vê ainda hoje é uma poderosa resistência conservadora, que se encontra principalmente na rígida concepção de família, saúde e moralidade. São discursos marcados pelo objetivo de manter tudo como está sem aceitar nenhuma perspectiva de mudança.

Segundo Pinheiro (2015, p. 196), “o cenário contemporâneo revela forte crescimento das expressões públicas de posicionamentos conservadores em contraposição a históricas bandeiras de lutas dos direitos humanos”, sendo reproduzido em grande escala por grupos religiosos, um dos principais agentes responsáveis pela reprodução cultural das desigualdades, que se consubstancia no cotidiano dos sujeitos e em questões políticas de supressão de direitos.

Exemplo desse conservadorismo são as reações imediatas que se materializam através de articulações promovidas pela Frente Parla-

mentar Evangélica, cujos integrantes passaram a atacar a iniciativa do Ministério da Educação (MEC) de apoiar o Projeto Escola sem Homofobia—que previa a distribuição de “kits anti-homofobia” nas escolas públicas de ensino médio, com o argumento de que o material seria um estímulo a práticas homossexuais entre crianças e adolescentes (MELLO *et al.*, 2012). Uma afirmação que só reforça e dá continuidade ao discurso religioso homofóbico, cada vez mais em ascensão no país. Assim sendo, “a lógica machista, patriarcal e heterossexista ganha fôlego nos dogmas e doutrinas em seus vieses fundamentalistas” (PINHEIRO, 2015, p. 198).

Diante disso, as conquistas que o movimento tem alcançado são constantemente ameaçadas por falta de políticas públicas eficazes que façam frente às disparidades resultantes da desigualdade social brasileira.

Em decorrência disso, o que se encontra é a dificuldade de mobilização massiva do movimento em ações coletivas que visem à aprovação de projetos de lei e até mesmo na pressão ao poder Executivo para a efetiva implantação de ações que combatam a homofobia. São ações e projetos que ficam marcados pela fragilidade institucional e por deficiências estruturais do próprio movimento.

Assim, “as identidades que compõem o movimento têm caminhado progressivamente para a construção de suas próprias demandas e agendas” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 158). A fragmentação identitária tem sido, portanto, outra característica do movimento LGBT brasileiro. Isso acaba tornando mais difícil uma articulação entre os diversos grupos que compõem o movimento LGBT brasileiro, com demandas específicas para cada segmento, e não em uma luta comum que englobe toda a categoria.

É necessário, portanto, que haja o diálogo com outros setores combativos das lutas sociais. Deve haver uma aliança entre os vários grupos oprimidos, inclusive a classe operária, para que assim a luta LGBT torne-se uma luta comum aos vários grupos que contestam

a ordem social vigente, assim como fica evidente a necessidade de o movimento LGBT adotar as lutas de outros setores oprimidos:

Cabe sinalizar que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais jamais conseguirão por si sós assegurar seu pleno acesso à cidadania e aos direitos humanos. O desafio maior parece ser construir uma aliança com os setores não conservadores da sociedade, particularmente outros movimentos sociais, a fim de garantir liberdade sexual e de gênero para quem não corresponde aos supostos padrões heterossexuais. (MELLO *et al.*, 2012, p. 158).

Um dos diversos desafios que o movimento LGBT enfrenta é a ausência ou o número reduzido de parlamentares lésbicas, gays, travestis e transexuais no âmbito do Legislativo, em câmaras municipais, em assembleias estaduais, no Congresso Nacional. Vale destacar aqui que o primeiro homem gay e comprometido com a questão LGBT a ocupar esse espaço foi o deputado Jean Willys, do PSOL, eleito para a Câmara dos Deputados apenas em 2010. Daí a importância de sujeitos políticos – independentemente de serem ativos ou não no movimento – de pautarem as lutas dos segmentos LGBT, fazendo com que as demandas sejam assumidas por todos.

É um desafio ainda a luta por ações políticas concretas, como a aprovação de projetos de lei, a eleição de parlamentares verdadeiramente comprometidos com questões LGBT e a implementação de políticas públicas efetivas de combate à homofobia em áreas prioritárias como educação, saúde e segurança.

Mas não se pode negar que o movimento LGBT brasileiro alcançou importantes conquistas nos últimos anos, considerando que, até certo tempo atrás, eram vistas como pessoas “inexistentes, moralmente poluídas ou sem valor social, invisibilizadas” (MELLO

et al., 2012, p. 158). Não possuíam representantes políticos dispostos a lutar pela legitimidade da relação entre pessoas do mesmo sexo, da união conjugal que não se conformava ao padrão homem-mulher e das questões de gênero que refutavam as possibilidades de existência humana.

No entanto, apesar da forte presença hoje do debate sobre os direitos civis LGBT, a homofobia fundamentada em argumentos religiosos e machistas assume um viés cada vez mais intolerante, preconceituoso e violento. Cabe então ao movimento LGBT, juntamente com o Estado e a sociedade civil em geral, empenhar-se para que a homossexualidade, a travestilidade e a transexualidade sejam excluídas da lista de abominações sociais, que são motivo de intolerância disseminada por práticas e discursos religiosos e machistas que apontam o feminino como inferior e a homossexualidade como anormalidade e doença. Esse é então um desafio a ser enfrentado por todos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das exposições e reflexões crítico-analíticas realizadas neste capítulo, pôde-se perceber que os movimentos sociais desde o seu surgimento vêm enfrentando dificuldades para efetivar suas reivindicações, o que se intensifica ainda mais no contexto atual de reestruturação produtiva do projeto neoliberal, em que há o descenso das lutas sociais e os movimentos passam a agir na defensiva.

O movimento LGBT encontra maiores barreiras, pois, ao não se enquadrarem nos padrões heteronormativos estabelecidos pela sociedade, são oprimidos e impedidos de expressar sua sexualidade da forma como desejam. Uma sociedade que é marcada pelo machismo, pelo racismo e pela exploração, que define espaços e comportamen-

tos para homens e mulheres e que invisibilizam aqueles sujeitos que transcendem a “normalidade” estabelecida socialmente.

Os sujeitos que militam no movimento possuem um senso de identidade. Veem no outro as marcas do preconceito e da opressão vividos diariamente, da marginalização através da moral cristã da Igreja, que vê a homossexualidade como pecado; na repressão da família, que estabelece namoro, casamento e filhos como exigência; e até mesmo na ausência da educação sexual nas escolas.

Os desafios impostos no seu processo de constituição foram imensos e ainda continuam, é certo que de forma menos intensificada, mas estão longe de acabar. Os grupos e associações enfrentam barreiras pela pressão do Estado e seus segmentos conservadores, mas não deixam de lutar por uma sociedade que lhes garanta direitos sociais e civis.

Apesar de todos os conflitos no processo político cotidiano, são travados debates importantes dentro do movimento. Este conquistou também representação em espaços da vida política, possibilitando uma série de mudanças no âmbito legislativo, com a criação de projetos de lei que criminalizam a homofobia e que possibilitam a união civil entre casais homossexuais, além de políticas públicas voltadas para a população LGBT.

É notório afirmar que o seu fortalecimento se dá através dos encontros, dos congressos e conferências realizados que buscam discutir questões de cunho importante para gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Há uma persistência do movimento em buscar o reconhecimento e assegurar direitos civis fundamentais, podendo até mesmo dizer que sua luta não é somente em buscar novos direitos, mas manter aqueles já conquistados, diante da grande onda conservadora que se encontra principalmente nas concepções de família e moralidade.

O movimento possui suas lutas afetadas, pois se encontra cada vez mais fragmentado, com dificuldades para se articular, visto que

se depara com a divisão de seus segmentos que buscam interesses particulares. É importante que essas lutas se aglutinem, juntamente com a luta dos trabalhadores, dos estudantes, das mulheres, etc., e com os partidos políticos – apesar de todo o desapontamento com os partidos de esquerda, como o PT, visto como esperança de mudança para a classe trabalhadora, que parece ter esquecido seu verdadeiro propósito e se aliado aos partidos burgueses, dando continuidade à ofensiva neoliberal, ao tratar as pressões dos movimentos sociais com apassivamento e colocar diversos desafios para a articulação e a materialização de suas bandeiras de luta.

É certo que o fim de uma sociedade livre da exploração e da opressão de todos aqueles que não se encaixam na sociedade é uma missão quase impossível, visto que esta se fundamenta e se perpetua através do preconceito e da homofobia.

O que resta, não só para o movimento LGBT, mas para todos os movimentos sociais brasileiros, é, por mais difícil que seja, continuar na luta cotidiana. E buscar o debate com outros setores que também almejam uma sociedade livre de qualquer tipo de preconceito, exploração e opressão social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). **Estatuto Social**. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/part/estatuto.php>. Acesso em: 20 ago. 2017.

ASSOCIAÇÃO DA PARADA DO ORGULHO LGBT EM SÃO PAULO (PARADASP). **20ª Parada do Orgulho LGBT reúne cerca de 3 milhões de pessoas em São Paulo**. Disponível em:

<http://paradasp.org.br/20a-parada-do-orgulho-lgbt-reune-cerca-de-3-milhoes-de-pessoas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 29 jul. 2017.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira *et al*: Invisibilidade lésbica e a interseccionalidade de opressões. *In*: PERSPECTIVAS FEMINISTAS DE GÊNERO: DESAFIO NO CAMPO DA MILITÂNCIA E DAS PRÁTICAS. 18º REDOR, 24-27 nov. 2014.

BRASIL. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei nº 8.662/93, de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). 2012.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm. Acesso em: 08 ago. 2017.

BRASIL. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 08 ago. 2017.

BRASIL. **Programa Brasil Sem Homofobia**. Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 02 ago. 2017.

BRASIL. **Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o §3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para definir e punir os crimes de ódio e intolerância resultantes de discriminação ou preconceito. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/pdf/PLC122.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2017.

BRASIL. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013**. Que dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalDestiques&idConteudo=238515>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRASIL. **Resolução CFESS nº 489/2006, de 03 de junho de 2006**. Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Disponível em: www.cfess.org.br/pdf/resolucao_4892006.pdf. Acesso em: 06 set. 2017.

BRASIL. **Resolução CFESS nº 615, de 8 de setembro de 2011**. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf. Acesso em: 06 set. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **O amor fala todas as línguas**. Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual.

Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANI-FESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf>. Acesso em: 06 set. 2017.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 408f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CISNE, Mirla. Gênero e Patriarcado: uma relação necessária para o feminismo. *In*: QUEIROZ, Fernanda; RUSSO, Glaucia; GULGEL, Telma (org.). **Políticas Sociais, Serviço Social e Gênero: múltiplos saberes**. Mossoró, RN: Edições UERN, 2012. p. 147-165.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. Movimentos feministas e pela liberdade de orientação sexual: relações com a luta de classes no Brasil de hoje. *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 153-173.

CISNE, Mirla. Ser, desejar e sentir “diferente”: mais que um direito, uma condição humana. *In*: **Coletivo Nacional de Diversidade Sexual da Consulta Popular**. II Caderno de Debates, 2012. p. 4-9.

DELPHY, Christine. Patriarcado. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 173-178.

ENGELS, Friedrich. A origem da Família, da propriedade privada e do Estado. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. v. 3. São Paulo: Editora Alfa Omega.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas**, Rio Grande do Norte, n. 04, p. 131-158, 2009.

FALQUET, Jules. “Lesbianismo”. *In*: HIRATA, Helena (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS (LBL). **Carta de princípios**. Disponível em: <https://lblnacional.wordpress.com/carta-de-principios/>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MELLO, Luiz *et al.* Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 151-161, jan./jun. 2012.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Sundermann, 2007. Coleção 10-4.

OLIVEIRA, Mariana. Ensaio sobre o sujeito da revolução sexual. **Coletivo Nacional de Diversidade Sexual da Consulta Popular**. II Caderno de Debates. 2012. p. 14-18.

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. Serviço Social, neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

RODRIGUES, Larisse de Oliveira; GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Diversidade sexual e luta política: questões e desafios para

a esquerda. **Coletivo Nacional de Diversidade Sexual da Consulta Popular**. II Caderno de Debates, 2012. p. 19-23.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. Coleção História do Povo Brasileiro.

CAPÍTULO 4

PELA VIDA DAS MULHERES: A INTERFACE ENTRE A LUTA FEMINISTA CONTRA A CLANDESTINIDADE DO ABORTO E O SERVIÇO SOCIAL

ÉLLIDA KALINE CALIXTO¹

INTRODUÇÃO

Falar sobre o direito ao aborto ainda desperta muita polêmica, uma vez que os temas relacionados aos direitos das mulheres, sobretudo aqueles que correspondem ao campo da sexualidade e da reprodução, costumam ser atravessados por moralismos e pelo fundamentalismo religioso que buscam conservar o lugar e os papéis socialmente atribuídos às mulheres sob o pretexto da “defesa da vida”.

Assim, no Brasil, grupos e lideranças conservadoras tanto têm atuado no sentido de impedir qualquer ampliação na atual legislação, quanto buscado retroceder as prerrogativas legais mesmo diante de um cenário que apresenta um alto índice de mortalidade materna

[1] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

e de mulheres vítimas de danos físicos e psicológicos causados em decorrência de abortos malsucedidos.

Na contramão das ideias conservadoras e fundamentalistas, os movimentos feministas vêm travando uma intensa luta no sentido de denunciar a negação do direito ao aborto como um problema político que atinge as mulheres de forma diferenciada, exigindo do Estado que o aborto seja legalizado para que nenhuma mulher tenha sua saúde, liberdade e vida penalizadas ao buscar interromper uma gravidez indesejada.

Trazendo em sua bagagem histórica a luta contra o conservadorismo, o Serviço Social também assume publicamente, por meio do conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS), a defesa da legalização do aborto, posicionamento esse profundamente sintonizado com projeto ético-político da profissão. É nesse sentido que a pesquisa apresentada adiante teve como objetivo desvelar e analisar criticamente o entendimento das/os estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com relação à questão do direito ao aborto com base na adoção do referencial teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético.

Este estudo combinou os métodos quantitativo e qualitativo a partir da aplicação de questionários e entrevistas. Os questionários foram utilizados no primeiro contato com os sujeitos, com a finalidade de obter um breve panorama sobre seus perfis e possibilitar a separação de grupos de estudantes que apresentassem perfis diversificados, mutuamente excludentes. A partir da realização dessa triagem, entrevistas semiestruturadas foram realizadas com o objetivo de coletar depoimentos de forma mais aprofundada e detalhada.

Assim, o presente capítulo se divide em duas partes: a primeira delas, intitulada “As lutas feministas pela legalização do aborto”, traz uma breve discussão acerca das mobilizações e dos debates políticos

construídos em torno do direito pela legalização do aborto como direito de cidadania.

A segunda parte, “O Serviço Social no debate sobre aborto”, discorre sobre o projeto ético-político profissional; e, em seguida, os resultados da pesquisa de campo são apresentados, indicando quem são as/os discentes de Serviço Social, como elas/es se relacionam com o projeto profissional, como entendem a questão do direito ao aborto e as tensões e contradições que foram identificadas em seus depoimentos.

AS LUTAS FEMINISTAS PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

Com pouca representatividade e participação na política institucional, portanto, muito mais distante das instâncias de poder, a luta das mulheres por direitos se articula através do feminismo tanto como movimento social que organiza, mobiliza e desenvolve ações de cunho político, quanto através das teorias políticas que revelam e denunciam o sistema opressivo e profundamente desigual ao qual as mulheres são submetidas, ocupando a arena política e impulsionando amplas transformações em toda a sociedade. Assim,

O movimento feminista é caracterizado pela luta contra todas as formas de opressão, subalternidade e discriminação sobre as mulheres, buscando, para tanto, liberdade, igualdade e autonomia para elas. O movimento de mulheres diz respeito às reivindicações de acesso a bens de consumo coletivo e melhores condições de vida. Contudo, as lutas e demandas de ambos os movimentos se confluíram em diversos momentos da história. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 285).

Na medida em que nenhum direito das mulheres foi atribuído naturalmente, a questão do aborto é uma das principais pautas da agenda feminista no mundo todo. De acordo com Leila Barsted (1991), a luta em defesa do direito ao aborto no Brasil teve início nos anos de 1970 por meio de algumas elaborações acadêmicas que tratavam o aborto na área da saúde pública e ganhou fôlego na década de 1980, sobretudo, através do debate público.

Vale lembrar que essa luta emerge em um cenário de repressão às liberdades democráticas em virtude do golpe militar de 1964, momento em que as mulheres feministas também se organizaram politicamente na luta pela anistia e pela redemocratização. O final dos anos 1970 marca o momento em que as mulheres brasileiras que estiveram nos Estados Unidos e na Europa como exiladas ou estudantes começavam a retornar ao país, trazendo com elas uma nova forma de pensar a condição da mulher na sociedade, como também o casamento, o corpo e a maternidade (PINTO, 2003).

Com o movimento de abertura democrática nos anos 1980, as lutas feministas pela descriminalização e legalização do aborto encontraram maiores possibilidades de se manifestar por meio de publicações de livros e jornais e de eventos. São dessa época as primeiras propostas de despenalização do aborto para os casos de anomalias fetais. Além disso, houve uma intensa mobilização durante a Constituinte de 1988, sobretudo impulsionada pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), que buscou incluir a questão dos direitos reprodutivos na nova Carta Constitucional, ao mesmo tempo em que lutava contra as propostas do *lobby* fundamentalista, no entanto, nenhum projeto relacionado ao aborto foi aprovado pelos congressistas (BARSTED, 1991).

Nos anos de 1990, os movimentos feministas atuaram, especialmente, pressionando o poder legislativo na defesa do atendimento dos casos de aborto previstos em lei na rede pública de saúde (*Ibid*,

1991) e é do final dessa década a primeira Norma Técnica que regula o atendimento em nível federal. Nos anos 2000, o Judiciário julgou que as mulheres grávidas de fetos anencefálicos devem ter direito ao abortamento legal, esse foi o avanço mais significativo em décadas de luta.² Conforme aponta Leila Barsted,

A luta pelo direito ao aborto no Brasil tem no seu cerne a radicalidade da contestação contra a interferência do Estado no corpo feminino, contra a disciplinação moral e religiosa sobre este mesmo corpo por parte dos setores religiosos e contra o moralismo da sociedade em geral e dos setores de esquerda, em particular, que viam nessa questão do aborto um viés divisionista e pouco relevante socialmente. (1991, p. 105).

Percebe-se, portanto, que o debate sobre o direito ao aborto não tem sido constrangido apenas pela ofensiva religiosa, há também uma resistência histórica de setores da esquerda em compreender a importância dos movimentos feministas na luta por uma sociedade livre de todas as formas de dominação/exploração. Mesmo que a teoria política feminista tenha ganhado mais espaço no interior da esquerda, pautas que geram polêmicas como o aborto ainda são estrategicamente

[2] Cabe lembrar que o atual Código Penal Brasileiro, em seu artigo 128, prevê o direito à interrupção voluntária da gravidez apenas quando ela for resultado de estupro e quando houver risco de morte para a mulher. O direito à interrupção de gestação de fetos com anencefalia foi aprovado por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54 (ADPF) pelo STF em 2011. Fora dessas situações, a mulher que praticar um aborto pode ser condenada de um a quatro anos de prisão. No entanto, de acordo com a Pesquisa Nacional de Aborto 2016, estima-se que mais de uma em cada cinco mulheres brasileiras já realizou pelo menos um aborto, demonstrando que essa prática é algo recorrente durante a vida reprodutiva das mulheres.

secundarizadas, inclusive no interior dos feminismos, em momentos de disputa política quando isso pode custar votos a menos.³

É em meio a recuos e avanços que os movimentos feministas trazem entre suas pautas a defesa pelo direito ao aborto legal e seguro.⁴ Há também organizações não governamentais que resistem à ofensiva conservadora e religiosa atuando no sentido de qualificar o debate sobre aborto, organizando mobilizações públicas, realizando estudos, pesquisas e denunciando as situações de violações de direitos a que as mulheres são submetidas. Entre essas organizações, destacam-se: a Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, criada em 2008; o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), fundado em 1989, com sede em Brasília; e a Católicas pelo Direito de Decidir, fundada no país em 1993.

Cabe aqui observar a importância desta última pelo embate público promovido com a Igreja Católica. Partindo de uma corrente de pensamento ético-religioso feminista, a organização não governamental (ONG)—que também atua em outros países da América Latina, Estados Unidos e Europa—expõe as dissidências internas da maior instituição religiosa sobre assuntos relacionados à mulher, em especial, no que diz respeito à sexualidade e à reprodução humana, impulsionando reflexões sobre as normas impostas pela Igreja, o histórico controle sobre autonomia e a sexualidade feminina e a laicidade do Estado.

É através das lutas organizadas e das teorias feministas que se tem buscado evidenciar o aborto enquanto um direito das mulheres e, como tal, uma questão política.⁵ Essa luta contém em si a possi-

[3] Para aprofundamento nesse debate, recomenda-se a leitura do artigo “Urnas Reveladoras”, de Fátima Jordão e Paula Cabrini, bem como o trabalho “O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados, de 1990 a 2014”, de Luís Felipe Miguel, Flávia Biroli e Rayani Mariano.

[4] Destacam-se algumas articulações e organizações políticas, como a Articulação de Mulheres Brasileiras e a Marcha Mundial das Mulheres.

[5] Flávia Biroli revela que a politização do aborto deriva do desdobramento da reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera privada e pública, no livro *Feminismo e Política* (2014).

bilidade de devolver a elas o controle sobre suas vidas e corpos, uma vez que gerar, gestar e viver uma maternidade é compreendido como uma escolha voluntária, resultado de uma reflexão consciente e livre de imposições, seja de caráter moral, religioso ou fundamentadas em um determinismo biológico que coloca a maternidade como um desejo comum a todas as mulheres.

Ao tomar o aborto como uma questão política, a autonomia das mulheres—relacionada ao direito de exercer autoridade sobre si mesmas—é mobilizada como um valor. Assim, quando essa autonomia é constrangida por fatores religiosos, as implicações desse problema extrapolam a violação da laicidade do Estado e do funcionamento da democracia, e atingem também à cidadania dessas mulheres, como aponta Miguel (2012):

[...] a questão do aborto está vinculada aos direitos elementares do acesso à cidadania, que se funda na soberania sobre si mesmo. [...] a soberania sobre si mesmo é um direito fundante da possibilidade de ação autônoma na arena política. Mas permanece uma grave assimetria entre homens e mulheres, gerada por aquilo que podemos chamar de gravidez compulsória, que representa uma limitação potencial permanente à soberania das mulheres sobre si mesmas. Então, o cidadão, isto é, o homem, ingressa na esfera política dotado de soberania sobre si mesmo, mas para a mulher tal soberania é condicional. Sob determinadas circunstâncias, ela deixa de exercer arbítrio sobre seu próprio corpo e se torna o instrumento para um fim alheio. Nesse processo, ocorre uma inversão: em vez de a sociedade ficar com a obrigação de garantir as condições para que as mulheres possam levar a cabo gestações livremente decididas, a gravidez passa a ser uma obrigação perante a sociedade. (p. 662).

O autor demarca a maternidade compulsória como um problema que limita as mulheres de terem completo domínio sobre si mesmas. Assim, a autonomia das mulheres, especialmente em relação à sua capacidade reprodutiva, é interdita pelo Estado e colocada a serviço da sociedade para fins de que elas não compartilham, legitimando que homens e mulheres sejam tratados desigualmente.

Mulheres crescem sendo educadas e preparadas para a maternidade de tal forma que ela não é problematizada, pois pouco se discute acerca do que move uma mulher a desejar ter filhos/as, diferentemente do que é feito quando o assunto é aborto. Para Rosado-Nunes (2006), esse tratamento dispensado socialmente à maternidade desumaniza as mulheres e a própria maternidade porque reduz tudo a um processo natural, de realização de uma capacidade biológica, enquanto que, quando o assunto é aborto, é exigido que as mulheres apresentem razões para fazê-lo. A luta em torno do direito ao aborto é, portanto, um momento de reconhecimento das mulheres como sujeitos, capazes de refletir e agir eticamente.

Avançando na ideia de que cabe às mulheres o poder de dispor sobre seus corpos e sua capacidade reprodutiva, a luta do feminismo identificado como “pró-escolha” parte das seguintes premissas:

a) nenhum contato com o corpo do indivíduo pode existir sem seu consentimento [...] (b) a decisão sobre manter uma gravidez, nutrir e sustentar biologicamente outro indivíduo deve ser da mulher, isto é, geração, gestação e maternidade têm de ser decisões consentidas e informadas para que o direito das mulheres à autonomia seja preservado [...] (c) o direito de escolha no caso do aborto deve ultrapassar o sentido negativo da liberdade [...] Isso significa que deve ser apoiado pelo Estado por meio de políticas públicas de combate à violência, de orientação para

o respeito às decisões individuais e de atendimento adequado na área da saúde. Caso contrário, ficaria restrito a uma situação em que “mulheres privilegiadas tem direitos” (BIROLI, 2014, p. 128).

Com isso, busca-se não apenas tornar evidente que a decisão pelo aborto deverá ser fundamentalmente uma escolha da mulher, mas também reposiciona a atuação do Estado para além da noção liberal sobre liberdade. Nesse caso, ao invés de exercer um papel coercitivo, o Estado se torna responsável por assegurar a todas o direito de serem atendidas de forma segura e gratuita para que a desigualdade social não continue determinando quais mulheres podem realizar suas escolhas.

Na luta pela legalização, ganha centralidade também a defesa da liberdade sexual das mulheres. O acesso a informações e os recursos necessários para controlar a reprodução é fundamental para colocar homens e mulheres numa posição equivalente diante do exercício da sexualidade. Tendo em vista que o peso de uma gravidez indesejada é diferente para ambos, não apenas pelo fato de que é algo que se passa no corpo delas, mas também porque a responsabilidade pelos filhos é uma tarefa socialmente atribuída e exigida às mulheres. Além disso, o acesso aos métodos contraceptivos e ao direito ao aborto permite desvincular o exercício da sexualidade da maternidade (BIROLI, 2014).

A questão do direito ao aborto pode ser situada, também, no âmbito dos direitos humanos, especialmente após a emergência dos direitos reprodutivos e direitos sexuais como componentes desse conjunto de direitos. A construção do que seriam direitos reprodutivos é parte da produção feminista “em um marco não institucional, de desconstrução da maternidade como um dever, por meio da luta pelo direito ao aborto e anticoncepção em países desenvolvidos (CORREA *apud* MATTAR, 2008, p. 110). A Conferência Internacional de Po-

pulação e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, colocou a mulher no centro dos programas de desenvolvimento e definiu que os direitos reprodutivos:

[...] se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos. (ONU, 1994, p. 62).

Durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim no ano de 1995, os movimentos feministas e LGBTTTQIA trouxeram à tona a questão dos direitos sexuais. No texto final da conferência, é possível identificar, como define Mattar (2008, p. 63), “os direitos que supostamente compõem os direitos sexuais”:

Os direitos humanos das mulheres incluem seus direitos a ter controle e decidir livre e responsabilmente sobre questões relacionadas à sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livre de coação, discriminação e violência. Relacionamentos igualitários entre homens e mulheres nas questões referentes às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito pela integridade da pessoa, requerem respeito mútuo, consentimento e divisão de responsabilidades sobre o comportamento sexual e suas consequências. (ONU, 1995, p. 96).

Essas conferências determinaram uma série de acordos e medidas a serem adotadas e desenvolvidas por diversos países, incluindo o Brasil, especialmente por meio de políticas públicas da saúde, com objetivo de assegurar o pleno exercício dos direitos humanos. E foram fundamentais ao disporem sobre a participação livre e igualitária entre homens e mulheres quanto ao planejamento familiar e ao reforçar que é parte dos direitos humanos das mulheres a liberdade e a auto-determinação sexual e reprodutiva.

É nesse sentido que os movimentos feministas brasileiros têm buscado pressionar o Estado no cumprimento de compromissos internacionais assumidos, mas que não foram integralmente efetivados. A luta pelo direito ao aborto é para que as mulheres possam, em última instância, recorrer a ele sem colocar em risco a saúde e suas vidas. Isso implica, também, a luta por políticas públicas que garantam educação sexual e amplo acesso a contraceptivos para que homens e mulheres possam vivenciar uma sexualidade segura, saudável e escolher se querem, quando querem, qual o momento adequado e quantos filhos desejam ter.

Sem políticas públicas, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres sofrem uma forte limitação e geram consequências que não são vantajosas nem para elas, nem para a sociedade, pois as condições em que os abortos são realizados no país desencadeiam um problema de saúde pública. Não é incomum encontrar sujeitos que debatem sobre aborto na perspectiva de problema de saúde pública, no entanto, essa compreensão “ofusca o entendimento, cada vez mais constrangido nesse debate, de que o aborto é um direito de cidadania das mulheres” (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, p. 128). Portanto, é fundamental que a autonomia das mulheres seja entendida como um valor político que está sendo usurpado.

Na luta pelo direito ao aborto, as mulheres são radicalmente tomadas como sujeitos dotados da capacidade de decidir sobre a maternidade. É a condição delas como cidadãs que é negada quando

o aborto é criminalizado, por isso que falar sobre aborto significa tratar de direitos essenciais para o funcionamento da democracia. Reivindica-se o acesso ao aborto seguro como um direito que deve ser assegurado a todas as mulheres, do mesmo modo como se reivindica para aquelas que desejam ser mães o direito à maternidade socialmente amparada, sendo o papel do Estado o de garantir políticas integrais para acolher e proteger ambas as escolhas por meio de um atendimento digno, seguro e gratuito.

Submetê-las à clandestinidade e tratá-las como criminosas é dispensar um tratamento desumano às mulheres que necessitaram ou necessitam realizar um aborto. Significa enclausurá-las na sua condição biológica. Assim, o feminismo na luta pela legalização busca fazer com que as mulheres deixem de ser tratadas como objeto, como incubadoras para gerar novos seres, e passem a ser respeitadas enquanto sujeitos capazes de ter seus próprios desejos e projetos de vida.

O SERVIÇO SOCIAL NA DISCUSSÃO SOBRE ABORTO

O serviço social é uma profissão de caráter interventivo que surgiu e se institucionalizou no Brasil, respectivamente entre os anos de 1930 e 1940, articulado aos processos socioeconômicos da expansão urbano-industrial provocados pelo capitalismo em seu estágio monopolista, e esteve profundamente vinculada à Igreja Católica, que influenciou a formação filosófica da profissão e a construção das primeiras escolas de Serviço Social. As bases filosóficas e teóricas conservadoras que alicerçavam a profissão desde sua gênese passaram a ter sua hegemonia contestada com maior fôlego pela categoria profissional a partir do “movimento de renovação do Serviço Social”—ou movimento de reconceituação—sobretudo, a partir da perspectiva da “intenção de ruptura” que possibilitou a aproximação do serviço social com a tradição marxista e forneceu as bases para a construção do serviço social crítico, politizado à esquerda e comprometido com a classe trabalhadora, conseqüentemente, com os seus movimentos e organizações.

Fruto de uma construção coletiva, o atual projeto profissional, denominado de projeto ético-político, expressa as escolhas teóricas, políticas e ideológicas da profissão que devem nortear a formação e a atividade profissional. No projeto em questão, parte-se do pressuposto de que a “ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional (NETTO, 1999, p. 08)”.

O projeto ético-político é apresentado através do seu aparato jurídico-político: o Código de Ética Profissional de 1993, a lei que regulamenta a profissão (Lei 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Nas palavras de Netto (1999, p. 15),

Este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.

Dessa forma, ele caminha na contramão dos interesses capitalistas, uma vez que assume a defesa de valores cada vez mais suprimidos nessa sociedade em que a sua própria lógica de funcionamento impõe a necessidade da desigualdade, da exploração, e para isso naturaliza formas de opressões como o machismo, o racismo, a “lgbtphobia”. Ex-

plicita seu compromisso no sentido de uma intervenção viabilizadora de direitos, orientando-se no combate a todos os tipos de abuso e autoritarismo, de violação dos direitos humanos. Ainda,

Ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (NETTO, 1999, p. 16).

O projeto ético-político do serviço social define os princípios democráticos que devem nortear o fazer profissional. Sua materialização no cotidiano profissional supõe sempre o enfrentamento do conservadorismo. Por isso, o projeto ético-político anima grandes polêmicas dentro do serviço social, chocando-se com os valores morais dominantes, os quais, aliás, as/os assistentes sociais não estão imunes à incorporação.

Foi partindo dos pressupostos e, depois de muito debate, que no ano de 2009, mais exatamente no 38º Encontro Nacional realizado em Campo Grande (MS), o serviço social passou a se posicionar publicamente pela descriminalização do aborto, comprometendo-se em atuar junto aos movimentos feministas, aprofundando o debate sobre o tema por meio da organização de eventos, audiências públicas, contribuindo para pressionar o Estado na alteração da lei punitiva.

No encontro nacional do ano seguinte (2010), como expressão do movimento interno da categoria, foi deliberada a defesa pela legalização em consonância com os interesses feministas. Regularmente o

serviço social, através do conjunto CFESS/CRESS, vem publicizando um posicionamento pela garantia da vida e dos direitos das mulheres. Levando em consideração o compromisso assumido pela categoria com as necessidades das/os usuárias/os, afirma que:

Ao nos posicionarmos em favor da liberdade como valor ético central, consideramos que a decisão de ser mãe deve ser um ato consciente de liberdade e não apenas uma contingência biológica ou uma imposição política e social. Deve vir acompanhada de acesso às políticas públicas de saúde, que garantam as condições objetivas para o exercício da maternidade, quando esta for desejada, e para sua interrupção quando não o for. [...]. Portanto, a postura profissional que se espera de assistentes sociais em seu cotidiano de trabalho [...] é de um compromisso ético e político com os princípios democráticos que norteiam nossa profissão, e que devem ser sobrepostos aos desvalores do individualismo e do moralismo. É necessário termos uma postura crítica frente à intolerância religiosa, ao irracionalismo e à falta de laicidade do Estado; assim, um/a profissional comprometido/a com a defesa dos direitos das mulheres, dos distintos sujeitos políticos e suas lutas históricas. (CFESS, 2016, p. 03).

Em 2017, o CFESS Manifesta tratou sobre a Norma Técnica de atenção humanizada ao abortamento lançado pelo Ministério da Saúde como estratégia para difundir informações sobre como deve ser realizado o atendimento dos casos de abortamento, como proceder diante de solicitações para o procedimento nos casos legais, entre outras. Curiosamente essa norma também orienta que os profissionais envolvidos no atendimento das mulheres em situação de abortamento

não realizem qualquer tipo de denúncia, uma vez que possuem dever legal e ético de sigilo profissional. De acordo com o CFESS, as/os assistentes sociais devem considerar:

[...] que é seu dever ético democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional e garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios do Código de Ética Profissional. [...] Assistentes sociais como profissionais de saúde devem primar pela qualidade e direção socialmente referenciada do trabalho desenvolvido junto à sociedade. (CFESS, 2017, p. 02).

A defesa pelo direito das mulheres ao aborto expressa a maturidade teórica e ético-política da profissão na medida em que se realizou uma leitura crítica sobre as relações de classe e compreendeu que elas “são atravessadas pelas relações de poder e dominação do sexo masculino sobre o feminino” (CISNE, 2014, p. 23). Portanto, seria incompatível um posicionamento contrário, uma vez que a classe trabalhadora, da qual a categoria de assistentes sociais é parte constitutiva e com a qual o serviço social assumiu um compromisso quando intencionou o rompimento com o conservadorismo e construiu seu projeto ético-político, não é homogênea, ela possui dois sexos e múltiplas demandas.

Nesse sentido, a profissão parte de uma perspectiva feminista para analisar as relações sociais de sexo, descortinando a desigualdade e as situações de discriminação e opressão que marcam a vida das mulheres. Isso expressa o engajamento político da categoria junto aos

movimentos feministas na luta pela consolidação da democracia, por direitos de cidadania e na construção de uma sociedade sem dominação/exploração de classe, raça/etnia e de sexo, conforme preconiza o projeto profissional.

Essa aproximação também contribui para o desenvolvimento de estudos e pesquisas no interior da academia e no cotidiano profissional sobre a condição das mulheres. Além disso, a importância dessa experiência direta com os movimentos sociais não se resume ao cumprimento de uma das competências profissionais, mas principalmente pela possibilidade de contribuir no fortalecimento do direito democrático de organização popular num contexto em que predominam a retirada de direitos e a intensa criminalização de movimentos e organizações populares.

Embora o atual projeto seja hegemônico⁶ dentro da categoria, isso não significa dizer que inexistem outros projetos em disputa. Nesse debate, José Paulo Netto (2009) afirma que, para que haja a preservação e o aprofundamento desse projeto, é necessária a vontade do corpo profissional, mas, sobretudo, uma conjuntura favorável em que o movimento democrático esteja fortalecido.

A atual conjuntura nacional marcada pela crise política e econômica tem apresentado o recrudescimento do conservadorismo. Assiste-se ao crescimento de lideranças políticas conservadoras geralmente vinculadas a organizações religiosas (especialmente católicas e evangélicas) que, muitas vezes, têm assumido como parte da sua

[6] Partindo de uma análise gramsciana sobre a categoria hegemonia, Sâmia Rodrigues em seu artigo intitulado “Limites e possibilidades históricas do projeto ético-político” propõe que a hegemonia do atual projeto profissional não diz respeito a uma adesão quantitativa a esse projeto, mas a predominância de uma direção política fundamentada nesse projeto e que se expressa em três esferas: na produção de conhecimento em que a teoria social crítica aparece como predominante; nos instrumentos normativos da profissão que compreende o código de ética, a lei de regulamentação da profissão e as diretrizes curriculares da ABEPSS; e na dimensão político-organizativa da profissão através da ENESSO, ABEPSS e CFESS.

plataforma política o embate direto aos direitos conquistados com muita luta pela classe trabalhadora, sobretudo, aqueles que afetam a vida das mulheres, das pessoas LGBTQIA e da negritude.

Coloca-se, portanto, um cenário desafiante para a materialização desse projeto, exigindo dos sujeitos envolvidos (profissionais, docentes, discentes) uma postura combativa que atue no sentido da defesa de uma sociedade em que seja possível viabilização desse projeto e, conseqüentemente, dos direitos humanos das/os usuárias/os. Atualmente, a luta não é apenas pela ampliação de direitos, mas, sobretudo, pelo enfrentamento da onda de retrocessos que colocam em risco direitos já conquistados.

Assim, entendendo que a/o profissional de serviço social é parte da equipe multiprofissional da área da saúde que lida com solicitações para interrupção voluntária de gravidez e com mulheres já em situação de abortamento, e levando em consideração o posicionamento da categoria profissional pela defesa da legalização, parte deste trabalho é analisar quem são as/os estudantes da UFCG e como elas/eles compreendem a questão do direito ao aborto. É possível dizer que seus posicionamentos estão em consonância com o projeto da profissão?

A pesquisa revelou que a maioria (86,05%) das/os discentes do curso de Serviço Social são mulheres jovens entre 19 e 24 anos; 95,35% religiosas, 74,42% são católicas/os, 18,60% evangélicas/os, ao passo que 2,33% afirmaram ser espíritas. Essas/es estudantes possuem baixa participação em movimentos e organizações sociais, em torno de 23,24% são envolvidos em movimentos ou organizações sociais.

No que diz respeito à identificação com a profissão a partir de seus valores e princípios, apenas uma pessoa optou por não responder a esse questionamento; uma pessoa disse não possuir identificação por questões pessoais:

Não, tenho princípios que são inelimináveis diante de qualquer prática, e entre escolhas profissionais e esses princípios, optarei por esses valores. (Estudante 03).

Por outro lado, 93,02% afirmaram se identificar com a profissão. A tendência que mais apareceu nas justificativas apresentadas tinha por base a afinidade com a luta pela justiça e equidade social, pela viabilização de direitos, o fato de o curso ter possibilitado uma mudança de ideias; e outras/os, inclusive, citaram a luta pela transformação societária como um aspecto que favoreceu a compatibilidade com o serviço social.

No entanto, diante de tais afirmativas, é fundamental para esta pesquisa evidenciar alguns comentários que demandam reflexões:

Sim. Em relação aos meus valores e princípios, tem certos pensamentos que são passados pelo curso que não sou de acordo e por isso respeito, mas não mudo de acordo com meus valores. (Estudante 04).

Sim, entretanto algumas questões relacionadas ao curso são conflitantes com a minha fé. (Estudante 05).

Sim, com relação aos meus valores e princípios, há momentos que não. (Estudante 06).

Sim. Não. O Serviço Social, em momentos, vai sim em contrapartida a meus valores e princípios. (Estudante 07).

Sim. Concordo em alguns pontos, outros não. Afinal não é porque me identifico com a profissão que tenho que concordar com tudo. (Estudante 08)

Sendo estudantes que estão cursando entre 6º e 8º período, ou seja, estudantes em vias de concluir o curso, é interessante notar que

tratar sobre princípios e valores da profissão ativa, de forma imediata, o gatilho do conflito subjetivo entre valores individuais e os parâmetros ético-políticos que conformam e fundamentam o projeto profissional.

O não reconhecimento parcial ou completamente e, em consequência, a não materialização dos valores expressos pela dimensão ético-política—e sistematizados no Código de Ética Profissional—não significam que outros valores não serão acionados no cotidiano profissional pelas/os assistentes sociais, dada a existência de valores e normas na formação de cada indivíduo, que são determinados por seu processo de socialização, reproduzidos:

Através dos hábitos e expressando valores e princípios socioculturais dominantes numa determinada época histórica. Possibilita que os indivíduos adquiram um “senso” moral (referido a valores, por exemplo, a justiça), ou seja, tornem-se conscientes de valores e princípios éticos. Ao serem internalizados, transformam-se em orientação de valor para o próprio sujeito e para juízos de valor em face dos outros e da sociedade. (BARROCO, 2001, p. 42).

Dessa forma, na medida em que os valores individuais incorporados pelo sujeito são reproduzidos sem abertura para questionamentos e críticas, isso pode se refletir na incompreensão de que outros sujeitos têm o direito a escolhas diferentes, de que esse outro pode não possuir alternativas em determinadas situações, fazendo com que a atuação profissional possa legitimar desigualdades estruturais e, portanto, limitar ou impedir o acesso aos direitos de grupos historicamente oprimidos, como as mulheres, os negros e as pessoas LGBTQIA.

Chama atenção a contradição evidenciada nas respostas das/os discentes ao se identificarem com a profissão, porém, não com seus

valores e princípios, tendo em vista que estes remetem à dimensão ético-política do serviço social. Para uma atuação crítica e competente, é necessário que as capacidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas sejam compreendidas em relação de unidade, sendo indissociáveis umas das outras. Como demonstra Santos (2013),

a dimensão teórico-metodológica fornece ao profissional um ângulo de leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da ação, uma explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista. Possibilita a análise do real. A dimensão ético-política envolve o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. É responsável pela avaliação das consequências de nossas ações – ou a não avaliação dessas consequências. São as diferentes posições e partidos que os profissionais assumem. Já a dimensão técnico-operativa é a execução da ação que se planejou, tendo por base os valores, as finalidades e a análise do real. (p. 02).

Portanto, somente a articulação entre essas três dimensões possibilita à/ao profissional uma atuação fundamentada em uma leitura crítica e totalizante sobre a realidade social, direcionando os rumos de sua ação no sentido da defesa e viabilização dos direitos das/os usuárias/os.

Perguntadas/os sobre como se posicionam a respeito da legislação brasileira acerca do aborto, 48,84% afirmaram ser favoráveis à descriminalização e legalização; já 39,53% são favoráveis que a lei permaneça como está; 2,33% são contra a realização do aborto em todos os casos, inclusive realizando a defesa de uma lei mais rígida; e 9,3% declararam ter outra opinião, entre elas:

Sou a favor do aborto, porém, que a lei favoreça o que for melhor para todos os envolvidos (feto, mulher) com políticas públicas precisas e efetivas (Estudante 06).

Acho preciso pesquisas e mais inovações tecnológicas para que não ocorra a morte da mãe e nem do bebê, há que se discutir cada caso, sou a favor da vida, sei que no caso do estupro é dilacerador para mulher, nesse caso talvez a pílula do dia seguinte possa resolver, não sei, cada caso é relativo (Estudante 09).

Sou contra por razões pessoais (Estudante 10).

Ainda que seja possível considerar um progresso o expressivo número de pessoas pró legalização do aborto, é possível observar, por outro lado, que o número de pessoas favoráveis à restrição da liberdade reprodutiva das mulheres chega a ser maior que 50% quando se observam os outros três grupos. Nota-se também que, mesmo aquelas/es que expressaram sua opinião, estão alheios a uma discussão mais substancial sobre aborto.

Tal fato pode ser visualizado na ideia de atender aos interesses da mulher e do feto ao mesmo tempo por meio de políticas públicas como colocou a/o Estudante 06. Como também na possibilidade de garantir a vida do “bebê”⁷ e da mulher com o avanço tecnológico como propôs a/o Estudante 09, que sugeriu avaliar cada caso ao

[7] Tomando como exemplos o Projeto de Lei 882/15 e a ADPF 442, que visam garantir o direito à interrupção voluntária da gravidez, o procedimento de abortamento poderia ser realizado, sem riscos para a mulher, em gestações com até 12 semanas. Ou seja, no estágio de desenvolvimento fetal em que ainda não houve formação do sistema nervoso central, portanto, não há formação de uma criança com desejos, dores e vontades, tal como a imaginação popular supõe. É sob esse argumento que também se sustenta a decisão favorável do Conselho Federal de Medicina em matéria publicada em seu site, no ano de 2013, com o título “CFM esclarece posição a favor da autonomia da mulher no caso de interrupção da gestação”.

invés de considerar a capacidade de decisão consciente da mulher, ignorando também a complexidade das situações de violência sexual e o curto prazo para uso do contraceptivo de emergência, ou mesmo a possibilidade de falha dos métodos.

Dando continuidade às perguntas relacionadas ao tema desta pesquisa, foi questionado como as/os discentes entendem a decisão da mulher pelo aborto. Os dados colhidos demonstram que 72,09% consideram que a mulher tem o direito de decidir se quer ou não interromper uma gravidez, 16,28% consideram que a vida do feto deve ser preservada, 2,33% afirmaram que entendem a prática do aborto como pecado e 9,3% afirmaram ter outra opinião.

Diante destes dados, é possível mais uma vez identificar contradição nos posicionamentos apresentados, pois o direito à autonomia das mulheres sobre o próprio corpo, para as/os estudantes, é algo que deve ser limitado. Isso se torna explícito no cruzamento de dados, onde é possível verificar que 20,93% daquelas/es que afirmaram entender que a mulher tem o direito de escolher interromper uma gravidez também se posicionaram a favor da conservação da atual legislação sobre o aborto.

É relevante ainda destacar o que foi dito pelas/os estudantes que afirmaram possuir outra opinião:

A mulher devia ter o direito, mas as leis ainda não permitem o aborto, então o correto são apenas os previstos em lei (Estudante 11).

Eu acho que isso não seria discutido se o país ofertasse uma estrutura digna, se as mulheres encontrassem uma forma digna de criar seus filhos, mas independente disso se a mulher quiser optar pelo aborto isso é problema dela (Estudante 12).

Considero que de fato a mulher tenha o direito a decidir se realmente quer ou não, mas considero que

a vida tem que ser preservada, no caso que a mulher não queira a gestação devido uma gravidez de risco, ela tem sua autonomia para escolher (Estudante 13).

Verifica-se, portanto, que as/os estudantes buscam demonstrar possuir ideias progressistas sobre a questão da liberdade de escolha, porém, os posicionamentos tendem a esbarrar em questões externas ao direito da mulher, seja pela defesa da preservação da vida (especificamente do embrião ou feto) ou até mesmo numa tendência estritamente legalista, longe de uma leitura crítica sobre o ordenamento jurídico dessa sociedade, sem questionar qual o sentido da proibição do aborto e ignorando o fato de que as mulheres continuarão abortando com ou sem um suporte legal.

É válida a reflexão sobre a situação socioeconômica das mulheres que optam por realizar um aborto feita pela/o Estudante 12, porém os fatores pelos quais as mulheres decidem não levar adiante uma gestação são diversos, e é urgente reconhecer que elas podem, simplesmente, não desejar a maternidade para si. Ademais, o aborto não pode ser encarado apenas como um problema individual da mulher que aborta, pois o acesso a esse direito é condição necessária para o pleno reconhecimento das mulheres enquanto cidadãs.

Vale observar ainda que, de acordo com os posicionamentos daquelas/es que disseram possuir identificação com a profissão pela luta em torno da defesa e viabilização dos direitos sociais e por uma sociedade justa e igualitária, mas se posicionaram contrários ao direito das mulheres de poderem decidir, é possível dizer que a leitura crítica sobre a realidade concreta feita por elas/es não incorpora a análise sobre o sistema patriarcal, ou a faz de maneira muito incipiente, uma vez que não reconhecem as implicações da criminalização na vida das mulheres.

Buscou-se, também, saber se as/os estudantes estão cientes do posicionamento das entidades representativas da profissão com relação

ao aborto, especialmente o conjunto CFESS/CRESS. Dessa forma, 51,16% declararam completo desconhecimento, 44,19% afirmaram estar cientes e 4,65% disseram conhecer apenas parcialmente.

Algumas/alguns ainda comentaram não terem tido acesso às elaborações e aos documentos das entidades que abordam o assunto, mas que tomaram conhecimento pelas discussões proporcionadas em sala de aula. Outras/os identificaram qual é o posicionamento adotado nos últimos anos, partindo da ideia de que a defesa pela legalização é a mais coerente com o direcionamento da profissão. Também houve estudantes que afirmaram ter conhecimento e respeitar o posicionamento da categoria, mas que isso não as/os faz mudar de opinião.

Por fim, interrogou-se em que medida a opinião formada anteriormente com relação à questão do aborto mudou após a entrada no curso de Serviço Social. Destes 41,86% disseram ter mudado um pouco, pois a formação ofereceu mais esclarecimentos com relação ao tema. No entanto, mesmo se tratando ainda de uma questão polêmica para algumas pessoas, é possível notar, nos comentários a seguir, que algumas/uns se permitem o exercício de ponderar sobre o tema:

Apesar de não defender a legalização do aborto, entendo que essa discussão, afora a dimensão da fé, também se configura como uma discussão de saúde pública (Estudante 05).

Sempre busco considerar os dois lados da questão, mesmo tendo meu posicionamento, que vem baseado na concepção de que a vida pertence a Deus, compreendo que há questões mais amplas que a fé quando se envolve isso. [...] E os meus valores morais não podem interferir na vida dos outros (Estudante 14). Pela minha religião e influência das pessoas com um pensamento conservador, via o aborto como uma opção extremamente pesada na vida de uma mulher.

Ao longo do tempo, este tema foi sendo visto por mim de outra forma. Mas continua sendo para mim um tema polêmico e conturbado para minha cabeça (Estudante 15).

Ao chegarmos no Serviço Social, temos toda uma bagagem de vida, uma construção social que repercute em quem somos e como somos, e tudo que construímos, inclusive os valores e as nossas concepções não mudam da noite para o dia, mas confesso que tenho refletido e a cada dia avançado acerca de algumas temáticas consideradas polêmicas (Estudante 16).

Antes eu não achava justo (ainda não acho totalmente justo) a morte de um bebê, hoje vejo também o lado da mãe, sei que cada caso tem sua complexidade, a vida é dela, ela tem direito de decidir, não sei se eu teria coragem, mas também analisando pela minha formação de vida e de consciência (Estudante 09).

Já 34,88% das/os estudantes consideram ter mudado muito, pois entraram no curso com pouca leitura sobre o assunto e com uma visão religiosa sobre como pensar o aborto, como demonstrado pela/o Estudante 17 ao dizer que “antes pelos posicionamentos da própria religião defendia a criminalização do aborto, hoje compreendo que é necessário debater e lutar pelos direitos destas mulheres que querem, isso graças ao processo de desconstrução na formação em Serviço Social”. Para 23,26%, não houve nenhuma transformação nos seus modos de pensar.

Entretanto, a maior parcela desse grupo de pessoas afirma já ter entrado no curso com a ideia de que a mulher deve ter autonomia sobre seu corpo; outra parte, por razões pessoais, reforçou o direito de conservar a rigidez das suas ideias, como é o caso da Estudante 07 ao dizer: “Continuo da mesma forma que entrei, não concordo

com o aborto, meus princípios e valores estão acima de tudo isso”, demonstrando que a disposição para o debate e para o questionamento é bastante reduzida.

Levando em consideração as informações obtidas via questionários, destacaram-se três grupos de estudantes, com os quais foram realizados um total de cinco entrevistas com o objetivo de tentar aprofundar algumas questões fundamentais. Esses grupos foram divididos entre: aquelas/es que se posicionaram pró descriminalização e legalização; as/os que consideram que a legislação deve permanecer como está; e aquelas/es que manifestaram um posicionamento mais rígido, pensando o aborto como pecado e/ou uma legislação mais punitiva.

ENTRE TENSÕES E CONTRADIÇÕES

Foram realizadas 5 (cinco) entrevistas com discentes selecionadas/os a partir de grupos identificados pelas informações apresentadas via questionários. Dessa forma, foi entrevistada/o 1 (uma/um) estudante pertencente ao grupo com posicionamento progressista, favorável à legalização do aborto; 2 (duas/dois) discentes do grupo com posicionamento mais rígido, defendendo uma legislação mais punitiva e uma compreensão sobre o aborto baseada no ponto de vista religioso; e 2 (duas/dois) do grupo que apresentou posicionamento favorável à manutenção da atual legislação, colocando-se em defesa da vida do feto.

As entrevistas foram marcadas pelo aparecimento de muitas contradições nas falas das/os estudantes. Alguns posicionamentos apresentados foram diferentes das opiniões expressas por elas/elas mesmas/os em questionário. A/o Estudante 18 é um bom exemplo disso, pois mesmo tendo colocado em questionário como favorável à preservação da lei em vigência, assumindo uma defesa pela vida do

feto, declarou em entrevista que “tem que tirar essa bandeira conservadora das pessoas pensarem o aborto como crime acabando com a vida”. Do mesmo modo, a/o Estudante 07, que se colocou favorável a uma lei mais rigorosa, apresentou em seu depoimento uma perspectiva descriminalizante.

Dessa forma, ao longo das entrevistas, as contradições foram se tornando ainda mais intensas, apresentando posicionamentos inconstantes que denotam tanto a falta de conhecimento quanto o choque entre o universo de valores formados a partir de suas experiências pessoais com aqueles que norteiam o projeto ético-político da profissão.

Ao serem questionadas/os sobre quais os motivos que fazem com que o aborto ainda seja criminalizado no Brasil, as/os discentes identificaram a interferência conservadora e religiosa em torno desse assunto. A partir dessa pergunta, já era possível visualizar como esse tema mexe diretamente com as convicções religiosas de algumas/uns:

Na realidade, eu acho que é por causa de uma massa conservadora que tem dentro da política sebosa desse país, porque não tem por quê, não existem um porquê... É uma coisa que diz respeito só a mulher, é uma decisão dela, de querer ter ou não. Das condições psicológicas que essa mulher tem de enfrentar uma gravidez (Estudante 17).

[...] eu não tenho muita profundidade, nem muita propriedade sobre esse assunto, mas na minha concepção, essa ideia de criminalizar o aborto é justamente por ser algo atrelado à vida. Quando se fala em aborto, subentende-se a morte de uma criança, e morte no Brasil, qualquer ato contra a vida é considerado crime, por isso que eu entendo o aborto nessa

perspectiva da criminalização, por ser um atentado contra a vida (Estudante 05).

Assim, porque eu sou evangélica, e não é nem por questão de ser evangélica, é porque assim, eu acredito que, a partir do momento que você engravida, você automaticamente está gerando uma vida, então pra mim só quem tem o direito de tirar é Deus, porque ele quem nos deu a vida, então esse direito cabe somente a ele, de dar e de tirar. Então eu acredito que seja crime para os olhos de Deus, você está pecando, porque só cabe a ele esse direito (Estudante 07).

Três entrevistadas/os reconheceram que os valores cristãos incidem sobre seus entendimentos acerca da questão do aborto, enquanto que outras/os duas/dois afirmaram não sofrer influência de nenhuma perspectiva religiosa, dado confirmado no decorrer da entrevista, uma vez que apresentaram argumentações pautadas numa perspectiva de acesso a direitos.

Os comentários a seguir, além de ilustrarem o apego à crença religiosa como fonte para pensar a questão do aborto, trouxeram outro elemento que vale a pena ser destacado: o receio de um julgamento pautado num possível preconceito religioso:

Eu não gosto muito de falar sobre esse termo de religiosidade porque se cria, às vezes, se cria um perfil de uma pessoa religiosa e, às vezes, isso acaba não sendo muito bem compreendido. Eu tenho as minhas convicções pessoais, bíblicas, cristocêntricas, e a influência dela é nesse sentido de que Deus preza a vida, ele, na minha concepção, na minha vivência, ele é o autor da vida. Então eu acho que, nesse sentido,

a dimensão da religião influencia a minha concepção sobre a questão do aborto (Estudante 05).

[...] Aí eu vejo assim, muito o Serviço Social que fala que “não, porque você é evangélica, que você é conservadora”. Não, não é isso, não. Eu vejo assim, que o pessoal, principalmente essas pessoas que lutam por uma bandeira de liberdade, eles só pregam assim, que você tem que respeitar o seu lado e o meu, onde é que fica? Eu sou evangélica, eu tenho amigos que já me falaram sobre essa questão de aborto, conversaram, pediram minha opinião pessoal e também tiveram casos que não pediram e eu respeitei (Estudante 07).

Cabe dizer que o direito à crença não é algo questionado ou criticado no Serviço Social, no entanto, a atuação profissional passou por um processo de laicização no marco da renovação da profissão, especialmente quando adotou o materialismo histórico-dialético como referencial teórico-metodológico, o que implica dizer que as discussões no interior da categoria e a própria prática profissional devem ser orientadas por perspectiva crítica e ético-política que não se coaduna com valores morais hegemônicos ou perspectivas religiosas.

Tal fato pode fazer com que estudantes se sintam acuados ou diretamente atingidas/os quando posicionamentos que versam sobre temas polêmicos a partir de uma perspectiva religiosa (como a questão do direito ao aborto, do casamento e da adoção de crianças por casais homoafetivos) encontrem pouco espaço para se afirmar, ou sejam contestados quando externados.

Embora em seus discursos tentem exprimir que não desejam ser reconhecidos como conservadores por conta de seus princípios religiosos, o entendimento destas/es estudantes acerca da relação entre Estado e religião denota um alinhamento com pautas do conservadorismo. Para elas/eles, a interferência da moral religiosa em

assuntos de interesse público é algo positivo, tendo em vista que o país é eminentemente cristão, como justificou a/o Estudante 05. Dois comentários retratam bem esses posicionamentos:

Eu entendo que é justo, porque do mesmo jeito que tem interferência do feminismo, de outras culturas, deve ter da gente também (ESTUDANTE 03).

Eu acredito assim, eu acho bom quando eu vejo o Estado contribuindo, ajudando a questão da religião. Eu concordo, eu não vou mentir, eu concordo. Agora assim, não é religião, eu não carrego dentro de mim religião. Não é religião. Eu carrego um Deus que diz o que é certo e o que é errado, e só cabe a ele dizer o que é certo e o que é errado. [...] Não, eu falo da religião, eu falo do que vem dizendo através da Bíblia, quando a religião, seja qual for ela, ela vem de acordo com a Bíblia (ESTUDANTE 07).

Nesse sentido, as/os estudantes ignoraram o fato de que não cabe ao Estado impor qualquer tipo de convicção ou comportamento religioso sobre o conjunto da população. Sendo um princípio constitucional imprescindível para existência da democracia, a laicidade do Estado deve garantir igualdade de direitos para todas as religiões, sejam elas cristãs ou não, para que possam se manifestar sem interferir na vida privada dos sujeitos.

A defesa de um Estado verdadeiramente laico é também uma das bandeiras do conjunto CFESS/CRESS, na medida em que essa luta é compatível com o projeto ético-político da profissão, assim:

À atuação profissional de assistentes sociais no Brasil, comprometida com valores e princípios ético-políticos fundamentados nas conquistas históricas que afirmam

a humanização do ser social—como a defesa da liberdade como valor ético central e da democratização do poder econômico e político—e, conseqüentemente, contrária a todas as formas de injustiça, discriminação ou barbárie, se impõe a necessidade de identificação e recusa das ameaças ao Estado Laico presentes na realidade brasileira, do avanço do conservadorismo, do irracionalismo e da intolerância religiosa no cotidiano profissional e a consciência crítica de que estas tendências são incompatíveis com o Estado Democrático de Direitos e uma ameaça à efetivação da ética profissional. (CFESS, 2016, p. 02).

Equivocadamente a/o Estudante 03 equipara a atuação política dos movimentos feministas à interferência religiosa em assuntos de interesse coletivo, demonstrando um evidente desconhecimento acerca do que, de fato, são os movimentos sociais. Cabe dizer que os movimentos feministas atuam, *grosso modo*, no sentido da conquista e ampliação de direitos para as mulheres, desnaturalizando preconceitos e hierarquias, denunciando as inúmeras situações de violência, ao passo que reivindicam a expansão de políticas públicas que possam minimizar os efeitos da profunda desigualdade política, econômica e social entre homens e mulheres.

Essa luta fundamenta-se em uma teoria política própria, produzida e constantemente atualizada por mulheres e homens comprometidos com a construção de uma sociedade igualitária do ponto de vista das relações sociais de sexo.

Em sentido contrário ao das lutas feministas, os grupos e lideranças religiosas que têm atuado de forma organizada na política brasileira, sobretudo nos últimos anos, não têm direcionado esforços para conquista e/ou aprofundamento de direitos que visem ao bem-estar da população, sequer buscam consolidar o direito à liberdade

religiosa. Baseando-se em dogmas, agem cotidianamente no sentido de restringir direitos de parcelas da população historicamente discriminadas, buscando impor sobre todos os cidadãos e cidadãs suas crenças e interesses particulares.

Ainda relacionado à discussão acerca dos movimentos feministas, as/os estudantes foram também questionadas/os sobre como compreendem a luta desses movimentos pelo direito ao aborto. As respostas abaixo evidenciam opiniões muito próximas ao senso comum, havendo quem entenda como legítima apenas a luta por direitos civis e políticos, justificando não estar representada/o por esses movimentos por conta de algumas formas de reivindicação usadas por eles; outra/o demonstra ter entendimento sobre algumas lutas dos movimentos, mas cogita a possibilidade de a autonomia sobre o próprio corpo se transformar em uma banalização do aborto:

Eu não concordo com a bandeira de luta feminista, eu não concordo, não vou mentir. Em algumas coisas, pode até ser que sim, mas na sua maioria eu não concordo até porque a forma como elas atuam, pra mim... Tipo, quando eu vejo reportagem de mulher que tirou a roupa, que fica mostrando... Eu não acredito que ela *tá* representando as mulheres não. Pode *tá* representando um determinado grupo, mas ali ela... *Tá* certo que é lutar, um tipo por direito a mulher votar, direito a mulher trabalhar, direito a mulher ser respeitada pelos homens, certo mas não a forma como elas reivindicam isso, eu não concordo. E tem algumas coisas que elas levantam, que elas falam que para mim eu não concordo, não concordo de forma alguma. (ESTUDANTE 07).

O movimento feminista se configura como um movimento importante na luta pelo direito de ser mulher

[...]. Ele tem encampado suas lutas no sentido de que se tenha outro olhar para a mulher, além do olhar da culpabilização, para além do olhar da subordinação. E ele vem travando seus debates, travando suas lutas no sentido de que a mulher possa optar, ela possa ser dona do seu corpo. Claro, assim, quando eu falo ser dona do seu corpo, eu não compreendo muito no sentido de que, claro, você ser dona do seu corpo você pode fazer o que lhe der na telha. Só não acho assim interessante que isso seja banalizado, que a vida seja banalizada. “Ah porque eu engraidei ou foi um incidente, um acidente de percurso e eu vou abortar, eu vou... eu não desejo ter esse filho” [...] (ESTUDANTE 05).

A ideia de que os abortos possam ser banalizados é bastante comum na campanha contra o direito ao aborto disseminada pelos grupos conservadores e fundamentalistas. Partem do pressuposto de que as mulheres se tornarão irresponsáveis e deixarão de utilizar métodos contraceptivos, uma vez que a possibilidade de abortar está disponível, o que não corresponde à realidade, haja vista as experiências de legalização em outros países. O Uruguai, por exemplo, registrou um crescimento de 30% no número de desistências do procedimento entre os anos de 2013 e 2014, segundo matéria publicada pela *Revista Fórum* em 2015.

Outras/os entrevistadas/os demonstraram não possuir conhecimento sobre os movimentos feministas, apresentando respostas evasivas como “porque é um direito, né? Se o corpo é seu... Tem que continuar essa luta (ESTUDANTE 18)”; “eu compreendo que é a concepção deles e estão lutando pelo que acha que é certo (ESTUDANTE 03)”. Apenas uma/um estudante expôs uma opinião que

leva em consideração a necessidade do engajamento político feminista como caminho possível para provocar mudança na legislação:

É necessário até demais, acho que muitas mulheres deveriam se engajar no movimento e na luta pela legalização do aborto porque é uma coisa que cabe a todo mundo, é uma coisa que só vai ser resolvida com muita pressão popular. E a gente vê que as mulheres vêm sofrendo repressão por muitos e muitos anos, que inclusive não era nem pra ser debatido, no século que a gente tá, questões como essa. A gente tinha tudo pra ter avançado, mas acredito que muito por causa da religião a gente não consegue avançar tanto. E assim, é uma situação que acontece com muitas mulheres a questão do aborto, eu acho que é uma coisa necessária a gente garantir pras gerações futuras, pra gente, se a gente precisar recorrer. É necessário e deveria ser fortalecido. (ESTUDANTE 17).

De outro turno, 03 (três) das/dos estudantes tiveram dificuldade de reconhecer de que forma o projeto ético-político oferece suporte à profissão para atuar na defesa pelo direito ao aborto. Apresentaram respostas como: “Eu reconheço. [...] O aporte teórico mesmo, a gente estuda o tempo inteiro, mas não sei dizer (ESTUDANTE 17)”; “pelas aulas de Ética, os debates que aconteciam na sala de aula (ESTUDANTE 18)”. Apenas duas pessoas entrevistadas desenvolveram suas argumentações articulando aspectos que aproximam a luta pela legalização com o projeto profissional:

O projeto ético-político é o horizonte de atuação dos profissionais e ele oferece elementos, subsídios

teóricos, éticos e políticos no sentido de que ele trabalha na dimensão da defesa intransigente dos direitos humanos. E essa questão do aborto e outras questões, ela entra nessa seara, e por isso que eu acho que esse projeto, ele oferece subsídios de que o profissional que lida cotidianamente com essas situações, que ele estude, se aprofunde sobre essa realidade e ele entenda essas relações construídas na sociedade, essas relações de gênero, de patriarcado, de machismo e essas relações também de aborto. (ESTUDANTE 05).

O projeto ético-político dessa profissão serviço social... É um projeto assim, vejo muito bem elaborado, que dá um suporte sobre como trabalhar, mas vai muito... [...] às vezes, eu lendo esse código, eu vejo que vai muito contra o que eu prego, o que eu digo. Mas diante desse fato que a gente *tá* trabalhando hoje, eu acredito que sim. Porque assim, quando fala no projeto, a gente escuta muito sobre a questão da liberdade, do direito à escolha... [...] que você, como assistente social, você tem que ter respeito principalmente para aquele usuário que chega até você e uma bandeira de luta a questão da liberdade, da autonomia, não sei se é isso. (ESTUDANTE 07).

Contudo, ainda que as respostas tenham sido diferentes, há algo comum entre essas/es estudantes: o projeto ético-político não é tomado como ponto de partida para a reflexão sobre o direito ao aborto. Isso porque as entrevistas demonstram que, mesmo quando elas/es pareciam possuir algum domínio acerca desse projeto, seus posicionamentos estavam muito mais em consonância com suas convicções pessoais.

Todas as pessoas entrevistadas reconheceram que existem inúmeros determinantes que levam uma mulher a decidir interromper uma gravidez, apresentando respostas semelhantes às que estão destacadas abaixo. Somente uma/um estudante afirmou que, mesmo diante de algumas razões nada justifica um aborto, exceto em caso de estupro:

Tem uma questão que eu acho que é muito maior dentro dessa questão do aborto: que é a falta de responsabilidade do homem na relação. [...] às vezes, são mulheres rejeitadas pelo companheiro, o companheiro não quer assumir a criança. Fora outras questões também de tipo, a mulher não ser preparada, de ela *tá* preparada *pra* enfrentar aquilo, ou até mesmo de não querer, porque ninguém é obrigada a querer. (ESTUDANTE 17).

São vários fatores que levam: primeiro, os fatores sociais; primeiro, uma questão que coloca a mulher numa sociedade que é marcadamente patriarcal e coloca a mulher como sendo inferior [...] primeiro, que a questão social, a questão do machismo que é muito forte, que é muito arraigado à sociedade e que culpabiliza a mulher por tudo, desde o abandono do parceiro, [...] e às vezes, essa mulher não tem estrutura psicológica, não tem estrutura financeira para criar essa criança e ela pode decidir então abortar. (ESTUDANTE 05).

Essa pergunta também incitou a exposição de um relato da/ Estudante 07 sobre um caso específico em que a fé religiosa foi determinante para desistência da realização de um aborto. Assim, essa

experiência particular passou a ser tomada como um dos pontos de partida para refletir sobre o assunto. Essa forma de pensamento traz elementos próprio do senso comum, como aponta material produzido pelo CFESS (2016) intitulado “O que é preconceito”:

Na medida em que repetimos uma forma de comportamento ou uma avaliação sobre a realidade porque elas “deram certo” em algumas situações, tendemos a generalizá-las para todas as situações. Assim, a ultrageneralização também faz parte da vida cotidiana. A ultrageneralização, somada à unidade entre pensamento e ação e à fixação imediata na aparência da realidade, facilita a construção de estereótipos e analogias incorporados pela tradição e pelos costumes e sua reprodução como verdades inquestionáveis. Essa forma de pensar, presente na vida cotidiana, corresponde ao senso comum. (2016, p. 10).

Mesmo que a ultrageneralização seja parte do cotidiano, isso não significa que a sua reprodução não possa gerar implicações objetivas, pelo contrário. Quando absolutizada, induz pré-juízos que resultam em preconceitos e, conseqüentemente, em diversas formas de discriminação (SANTOS *et al.*, 2002). Não por acaso o Código de Ética da/o assistente social estabelece como parte dos seus princípios fundamentais o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade.

Todas as pessoas entrevistadas afirmaram que nenhuma mulher deve ser presa ou morta em virtude da realização de um aborto. Até mesmo aquelas/es que também assumiram uma defesa pela vida do feto, tanto no questionário quanto em determinados momentos da entrevista, se colocaram contrários à criminalização das mulheres.

Nesse mesmo sentido, a/o Estudante 03 chegou ainda a traçar um paralelo entre a questão do aborto e das drogas, refletindo sobre a possibilidade de uma mudança na legislação trazer resultados mais eficazes. Já a/o Estudante 07 buscou deixar claro que as mulheres não devem ser penalizadas, mas que o Estado também não deve fornecer condições para que uma interrupção de gravidez aconteça com segurança, cabendo às mulheres arcar com os riscos do procedimento:

O caso das drogas... eu acho que poderia haver uma legalização; talvez se houvesse uma legalização, as pessoas poderia até usar menos, ou não ter tanta morte com relação a isso. Talvez no caso do aborto fosse o mesmo, talvez se houvesse uma legalização poderia até diminuir. (ESTUDANTE 03).

[...] a questão da clandestinidade no Brasil, ela existe, é claro, que nós não temos a dimensão de como isso é presente. Mas nenhuma mulher deve ser presa, morta, hostilizada por cometer um aborto de forma clandestina... (ESTUDANTE 05).

Se ela optou por isso, eu escuto muito assim, não o corpo é seu, quem manda é você, eu não penso assim porque o corpo não é meu, meu corpo pertence a Deus, se eu estou aqui, se eu respiro, é graças a ele. Então a questão de punir essa mãe, essa pessoa que tentou esse aborto, eu não acho correto. O Estado deveria dar um amparo sobre isso? Eu poderia responder que não. Se a pessoa sabe quais os riscos que pode correr, se a pessoa sabe que pode morrer, eu volto ao que eu disse antes, procure se prevenir, procure meios. [...] Mas a questão de punir, eu não concordaria. Eu não concordo. Eu não concordo. (ESTUDANTE 07).

O comentário da/o Estudante 07 revela desconhecimento acerca do impacto da desigualdade social do Brasil sobre a questão do aborto. A condição socioeconômica de uma mulher determina em que condições ela realizará um aborto e o tipo de tratamento que receberá. As mulheres com maior poder aquisitivo têm, também, maiores condições financeiras e de acesso a informações para fazê-lo de forma segura, enquanto que as pobres precisam se submeter a métodos mais perigosos para interromper uma gravidez não desejada. Em geral, são as pobres e negras—dado o fato de que, no Brasil, a pobreza tem cor—que estão muito mais suscetíveis ao risco de sofrerem denúncia no momento em que recorrem à rede pública de saúde após complicações geradas por um aborto malsucedido. Do mesmo modo, são elas que estão muito mais expostas ao risco de morte.

Quando as perguntas se direcionaram para questões práticas relacionadas ao atendimento de demandas que envolvem o aborto, as falas apresentaram contradições significativas. Relativo ao atendimento às mulheres em situação de abortamento, todas as respostas obtidas giram em torno de uma assistência emergencial, digna e de qualidade.

Porém, o atendimento de solicitações de abortamento dentro dos casos legais ainda é algo que causa hesitação. Por exemplo, a/o Estudante 07 afirmava desconhecer os permissivos legais e, mesmo após ter sido informada/o sobre esses casos específicos, demonstrou insegurança de como se daria seu atendimento frente à existência de um cenário prático:

É como eu falei, em caso de estupro, que uma mulher... é muito complexo, eu não saberia o que fazer diante disso. Até porque isso vai... Eu quero, *tá* entendendo? E eu sei que é pecado, mas eu *tô* vendo que a mulher precisa. Isso me balança, eu não saberia o que resolver. Não sei assim, às vezes, a gente no

sangue quente, aí na hora vamos resolver... Eu não sei, eu não saberia. Mas como eu digo que a vida só cabe a Deus tirar, *né*, só Deus quem pode tirar... (ESTUDANTE 07).

Esse relato sinaliza que a/o estudante busca no espontaneísmo, no imediatismo, o caminho para superar o conflito entre valores religiosos e profissionais. A adoção de uma prática baseada nesses elementos tende a repor o caráter sincrético da profissão na medida em que estabelece uma relação direta entre pensamento e ação, sem realizar mediações complexas para subsidiar o fazer profissional. Conforme aponta Souza (2016),

O exercício profissional sincrético opera por meio da formalização e reiteração de procedimentos; do atendimento imediato de demandas difusas; práticas que estabelecem prioridade a partir de interferências teóricas segmentadas ou necessidades burocrático-administrativas e políticas (com o intuito de “fundamentar” essas práticas com um discurso científico); recurso eclético aos campos de conhecimento que possam ser instrumentalizáveis e corroborem as intervenções que estão sendo realizadas. A prática sincrética demanda e reproduz a elaboração formal-abstrata de conhecimentos teóricos—a prática sincrética é o momento predominante do ecletismo teórico, embora não o determine definitivamente. (p. 137, grifos do autor).

Interessante observar que as/os Estudantes 03 e 07, inicialmente contrários à criminalização das mulheres, ao serem questionadas/os

sobre o que pensam com relação às denúncias contra mulheres em situação de abortamento realizadas por assistentes sociais durante atividade profissional, afirmaram:

Pelo projeto ético-político, essa é uma prática contrária ao que a gente estuda. Ela já fez o aborto não teria mais o que... Mas se fosse uma coisa que ela ainda pretende fazer, aí sim eu iria denunciar, mas no caso em que o aborto já ocorreu, já tirou a vida, então não tem mais pra quê denunciá-la. (ESTUDANTE 03). [...] quando o aborto não é consequência de um estupro, de uma violência, quando simplesmente a mulher decidiu abortar, vamos aqui parafrasear, “ai, eu engravidei e não desejo ter esse filho”, então eu acho que a denúncia quando é nesse sentido de quando o aborto não é resultado de uma violência, esses debates, essa denúncia, ela deve vir à tona, na minha concepção. (ESTUDANTE 05).

Essas falas reforçam o entendimento de que, ao se verem diante de um impasse, as crenças religiosas poderão pautar a atuação profissional dessas/es futuros assistentes sociais em detrimento do acervo teórico-metodológico e ético-político da profissão. Assim, abstraído de uma compreensão crítica acerca das demandas apresentadas e da própria finalidade da atividade profissional, esse tipo de postura possui um caráter eminentemente conservador, reanimando práticas que estiveram presentes nas protoformas da profissão, das quais o policiamento sobre a vida das/os usuárias/os é apenas uma delas.

A recomendação quanto à não realização de denúncias no atendimento de situação que envolva aborto não acontece apenas por parte do Ministério da Saúde. O Código de Ética da/o Assistente Social expressa que o profissional deve “abster-se, no exercício da profissão,

de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos” (CFESS, 2012, p. 17), além de que é vedado ao assistente social revelar sigilo profissional. Dessa forma, o respeito às decisões das/os usuárias/os, ainda que discorde delas, e o dever do sigilo profissional aparecem desconectados do conjunto de deveres que formam um atendimento de qualidade.

Denunciar uma mulher que busca atendimento em decorrência de um aborto malsucedido significa submetê-la a uma segunda humilhação, pois como se já não bastasse o Estado negar o direito à autonomia sobre si mesma, as/os profissionais que deveriam ser responsáveis por acolher e orientar agem como verdadeiros algozes ao julgar, culpabilizar e penalizar essa mulher. Ademais, não é supérfluo lembrar que são as mulheres pobres e negras as maiores prejudicadas nesse tipo de situação.

Por outro lado, as/os discentes contrários à realização de denúncias argumentaram que tal ato acusatório expressa uma postura antiética. Mesmo a/o Estudante 07 que, em outro momento, afirmou não saber como agir diante de uma solicitação para realização de procedimento abortivo, declarou que não realizaria qualquer denúncia por entender que, ao recorrer à clandestinidade, a mulher enfrentou vários riscos e, depois de realizado o aborto, passaria a ser uma questão apenas entre ela e Deus.

Por fim, algumas/uns discentes apresentaram ainda estratégias que poderiam ser utilizadas pelo Estado em oposição à criminalização, como poderá ser verificado a seguir:

Eu acho que seria uma medida de conscientização. Uma medida que esse assunto seja realmente discutido, refletido nos espaços da sociedade, mas acho que uma solução, não é a solução. Mas uma das soluções seria trabalhar com a conscientização. Trabalhar a vivência dessa mulher, trabalhar o ciclo de vida, tra-

balhar as relações às quais ela se submete, trabalhar enquanto pessoa não num sentido de criminalizar, de punir, mas trabalhar nessa dimensão da informação, da educação. (ESTUDANTE 05).

Já que eles, que é um pouco de religião sobre isso... Já que eles acham que é pecado, que não pode, que é ilegal, vamos informar mais, vamos dar meios para as pessoas, vamos dar mais facilidade, sem tanta burocracia *pra* pessoa que não deseja engravidar, políticas eficazes. Eu acho que é *pra* trabalhar em cima disso. Questão de legalizar o aborto não, não concordaria. Mas trabalharia em cima disso, através de informações, pessoas, como a gente sabe que uma agente de saúde *tá* mais dentro da casa das famílias, trabalhar sobre isso [...] Acho que só informação e sem burocratizar as coisas, como a questão de remédios. “Ah, eu não posso tomar remédios e aí como é a questão de engravidar?”; “Então eu vou dar a você um DIU pra colocar no seu corpo, não tem complicação, de questão de anticoncepcional, sabe?” [...]. (ESTUDANTE 07).

O amplo acesso às informações e aos métodos contraceptivos de forma gratuita compõe, juntamente com o direito ao aborto, o conjunto de medidas em torno da legalização, bem como um atendimento multiprofissional para as mulheres que decidam não levar uma gestação adiante.

Assim, é imprescindível que as/os assistentes sociais comprometidos com a construção de uma sociedade menos desigual tenham em mente que a defesa pela legalização do aborto pauta-se na afirmação do direito à liberdade, à autonomia e à cidadania das mulheres e

que, portanto, essa luta não pode ser dissociada da ideia de respeito à vida humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo se tratando de um tema bastante controverso, o serviço social assumiu publicamente um posicionamento favorável à legalização do aborto, fundamentado no projeto ético-político profissional. No entanto, a pesquisa demonstrou que há, ainda, um alto índice de estudantes que fundamentam seus posicionamentos em questões pessoais de cunho religioso, deslocados de dados, pesquisas científicas e das orientações recomendadas pela categoria profissional, revelando possíveis implicações diretas sobre a forma como essas/es futuros/as profissionais atuarão diante de situações que envolvem aborto.

Muito embora as/os discentes tenham afirmado possuir identificação com a profissão, a presença de ideias e, conseqüentemente, de práticas conservadoras das quais a profissão vem buscando se desencilhar, se faz ainda muito mais presente nos relatos das/os estudantes do que se gostaria de afirmar neste capítulo.

Ao fixar esse debate apenas no plano das convicções pessoais, as/os estudantes abrem margem para julgamentos de valor que podem comprometer sua prática, fazendo com que infrinjam o Código de Ética da profissão ao denunciarem mulheres que abortam ou omitirem informações por não saberem como proceder diante de uma mulher que solicita a realização do procedimento de interrupção de gravidez dentro dos casos permitidos por lei.

É preocupante verificar que, em um curso (e uma profissão) formada majoritariamente por mulheres, apenas um número muito pequeno de estudantes tenha demonstrado possuir conhecimento sobre os movimentos feministas e sua importância para compreender

a realidade em que predominam relações de poder que impõem sobre as mulheres inúmeras situações de violação de direitos fundamentais. Ainda que a atual conjuntura não favoreça a organização política da classe trabalhadora, não se pode perder de vista que o conhecimento sobre a realidade, propiciado pelos feminismos, possibilita a construção de mecanismos que visem alterá-la no sentido da construção de uma sociedade justa.

No enfoque das relações entre o aborto e o serviço social, o embate com ideias conservadoras deve ser encarado com a seriedade da certeza da perpetuação de violências às vidas de mulheres, caso o profissional que logo mais estará no campo de atuação não entenda a extensão de suas ações ou omissões, baseadas principalmente em ideários religiosos.

A apreensão por meio de análises críticas da existência de contradições nos discursos das/dos discentes se revela um importante passo para dimensionar o entendimento de que o fortalecimento do projeto ético-político da profissão é uma luta cotidiana, a ser travada pelo enriquecimento dos debates à luz de princípios que visem garantir e ampliar os direitos das mulheres.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

BARSTED, Leila A. L. Legalização e descriminalização do aborto no Brasil, 10 anos de luta feminista. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. 0, p. 104-130, 1991.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Manifesta**. Dia Latino-americano e Caribenho de luta pela descriminalização e legalização do aborto. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2017-CfessManifesta-Aborto-SerieConjunturaeImpacto.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Manifesta**. Em defesa do Estado laico. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2015-CfessManifesta-EstadoLaico-Site.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O que é preconceito?** Série Assistente Social no combate ao preconceito. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno01-OqueEPreconceito-Site.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. **Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres**. Botucatu: Interface, 2012, v.16, n. 40, p. 107-120.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados, de 1990 a 2014. *In*: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Aborto e democracia**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. Aborto e democracia. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, 2012, v. 3, n. 20, p. 657-672.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento**. Cairo, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial sobre Mulheres**. Pequim, 1995.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

REVISTA FÓRUM. **Após legalização, desistência de abortos cresce 30% no Uruguai**. 30 mar. 2015. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/apos-legalizacao-desistencia-de-abortos-cresce-30-no-uruguai/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ROSADO-NUNES, Maria José. Aborto, maternidade e dignidade da vida humana das mulheres. In: CAVALCANTE, Alcilene; XAVIER, Dulce (org). **Em defesa da vida: aborto e direitos humanos**. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006, p. 23- 39.

SANTOS, Cláudia Mônica. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-MG), 2013. Disponível em: <http://cress-mg.org.br/publicacoes/Home/PDF/62>. Acesso em: 16 out. 2017.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O sincretismo no Serviço Social: uma abordagem ontológica. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (org.). **Cenários, contradições e pelegas no Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

CAPÍTULO 5

AS MULHERES E AS CERCAS: A DIVISÃO SEXUAL DA POLÍTICA NO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I

COSMA CALDAS DE FIGUEIRÊDO¹

INTRODUÇÃO

A questão agrária tem fatores oriundos da colonização brasileira, impactantes na contemporaneidade por sua estrutura latifundiária, pelo Projeto de Reforma Agrária antidemocrático e antipopular defendido pelo Estado e expresso nas políticas sociais que são desenvolvidas nos assentamentos rurais.

A história da população camponesa é uma história de luta marcada pelo conflito e pela resistência desses povos frente ao poder opressor do coronelismo, ainda tão presente no Nordeste do país. Nesse processo de luta, vislumbra-se a presença de mulheres que, em meio aos desafios, constroem pautas em defesa de seu espaço na esfera pública, reconhecendo as demandas que são postas aos movimentos de

[1] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com especialização em andamento em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

mulheres rurais, como a superação da subordinação, da subserviência e da expropriação marcadas pelo sistema patriarcal, machista e senhorio, no qual impera a dominação do sexo masculino apresentado como superior sobre o sexo feminino.

A participação das mulheres nas lutas sociais e sua representatividade política foram reconhecidas tardiamente. A política é um campo no qual, cada vez mais, se consolida o patriarcado, sendo uma urgência para as mulheres despatriarcalizar a política, pois, se de um lado a mulher descobre a sua invisibilidade política, do outro ela esbarra na divisão sexual da política.

Com isso, estamos afirmando que a divisão sexual não está presente apenas no mundo do trabalho; e na proporção em que adentra outros setores como, por exemplo, a política, as mulheres têm menos oportunidade de participar da luta do que os homens; a elas, é negado o acesso a instâncias como coordenações, e quando se conquista esse espaço, as informações não chegam com a mesma velocidade, na tentativa de restringi-las e limitá-las. Poucas são as mulheres que conseguem participar de cursos básicos ou de formações políticas. A mulher é limitada apenas ao espaço da casa e da educação dos filhos pela ausência inclusive da divisão de responsabilidades (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2010).

Sob esse horizonte, o presente capítulo² está estruturado em três tópicos que compõem o rol das discussões em torno da temática já mencionada. O primeiro busca realizar um breve resgate histórico da luta pela reforma agrária e da organização dos/as trabalhadores/as rurais a partir das Ligas Camponesas e dos movimentos sociais,

[2] O estudo ora apresentado se propôs a analisar o processo da divisão sexual da política dentro do Assentamento Nova Vida I, investigando como se estabelecem as relações de poder e dominação, e como essas se materializam na vida da mulher assentada. Na descrição das falas, procurou-se preservar a linguagem das mulheres e, para análise dos depoimentos, foram atribuídos nomes fictícios de flores próprias do Nordeste, de modo que, assim identificadas, permaneceu resguardada a sua privacidade.

pontuando seus embates com o Estado, especificamente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e nos mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT). O segundo demarca a criação do Projeto de Assentamento (PA) Nova Vida I, partindo do processo de consciência, especificamente, da consciência da reivindicação que se manifesta na organização política em grupo. E o terceiro enfatiza a luta das mulheres assentadas pela autonomia, reconhecimento social e representatividade política, apontando o trabalho de base como um instrumento formador e mobilizador que deve ser utilizado (em muitos casos, retomado!) pelos movimentos sociais.

A LUTA PELA TERRA: ENTRE O SONHO E A REALIDADE

A questão agrária tem suas raízes dialéticas no antagonismo entre os proprietários, que são minoria, e concentram a maior parte do monopólio de terras e os trabalhadores, a grande massa que depende da terra para a sua subsistência (STEDILE, 2011).

No que concerne à injusta e desigual distribuição de terra, sinalizamos que apenas pela sua capacidade organizativa a classe trabalhadora acionará mecanismos pela via da luta para que lhe seja garantido o melhor acesso à posse da terra, pois esta é de direito de quem dela precisa. Desse modo, o processo de luta acontece num espaço de conflito social, fruto do embate entre duas classes: os latifundiários e os trabalhadores/as sem terra.

Já no final da ditadura de Vargas (1937-1945), mesmo que se apresentasse um novo tempo com o retorno da possível democracia, esse momento representou enormes dificuldades para construir as organizações populares no campo. Porém, contraditoriamente, é o período em que ocorrem as mobilizações dos trabalhadores rurais, especialmente pela via do sindicalismo rural (STEDILE, 2011).

Os pioneiros no contato com os camponeses foram os membros do Partido Comunista. Segundo Morais (2012), Luiz Carlos Prestes era líder tanto do Partido Comunista como das Ligas Camponesas. A luta no campo, ao contrário da cidade, que já tinha uma articulação construída, ocorre tardiamente e vai ganhar ênfase pela organização dos camponeses para que suas reivindicações por direitos trabalhistas sejam reconhecidas.

Para Morais (2012), as Ligas Camponesas tiveram um papel importante entre os anos 1955 e 1964, por serem responsáveis pela criação de uma consciência a favor da reforma no país. Ademais, as Ligas foram as primeiras organizações que construíram uma consciência de organização coletiva e política no campo.

A luta das Ligas Camponesas não ocorreu de forma linear, mas permeada de muitas revoltas, crises e do ressurgimento do próprio movimento. Foram disputas marcadas pelo conflito, pela força física e até pelo derramamento de sangue, pois muitos trabalhadores/as morreram por defenderem a emancipação dos/as camponeses/as.

Com o golpe civil militar de 1964, foram interrompidas algumas pautas de luta das Ligas, como a realização do I Congresso das Ligas Camponesas no Brasil. Segundo Morais (2012), as Ligas foram as organizações que mais sofreram prisões e assassinatos no período da ditadura.

Em tempo de redemocratização, tem-se de volta a discussão sobre a reforma agrária e a efervescência dos movimentos sociais, sindicatos e o fortalecimento da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 por lideranças das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³

[3] O papel das CEBs foi fundamental no despertar das lutas políticas dos diversos segmentos das classes trabalhadoras (DURIGUETTO *et al.*, 2011), embora na atualidade percebam-se o esfriamento das Pastorais Sociais ligadas à Teologia da Libertação e uma notória efervescência de grupos pentecostais.

e por adeptos da Teologia da Libertação da Igreja Católica, que apoiavam a luta dos trabalhadores/as rurais; assim como a recriação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 1972. Também houve o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, em suas bandeiras de luta, defende a reforma agrária com a democratização da terra.

O MST surge em 1979 apresentando uma pauta de repúdio à concentração de terra no Brasil, construindo uma luta histórica de resistência junto à classe trabalhadora sem-terra. A luta cotidiana do movimento entra no embate com as medidas do governo, que defende os interesses do grande latifúndio refletido no agronegócio.

Assim, as ocupações, os acampamentos e assentamentos são uma grande ameaça para o agronegócio, por impedirem a sua expansão e, conseqüentemente, a concentração de terras. “Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projeto de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado que não pode ser violado” (FERNANDES, 2013, p. 216- 217). Para o referido autor, o agronegócio é um novo tipo de latifúndio, pois não concentra só a terra, mas também a tecnologia produtiva e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2013).

Nota-se que são dois projetos antagônicos: na proporção em que os movimentos sociais da esquerda brasileira defendem o acesso à terra de forma igualitária, a agricultura empresarial, junto à extrema direita conservadora, atende aos interesses do capital, camuflando a verdadeira imagem do agronegócio:

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. [...] A

agricultura capitalista [...] não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. (FERNANDES, 2013, p. 216).

A expropriação e a exploração são realidades constitutivas do agronegócio, porém o seu discurso de produtividade, de crescimento e de estabilidade econômica esconde essas realidades. O trabalhador/a rural é expropriado da terra e de seus meios de trabalho em um contexto de escassez, sem dar-lhe condições subjetivas e objetivas de subsistência, sendo assim obrigado/a a submeter-se à exploração do agronegócio, gerando, assim, um colapso no campesinato brasileiro.

De acordo com o Dataluta (2016), no ano 1990, ocorreram apenas 50 ocupações, o menor registro da história do país desde 1988, embora no final dessa década, em 1999, tenha chegado ao número de 856 ocupações no governo de FHC. Já nos anos 2000, especialmente no governo petista, o menor número de ocupações se deu no ano 2010, chegando a 184 ocupações, e em 2015 esse dado chega a 251 propriedades agrícolas ocupadas.

Segundo os dados apresentados por Fernandes (2013), o primeiro mandato de FHC (1995-1998), foi o momento da história em que mais ocorreu a implantação de assentamentos. “Só no Nordeste, chegou ao número de 120.000 mil assentamentos implantados, fruto de 80.000 mil ocupações” (DATALUTA, 2003 *apud* FERNANDES, 2013, p. 212). Porém, essa estatística revela que tal conquista consiste em resultado da luta dos/as trabalhadores/as e não da política agrária desenvolvida pelo governo de FHC.

No seu segundo mandato, “a questão agrária foi estrategicamente substituída pelo capitalismo agrário” (FERNANDES, 2013, p. 212). Nesse período, ocorreu a criação do Ministério Extraordinário da Política Fundiária, por causa do massacre de Eldorado dos Carajás, como estratégia política de pôr fim às ocupações de terras (FERNANDES,

2013), chegando a publicar, em maio de 2001, a Medida Provisória 2.109-52,⁴ de criminalização das ocupações. Fato que confirma ser este o governo que mais usou de violência contra os movimentos sociais, através de repressões e prisões nas ocupações.

Os dois mandatos consecutivos do presidente FHC tiveram como prioridades as políticas neoliberais, que resultaram na Política de Reforma Agrária de Mercado, intensificando as relações mercantilistas, através dos programas definidos por Barros (2014, p. 87) como:

[...] estratégias do Banco Mundial para o campo, via políticas de ajuste estrutural que têm estimulado a privatização de terras públicas e comunitárias, das águas e florestas. De acordo com essa concepção, os Estados nacionais abrem mão de realizar a desconcentração da terra, através de uma política pública de reforma agrária e de formação de assentamentos rurais para famílias sem terra; e passam a promover programas de Reforma Agrária via mercado. No Brasil, os Governos Federais já implantaram três programas, quais sejam: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário.

[4] “Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de emissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, sequestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações” (BRASIL, 2001).

O capital internacional estimula os países dependentes à privatização não só de suas empresas estatais, mas também das terras públicas e dos recursos naturais, como, por exemplo, a Floresta Amazônica. As terras públicas, que seriam para fins de reforma agrária, são vendidas para o agronegócio nacional e internacional.

Nos anos 2000, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, enchem-se de utopias os movimentos sociais, entidades e organizações populares, por sua história de luta no sindicalismo do ABC Paulista, o discurso em defesa da Reforma Agrária em suas campanhas e pelo seu compromisso com os movimentos sociais. No entanto, o governo petista não cumpriu os seus compromissos de campanha e “[...] a questão da terra, verdadeiro nó social no Brasil, não foi tocada nem no campo nem na cidade” (GUIMARÃES, 2016, p. 52).

Em 2003, na Conferência da Terra em Brasília, foi apresentado ao governo o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), “que concebia diversas formas de aquisição da terra, desde desapropriações, regularização, permuta, compra e venda” (BARROS, 2014, p. 90). Como o I PNRA, criado na segunda metade da década de 1980 pelo INCRA e apresentado ao presidente José Sarney, o qual fez alterações para aprová-lo, o II PNRA “não enfrentaria o problema da concentração fundiária e da subalternidade do campesinato, pois priorizava a regularização e a integração do campesinato no capitalismo” (FERNANDES, 2013, p. 195 *apud* BARROS, 2014, p. 90).

Dessa forma, não se registram avanços na reforma agrária nos dois mandatos de Lula. A promessa contida no II PNRA, de assentar todas as famílias acampadas, não foi cumprida; e o campo governista da época também abandonou o trabalho de base com as famílias e comunidades. Contudo, a relação do governo com os movimentos sociais amplia a margem de diálogo, mesmo estando em vigor a medida provisória da criminalização, sendo que nos governos de sua sucessora,

altera-se drasticamente essa relação, principalmente, quando sanciona a Lei 13.260/2016, denominada lei antiterrorismo.⁵

As políticas criadas no governo Lula, como o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental⁶ (ATES), fortaleceram os assentamentos já implantados, embora de forma paliativa e redistributiva. Em contrapartida, foi um fracasso para as famílias que resistiam na luta dentro dos acampamentos.

Já o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) foi um governo de continuidade, menos na política agrária, por representar um retrocesso do seu antecessor, especialmente, no financiamento da referida política. Segundo Barros (2014), só no mês de abril/2012, o Ministério do Planejamento cortou 60% do orçamento do INCRA Nacional, cortando também os recursos destinados para obtenção de terras, instalação de assentamentos, para desenvolvimento da agricultura familiar e para a educação do campo (INFORMATIVO MST, 2012 *apud* BARROS, 2014).

Sem investimentos, ocorre uma precarização nos serviços de assistência técnica no campo, por via do Programa ATES, uma política de apoio para as pequenas e médias produções rurais, desencadeando

[5] Conforme Duriguetto (2017) em nota de rodapé utilizando as expressões dos autores Buhl e Korol (2008), afirma-se que as condutas tipificadas como crimes de terrorismo são, em sua maioria, caracterizadas como crimes comuns. Assim sendo, abre as portas para considerar terrorista qualquer pessoa que se oponha às políticas governamentais e decida militar ativamente contra elas, tornando-se uma desculpa para que ocorra a perseguição política.

[6] O conjunto de ações da ATES, a partir de 2008, passou a ser articulada e integrada ao Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, cujo público beneficiário são as mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar e da reforma agrária. Tendo como objetivo central o fortalecimento das organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da econômica solidária e feminista, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantia do seu protagonismo na economia rural. (MDA, 2008).

uma acentuada pobreza no campo, especificamente, por se tratar de uma região do semiárido brasileiro marcada pela escassez de chuvas.

Diante dos entraves postos à questão agrária, nos referidos governos se articulam a esses outros “novos desafios de cunho crítico, teórico e prático postos atualmente à ação política dos movimentos sociais, com base em novos determinantes presentes na cena política” (GUIMARÃES, 2016, p. 26), como a intensificação de uma política oligárquica que se caracteriza na participação controladora e de legitimação e consolidação do poder pela oligarquia política sobre as organizações populares (GUIMARÃES, 2016). Elucida-se uma relação de controle da política local sobre as organizações populares dentro do assentamento Nova Vida I, relação esta que enfraquece a coletividade e a luta pela reforma agrária:

[...] faz com que a reforma agrária não tenha vantagem, [...]. **Você acha que um político que quer a pessoa mal informado, que quer a pessoa sempre na miséria, você acha que eles vão querer que as pessoas subam na vida?** Não vai querer, quanto mais pobre, pra eles melhor porque eles manipulam com uma cesta básica, com um botijão de gás, com uma conta de luz, com uma caixa de remédio. Então é assim que, no Nordeste, o pobre como um todo é levado. Eu escutei de vários políticos dizendo que **uma caixa de remédio vale um voto, um botijão de gás vale um voto**, isso é muito triste. (Violeta da Caatinga, grifos nossos).

Fica em evidência a relação de manipulação entre a política local e as famílias assentadas, manifestadas na dominação do poder político sobre as associações do assentamento, face à realidade que implica a existência ainda de voto de cabresto e de troca de favores.

Na entrevista, ficou explícito que muitos políticos se agregam à luta ou à organização intencionando a subalternização e dependência dos/as trabalhadores/as. Outro fator é a falta de formação política que leva à alienação, afinal, nas palavras do pensador Bertolt Brecht, “o pior analfabeto é o analfabeto político”, ainda mais quando se soma a esse processo uma tentativa de cooptação das lideranças:

[...] **eles se sentem dono da gente**, como eu era coordenação eles queriam que eu segurasse as pessoas pra votar em fulano, em cicrano, porque eles iam dar cesta básica *pros* agricultores. Então, eu fui várias reuniões com eles, (os políticos). Então, era assim: **você segura os votos que eu vou dar cesta básica, que eu vou dar isso, que eu vou dar aquilo**. Mas eu nunca fui de segurar voto de ninguém, até porque uma cesta básica, uma caixa de remédio, não tem como segurar voto de ninguém. Então, por isso que eu fui excluída, por isso que hoje eu estou aqui, porque eu não aceitei esse tipo de coisa. (Violeta da Caatinga, grifos nossos).

Observa-se uma relação de poder dos políticos locais com o eleitorado, que se expressa ainda na existência dos famosos “currais eleitorais”, nos quais há uma tentativa de dominar, manipular e alienar os/as assentados/as. Uma realidade que não vislumbra o compromisso ético e político com a classe trabalhadora, mas a tentativa de sua despolitização pela via da ideologia da retribuição, do apadrinhamento, da troca de favores e do apaziguamento dos/as trabalhadores/as.

Por outro lado, segundo Guimarães (2016), é fundamental considerar as importantes contribuições da complexa relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos para estabelecer uma relação democrática entre os sujeitos coletivos, embora pesquisas te-

nham identificado nos discursos de militantes dos movimentos sociais enorme resistência sobre a articulação e presença de partidos políticos dentro do movimento social (GUIMARÃES, 2011; SANTOS, 1995 *apud* GUIMARÃES, 2016).

No processo de organização e mobilização popular, as estratégias políticas dos movimentos sociais têm sido a questão central no contexto de luta pela hegemonia. Nesse sentido, historicamente o MST vem adotando estratégias políticas, expressas na sua dinâmica e pedagogia organizacional, como as visitas domiciliares e as reuniões comunitárias, de sentido preparativo, com formação política, para que ocorra a ocupação; os instrumentos de trabalho como a enxada e a foice são símbolos de reivindicação diante das ações coercitivas do Estado, presentes em manifestações, ocupações, acampamentos e assentamentos. Todos esses itens são estratégias políticas do movimento (GUIMARÃES, 2016).

Sobre as estratégias supracitadas, a ocupação é o espaço em que se manifesta, explicitamente, o embate entre a elite rural e os/as trabalhadores/as sem-terra. Para Guimarães (2016), a estratégia de ocupação é legítima, “dada a imensa desigualdade socioespacial, geradora também de significativa quantidade de pessoas despejadas de seus territórios de moradia, não resta a estas famílias qualquer alternativa legal, a não ser a estratégia legítima de ocupação da terra para morar” (GUIMARÃES, 2016, p. 126).

Diante dessa discussão, ainda está presente na sociedade a propagação midiática de uma imagem do MST como um movimento violento, que invade a propriedade alheia. Importa frisar, contudo, que suas estratégias não devem ser confundidas com a violência que está presente no processo de luta. De acordo com Barros (2014, p. 84):

A violência no campo, que é, segundo Marx, inerente ao processo de acumulação originária do capital, tendo como núcleo central a questão da propriedade

privada da terra, tem sido uma estratégia dos grandes proprietários de terras e grupos econômicos para desmobilizar os movimentos sociais rurais, intimidar os grupos envolvidos nos conflitos agrários, manter o projeto de modernização conservadora, a expansão do agronegócio e a apropriação do capital ao campo.

A forma de expulsão do campo é violenta e sangrenta, os proprietários de terras usam da força física de seus jagunços e de pesadas munições para inibir e desmobilizar os movimentos sociais rurais. Nessa perspectiva, o Estado também usa da coerção, pela via da polícia, para controlar e extinguir as organizações do campo.

Em 2016, foram registradas 61 mortes no campo; já em 2017, após a chacina do dia 24 de maio em Pau D’arco – PA, o número de assassinatos elevou-se para 37 mortes. Segundo o banco de dados da CPT, só em maio de 2017, os números superam metade dos dados de 2016 (CPT, 2017).

Sabendo que a violência no campo não se materializa apenas nos casos de mortes, mas também nas agressões e ameaças, os dados demonstram seu crescimento, revelando que o capital mantém o controle da estrutura fundiária do país, além do braço opressor e dominador do latifúndio que pesa sobre os trabalhadores.

A violência no campo também se expressa na criminalização dos movimentos sociais, sendo denominados de modo depreciativo de “baderneiros,” “vagabundos” e “preguiçosos”. O aparelho repressivo do Estado assume a função de banalizar, discriminar e desarticular a luta dos/as trabalhadores/as, o qual é reforçado pelo poder midiático que propaga a ideologia dominante. Essa realidade não se ausenta do cotidiano de luta das mulheres do assentamento Nova Vida I, ao afirmarem: “Estamos na luta entre polícia e tudo”.

O processo da luta no campo é dinâmico, uma vez que se articula com outras bandeiras de lutas em defesa da moradia, do saneamento

básico, da saúde e da educação. Nesse sentido, Violeta da Caatinga afirma que:

[...] a luta não para e agora **não é só a luta pela terra mas pela casa**, muitos ficaram sem as casas e também a luta maior é pela água [...].

A reforma agrária não é apenas uma “política de distribuição de terras, mas uma política que envolve o acesso a água, moradia, financiamento da produção agrícola, trabalho, políticas sociais, etc.” (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 13 *apud* BARROS, 2014, p. 81).

Conforme o coordenador da Rede Dataluta (2016), o professor Dr. Feliciano, vislumbra-se atualmente o acirramento das ofensivas neoliberais contra a reforma agrária, pois em pouco tempo o governo golpista e ilegítimo de Michel Temer extinguiu o Ministério de Desenvolvimento Agrário, assim como formulou “propostas de lei e medidas provisórias como PL12/2017 e a MP759/2016, que propõe a regulamentação das terras de reforma agrária, entregando cerca de 750 mil ‘novos’ títulos de terra até 2018 a todos/as assentados e assentadas” (DATALUTA, 2016). A entrega do título da terra significa transferência de responsabilidades estatais para a família assentada, denotando verdadeiramente um grande retrocesso na política agrária do nosso país. Entretanto, os movimentos sociais defendem a concessão de uso, por conceder direitos ao acesso às políticas públicas.

Assim, fica explícito que a questão agrária tem se tornado, ao longo das décadas, uma imprescindível bandeira de luta dos movimentos sociais. Na luta pela terra, alguns sujeitos políticos estão na linha de frente, como é o caso de muitas mulheres do assentamento Nova Vida I, que com o seu protagonismo construíram histórias de resistências e, na peleja de cada dia, muitas foram expulsas dos espaços de organizações coletivas por defenderem a igualdade de gênero, lutando por uma terra livre e para todos.

HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I E A MOTIVAÇÃO PARA AS MULHERES PARTICIPAREM DA LUTA

O processo de formação dos assentamentos no estado da Paraíba foi marcado pela luta dos trabalhadores/as sem terra em articulação com o MST e a CPT. O Assentamento Nova Vida I surgiu da luta da CPT e de trabalhadores/as rurais de mais de dez municípios do Alto Sertão Paraibano, que se organizaram para reivindicar as terras do Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa (Pivas) para fins de reforma agrária. A ocupação aconteceu na madrugada do dia 24 de maio de 2004, na qual cerca de 400 famílias acamparam na barragem da linha férrea da antiga Fazenda Acauã, hoje patrimônio histórico. A partir desse momento, fundava-se o maior acampamento do estado da Paraíba.

O Pivas foi um projeto de irrigação criado por estratégia do governo de FHC, em parceria com o Governo do Estado da Paraíba, do então governador José Targino Maranhão (PMDB), como forma de trazer para o Sertão a atividade agroindustrial com dimensões transnacionais. Em 2002, as obras do perímetro irrigado foram paralisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), após constatação de irregularidades do governo, tendo retornado as obras apenas no governo do PSDB com o governador Cássio Cunha Lima (FARIAS, 2010).

Os lotes do perímetro irrigado são distribuídos entre segmentos sociais, sendo 16 lotes empresariais, ocupando 2.307,38 hectares; 178 lotes para pequenos produtores, correspondendo a 992,63 hectares; 06 lotes para Projetos de Assentamentos (PA) destinados à reforma agrária, com 998,75 hectares; 02 lotes destinados à pesquisa pela Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (EMEPA), ocupando 30,00 hectares; e 01 lote para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus Sousa, que corresponde a 10 hectares. Nota-se que o Pivas compreende uma

larga extensão de terras, sem levar em consideração aquelas que são de baixa aptidão para irrigação, da Reserva Legal (RL) e as áreas de infraestrutura inaproveitáveis (RAGAELA, 2014).

Dessa forma, aclara-se que as terras das Várzeas de Sousa-PB foram desapropriadas em lotes empresariais, destinados para grandes produtores e, conseqüentemente, para exportações. Como é o caso, por exemplo, do Grupo Santana, uma empresa de grande porte que ganhou licitação para produção de sementes, e que, em razão disso, usa a terra do governo para a produção, sendo o governo da Paraíba o maior comprador de sementes do grupo empresarial. Conforme Farias (2010), somente a empresa Santana Sementes utiliza 07 (sete) lotes. Enquanto são destinados, de acordo com os dados supracitados, apenas 06 (seis) lotes para os assentados da reforma agrária, ocupados 141 famílias. Desse modo, evidencia-se segundo Ragaela (2014), o papel do Estado em fortalecer as estruturas latifundiárias através desse projeto de irrigação, como também ocorre uma reprodução histórica da concentração de terras, especialmente no Nordeste brasileiro.

A luta dos acampados pela terra e pela água do Pivas contou com a força, a teimosia e a liderança de mulheres e homens que resistiram a vários pedidos de reintegração de posse do então governador Zé Maranhão. As famílias acampadas acreditavam que a terra pública não podia ser vendida. Foram nove anos de luta e moradia em barracas de lona preta, símbolo da resistência dos trabalhadores/as sem terra, resistindo não só ao sol escaldante do sertão, mas também ao braço opressor do governo do Estado, expresso, sobretudo, na política governamental adotada estadualmente. No entanto, após diversos embates com os trabalhadores/as, o governo cedeu e, em 11 de fevereiro de 2011, foi criado o assentamento Nova Vida I, situado territorialmente nos municípios de Sousa e Aparecida-PB, no Alto Sertão Paraibano.

Em conformidade com Ragaela (2014), a criação do assentamento não pode ser entendida como o fim da luta, pois a esta se soma a luta pela sobrevivência, pela moradia e pela produção. Ainda em 2018,

após mais de sete anos de fundação, encontram-se algumas famílias que permanecem em barracas em condições precárias, sem acesso a moradia, água, saneamento básico e coleta de lixo. A comunidade também não dispõe de um posto de saúde, tampouco de escola para suas crianças, sendo forçada a buscar esses dois direitos fundamentais nas cidades circunvizinhas, Sousa-PB ou Aparecida-PB.

Quanto à moradia, as obras de construção das casas foram embargadas a pedido do Ministério Público, paralisadas devido ao atraso de contrato com a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária da Paraíba Ltda (COPTERA), a qual começou as obras em 2014, com um prazo de entrega estabelecido em 01 (um) ano, no entanto, já se passaram 03 (três) anos. Idosos que tinham prioridade na construção das casas ainda permanecem nas barracas.⁷ Da mesma forma, o acesso à água também se configura uma luta permanente, segundo Ragaela (2014, p. 41): “Apesar de terem conseguido pagar a abertura da tomada d’água, muitos assentados não tiveram condições para comprar o material para fazer a ligação da tomada até o seu lote”. Tal realidade resulta da negligência do Estado na efetivação de políticas que garantam o abastecimento de água nos assentamentos, como também do saneamento básico e da coleta de lixo, sendo essas necessidades apresentadas pelas mulheres que participaram das rodas de conversas promovidas pelo projeto de intervenção do estágio⁸ realizado no Assentamento Nova Vida I.

[7] [Informação verbal]. Dado fornecido por Edglêne Ribeiro Martins, secretária da Associação do Assentamento Nova Vida II.

[8] O estágio supervisionado propôs como atividade avaliativa da disciplina Seminário Temático II a elaboração e implementação do projeto de intervenção “Participando sem medo de ser mulher,” o qual teve como objetivo possibilitar a discussão sobre a categoria gênero, a produção e soberania alimentar com as mulheres que estavam inseridas no Projeto Fomento Mulher do Governo Federal no Assentamento Nova Vida I. As atividades propostas pelo projeto de intervenção foram rodas de conversa. Na sua realização, as mulheres apresentaram três demandas coletivas para a comunidade, como a reutilização da água, pois o assentamento sofre com a falta desse líquido precioso não apenas na produção, mas também para o consumo humano, pois muitas famílias ainda

Para Ramos (2002), existem três elementos que contribuem para que os sujeitos saiam do âmbito da singularidade e alcancem o humano-genérico. Assim, a necessidade, a vontade e a consciência são elementos indispensáveis na construção da ação coletiva. Pela necessidade, os sujeitos se agrupam para lutar por interesses coletivos no intuito de alterar as necessidades humanas. Já a vontade é caracterizada como um componente impulsionador, levando-os a agir coletivamente. Porém esse agir não é fruto meramente de uma vontade desenraizada da realidade, é resultado das relações sociais e das tensões que a envolvem. A consciência, por sua vez, é capaz de conduzir os sujeitos a lutarem pela construção de uma nova sociedade, portanto, o processo de construção de consciência é complexo, por sofrer com as determinações societárias de ordem econômica, política e social, com os entraves do cotidiano, como o corporativismo, a despolitização e o comodismo. Todavia, o processo de construção da consciência política exige a ruptura com esses entraves.

No processo de formação do acampamento Nova Vida I, evidenciam-se alguns desses fatores mobilizadores:

A **dificuldade** na rua, chegamos à rua não tinha casa própria, não tinha uma moradia, uma moradia da gente, aí a gente, me senti na **vontade** de morar e criar meus filhos no campo como eu foi criada. (Flor da Jurema, grifos nossos).

Ocuparam num dia. no outro eu fui e logo de cara me chamaram pra participar como liderança, porque

viram em mim uma liderança e eu aceitei porque **eu queria sair com meus filhos da cidade** e achava que a reforma agrária fosse o futuro *pros* meus filhos. Com o tempo, eu vi que infelizmente há muito empecilho *pra* gente chegar até o final. (Violeta da Caatinga, grifos nossos).

O depoimento da Flor da Jurema revela a moradia como uma necessidade substancial para sua vida e de sua família, pois morar na periferia da cidade, sem uma casa própria, descortina inúmeras dificuldades permeadas pela escassez de bens e serviços que são indispensáveis para a subsistência dos indivíduos. Desse modo, a necessidade de ter terra e moradia se integra à vontade de criar os filhos no campo, articulando-se a uma experiência vivenciada por Flor da Jurema. Já Violeta da Caatinga apresenta a vontade como fator mobilizador: “Eu queria sair com meus filhos da cidade”. Nesse caso, a vontade também se articula com a necessidade de morar no campo, tendo moradia e terra para plantar.

Para Guimarães (2016), esses elementos são grandes impulsionadores não só da ação coletiva, mas também são constitutivos do processo de consciência de classe, contudo, mesmo reunidos, não sinalizam de imediato a mobilização para uma ação coletiva.

Outro elemento, apresentado nos estudos de Ramos (2002), consiste na dimensão da paixão, em termos gramscianos, considerada igualmente como fator mobilizador na construção da ação coletiva:

A principal razão de ter indo pra aí na época foi **porque meus pais viveram da agricultura** e eu tinha essa visão que eles tinham da gente ter um pedacinho de terra *pra* plantar, de viver no sítio com a vida mais tranquila, sair da cidade. Eu na época não tinha um emprego, meu marido trabalhava fora, ele trabalhava

moram em barracas e não possuem a cisterna do Programa Um Milhão de Cisterna do Governo Federal (P1MC), contando apenas com a solidariedade de outras famílias para ter acesso à água de beber. A segunda demanda está relacionada ao lixo produzido pelas famílias da comunidade, sendo este depositado em qualquer espaço por não ocorrer a coleta seletiva do lixo pela Prefeitura do Município de Aparecida. Enfim, a terceira refere-se à utilização em larga escala de agrotóxicos pelos agricultores do assentamento.

até no carro do lixo. Então **a gente tinha um sonho de ter uma terra de plantar e viver da agricultura.** Eu fui motivada por isso *pra* realmente viver da terra *pra* plantar e viver da agricultura. (Flor de Mandacaru, grifos nossos).

A Flor de Mandacaru expressa em seu depoimento a paixão e a vontade como fatores que a levaram a mobilizar-se e participar da ocupação das terras do Pivas, destinado à reforma agrária. A paixão é um ingrediente que dá sabor ao processo de construção da ação coletiva, sendo essa também um elemento fundamental para que ocorra a materialização da vontade no nível da ação política (RAMOS, 2002).

Vislumbrando o processo de luta do assentamento Nova Vida I, é necessário entender como se estabeleceu dentro dele a participação coletiva dos sujeitos sociais, precedida pelo processo de consciência definido por Iasi (1999, p. 11-12), como “forma preliminar e introdutória, como um desenvolvimento dialético, em que cada momento traz em si os elementos de sua superação, em que as formas já incluem contradições [...] de maneira que o movimento se expressa num processo que contém saltos e recuos”, pensando nesse processo como algo vivo, que está em constante movimento, envolvido de contradições, avanços e retrocessos.

O autor discute o processo de consciência, negando a concepção de um estado de não consciência, assim sendo, não podemos afirmar que existem pessoas sem consciência por “entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado” (IASI, 1999, p. 12). O que ocorre é o amadurecimento da consciência por fases, através de formas que, na medida em que rompem uma, geram outra forma de consciência, superando a perspectiva linear desse processo (IASI, 1999).

Iasi (1999) classifica em três as formas de consciência: a primeira tem como ponto fulcral a alienação, compreendendo que essa é a manifestação inicial da consciência, em que o indivíduo compreende

o mundo e as relações sociais a partir do imediato, daquilo que lhe é dado, do aparente, estando disposto a generalizar uma realidade particular, naturalizando-a, tornando-se um terreno fértil para o plantio da ideologia alienante. Porém, o sujeito que está inserido na primeira forma de consciência vivencia algumas contradições entre os valores que recebeu e a realidade concreta. Nesse sentido, o sujeito começa a visualizar a injustiça presente na realidade, provocando uma revolta que pode levar para a segunda forma de consciência.

A segunda forma, a consciência da reivindicação, tem como predisposição a vivência em grupo, vista como algo solitário e isolado, que passou a ser identificado como realidade vivida por outras pessoas (IASI, 1999). Para exemplificar esse pensamento do autor, observando um trabalhador sem terra, submetido a uma relação de exploração e subserviência com o patrão, em determinada circunstância, pode reconhecer em outros trabalhadores a mesma condição, e essa revolta pode levar à integração desse trabalhador em um grupo de trabalhadores sem terra e, no grupo, começar a desenvolver ações, como a mobilização para uma ocupação de uma propriedade, superando a injusta concentração de terra. Dessa forma, “ao identificar as semelhanças nas condições de vida, ou de algum aspecto dela, os indivíduos podem desenvolver uma **identidade**⁹ e uma **consciência reivindicatória**, que derivam numa **ação grupal reivindicatória**” (DURIGUETTO, 2011, p. 103, grifos da autora). Na consciência da reivindicação, os/as trabalhadores/as têm uma identidade, são todos sem terra e reconhecem a desigual distribuição de terras, mas não têm conhecimento da raiz da questão agrária no país. Destarte, existem contradições na segunda forma de consciência, manifestada nas relações que ainda se baseiam no imediato, porém, não mais sob o indivíduo, mas na perspectiva do grupo, mediante as relações que

[9] Sendo salutar o destaque de que não compartilhamos de nenhuma concepção de identidade descolada da dimensão de classe social.

antes eram naturalizadas, mas que agora são questionadas, levando-os a um grau de avanço na direção da consciência de classe (IASI, 1999).

Para Iasi (1999), outra contradição é que, apesar de “consciente”, o indivíduo que vivencia o estágio da consciência da reivindicação, ainda age sob influência dos valores da primeira forma de consciência. Portanto, é bastante comum a tendência da estagnação ou do retrocesso, um retorno à alienação.

A referida tendência está presente no cotidiano da vida das mulheres assentadas:

Agora esfriou muito (as mulheres) devido lutaram muito e não veem resultado, o resultado daqui é muito pouco e [...] as mulheres se cansaram, como eu estou cansada, tem muitas; a pessoa vai e não vê resultado, volta, volta de novo e não vê resultado e cansa as mulheres [...] **estão esmorecidas antigamente fechavam completamente as portas ou a lona e nós aí mas hoje é diferente já se acomoda um pouco por causa que luta e não vê resultado.** Vai lá e só vê muita conversa e nada, resolveu lá, mas quando chega aqui no outro dia nada. (Flor de Catingueira).

A fala da Flor de Catingueira mostra que as mulheres vivenciam a segunda forma do processo de consciência, sendo que suas contradições, ora apresentadas, não estão deslocadas da realidade que se vislumbra no Assentamento Nova Vida I. A contradição da consciência de reivindicação, denominada de estagnação, conforme define Iasi (1999), como “espectadora passiva de forças que não controla, vive uma realidade da qual desconhece as raízes e o desenvolvimento, acabando assim submetida por ela, ainda que mantenha na forma os elementos questionadores da segunda forma de consciência” (IASI, 1999, p. 32). Desse modo, as mulheres até questionam a negação de

direitos e a ineficácia da política agrária, mas não conseguem manter a luta por não conhecerem os verdadeiros entraves que bloqueiam a sua organização no assentamento.

Segundo Flor de Catingueira, o cansaço é fruto da ausência de conquistas de uma luta que foi coletiva, mas que não teve resultado, dando um saldo de comodismo e conformismo na vida das mulheres assentadas, levando-as a naturalizar as derrotas de cada luta, que acabam favorecendo a classe dominante. Assim, diante da resposta negativa, as mulheres acionam valores da primeira forma de consciência.

Iasi (1999) apresenta a luta sindical, popular e dos movimentos de mulheres, etc., como uma luta clássica da consciência da reivindicação, por serem instrumentos políticos próprios dessa forma de consciência, através da identidade de grupo e da defesa dos próprios interesses. No entanto, esses são mecanismos permeados de limites, pensando na organicidade do PA Nova Vida I, no que se refere a duas associações ali existentes, constituindo instrumentos de organização política da comunidade, divididas em dois grupos, que se confrontam constantemente. São grupos que não se reconhecem enquanto classe trabalhadora, passando a lutar pelos objetivos das famílias de cada associação, e não pelos interesses de toda coletividade, sendo esse um grande entrave para a passagem da classe em si, para a classe para si.¹⁰

[10] Segundo os estudos de Duriguetto *et al.* (2011), Marx faz a distinção entre a classe em si e a classe para si, no qual a classe em si é constituída pela população cuja condição social está vinculada ao seu papel no processo produtivo e sua organização política encontra-se na defesa de seus interesses. Assim, refere-se unicamente a existência de uma classe. Já a classe para si se caracteriza pela sua organização política em defesa dos interesses não apenas de uma classe ou categoria, mas da classe trabalhadora. “Como afirmamos, ‘em si’ e ‘para si’ representam duas dimensões, na constituição e na análise das classes sociais, e não um ‘antes e depois’ de uma ‘suposta tomada de consciência’. Condição social (classe em si) e organização para luta (classe para si) representam uma relação dialética do desenvolvimento das classes [...]” (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 99).

A consciência da reivindicação busca apenas a solução imediata de um problema, querendo atender um objetivo, tal como se reflete na fala da Violeta da Caatinga:

Eu vi que era uma luta válida, [...] Então **eu via que a gente podia chegar num objetivo que era botar a comida na mesa e criar os filhos**. Então eu achei que assentamento de reforma agrária, essa luta também a gente ia conseguir. Mas infelizmente a corrupção e muita politicagem impedem hoje da gente conseguir o que a gente quer em assentamento. Então fica muito difícil... muito difícil, tanto que hoje eu não *tô* mais participando da luta, tenho muita vontade... muita vontade, mas devido a tantas coisas erradas que a gente vê, de que a gente passou, entendeu? [...] deixa a gente desestimulado, não dá ânimo pra gente lutar mais pelo sofrimento e pela demora também.

Em vista de atingir um objetivo, que é ter uma terra para plantar, garantindo a subsistência dos filhos, a luta parece válida. Mas é dificultada pela corrupção e politicagem que está relacionada a um limite do instrumento político (associação), utilizado pelos/as assentados/as para fortalecer a sua luta. O processo lento e sofrido da luta faz com que ocorram o desestímulo e a desmobilização, provocando o desânimo nos militantes, assim a luta torna-se desacreditada, sendo até abandonada pelos seus.

O grande limite da consciência da reivindicação, para Iasi (1999), é que mesmo a luta tendo resultado vitorioso, como por exemplo, as greves, a categoria grevista após o período retorna ao trabalho com os objetivos atendidos, porém estão novamente aptos a revalidar as relações de exploração e dominação a que eram submetidos anteriormente. Esse limite constata-se na entrevista supracitada,

após a posse da terra, pairam o comodismo e a resignação dos/as trabalhadores/as, dificultando a organização política da comunidade. Assim, “não é de estranhar que a consciência do nosso tempo caia no atual atoleiro da acomodação à ordem do capital como um destino inescapável” (IASI, 2012, p. 33). Logo, processam-se ataques de todas as formas contra a classe trabalhadora, como forma de desarticulá-la e despolitizá-la, nesse âmbito, a alienação e o comodismo, no processo, só vem a “calhar”.

Nesse sentido, o processo de luta revolucionária necessita que a classe trabalhadora assuma a consciência de classe em si, mas é imprescindível ir além: a classe para si. Só assim ocorrerá a superação da perspectiva de defesa de interesses, meramente de grupo e avança para a dimensão organizativa de classe, transformando a sociedade vigente, sendo essa uma tarefa histórica. Chegando à terceira forma de consciência, a consciência revolucionária, nesse estágio, o protagonista da revolução é a classe, a consciência não cabe mais apenas na dimensão limitada do pensamento, estendendo-se para o campo da prática (IASI, 1999).

Nessa lógica, não dá para pensar o processo de consciência desvinculado da realidade concreta, na qual as relações são socialmente estabelecidas.

ENTRE A LIBERDADE E AS CERCAS: OS PRINCIPAIS ENTRAVES PRESENTES NO PROCESSO DE LUTA DO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I QUE APRISIONAM AS MULHERES

Ao longo da história, as mulheres tiveram sua liberdade cerceada pelo poder que fora atribuído aos homens, o qual historicamente construiu cercas, no intuito de impossibilitar a autonomia e o empoderamento feminino. Porém, pelo caminho da organização, “as mulheres percebem que a sua autonomia e liberdade demandam a luta

contra uma estrutura de relações sociais de apropriações e exploração” (CISNE, 2014, p. 176).

Se, por um lado, a mulher conquista seu espaço na sociedade, através de muita luta, por outro lado, os homens têm sua liberdade e autoridade como algo natural, pois desde a infância os homens são incentivados à competitividade, demonstrando o poder através da força física, solidificado através da “construção sociocultural sexista que privilegia o gênero masculino em detrimento do feminino” (QUEIROZ, 2004, p. 29). Assim, a cultura sexista se baseia numa ideologia que naturaliza e legitima as desigualdades entre os gêneros, promovendo relações de poder e dominação masculina sobre a mulher.

O machismo é fundamentado na legitimação do poder que foi atribuído socialmente ao homem, que se sustenta na divisão de tarefas, seja no espaço público ou no privado (COUTO; SCHRAIBER, 2013). Conforme os depoimentos de Flor da Jurema e da Flor de Catingueira:

O marido não deixa por motivos da mulher deixar os afazeres de casa, achando que, quando chegar em casa, ele não vai encontrar tudo feito, porque a mulher saiu *pra* poder fazer outros serviços e os de casa ficaram. Eu vejo também **tem muito esposo machista**, tem muito...[...] (Flor da Jurema, grifos nossos).

[...] **tem homem também que não deixa a mulher ir**, deixa a mulher em casa. (Flor da Catingueira, grifos nossos).

Os depoimentos da Flor de Jurema e da Flor de Catingueira destacam que as mulheres não participam porque os maridos não as deixam sair de casa. Para Cisne (2014), o sair de casa está relacionado com a capacidade que a mulher tem de perceber-se em outra mulher,

pois, ao se agruparem, ambas se reconhecem na mesma condição, assim como a formação política adquirida no movimento social contribui para a consciência coletiva e para que a mulher construa sua autonomia pela via da militância política no grupo.

O “sair de casa” está ligado tanto literalmente à dimensão material quanto ao rompimento com o machismo do marido e com questões subjetivas da própria mulher, como a timidez, o medo e a insegurança.

Na entrevista com a Flor da Jurema, ela ainda deixa claro que há muitos esposos machistas que não deixam sair também por causa das tarefas de casa. Diante disso, entende-se que o espaço doméstico é socialmente desvalorizado nesse sentido, o que possibilita aos machistas definir e instaurar a crença de que a mulher sempre desempenhou esse papel, passando a afirmá-lo como um espaço feminino e resultando como uma função natural (SAFFIOTI, 1987). Não restam dúvidas de que, na compreensão dos machistas, o lugar da mulher é dentro de casa, assim, torna-se mais fácil controlar não apenas o seu corpo, mas seus pensamentos, desejos, autonomia, sua vida como um todo, violando seu direito à liberdade.

O principal entrave que impede que as mulheres rompam com o ambiente doméstico, em sua maioria, está representado na figura do companheiro, que conserva a ideia de que o lugar da mulher é dentro de casa, cuidando dos filhos e do esposo. Um pensamento machista e patriarcal que se intensifica cada vez mais no campo, o homem é o “dono”, mas é a mulher que deve cuidar da casa. Nessa relação de propriedade, é importante ressaltar que a mulher também é um objeto de posse do homem. Ademais, a violência privada está associada à violência pública, seja nos espaços de trabalho, na rua e até nas organizações e movimentos sociais.

Segundo os relatos da Flor da Jurema, a fragilidade da organização coletiva das mulheres do PA Nova Vida I acentua-se em decorrência da penalização e criminalização de suas lutas:

Tivemos mulheres guerreiras aqui no assentamento que iam buscar e reivindicar e hoje por essas mulheres serem perseguidas, elas nem participam mais de uma roda de conversas, de reuniões, **elas não estão querendo mais ir participar por medo**, porque tudo hoje em dia, se você abrir a boca, é justiça, vou *pra* justiça, vai e coloca o nome da mãe de família. Por isso que essas mulheres hoje não querem participar. **Quem é que quer viver numa delegacia num Ministério Público** com o seu nome direto sendo prejudicado? Ninguém. (Flor da Jurema, grifos nossos).

Hoje a participação das mulheres do Assentamento Nova Vida I é marcada pelo medo de “falar demais” e ir parar em uma delegacia ou no Ministério Público. A maioria das mulheres entrevistadas responde ou já respondeu a processos judiciais, outras até chegaram a receber voz de prisão. É notório que, com essas penalizações, outras mulheres por medo da perseguição não participam de reuniões e das assembleias da comunidade.

Assim, com a finalidade de desarticular a luta das organizações populares no campo, o Estado passa a judicializar os conflitos e as lutas, com o único interesse de fortalecer o poder da classe dominante e exterminar a luta de classes:

Ao transportar o conflito e as lutas para as arenas judiciais, o instrumento normalmente usado para criminalizá-los é o da garantia legal do direito à propriedade. Nessas arenas, o Poder Judiciário exerce uma das suas principais funções, que é a de se construir no instrumento de legitimação do exercício do poder coercitivo do Estado, utilizando-o para criminalizar e

deslegitimar as lutas e os movimentos sociais. (DURIGUETTO, 2017, p. 110).

À medida que o Estado recorre à arena judicial, que é um instrumento de poder e de força da classe dominante, legitima as suas ações perversas, ao passo que torna ilegal toda e qualquer ação individual ou coletiva do movimento social. Não são poucos os processos judiciais contra os militantes dos movimentos sociais, demonstrando que a justiça brasileira é formal, voltada a atender meramente os interesses do capital. Pensando nisso, é perceptível que quem faz as leis no Brasil é a classe dominante, com sua visão moralista e conservadora.

Segundo Durigetto (2017), pensar na penalização e na criminalização das classes subalternas¹¹ é entender que ambas são indissociáveis da expansão do capitalismo e das relações de dominação da classe dominante sobre a classe subalterna. Os pobres são penalizados por serem quem são, e os movimentos sociais são criminalizados por defenderem os direitos das classes desfavorecidas. Assim, a penalização e a criminalização são respostas orquestradas do Estado para controlar e conter tanto os sujeitos sociais como os seus movimentos.

São muitos os setores que, na atual conjuntura, estão de braços dados com o capital na tentativa de deslegitimar as organizações do campo, como setores do Ministério Público Federal e Estadual, do Poder Judiciário e do Parlamento, os quais foram criados no intuito

[11] A categoria “subalterno” e o conceito de “subalternidade” têm sido utilizados, contemporaneamente, na análise de fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. No pensamento gramsciano, contudo, tratar das classes subalternas exige, em síntese, mais do que isso. Trata-se de recuperar os processos de dominação presentes na sociedade, desvendando “as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos” (BUTTIGIEG, 1999, p. 30 *apud* SIMIONATTO, 2009, p. 42).

de resguardar igualdade e equidade entre todos perante a lei. No entanto, vislumbram as extrações desses poderes identificados como classe dominante (ou aliada a ela) que usam das leis e de ações legislativas na tentativa de enquadrar os trabalhadores rurais. Exemplo disso é a bancada ruralista, formada por parlamentares fazendeiros e empresários rurais que nutrem características de ódio aos movimentos sociais e são combativos às propostas da reforma agrária e às lutas sociais, seus mandatos políticos são sustentados e, portanto, estão a serviço do latifúndio e do agronegócio (VIA CAMPESINA BRASIL, 2010).

Para além da criminalização e da penalização, as mulheres do PA Nova Vida I, enfrentam o desafio de construir uma ação política em conjunto com as organizações existentes no assentamento.

O Assentamento Nova Vida I conta com duas organizações: a Associação dos Trabalhadores do Assentamento Nova Vida I, criada em 01 de setembro de 2011; e a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Assentamento Nova Vida II, criada em 14 de agosto de 2011. A criação de duas associações dentro do mesmo assentamento se deu pela vinculação a dois movimentos distintos: MST e CPT. Com uma articulação e organização própria, cada movimento apoiou a fundação de uma associação, justificando assim a existência delas e explicando o termo Nova Vida I e Nova Vida II.¹²

Hoje, a Associação de número I conta com o apoio do MST, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aparecida–PB (STTRS) e do vereador da oposição do governo municipal de Aparecida–PB, João Rabelo de Sá Neto. Já a Associação de número II tem parceria com o Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais de Sousa–PB (SAFER).

[12] [Informação verbal]. Dado fornecido por Débora Bezerra, presidenta da Associação do Assentamento Nova Vida II.

Segundo Rua e Abramovay (2000, p. 256):

Há assentamentos que, devido a clivagens políticas e ideológicas ou desavenças internas, possuem mais de uma associação, sendo algumas ligadas às federações sindicais, outras ao MST, algumas a outros movimentos de trabalhadores rurais e ainda outras, independentes. Frequentemente, essas divisões internas estão associadas a disputas por liderança.

A presença de duas organizações políticas na comunidade é capaz de apreender, apresentar e representar melhor as demandas coletivas. Como também é complexa, pelo caráter de competitividade advindo de possíveis disputas em seu interior. Assim, o surgimento de grupos diferentes, em torno de um determinado projeto, ainda que com o mesmo objetivo, pode expressar um acúmulo político, mas também é capaz de levar ao acirramento de disputas pela direção da organização (GUIMARÃES, 2011).

Ao analisar a forte relação de competitividade entre as duas associações da comunidade, é visível que, embora tenham o mesmo objetivo, a relação que é estabelecida entre seus membros torna a coletividade fragilizada pela fragmentação na luta e, ao invés de unidade na ação política, ocorre desarticulação. Tanto as diretorias das associações como os seus membros não conseguem dividir o mesmo espaço em uma reunião. Exemplo disso foi a atividade do campo de estágio, na qual foram realizadas rodas de conversas com as mulheres das duas associações do assentamento. Entretanto, essas foram realizadas separadamente, por julgarem inviável a sua realização com todas as mulheres no mesmo local.

Guimarães (2011) atenta para a necessidade da maturidade da militância política dos movimentos sociais, para que a ação política não seja comprometida pela divergência, a qual deve ser evidenciada

nos debates e, à medida que vai aparecendo, enriquece-os, como também começa a visualizar o amadurecimento político da organização. Porém, “é problemático para a ação do movimento que – quando não trabalhadas de forma democrática – essas divergências, muitas vezes, limitam os debates, sectarizam posições e dificultam o fortalecimento das lutas” (GUIMARÃES, 2011, p. 85).

A realidade ora apresentada, mesmo que apresente limites, nos faz compreender que o ingresso das mulheres na segunda associação trouxe benefícios para a comunidade, primeiro por ajudar a comunidade no processo de fiscalização de construções das casas, na luta por projetos sociais voltados para as mulheres, como o Projeto Fomento Mulher, e na criação do sindicato SAFER na cidade de Sousa–PB. Segundo, principalmente, porque a existência de duas associações faz com que tanto uma como a outra se articulem melhor na atuação comunitária.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as organizações populares e os movimentos feministas têm contribuído, grandiosamente, para que as mulheres reconheçam o seu papel e seu lugar na sociedade. Igualmente, favorecem as questões subjetivas da mulher, como a autonomia e a autoestima:

Os obstáculos são o marido, os filhos e a **autoestima**, tantas mulheres não se acham capazes. Se acham incapazes de ir *pra* uma reunião, de chegar lá na frente e falar e se expressar, a expressão são coisas que impedem essas mulheres. (Flor de Mandacaru, grifo nosso).

O depoimento ressalta a importância e a contribuição do feminismo, podendo favorecer a vida da mulher, a partir de sua militância em um movimento. Nesse processo, a autoestima é imprescindível para que a mulher se constate não apenas como sendo capaz, pois

possibilita o autocuidado com o seu corpo, mas que se reconheça bonita, superando a visão de que é apenas cuidadora do esposo e dos filhos. Sabendo que “a mulher [...] é educada para cuidar e sempre estar disposta a ajudar o outro, muitas vezes não consegue fazer esse mesmo movimento para si” (CISNE, 2014, p. 179).

Em contrapartida, o feminismo também contribui na dimensão política do falar em público. Segundo Flor de Mandacaru, a mulher camponesa sente muita dificuldade para se expressar publicamente, pois é impedida por vários fatores, e sua participação política corrobora a superação do silêncio que lhe é imposto historicamente pela ofensiva de homens machistas.

Sobre a contribuição do feminismo no processo de formação de consciência das mulheres, Cisne (2014) defende sua relevância no nível individual das mulheres, por tocar tanto na percepção do sujeito como no aspecto da confiança em si mesma, que está relacionada com a autoestima e a autonomia, livre do padrão de beleza que é socialmente imposto. Por outro lado, o feminismo possibilita, para além da autoconfiança, favorecimento à capacidade de expressão, no qual a mulher adquire o poder de decisão e de se impor a tudo que vai contra a sua vontade, embora, historicamente, tenha sido ensinada a dizer sim em detrimento de seus desejos.

Nos depoimentos, as mulheres por vezes deixavam claro que tanto a comunidade como os seus maridos acham que “elas não sabiam de nada”, não tinham responsabilidade para enfrentar a luta. Não davam oportunidade para que essas se engajassem em equipes comunitárias. “Assim, a participação das mulheres é muito restrita [...] há uma compreensão de que as mulheres podem ser diretoras, caso queiram se candidatar” (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 275). Entretanto, frequentemente, nem há candidatas.

Entende-se que o processo de organização das mulheres no PA Nova Vida I tem enfrentado realidades complexas. Mas o fator mais grave é o encarceramento dessas mulheres:

[...] **O machismo, a corrupção, o preconceito, a falta de querer, a falta de informação, tudo isso faz os arames... uma cerca pra ela ser bem feita é no mínimo cinco arames.** Então a mulher tem isso, no mínimo, esses cinco arames estão impedindo da mulher lutar pelo que quer. (Violeta da Caatinga, grifos nossos).

A Violeta da Caatinga faz uma analogia entre os cinco fios de arames que tecem uma cerca de madeira na roça e os cinco fios de cercas que prendem a mulher camponesa. Ela afirma que os cinco arames tornam a cerca forte, por isso é difícil romper com o poder do patriarcado, machista e senhorio. Há uma necessidade de cortar os arames que prendem as mulheres e fazem com que elas se sintam objeto e não sujeito de sua história.

Já Flor de Mandacaru revela com clareza que:

[...] a gente acaba assim encurralada e eu acho que ainda **hoje infelizmente a maior cerca é os homens**
[...] (Flor de Mandacaru, grifos nossos).

A entrevistada enxerga a opressão ao afirmar que a maior cerca que prende as mulheres impedindo a sua liberdade, autonomia e, conseqüentemente, a sua participação na comunidade encontra-se nos homens, sejam eles: pai, marido, companheiro ou liderança comunitária.

Diante do depoimento das mulheres, neste trabalho, compreende-se que o poder do macho está presente tanto nas classes dominantes como nas subalternas, sendo que não é exercido apenas por setores da ala conservadora, mas se faz presente também nos espaços e nos grupos progressistas da esquerda do Brasil (SAFFIOTI, 1987).

A ideologia machista legitima a dominação e exploração da mulher pelo homem, e a classe dominante se utiliza dessa ideologia para colocar os trabalhadores contra as trabalhadoras. Nesse ínterim, os homens não têm consciência de que pagam um preço alto para mandar na mulher (SAFFIOTI, 1987).

Conforme Saffioti (1987), o poder do macho dentro da classe trabalhadora favorece apenas a classe dominante. Nesse sentido, não é apenas as mulheres que recebem e sofrem com o poder do macho, os homens da classe trabalhadora também são atingidos por estarem expostos à sujeição dos poderosos, mesmo que, para as mulheres, seja imensamente maior. Assim, pode-se afirmar que o patriarcado traz impactos também para os homens, ainda que isso não faça deles os sujeitos políticos protagonistas dessa luta.

Somente pelo poder de organização coletiva a mulher é capaz de afirmar como uma das entrevistadas: “Eu me libertei daquele machismo do meu marido”. Assim, a participação da mulher no movimento de mulheres alcança patamares muito maiores e atinge o companheiro: “Até ele aprendeu”. A luta das mulheres como protagonistas traz resultados, tanto para a esfera privada como para a pública.

Logo, esse processo de organização política deve estar articulado ao trabalho de base, apresentado por Flor de Mandacaru, como caminho para o retorno da participação das mulheres no assentamento:

[...] apesar de tantos desafios, de tantas coisas que nós fizemos e não deram certo algumas coisas, mas as mulheres ainda são capazes, elas ainda se organizam. [...] até hoje as mulheres são bem organizadas, eu acho que apesar de tudo. Ah! nós perdemos muito o foco, a força por causa dessas dificuldades, por causa de tanto projeto que foi feito e não foi pra frente. Então, as mulheres ficaram um pouco desacreditadas, mas

mesmo assim até hoje, **eu acho que se for conversar se for na casa delas elas vão se organizar**, elas têm força. (Flor de Mandacaru, grifos nossos).

Mesmo diante das dificuldades e dos projetos que foram feitos e não tiveram êxito, a entrevistada ainda acredita que um retorno ao trabalho de base poderia fomentar a reorganização das mulheres, pois reconhece que essas têm capacidade organizativa.

Assim, o trabalho de base é um importante instrumento estratégico no processo de mobilização para a luta política. De modo que possui duas dimensões: a primeira é a educativa, por sensibilizar a população para a luta (PELOSO, 2009 *apud* GUIMARÃES, 2016). A segunda é o seu caráter formador, por contribuir na formação política dos/as militantes, favorecendo sua capacidade de mobilização, sendo de grande relevância para apropriação de conhecimentos teóricos e da prática política, auxiliando no processo de construção de consciência. “A formação política constitui um aspecto complementar e indissociável do exercício da militância, justamente por ser indispensável à luta política” (GUIMARÃES, 2016, p. 143).

Para que ocorra participação feminina e a luta seja garantida, é imprescindível o trabalho de base Assentamento Nova Vida I, vindo a enfatizar categorias que são caras para os movimentos feministas e que coadunam com as urgências apresentadas pelas mulheres entrevistadas.

Ademais, as lutas das mulheres, sejam no campo ou na cidade, são embaladas pela ciranda feminista: “Companheira, me ajuda, que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”. As mulheres resistem à luta contra o capitalismo, o patriarcado, o preconceito, o machismo e todas as formas de desigualdades sociais que são produzidas e reproduzidas em sociedade, juntas lutam pela superação desse modelo societário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso deste capítulo, evidenciaram-se as cercas que são construídas no intuito de limitar e até exterminar a participação política da mulher camponesa nos mais diversos espaços, sejam eles públicos ou privados. Entretanto, desses impedimentos construídos socialmente, emergem o processo de consciência e a necessidade de organização coletiva, eclodindo assim a luta nos movimentos sociais feministas, movimentos sociais mistos rurais e nas organizações populares.

A mulher camponesa constrói sua história na luta cotidiana nos assentamentos, enfrentando a divisão sexual da política e a sua invisibilidade nas organizações coletivas da comunidade. Essa invisibilidade se sustenta na ideologia machista que naturaliza o espaço doméstico e o define como o lugar da mulher, sustentando as relações de dominação, exploração e desigualdade. Ao ingressar na luta pelas terras do Pivas, as mulheres perceberam que não eram reconhecidas politicamente, ao passo que notaram que era preciso permanecer lutando em vista da visibilidade e do reconhecimento social e político.

Essa participação na luta pela reforma agrária ocorreu em meio ao conflito com o grande latifúndio, como também com a dominação masculina representada na figura do macho, seja este o pai, esposo e/ou o patrão.

O estudo também constatou que há mulheres que não participam, primeiramente por serem impedidas pelos esposos que as proíbem, alegando as tarefas domésticas; segundo, pela criminalização e penalização sofrida por outras mulheres do assentamento, representadas no medo de viver respondendo a processos judiciais; e, terceiro, pela competitividade existente entre os membros das duas associações. Esses são fatores desmobilizadores e desarticuladores que

impossibilitam ou, no mínimo, dificultam que essas mulheres participem das organizações coletivas.

Por outro lado, as mulheres que participam das coordenações e diretorias das associações apresentam uma relativa autonomia, advinda da sua atuação e liderança política. Essa participação suscitou nas mulheres certo grau de autoconfiança, autoestima, autocuidado e desenvoltura para o uso da palavra em espaços públicos. Para tanto, faz-se necessária a realização de trabalho de base com as mulheres que, ao longo do caminho, desistiram da luta, com o intuito de fomentar a sua capacidade organizativa através da educação popular na perspectiva de gênero e da formação política, ambas indispensáveis na contemporaneidade para o assentamento. Assim, o trabalho de base é forte instrumento que pode ser utilizado com as mulheres assentadas para que as cercas ora apresentadas nesta pesquisa sejam rompidas pelas mulheres que são os próprios sujeitos e protagonistas desta história de luta.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ilena Felipe. **Nas trilhas do crédito fundiário**: a luta pela sobrevivência entre a terra e o assalariamento na agroindústria canavieira. 2014. 324f. Tese (Doutorado em Serviço Social)—Universidade Federal de Pernambuco, Recife—PE, 2014.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.109-52**, de 24 de maio de 2001. Brasília, DF, 2001.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COUTO, Marcia Tereza; SCHRAIBER, Lilia Blima. **Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e**

mulheres. *In*: VENTURI, G.; GODINHO, T. (orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). ONU e CIDH condenam chacina em Pau D'Arco. 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/3801-onu-e-cidh-condenam-chacina-em-pau-d-arco>. Acesso em: 23 jan. 2018.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. 2016. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_relatorio_brasil_2015_publicado2016.pdf. Acesso em: 21 out. 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia *et al.* **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia *et al.* Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017.

FARIAS, Arethusa Eire Moreira de. **Os incomodados que resistem**: contradições e territorialidades camponesas no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa na Paraíba, 2010, 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: STEDELI, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 173- 237.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Nosso sonho não faz silêncio: os desafios do movimento estudantil de serviço social.** 2011. 110f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró – RN, 2011.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Os movimentos sociais e organização popular na cidade contemporânea.** Curitiba, PR: CRV, 2016.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IASI, Mauro Luis. **Processo de consciência.** São Paulo: CPV, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **História da Reforma Agrária.** 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria/>. Acesso em: 03 fev. 2018.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil.** *In:* LOPES, L. Adriana; BUTTO, Andrea (orgs.). Brasília: 2008. p. 240.

MORAIS Clodomir Santos de. A história das Ligas Camponesas do Brasil (1969). *In:* STEDELI. João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas – 1954-1964.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 21- 76.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST). **O setor de gênero do MST.** 2010. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8247.html>. Acesso em: 23 jan. 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST). **Em manifesto, o MST denuncia a criminalização e a violência no campo.** 2017. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/05/06/em-manifesto-mst-denuncia-a-criminalizacao-e-a-violencia-no-campo.html>. Acesso em: 23 fev. 2018.

QUEIROZ, Fernanda Marques. **Não se rima amor e dor: representações sociais sobre a violência conjugal.** 2004. 276f. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife–PE, 2004.

RAGALA, Raisa Maria de Sousa. **Conquistar a terra não é suficiente: uso de agrotóxicos pela empresa Santana e a luta dos assentados do Nova Vida I pela vida na terra.** 2014. 70f. Monografia (Bacharelado em Geografia)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2014.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. A construção de projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional do Serviço Social. **Temporalis**, v. 5, p. 81-94, 2002.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas?”: as relações de gêneros nos assentamentos rurais.** Brasília: UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katál**, v. 12, n. 1. p. 41-49, jan./jun. 2009.

STEDILE, João Pedro. Introdução. *In*: STEDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 15-31.

VIA CAMPESINA BRASIL. **A ofensiva da direita para criminalizar os movimentos sociais no Brasil**. *In*: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Porto Alegre – Salvador, 2010.

CAPÍTULO 6

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE ACERCA DAS LUTAS, ALIANÇAS E DESAFIOS

MIRTES NAYANNE FREITAS COSTA GUEDES¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo a discussão acerca da organização política dos/as estudantes do curso de Serviço Social (MESS), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Sousa, trazendo em foco as frentes de luta desse sujeito coletivo, as alianças travadas no seu cenário de combatividade, os desafios desses sujeitos dentro do lócus de atuação, as suas percepções em torno dos serviços de apoio a estudantes operacionalizados naquela instituição de ensino e o exercício de militância desses no combate aos processos de precarização da assistência estudantil.

Para tanto, partimos da ótica de que a juventude tem cada vez mais participado diretamente de expressões políticas, especialmente, no movimento estudantil, bem como tem realizado significativa inter-

[1] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande (2017), com especialização em Saúde Pública pela Faculdade Integradas de Patos–PB (2020).

venção em debates no âmbito nacional, colaborando assiduamente nas discussões de temas socialmente relevantes, como conjuntura nacional, educação, ampliação de direitos sociais, etc.

O método utilizado nessa projeção foi o materialismo histórico dialético, principalmente, por este método problematizar as dificuldades que rodeiam a compreensão da realidade concreta, propondo uma análise da realidade a partir das perspectivas de totalidade, mudança e contradição. Ademais, foram realizadas entrevistas com estudantes em pleno exercício de militância, tanto da base do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) quanto da direção. Os/As entrevistados/as não foram escolhidos de forma aleatória, tendo em vista que foram angariados militantes que estivessem na condição de usuário/a dos serviços de assistência estudantil operacionalizados na UFCG/Sousa.

Os resultados da pesquisa permitiram a identificação das bandeiras de lutas desse sujeito coletivo, bem como as alianças, estratégias e articulações; os desafios enfrentados no trabalho de militância e de formação de militantes; as análises dos sujeitos em torno dos serviços de assistência estudantil; e os processos de combatividade à retração dos direitos e ao sucateamento centralizados na assistência estudantil.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE ACERCA DAS LUTAS, ALIANÇAS E DESAFIOS

A princípio, alguns aspectos que caracterizam o Movimento Estudantil (ME) podem ser ressaltados. A diversidade da base social de origem de seus sujeitos, e a compreensão acerca do papel dos/as estudantes organizados/as no centro da luta de classes, só poderiam ser apreendidos a partir da análise da categoria “classe social”. No entanto, essa categoria é um dos elementos fundantes e muito polemizado na teoria marxista, pois como assevera Iasi (2007a):

Quando pegamos um estudo concreto como o ¹⁸ *brumário*, por exemplo, Marx chega a definir os diferentes grupos atuantes naquela intrigante conjuntura muito mais decisivamente pela ação que desempenham e pelas concepções de mundo que representam, do que mesmo pela sua posição no interior das relações sociais ou diante da propriedade. [...] Isso significa dizer que, para Marx, a forma com que as classes atuam no campo concreto da história, a consciência que representam em cada momento, são fatores determinadores de seu caráter. (p. 108, grifo do autor).

A direção analítica do conjunto da obra de Marx sinaliza que a definição de classe perpassa três nucleações: a posição do indivíduo diante da propriedade ou da não propriedade dos meios de produção; a consciência a que este indivíduo se vincula ou de que se distancia de uma posição de classe; e a ação dessa classe frente às lutas que se concretizam no interior de uma formação social (GUIMARÃES, 2011).

Outro aspecto relevante é o seu caráter transitório, visto que os estudantes permanecem inseridos no movimento durante o curto período do processo de formação, o que limita a articulação e a intervenção na esfera do movimento estudantil. Todavia, essa peculiaridade não pode negar a historicidade do movimento, nem tão pouco desconsiderar a continuação dessa história enquanto uma obra coletiva e transcendente.

Além disso, dissemina-se no seio da sociedade, inexoravelmente, a ideia de que a juventude detém uma vinculação com as atividades de excitação política e ideológica. Nas acepções de Lênin (*apud* GUIMARÃES, 2011), esse segmento, além de apoiar a classe operária contra as inflexões capitalistas, pode dispor de elementar contribuição

na construção da sociedade comunista, dinamizando sua formação política e o conjunto das lutas sociais.

Registros históricos apontam para a existência de participação política dos estudantes brasileiros desde o Brasil Colônia [...]. Tais registros demonstram que o segmento estudantil teve participação evidente no campo da propagação das ideias revolucionárias dos movimentos brasileiros inclusive anteriores à transição do Império para a República, muito embora neste período ainda sem uma estrutura organizativa e plataforma de lutas constituídas. (GUIMARÃES, 2011, p. 36).

A criação da União Nacional dos Estudantes² – UNE, em 1937, estabeleceu uma curvatura na militância dos segmentos estudantis que até então se encontravam fragmentados em detrimento da inexistência de uma organização dirigente estruturada; após a fundação da entidade máxima representativa, o ME teve consolidação e adquiriu aspecto nacional e permanente.

Montaño e Duriguetto (2011) apontam que, no decorrer da década de 1960, a UNE incentivou a ampliação das reivindicações por universidades públicas, gratuitas e de qualidade. Para além disso, o ME, instigado pela máxima entidade representativa desse segmento, protagonizou importante rechaço aos governos de Quadros – 1961 – e Goulart – 1961 a 1964 –, tanto que no processo de desenvolvimento do Golpe Militar em 1964, rapidamente foi tomada a decisão de embate aos posicionamentos ideopolíticos manifestados pela UNE. Durante o regime militar, inúmeras lideranças da UNE foram presas,

[2] Entidade máxima de representação dos estudantes universitários brasileiros. Também configura um dos mais antigos movimentos sociais e congrega os CAs, DAs e DCEs, bem como todas as Uniões Estaduais de Estudantes brasileiros.

bem como foram aprovados meios legais que investiam contra as resistências estudantis. Uma delas ficou conhecida popularmente como a Lei Suplicy de Lacerda, Lei nº 4.664/64.

Esta normativa instituía legalmente a extinção da UNE, impedia qualquer forma de mobilização de representação estudantil e estabelecia órgão de fiscalização para as esferas de representação dos/as estudantes universitários, o Diretório Acadêmico (DA), o Diretório Central dos Estudantes (DCE), o Diretório Estadual de Estudantes (DEE) e o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) – este último, substituíva legalmente a UNE (GUIMARÃES, 2011).

O ano de 1975 foi marcado pelo renascimento político dos segmentos estudantis – em sincronia com outros movimentos sociais –, que deleitaram suas ações nas ocupações das galerias de reitorias, passeatas e greves em defesa das lutas mais gerais, como o retorno do Estado democrático de direito. No tocante às lutas específicas do ME, podem ser contabilizadas as reivindicações por melhorias nas redes escolares, maior liberdade para organização estudantil, ampliação dos investimentos governamentais para a educação e protestos contra a privatização de ensino. A esses fenômenos, ainda pode ser adicionada a reorganização da UNE em 1979.

Apesar de os anos condensados entre as décadas de 1970 e 1980 terem sido interpretados, nacionalmente, como os anos de ruptura do Golpe Militar de 1964, e relevante processo de redemocratização da sociedade brasileira, outra intercorrência adentra esse cenário social, projetando imensuráveis rearranjos político-econômicos e sociais que condensariam à totalidade das relações sociais efeitos letais, principalmente, no tocante ao exaurimento dos direitos sociais e à desmobilização dos movimentos sociais, incluindo novas configurações e desafios ao ME, bem como planejando um novo formato de atendimento às demandas sociais oriundas das parcelas sociais subalternizadas.

Com grande rendição e consentimento, o capital, contando com grande apoio político, mediante estratégias de proteção dos su-

perlucros, implementam o neoliberalismo.³ Sob esta ótica, o Estado teria um papel funcional, restrito às práticas políticas e econômicas, trazendo em primeira instância uma preocupação central com a integridade e a qualidade da moeda, bem como deveria gerir e organizar as funções jurídicas, militares, policiais em detrimento da garantia da liberdade de mercado.

Essa nova estratégia hegemônica do capital, no contexto de mundialização do capital e de uma crise endêmica, estaria sustentada numa tríade basilar: a ofensiva neoliberal contra o trabalho e todas as formas de organização política, e luta dessa classe; a reestruturação produtiva; e a contrarreforma do Estado.

As modalidades adotadas para a ofensiva contra o trabalho se desenvolveram na perspectiva de imobilizar a classe trabalhadora, para que esta não conseguisse protagonizar de forma substancial as reivindicações e resistências contra as reformas neoliberais, ferindo diretamente as formas de organização e os sindicatos dos trabalhadores, por meio da negação, por parte do Estado e do capital, de negociar com os grevistas; pelas repressões às lutas com forte policiamento e outros meios; pela disseminação de estereótipos às lutas dos trabalhadores (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

A reestruturação produtiva do modo de produção capitalista se trata de uma estratégia político-econômica, visando retomar os elevados níveis de taxas de acumulação e a perpetuação de seu poder, buscando um meio de produção mais flexível e apto às oscilações do mercado mundial, o toyotismo.⁴ Este, por sua vez, objetivava,

concomitantemente, aglutinar o aumento da produção e a diminuição de emolumentos com o processo produtivo, redimensionando a produção, no que diz respeito tanto ao processo real de produção quanto às relações sociais que conformam o solo produtivo.

A contrarreforma do Estado fundou-se a partir da necessidade do capital de liberalizar e desregular os mercados, almejando o escamoteamento do leque de direitos trabalhistas e sociais construídos durante o século XIX, tomando à parte, como justificativa para tal contrarreforma, um discurso argucioso de que o Estado tinha decorrido num déficit fiscal devido aos altos gastos sociais, ou altos tributos com a esfera social. Desse modo, como afirma Behring (2009, p. 172), a “onda longa com tendência à estagnação coloca a política social no cerne da crise”, já que os altos custos inflacionários com as demandas sociais centralizavam um dos eixos da crise fiscal do Estado.

Consonante com isso, a contrarreforma do Estado perquiriu um rol de ajustes estruturais de vinculação monetarista e neoliberal, tanto aos planos econômicos e sociais quanto aos institucionais e burocráticos, intentando flexibilizar o regime de produção, reformular as ações estatais para desregular o mercado e tolher as conquistas de direitos trabalhistas.

Todavia, esses decorriam de exigências de instituições financeira do cenário internacional, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), premissas que foram legitimadas no Consenso de Washington,⁵ sabido que estes serviam como

[3] Segundo Harvey (2006), o neoliberalismo se trata de uma teoria sobre as práticas políticas e econômicas que defendem que o bem-estar humano pode estar atrelado à elevação das liberdades empresariais, inserido num quadro institucional peculiarizado pelo direito à propriedade privada, à liberdade de comércio e de mercado, e à liberdade individual.

[4] A toyotização da indústria não implica o exaurimento do modelo fordista de produção, o que aconteceu de fato foi uma articulada adequação, ou seja, foram injetados alguns

aspectos mais flexíveis advindos de inúmeros modelos, todavia isso não de forma idílica, nem linear. O toyotismo advinha do modelo de fábrica japonesa, Toyota, no pós-Segunda Guerra Mundial (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

[5] Essa, por sua vez, consistiu numa reunião realizada nos anos de 1989, que tinha como participantes, além de representantes do governo e economistas americanos, os organismos internacionais do ramo financeiro (FMI, BM, BID), todos unidos numa ação conjunta para avaliar as reformas econômicas a serem instauradas na América

passaporte para a corrida capitalista contemporânea. Nessa ótica, as funções do Estado estavam orientadas a fomentar o mercado e instigar atrativos para o capital financeiro.

As demandas sociais estavam relegadas à solidariedade da sociedade civil,⁶ às ONGs e à iniciativa privada – decorrente do afastamento do Estado, abrindo oportunidades rentáveis para o capital e consolidando a privatização dos serviços que eram para estar a serviço da população na esfera estatal. Ou seja, um redimensionamento da reforma do Estado que contempla o terceiro setor.⁷

O Estado agora se reveste de uma nova roupagem, o “Estado mix”, ou “minimax”. As políticas que ainda são disponibilizadas no aparato estatal se tornam escassas de eficácia, são focalizadas,

emergenciais, cerceadoras de direito e, muitas vezes, identificadas como compensatórias de carência, não englobando como premissa a perspectiva da universalidade. Nessa direção, o conjunto das políticas sociais reflete um:

[...] caráter meramente compensatório da intervenção social presente em suas proposições [...]. Porém, fundamentalmente, o ajuste tem passado pela desregulamentação dos mercados, pela redução do déficit fiscal e/ou do gasto público, por uma clara política de privatização, pela capitalização da dívida e um maior espaço para o capital internacional, inclusive como condição para empréstimos. Para a política social, a grande orientação é a focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência. (BEHRING, 2009, p. 186-187).

Nesse contexto de reformas econômicas e políticas convertidas aos rearranjos das premissas neoliberais, o Brasil também se adequou ao novo modelo de acumulação – que adentrou o país a partir da década de 1990.

Quanto à gestão dos setores sociais, o Estado passou a canalizar emolumentos para a estimulação do processo de desenvolvimento do país, enquanto os segmentos sociais estavam legados às iniciativas da solidariedade da sociedade civil, ONGs, terceiro setor e iniciativa privada, e algumas políticas ainda centradas no aparato estatal – políticas emergenciais, geralmente de transferência de renda, focalizadoras, privatistas, políticas públicas sociais – eram instrumentos de fomentação das estruturas econômicas e de compensação das mazelas sociais.

As inflexões neoliberais não foram aceitas passivamente pelas camadas sociais que sofriam com seus efeitos deletérios. Em diferentes movimentos, as frentes reivindicativas se intensificaram em diversos

Latina. Desse modo, o consenso de Washington reuniu dez determinações específicas: a) disciplina fiscal, visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas ‘a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas’; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deveria ser tornado mais seguro [...]. Observe-se que as cinco primeiras reformas poderiam ser resumidas em uma: promover a estabilização da economia através do ajuste fiscal e da adoção de políticas econômicas ortodoxas, em que o mercado desempenha o papel fundamental. As cinco restantes são formas diferentes de afirmar que o Estado deveria ser fortemente reduzido (Bresser-Pereira, 1991, p. 06).

[6] “É a defesa da passagem do caráter ‘público’ do Estado para a lógica ‘privada’ do mercado e da sociedade civil. Ou seja, a esfera da sociedade civil – entendida, segundo o conceito liberal, como o que está fora da órbita do Estado – é tomado como espaço para se buscarem soluções para as questões econômicas, políticas e sociais” (DURIGUETTO, 2007, p. 88, grifo do autor).

[7] “[...] o que é chamado de “terceiro setor”, numa *perspectiva crítica e de totalidade*, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: *um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, da auto-ajuda [sic] e da ajuda mútua*” (MONTAÑO, 2008, p.186, grifos do autor).

países, assim como no Brasil.⁸ Esse contexto também é atravessado pelos ataques com fins de regressividade aos movimentos sociais, sejam eles sindicais, feministas, de orientação sexual, estudantil, etc., protagonizados pelos mais variados segmentos sociais, sabido que boa parte desses sujeitos políticos estão unidos pelo desejo de construção de uma sociedade justa e sem dominação.

Na década de 1990, diante da conjuntura expressiva de políticas neoliberais, o aglutinamento resistente das parcelas estudantis ganhou notoriedade, já que estas participaram e instigaram greves, passeatas e inúmeras mobilizações contrárias às medidas econômicas e sociais paramentadas durante o governo supracitado, tanto que uma das frentes arquitetadas pelos/as estudantes ficou nacionalmente conhecido como “os caras pintadas”.⁹ Estes também empunharam protestos a favor do impeachment do então presidente Collor (1992), resguardando o direito de participação nas Diretas Já.¹⁰ Entretanto, pode-se assinalar que as frentes de contestação das ações governamentais por parte do segmento estudantil se estenderam pelos governos de Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), principalmente no que se refere às iniciativas neoliberais, já que o “enfrentamento do ME ao neoliberalismo significa, também, se contrapor

[8] Desenvolveram-se várias movimentações nos países europeus; no Chile, os movimentos estudantis se tornaram mais frutuosos contra os processos de privatizações da educação; na Argentina, rebelaram-se grandes movimentos de segmentos desempregados; no México, os embates zapatistas; no Brasil, o retorno dos movimentos grevistas faz alusão a esses fenômenos do cenário internacional de lutas, entre outros. Todavia, há de se esclarecer que essas manifestações ainda não conformam projetos societários alternativos ao da sociabilidade capitalista, postas as tendências corporativistas ou de refutação a sindicatos, reitera o receio de qualquer negociação com o Estado (ABRAMIDES; DURIGUETTO, 2014).

[9] Ações dos/as estudantes que se posicionavam a favor do impeachment de Fernando Collor de Melo.

[10] As Diretas Já consistiam em movimentos políticos de cariz popular que defendiam o retorno das eleições diretas para o cargo de presidente da República do Brasil. Os atos públicos se deram entre os anos de 1983 e 1984 e reuniram partidos políticos, a UNE, diversos intelectuais, artistas, entre outros representantes da sociedade civil.

às ofensivas à universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, bandeiras de luta fundamentais do ME, especialmente deste período até a atualidade” (GUIMARÃES, 2011, p. 40).

No cerne dos MS, Gohn *apud* Guimarães (2011) assevera que os momentos de recuo e avanço são características próprias da dinâmica dos MS, o que incute que a crise desses movimentos se reflete na diminuição da visibilidade destes no cenário social, que parte do poder de pressão que tinham adquiridos durante os anos de 1980 – período de redemocratização –, compreendendo que os causadores dessa crise congregam aspectos tanto externos quanto internos. Nessa direção, a crise dos MS tinha origem tanto nas políticas neoliberais quanto nos problemas internos dos MS.

O poder político do ME, calcado nessa correlação de forças partidárias, encontra inúmeros desafios para a formação de militantes, bem como para o desenvolvimento e a articulação de suas lutas, sabido que estas também estão projetadas e influenciadas pelas relações contraditórias da sociedade. Nesse limiar:

Como rebatimento mais evidente desse processo, na ação política do movimento estudantil, ressalta-se um profundo distanciamento da UNE em relação aos interesses dos(as) estudantes e suas entidades de base, reflexo das intervenções políticas da entidade, atualmente, que tem sido pautadas numa perspectiva de negociação e consensos com governos e reitorias, negando a luta e o conflito de interesses entre o movimento estudantil e estes setores. (GUIMARÃES, 2011, p. 52).

Apesar dessas dificuldades, foram emblemáticas as lutas dos/as estudantes em desfavor de diversas ações governamentais de investidas na educação, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação

e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em torno do ensino superior, que ativaram inúmeras movimentações por parte dos/as estudantes, que protagonizaram atos por uma educação laica, gratuita, pública e de qualidade, defendendo os projetos democráticos de educação, com vistas à segurança de estar à disposição das camadas mais carentes.

Porém, é inegável a tensão no cerne do movimento estudantil, visto que a UNE tinha se tornado favorável às políticas de reformas educacionais, o que legou à entidade uma situação de instabilidade entre seus integrantes.

Prova disso é que, ao convergir seus valores para um patamar conservador e se desviar de seu eixo central, a direção geral da UNE passou a ser disputada por grupos que integravam a própria entidade nacional,¹¹ mas que agrupavam forças e correntes políticas diversas, concretizando a intensa fragmentação da ação política dos/as estudantes.

No entanto, a criação de uma nova entidade apartada da UNE não esgotaria os problemas, bem como se apresentava como uma proposta frágil, sabido que a crise do ME não estava condicionada, unilateralmente, às problemáticas de direção, mas centrada também na redução da participação de alguns grupos nos fóruns e espaços da UNE, que se desligavam ou renunciavam em participar da dinâmica entre os demais grupos que atuavam em favor da entidade e articulavam mudanças em seu interior (GUIMARÃES, 2011).

Contemporaneamente, ambientados por governos que também corroboram planos, eminentemente, capitalistas e, por isso, neoliberais, inúmeras mobilizações são forjadas pelo ME, no cerne da defesa de uma expansão na área de assistência aos segmentos estudantis;

[11] Como, por exemplo, a Frente de Oposição de Esquerda (FOE), que conformava um corpo político participante da UNE (GUIMARÃES, 2011).

pela construção de um projeto de universidade democrática, plural, gratuita, pública, laica e de qualidade; pela conclamação de um robustecimento de investimentos no setor educacional, dentre outras que se fazem presente até os dias correntes.

Entretanto, os reflexos e os reordenamentos neoliberais não atingiram somente a organização política da sociedade civil brasileira, como também a organização política dos/as estudantes em sua totalidade. Para além disso, esses reflexos adentraram o espaço educacional, em especial a educação superior, que passou a ser reconfigurada segundo os ditames e as premissas de enaltecimento do mercado, supervalorizando as possibilidades de expansão de espaços lucrativos para o capital.

Lima (2007) apreço que, a partir do advento da nova fase do capital e sob os marcos neoliberais, as estratégias e medidas de ampliação do acesso da população a uma qualificação profissional passaram a ser demanda prioritária do capital para atender ao desenvolvimento das forças produtivas, enquanto que as políticas voltadas a “garantir” o acesso à educação estavam munidas de um sentido invertido, pois disseminavam uma nova visão de mundo burguês, mais romantizado, dispondo de lugar para as camadas desfavorecidas economicamente, mediante uma política inclusiva, o que nos legaria uma sistematização de “colonialismo educacional”.¹²

Seguindo as diretrizes de valoração do desenvolvimento econômico, os governos brasileiros de 1990, até os dias que transcorrem, internalizaram as premissas educacionais estipuladas pelos organismos internacionais em defesa das bandeiras neoliberais de governo, iniciando – tendo como suporte ideológico o discurso de democratização e expansão do acesso à educação – um roteiro de reformas e criação de

[12] Esse conceito foi trazido ao nosso conhecimento por Florestan Fernandes (1975c), indicando o modelo padrão dependente de educação superior no qual o Brasil estava parametrado, seguindo sempre as indicações dos organismos internacionais.

projetos que revelam a face liberalizante da mercadorização da política de educação, em especial a educação superior (LIMA, 2007).

A reordenação neoliberal para a educação superior teve seu início nos governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), o qual sucedeu Collor após o processo de impeachment. Porém ambos, em seus governos, elaboraram um plano político para a educação partindo das noções de equidade, eficiência e competitividade da educação. No nível de educação superior, os programas de governo também estavam embebidos da perspectiva de modernização, no sentido de harmonizar este nível de ensino com os desafios da economia globalizada, tornando-se latente nesse período seis ações no cerne da reconfiguração da educação superior, sendo elas:

Uma primeira ação, [...] intitulada *Abertura da economia brasileira e modernização das universidades*, que propunha a destinação de um percentual fixo do orçamento geral da União para as universidades federais, para que estas assumissem o pagamento dos salários e das despesas de custeio e novos investimentos [...], implicando mudanças substantivas em relação à autonomia universitária [...]. Uma segunda proposta desse governo [...] tratava-se de um projeto de emenda constitucional que pretendia transformar as universidades públicas em uma categoria específica de organização, retirando a condição de servidor público dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. [...]. A desnacionalização de setores estratégicos do país, sob a aparência de maior integração com o mercado mundial, apresenta-se como o terceiro aspecto que denota a política privatista do governo Collor [...]. O quinto indicador [...] está diretamente relacionado com o financiamento público da educação superior.

Apesar de a Constituição Federal estabelecer um mínimo de 18% da receita anual [...] o governo de Collor de Melo não utilizava sequer este valor mínimo. O sexto aspecto que merece ser destacado está referenciado na relação estabelecida entre o governo Collor de Melo e o Conselho Federal de Educação (CFE). O favorecimento da expansão do ensino privado gerou uma série de divergências entre o governo e o CFE, órgão responsável pelo reconhecimento e credenciamento destes cursos privados. (LIMA, 2007, p. 131-132, grifo da autora).

Os conteúdos programáticos dessas ações não velam os conteúdos conservadores desses dois governos, sendo apregoado desde o princípio o recuo do Estado, quando passa às IFES a responsabilidade de gerenciamento administrativo e futuros investimentos.

As intenções de privatização e terceirização vão à mostra quando é defendida a desconstrução de natureza pública das universidades e quando há o intento de desregulamentação dos/as servidores públicos, afora a denúncia explícita de que não vem sendo direcionado o percentual mínimo de 18% em investimentos e iniciativas de otimização do sistema educacional brasileiro, em nenhum de seus níveis.

Entre as ações do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), uma em especial merece destaque, levando em consideração que fora a partir desta que a reforma administrativo-gerencial do Estado foi concretizada. O documento, nominado *Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado*, implementado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) durante a gestão de Bresser Pereira,¹³ foi aprovado pela Câmara da

[13] Este, por sua vez, foi representante do Brasil no Consenso de Washington.

Reforma do Estado, pelos ministros Paulo Paiva, José Serra e Pedro Malan, este último consultor do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e ex-diretor executivo do BM. O documento unia ações que discerniam os caminhos da reforma administrativa e gerencial do Estado, destacando mudanças em pontos estratégicos¹⁴ (LIMA, 2007).

As premissas elencadas no referido documento traduzem a primazia do espírito neoliberal, reforçando abertamente a ofensiva aos trabalhadores, a desregulamentação do trabalho, a retração da regulamentação estatal no tocante à área social, a desinstitucionalização das organizações públicas, enaltecendo a livre iniciativa de mercado, e a privatização da maior parte dos serviços do aparelho estatal, obstruindo os canais democráticos e fragilizando as políticas públicas.

Outra medida que caminha no horizonte da diversificação das instituições e dos cursos, sob a bandeira de democratização e acesso ao ensino superior que se condensou por meios estratégicos, foi a instauração das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), mediante a educação a distância, tornando-se enfática nesse governo. Entretanto, essas medidas se travestiam de uma aparente adequação da educação às exigências da nova ordem mundial, profissionalizando contingente de pessoas para incluí-las no processo de reordenamento do capital e das políticas neoliberais (LIMA, 2007).

O início do governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) trouxe esperança de mudanças na política de estímulo às privatizações das IES. Ao invés disso, os processos de contrarreforma da educação superior,

[14] O documento prezava por intervenções no: [...] aumento dos gastos com os servidores públicos; a rigidez da estabilidade a eles assegurada, apresentando a proposta de contratação de celetistas; a necessidade de estimular o espírito empreendedor na política de recursos humanos, por meio do condicionamento da remuneração do servidor ao seu desempenho profissional; a transformação das autarquias em organizações públicas não-estatais, denominadas organizações sociais; e a importância da reforma da previdência e do fim da obrigatoriedade do Regime Jurídico Único como estratégias fundamentais para o enfrentamento tanto da crise fiscal como da inoperância e desqualificação do serviço público (LIMA, 2007, p. 97).

preconizados no governo passado, tornaram-se majestosamente tenazes. Nessa direção, os pressupostos da reforma no governo Lula teriam como eixo central o “estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e execução da política de educação brasileira [...] e a abertura do setor educacional [...] estimulando a utilização da educação superior a distância” (LIMA, 2007, p. 152-153). Medidas que alargavam a possibilidade de investimentos exteriores, tornando a educação, em especial, a superior, um campo mercadejável.

O reforço do governo Lula aos planos de reformulação da educação superior, como uma relevante prioridade da ação governamental, se expressou num montante de leis, projetos, medidas provisórias e decretos que consolidou uma série de programas que diminuiu, substancialmente, a institucionalização estatal sobre as IES, bem como privatizou, em espécie, a educação do nível superior. O conjunto de ações dá corpo e forma ao novo “milagre educacional”,¹⁵ que, verdadeiramente, configurava a mais profunda projeção da educação superior aos moldes imperialistas, sob comando dos valores neoliberais. Começando pela criação de dispositivos de avaliação da educação superior, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que conduz a política de educação do MEC; o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que, sendo componente curricular obrigatório, é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aos estudantes que ingressam e aos que estão em situação de conclusão.

Todos esses dispositivos de avaliação não demonstram nenhum avanço democrático, na medida em que corroboram os pressupostos meritocrático, produtivista e empresarial do trabalho; ranqueadores e punitivos, visto que seus resultados são aplicados às IES e aos estudan-

[15] Esse termo foi criado por Florestan Fernandes em uma de suas obras que analisam a internacionalização dos reordenamentos educacionais sob comando de governos neoliberais (LIMA; PEREIRA, 2009).

tes, portam-se como um dispositivo de caráter excludente, pautados numa lógica seletista (LIMA, 2007).

Dentro da lógica de dissolução dos limites entre o público e o privado, instaura-se o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado pela Medida Provisória nº 213, de setembro de 2004, cujas principais ações rodeavam a expansão do acesso à educação superior, partindo de duas nucleações básicas: “1) os dados da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios [...] e o Censo da Educação Superior; e 2) a existência de um grande número de ‘vagas ociosas’ nas instituições privadas de ensino superior [...]” (LIMA, 2007, p. 172). Este se consolida como um agente reducionista das grandes inadiplências no setor privado, o que expressa abertamente a parceria público-privada do governo.

Essas vagas se efetivavam por meio de bolsas de estudos em IES privadas e seriam ocupadas por estudantes advindos de famílias com baixa renda financeira, que teriam cursado o ensino médio em escolas públicas; por professores da rede pública sem diplomação superior; e por estudantes negros, pardos e oriundos de comunidades tradicionais, como os indígenas (LIMA; PEREIRA, 2009).

O Reuni, criado no governo Lula, através do Decreto nº 6.096, de 24 de setembro de 2007, objetivava “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p. 01). Suas disposições não deliberavam nenhum tipo de democratização do acesso à educação superior, já que o eixo central desse plano unia, a seu objetivo principal, a diversificação das modalidades de ensino de graduação mediante flexibilização de currículos, criação de cursos de curta duração, bacharelados interdisciplinares, instigava a flutuação dos/as estudantes pelas diversas IES, efetivando os descaminhos de uma democratização, invertendo os valores que deveriam caminhar

para a universalização do ingresso dos/as alunos/as em universidades federais, gratuita, de qualidade e laica.

Contrariamente, o que se percebe é, assim como analisam Lima e Pereira, o verdadeiro “[...] aligeiramento da formação profissional [...]; aprofundamento da precarização do trabalho docente [...] e pavimentação do caminho para transformação das universidades federais em ‘escolões de terceiro grau’” (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 40), fragmentando a base indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

A última medida esboçada é a preferência do uso da TIC, pela via da educação a distância (EAD), sob o prisma da educação integradora, tecendo uma alusão às EADs – expressão resumida da TIC nos países às margens do desenvolvimento –, como meio propício à passagem da educação para uma sociedade informatizada.

Esta medida, por sua vez, estava inscrita na diversificação das IES, privilegiando cursos aligeirados, precarizando as relações de trabalho, estimulando uma formação acrítica e apartada da tríade: ensino, pesquisa e extensão. Cursos não presenciais, muito distantes do que se defende, fornecem uma formação fragmentada e precarizada, na qual o objetivo principal é formar força de trabalho para o fomento da lucratividade do capital, ao invés de priorizar a formação de mentes pensantes.

Prosseguindo na análise do reordenamento da educação superior, Dilma Vana Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), que também fazia parte da coligação petista, assume o poder e traz em sua agenda política todas as ações governamentais até então incorporadas por seu antecessor Lula, dando plena continuidade à ampliação do acesso ao ensino superior, através da privatização interna das IES e do alargamento dos estímulos governamentais para expansão dos investimentos de capital estrangeiro no âmbito superior. Para fins de afirmação:

[...] dando atenção para as políticas implementadas pelo governo Dilma Rousseff, damos ênfase ao Plano

Nacional de Educação (PNE 2014-2024) instituído pela Lei Nº 13.005 de 2014 [...] orientados pelo Documento Final da Conferência Nacional de Educação (2010). São traçadas 20 metas e uma série de estratégias para a educação brasileira nos próximos 10 anos. Uma análise meticulosa evidencia que este PNE busca sistematizar os principais projetos educacionais implementados desde 2004 pelo governo Lula da Silva (PAULA; AMÂNCIO; PONTES, 2015, p. 09).

O governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia¹⁶ (2016-2018), além de conduzir essas prerrogativas de política de educação superior, dá forte encaminhamento aos processos de empresariamento da educação no nível superior, apregoando a dissolução das barreiras entre público e privado, intensificando as fragilizações do suporte e dos recursos financeiros para as IFES, internacionalizando a comercialização da educação superior, atendendo, veementemente, às premissas colocadas pelos organismos internacionais.

Isso fica nítido nos cortes e na aprovação de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) de controle de regime fiscal, mediante congelamento orçamentário por 20 anos, como foi o caso da PEC 55 (BRASIL, 2016), que prevê o congelamento de aumento de investimentos em pontos específicos das ações governamentais, entre elas, obviamente, políticas de inclinação social, como a educação. Uma medida que marca a regressão dos direitos sociais, tanto quanto intensifica e inflexiona retiradas de investimentos estruturais, de conjunto de profissionais e de qualquer tipo de suporte físico e intelectual no âmbito da educação, seja ela a educação básica ou a superior.

[16] Um governo ilegítimo, calcado sob um golpe institucional, parlamentar, jurídico e midiático.

Outro agravante que se pode somar nessa análise é o reordenamento que o governo Temer promove, acerca da educação no nível médio, uma medida provisória que emoldura modificações na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, prevendo uma carga horária de, no mínimo, 800 horas anuais; a diversificação dos currículos, agora subdividida—uma primeira em disciplinas obrigatórias e outras em disciplinas optativas, que serão ministradas por professores contratados ou não, tendo em vista a flexibilização impelida a esses profissionais, já que para ministrar disciplinas não será exigida formação superior em licenciatura ou habilitação pedagógica. Sem falar das disciplinas estrangeiras, que, compulsoriamente, deverão incluir a língua estrangeira mais falada, o inglês; e em segundo plano, o espanhol (ANDES, 2016).

Esse conjunto de informações contempla e revela a inversão dos direitos sociais nos marcos de governos subsidiados por políticas de governo, eminentemente, neoliberais, voltadas a atender, de forma unilateral, as demandas do mercado mundial, o que revela a natureza mercadológica da condução da totalidade dos planos governamentais em todos os níveis de educação, deixando evidente a lealdade governamental aos organismos internacionais, em suma, a perpétua precarização das políticas sociais públicas em detrimento da integração do país na corrida do desenvolvimento econômico mundial.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA, BANDEIRAS DE LUTAS, ALIANÇAS E DESAFIOS DO MESS: TECENDO ANÁLISES A PARTIR DA CONCEPÇÃO DOS/AS MILITANTES

O Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) tanto organiza quanto representa os/as estudantes de Serviço Social no Brasil. Segundo os fatos históricos, há indícios de que esse movimento teve suas primeiras sementes ainda durante os anos de 1961, nos Encontros

Nacionais. Já durante a conjuntura dos anos de 1978, a entidade que representava o movimento estudantil do curso de Serviço Social, conjuntamente com a categoria profissional, despertou para fazer urgir com maior efervescência os movimentos sociais. Vale ressaltar ainda que o MESS é um movimento autônomo em que todos os seus encontros são organizados pelos próprios militantes (ENESSO, 2014). Conforme depoimento de um dos sujeitos entrevistados em nossa pesquisa de campo:

O MESS, que é o Movimento Estudantil do Serviço Social, *pra mim significa um espaço importante na formação política profissional do graduando em Serviço Social sobretudo quando a gente compreende o que Marilda Yamamoto já colocava que o nosso processo formativo deve estar pautado na dimensão teórico-metodológica ético-política e técnico-operativa*, então a gente compreende o movimento estudantil de Serviço Social também como elemento primordial nesse processo de aprofundamento político dentro do Serviço Social, dentro da perspectiva da militância mesmo. (MILITANTE 01, grifo nosso).

Para o segmento estudantil, prioritariamente, aqueles que conformam o MESS/UFCEG, esse movimento é um espaço propício de formação política, principalmente, no marco de uma formação que pressupõe a unidade entre a dimensão teórico-metodológica, que denota uma formação de envergadura reflexiva, crítica e analítica, que se propõe a romper com a pseudoconcreticidade e a desvelar a verdade dos fatos que subjaz à realidade fenomênica.

A dimensão ético-política que designa um movimento que detém caráter e posicionamento politicamente ético, correto e coeso, comprometido com os/as estudantes, em defesa tanto do projeto ético-

-político da profissão como dos direitos sociais e políticos pertinentes à classe trabalhadora; e técnico-operativo, que incute na articulação com os demais movimentos sociais, como também na atuação política organizativa da sociedade civil, o compromisso com a promoção das liberdades democráticas.

A organização política dos/as estudantes de Serviço Social não tem suas bandeiras de luta apartadas do contexto do ME, dada a relação de interdependência entre ambos. Entretanto, um elemento se torna fundamental para a organização política tanto dos/as estudantes quanto dos/as profissionais de Serviço Social: o significado social da profissão no limiar do processo de reprodução das relações sociais, tendo em vista as demandas sociais que são colocadas para a profissão, que por se desenvolverem no cerne de interesses de classes antagônicas, impelem a profissão para uma análise política mais aprofundada acerca de sua prática.

O MESS, partindo dessa concepção, é a experiência primária do grande compromisso social atribuído à profissão de serviço social, atuando a favor da classe economicamente desfavorecida no anseio de diminuir as mazelas legadas a ela, tendenciosamente ultrajada pelas engrenagens do modo de produção capitalista.

Seguindo essa perspectiva, a organização política desse segmento, como exprime o trecho do/a militante seguinte, é uma aproximação de seu fazer profissional, porque gesta uma prática operativa para além do processo ensino-aprendizagem e explora o exercício diário do profissional de serviço social em luta pela defesa e pelo alargamento dos direitos sociais:

[...] o Movimento Estudantil pra [sic] mim tem essa importância de ser aquele *campo de atuação pra [sic] além do estudante*, [...] pra [sic] *além da nossa graduação principalmente enquanto profissionais de Serviço Social* [...] já é, acho que, os fundamentos pra [sic]

nossa luta, é a nossa primeira aproximação enquanto profissionais de luta, enquanto profissionais viabilizadores de direitos [...]. (MILITANTE 02, grifo nosso).

A cultura elitista e de valorização de uma formação privada, centrada num viés prático-profissionalizante que historicamente ganhou uma posição de destaque no meio social e foi levado, dentro das instituições de ensino superior brasileiras, como formações que merecem maior visibilidade, advém das formas como o ensino superior se originou no país: ao passo que atendia aos filhos da aristocracia burguesa, estes se condensavam em institutos isolados e fadados a um ensino profissionalizante, apartados de qualquer natureza integradora das parcelas carentes e desprovidos de qualquer conteúdo crítico-analítico. À guisa de afirmação:

[...] o ensino superior se firmou com um modelo de institutos isolados e de natureza profissionalizante. Além de elitista, já que só atendia aos filhos da aristocracia colonial, que não podiam mais estudar na Europa, devido ao bloqueio de Napoleão. O fato dos cursos que surgiram terem se voltado ao ensino prático [...] e serem ministrados em faculdades isoladas, marcou de forma contundente o ensino superior no Brasil e explica muitas distorções que até hoje estão presentes em nosso sistema. (VASCONCELOS, 2010, p. 401).

Observado o ranço cultural de sucateamento do ensino superior público em detrimento da mercadorização da educação superior, evidenciou-se a significância de specular se o campus onde esses militantes atuam dispõe de possibilidades de estratégias entre o MESS

e os movimentos dos outros cursos que compõem o centro de formação. As respostas tiveram o mesmo direcionamento:

[...] a gente trabalha na elaboração de estratégias, especialmente porque a gente sabe que, para as conquistas institucionais, indo ao encontro dos interesses da parcela estudantil, é necessário que haja de fato um engajamento coletivo para além do curso de Serviço Social, então a gente sempre procura estar estabelecendo um diálogo com os outros cursos, inclusive estar se inserindo em alguns espaços que são promovidos também pelo Diretório Acadêmico [...] de Direito. (MILITANTE 01).

[...] a partir dessa gestão atual [...] do DA, a gente consegue ter mais essa articulação pela questão ideológica, porque a gente sempre tem pensamentos muito parecidos, a gente tem lutas que estão sempre se encruzilhando [...]. (MILITANTE 04).

Os/As militantes trabalham na perspectiva de construção de estratégias, até porque os interesses dessa parcela social seguem um mesmo direcionamento, ligados à educação, mas não se esgotando nela. E a força de luta, com a possibilidade de ganhos efetivos, aumenta consideravelmente quando a união dessa parcela também ganha maiores proporções.

No que tange à concretização de estratégias entre o MESS e os movimentos estudantis dos outros cursos, é importante enfatizar que essa construção, ainda que principiante, demarca um momento ímpar, sendo essa consumação o amadurecimento político e a renovação da consciência dos/as militantes dos outros cursos da UFCG—campus Sousa.

Dando continuidade aos lapsos históricos da formação política dos/as estudantes de Serviço Social, os primeiros Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social (ENESS) aconteceram na década de 1960, que até aquele momento eram chamados de ENESS, uma entidade ativa até o ano de 1968, quando foi desarticulado pelo Congresso de Ibiúna. Durante a década de 1960, o MESS sofreu muita influência do ME, que até então era monopolizado pela esquerda católica – inicialmente representada pela Juventude Universitária Católica (JUC) e, logo após, pela Ação Popular (AP) – pelo quantitativo de escolas à frente da formação do curso de Serviço Social.

Nessa direção, Vasconcelos *apud* Guimarães (2013) faz uma relevante observação: a aglutinação política dos/as estudantes de Serviço Social, nos anos de 1960, contribuiu profundamente na formação de sujeitos políticos no momento da terceira vertente renovadora, a “intenção de ruptura” com as inflexões conservadoras ainda resistentes na profissão. A isso, também pode ser adicionado o I ENESS, realizado após o regime militar em Londrina; e o III CBAS, conhecido como Congresso da Virada, em 1979, em virtude de seu significado ideopolítico:

A substituição da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE) para a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) imprime o posicionamento político ao MESS em ganhar maior visibilidade e autonomia frente à UNE. Essa decisão, no entanto, se constituiu como “uma estratégia de organização política dos/as estudantes das diversas áreas, que defendiam as executivas de curso como uma alternativa viável no processo de organização política”. (GUIMARÃES, 2011, p. 43).

A ENESSO é uma entidade formada a partir dos/as estudantes de Serviço Social, que detém em sua organização um direcionamento social em sintonia com as lutas da classe trabalhadora, orientando suas estratégias no anseio por uma sociedade justa e igualitária. Nacionalmente, a ENESSO se estrutura e é representada pela Coordenação Nacional (CN),¹⁷ entidade formada por no mínimo 8 e no máximo 16 pessoas, que têm competência para executar as estratégias sancionadas nos ENESS.

Vale salientar que essa Executiva se divide em sete regiões, justamente para arrefecer a construção política dos/as estudantes de Serviço Social de cada região específica. Ademais, em cada região, a ENESSO organiza e representa o MESS através das Coordenações Regionais (CRs),¹⁸ estas, por sua vez, atuam como uma ponte para aproximar os/as militantes das discussões locais, regionais e nacionais (ENESSO, 2014).

O Estatuto da ENESSO prescreve os elementos estruturais e organizativos da Executiva, desde as suas competências, atribuições diretivas, até as divisões por região das escolas e instâncias de deliberação. Tanto a diretoria quanto a coordenação são formadas por, ao menos, dois estudantes que contemplam as coordenações regionais da ENESSO. Ademais, a Executiva se articula em diversos fóruns, ansiando fortalecer política e organizacionalmente o MESS, sendo eles, o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS); o Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS); o Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS); o Conselho Regional

[17] A admissão para os cargos da específica coordenação é realizada por meio de eleições, que ocorrem anualmente no ENESS.

[18] A admissão para os cargos da específica coordenação é realizada por meio de eleições, que ocorrem anualmente no ERESS.

de Entidades Estudantis de Serviço Social (CORESS); e o Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SRFPMESS) (ENESSO, 2013).

Já o caderno de deliberações da ENESSO traz específicos apontamentos no tocante às bandeiras de lutas empunhadas pelo MESS. Esse documento aglutina todo o conjunto de debates em torno de questões políticas e os entraves inerentes à formação profissional em Serviço Social, discussões pautadas no ENESS. Dessa forma, o acúmulo de determinações que contemplam o caderno está circunscrito em torno de seis núcleos básicos e que juntos denotam as estratégias de luta e defesa do MESS, sendo eles: Conjuntura, Universidade/Educação, Movimento Estudantil, Formação Profissional, Cultura e Combate às diversas formas de opressões (ENESSO, 2014).

Atentando-se às finalidades dessa entidade representativa, depreende-se que a ENESSO expressa como uma das principais pautas a formação profissional, pleiteando a defesa por uma formação de cunho crítico, o que se reflete no planejamento e na realização de Seminários Regionais e Nacionais de Formação Profissional, tecendo seus esforços práticos na direção do estímulo ao desenvolvimento da potencialidade político-organizativa dos/as estudantes de Serviço Social, observando sempre a defesa dos direitos sociais. Segundo Guimarães (2011, p. 46):

A direção política que a entidade representativa dos(as) estudantes de Serviço Social vem imprimindo, ao longo de sua trajetória histórica, é sintomática da opção por um projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, bem como da sua participação efetiva nas lutas em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

As bandeiras de luta de um movimento social particularizam as suas frentes de ação, que acabam por orientar os trajetos políticos

para a atuação dos movimentos. Nessa direção, as bandeiras de luta do MESS decorrem de uma estreita intimidade com as necessidades e os anseios dos sujeitos coletivos que compõem esse movimento, a universidade, e estes “dão sustentação prática ao movimento, alimentando a sua ação política e aglutinando novos sujeitos a partir disso” (GUIMARÃES, 2013, p. 95). Assim, uma das primeiras lutas do MESS está em torno da educação, sabendo que, na sociedade de classes, a educação é um cenário perpassado por contradição, pois também se expressa como um campo onde são travados embates de projetos antagônicos. Nessa direção, é notória a centralidade do MESS em torno da educação:

[...] as bandeiras de lutas do Movimento Estudantil de Serviço Social, elas se dão *justamente na perspectiva da conquista de uma educação verdadeiramente pública laica e de qualidade* [...] nesse sentido, a gente assume uma postura de defesa dos direitos sociais, de defesa da educação, se colocando, veementemente, contra todas as formas de preconceito e discriminação, então [...]. (MILITANTE 01, grifo nosso).

Porém, discutir uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade de forma mais ampla rompe com as fronteiras do espaço imediato, ou da própria universidade em que estão inseridos/as na condição de militante, fazendo com que a força política do MESS se direcione ao embate do projeto político de universidade, ainda mais em tempos em que a educação passou a revestir-se de estratégia de enquadramento social aos planos de desenvolvimento econômico, e que para alcançar seus interesses adotou um sistema de educação forjado pelos organismos internacionais. Prevendo a conformação das universidades em modelos operacionais, estimulando a certificação em massa de profissionais técnico-instrumentais, apartados de qualquer

conteúdo que propicie ao sujeito uma reflexão crítica da realidade social e dos processos que nela tramitam:

A necessidade da formação profissional, na sociedade capitalista, é vista numa perspectiva de estimular a adesão dos indivíduos às metas e objetivos do sistema e, nessa direção, a formação vai se constituindo de forma cada vez mais estritamente técnico-instrumental, esvaziando o seu sentido crítico. (GUIMARÃES, 2013, p. 96).

As entidades de representação não se posicionam de maneira asséptica a esses processos de discussão da educação e do modelo de universidade no capitalismo, de modo que o conjunto CFESS/CRESS também se assume bastante contundente nos questionamentos e embates a essa modalidade de formação no âmbito de Serviço Social, buscando sempre reunir análises e dados que retratem os efeitos perniciosos dessa formação no âmbito da profissão.

Nesse limiar, em 2014, o conjunto CFESS/CRESS, juntamente com a ABEPSS e a ENESSO, produziram um documento intitulado “Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social”, centralizando o debate acerca dos processos de precarização da educação superior brasileira, em que se dá ênfase a educação à distância, denunciando:

[...] a mercantilização da educação e desmascarando a falácia do discurso da “democratização do ensino” que conduz a uma política que reforça as desigualdades sociais e regionais do país; que assegura aos/às ricos/as o ensino de qualidade e, aos/às que não possuem condições para acessar as poucas instituições

de graduação públicas presenciais ou de custear a sua própria formação de qualidade, são ofertados os cursos de ensino a distância (EaD) [*sic*] – expressão máxima da precarização e da mercantilização da educação. (CFESS, 2014, p. 08).

Assim, em torno da perspectiva mercadológica agora impelida à educação, como a expansão do ensino a distância (EAD), que surgiu a partir da contrarreforma universitária e está fomentando, em consonância com a ideologia do capital, uma formação em massa acrítica, destituída de conteúdo democrático e de embasamento, que tenha aguçado o reconhecimento de pertença a uma classe, que obscurece os processos sociais desiguais, alienantes, ou seja, uma formação que cria mentes sob as sombras da dominação do capital é, veementemente, um tema assíduo nas discussões do MESS e da categoria profissional de serviço social.

Outro embate que se tornou preponderante nessa esfera foi a oposição ao Reuni, uma das pautas muito debatidas nos encontros dos segmentos estudantis de Serviço Social, trazendo em tela os processos de retrocesso da educação enquanto direito assegurado constitucionalmente, como o desenvolvimento em gênero das iniciativas de privatização do ensino superior, travestindo as inúmeras tentativas de conglomerar e fomentar a lógica de acumulação capitalista, que faz da educação mais um ramo mercadológico.

Outra luta do MESS/CCJS se refere ao cotidiano do/a estudante na universidade, mais especificamente, ao que diz respeito à democratização do acesso e da permanência do sujeito na universidade, englobando embates pela garantia da residência universitária, do restaurante universitário, do apoio psicossocial, do apoio didático e da concessão de bolsas de auxílio. Nessa direção, o Movimento Estudantil de Serviço Social também polemiza ações e discussões em

torno da Política de Assistência Estudantil, que hoje é preconizada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como exemplifica o trecho a seguir:

Enquanto movimento estudantil, nós lutamos pra *[sic]* [...] *os direitos estudantis de permanência na universidade de assistência estudantil em relação a bolsas em relação à residência*, em relação a tudo isso [...]. (MILITANTE 02, grifo nosso).

No trato da educação, o MESS não limita suas lutas e discussões em torno da inserção dos/as estudantes na universidade, mas abarca as condições de permanência deles/as neste cenário, buscando evitar ao máximo o percentual de evasão, causada, tendenciosamente, pela carência de condições financeiras de prover subsídios necessários aos estudos na universidade. Nessa direção, assim como afirma Guimarães (2013, p. 96), “[...] a atuação do MESS [...] politiza por meio de sua ação política as razões estruturais e conjunturais que dificultam o acesso e a permanência no ensino superior público”. O coletivo do MESS, então, angaria as justificativas da redução de acesso aos programas de assistência, bem como reivindica as problemáticas a esse respeito.

Em torno das bandeiras de lutas do MESS, ainda podemos sinalizar mais duas frentes de ações: as intensas discussões em torno da ausência de recursos com fins de manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) – devido a inflexões e cortes orçamentários elegidos na ótica da ofensiva neoliberal, que concretiza as precarizações dos espaços físicos de formação – e as fragilidades do ensino – devido à falta de realizações de concursos para contratação de professores, e a inexistência de oportunidades e investimentos em políticas de capacitação docente, garantindo-lhes uma formação contínua, o que gera um déficit no corpo docente nos cursos de

Serviço Social das IFES, debilitando a qualidade de ensino prestada nas poucas instituições federais que dispõem do curso.

O robusto debate do MESS em torno da educação e das circunstâncias que a influenciam não implica afirmar que o coletivo MESS não tem em suas bandeiras de luta um horizonte abrangente, para além das questões que nela interferem diretamente. De modo que os fatores que direcionam a ação política desse movimento também perpassam a defesa dos direitos fundamentais do homem e as lutas levantadas pelos movimentos de segmentos sociais específicos, como apontam as falas do/as entrevistados/as:

As bandeiras de lutas são as minorias, *né*. Claro a parcela estudantil em primeiro lugar, porque é a ideia central do MESS, [...] só que as bandeiras de lutas são várias, *o Feminismo a bandeira LGBT é o Negro são todas as minorias né inclusive também o MST* [...]. (MILITANTE 03, grifo nosso).

[...] pra *[sic]* além dos direitos estudantis, nós lutamos também pelas *bandeiras de luta da classe trabalhadora*, e nós também enquanto seres humanos, *combatendo o racismo a luta dos LGBTs também é uma bandeira de luta nossa; da pessoa com deficiência das pessoas com transtorno mental todas as bandeiras de luta que o curso assume em si nós também trabalhamos no MESS as bandeiras de luta de combate às opressões* [...]. (MILITANTE 02, grifo nosso).

Depreende-se, então, que a ação política desse coletivo também adentra o apoio e a defesa dos direitos da classe trabalhadora, os direitos de liberdade de expressão, o respeito às diversidades, posicionando-se a favor de um debate plural e diversificado. Enfrentando, categoricamente, todas as formas de preconceito, humilhação,

dominação e comportamentos que violem os direitos humanos, independentemente de sua cultura, orientação sexual, identidade de gênero, etnia ou posição social. Às vistas do coletivo MESS, todos são iguais, o que está previsto por força de lei.

É interessante demarcar as frentes de ações que compõem o MESS para compreendermos, sobretudo, a direção política desse movimento. No entanto, sinalizar as bandeiras de luta nos impele uma outra especulação, identificar de quais as alianças que o MESS, dentro da realidade da UFCG, campus Sousa, dispõe para concretizar suas lutas, bem como se, dentro dessas alianças ou dentro da sua atuação nesse campus, eles contabilizam algum desafio que problematize e dificulte seu protagonismo político. No que toca às alianças:

[...] a principal aliança que a gente tem aqui é a própria Coordenação, porque é a única que motiva a gente a fazer as coisas, quando a gente precisa ela sempre tá [*sic*] orientando [...]. (MILITANTE 04).
[...] aqui a gente trabalha com muita articulação com o Diretório Acadêmico, sobretudo a partir dessa última gestão, que foi quando conseguimos de fato ter um vínculo maior, uma aliança maior [...]. (MILITANTE 01).

Como se pode vislumbrar, os/as militantes, em sua maioria, apontaram para a aliança com o movimento do corpo docente e a coordenação do curso de Serviço Social, que se relacionam de forma articulada nos movimentos e lutas, tanto que os/as entrevistados/as chegam a fortalecer esse vínculo quando relatam que é essa aliança que os mantém firmes no protagonismo estudantil. Entretanto, outros apontamentos deram conta de que atualmente, mediante abertura da nova gestão, o MESS está conseguindo iniciar uma aliança com o Diretório Acadêmico de Direito.

Diante dessa realidade, parece-nos importante destacar que um movimento, para manter a longevidade de sua ação, como também uma maior apreciação social de seu protagonismo, precisa de uma composição de alianças muito arrefecida, principalmente, se essa aliança se der em conformidade de interesses, direcionamento político similar e uma proposta de direção de ações que se entrecruzem.

Ao tratar de desafios dentro da militância, por intermédio de entrevista, foi possível observar que o MESS se depara com um desafio que compromete o ciclo de vivência do protagonismo estudantil de Serviço Social dentro da instituição em tela, já que o limite sinalizado se vincula à própria formação de militância, mais precisamente, quanto ao desencantamento pela construção política de novos/as estudantes para expansão desse coletivo. A esse respeito, os militantes asseveram que:

[...] a gente encontra uma grande problemática, que é a *assiduidade dos alunos* [...] a gente não consegue um número expressivo de estudantes [...] nas intervenções que a gente promove, isso é um fator muito preocupante pra [*sic*] gente do MESS [...]. (MILITANTE 05, grifo nosso).
[...] o maior desafio aqui, para além das barreiras institucionais [...], é justamente a ausência de *encantamento por parte dos discentes do curso* [...]. (MILITANTE 01, grifo nosso).

Vislumbrando os trechos, depreendemos que outro desafio está centrado na organização política do MESS, no seu campo de atuação, sendo justamente a falta de interesse dos/as estudantes de Serviço Social em se engajarem na luta política, fenômeno não difícil de se compreender, tendo em vista a lógica que demarca a sociabilidade vigente.

Assim como fala um dos/as militantes, a inexistência de “en-cantamento” dos discentes dificulta também a construção de atos do próprio MESS, já que esta, por não contar com adeptos de sua própria natureza, ou seja, estudantes do curso, expressa a fragilidade da representatividade e a falta de expressividade legada ao MESS.

De fato, para que seu caráter de movimento social não seja colocado em xeque, faz-se indispensável a formação política de seus militantes, partindo da ótica de que a formação política é imprescindível ao exercício da militância. O problema da formação de militância pode estar vinculado, muitas vezes, à falta de articulação das entidades de base, no caso o CA e o DA, bem como pode estar relacionado às disparidades de sentimento de coletividade dentre os militantes, ao baixo índice de renovação dos/as dirigentes e à supressão de uma discussão mais assídua na sistematização política das entidades de representação estudantil com os/as estudantes (GUIMARÃES, 2011).

Outra questão que subjaz à dificuldade de formação de militância é a transitoriedade à qual estão condicionados os estudantes, tendo em vista que há uma grande mobilidade nessa condição, já que a passagem pela universidade é muito rápida, o que pode ocasionar certa imaturidade nos líderes do MESS. Notoriamente isso “é um aspecto que reforça a necessidade da formação, entendendo-a como de suma importância para a construção da consciência política” (GUIMARÃES, 2011, p. 69).

Buscando compreender a combatividade desses militantes dentro de seu espaço de atuação, ainda foram perquiridas indagações quanto à existência de pauta de discussão do MESS/CCJS acerca dos programas de assistência estudantil ativos no CCJS; e de que forma o MESS/CCJS contribuiu na luta contra a precarização desses programas.

No que concerne à contribuição da militância do MESS/CCJS contra os processos de sucateamento da assistência estudantil, as respostas foram unânimes: todos/as concordaram que o MESS reserva espaço, impreterivelmente, especial de elementos contributivos quanto

ao enfrentamento da precarização da política apreciada, assim como está exposto no trecho a seguir:

O MESS é a voz, o MESS é a voz dos estudantes da universidade, então, quando eu estou na luta, quando eu estou no movimento, nós temos uma voz instituída. Eu fui eleito, perante a universidade, nesse tempo de burocracia, nós somos eleitos e estamos aqui pra [sic] lutar pela voz do estudante, como eu disse, as demandas pontuais que nos aparecem, nós vamos viabilizando, nós vamos tentando resolver e com isso nós vamos dando entrada nesse processo de discussão [...]. (MILITANTE 02).

O/a militante deixa nítido que o espaço do MESS é a voz do estudante, a voz legítima, “instituída” como ele/a declara. É essa voz que detém força e respaldo político capaz de lutar, ultrapassando os caminhos da burocracia que dificultam e impedem a expansão dos direitos sociais e estudantis, como nesse caso. É a partir da luta do MESS que as necessidades vão sendo atendidas, o que abre possibilidade para discussões de maior legado.

A partir da articulação, a partir do debate contínuo a respeito da Política Nacional de Assistência Estudantil, buscando compreender como se deu a construção da PNAES, procurando entender como de fato acontece o repasse de recursos para a instituição, de que forma esses recursos estão sendo aplicados, se atendem ou não, de fato, as demandas da universidade, até que ponto é um direito e um dever do estudante ter acesso, ou saber como se constrói ou como se efetiva essa política dentro da universidade.

[...] então o Movimento Estudantil de Serviço Social tem como dever mesmo estar levando essas discussões para o estudantes, procurando levar informações a respeito dos direitos enquanto estudante, do que seria, portanto, a Política de Assistência Estudantil, como ele deve fazer para ter acesso e também apresentar propostas de aperfeiçoamento dessa política, e eu estou falando, obviamente, compreendendo as particularidades institucionais [...] e a partir disso propor sugestões que se deem ao ponto desse aperfeiçoamento. (MILITANTE 01).

Nessa outra declaração, o/a militante do MESS ressalta a relevância do movimento quanto aos esclarecimentos e às investidas no sentido de aperfeiçoamento dessa política, mas que para isso é preciso conhecer a história, os aspectos que percorreram a construção da política de assistência estudantil, enfatizando a necessidade de conhecer como se desenvolve o processo de gestão e repasse recursal dentro da referida política. Não esquecendo que também é imprescindível o/a usuário/a ter discernimento de seus direitos e deveres.

No que se refere à construção de atos públicos na história do MESS/CCJS, todas as respostas foram expressas em uma mesma direção, indicando que várias ações já foram colocadas em prática, como se pode constatar a seguir:

Sim, sem dúvida alguma. Na verdade, essa é uma luta constante, e recentemente houve um ato aqui no CCJS, [...] e aí compreendendo toda a parcela discente do curso aliado aos estudantes de outras áreas do CCJS se reuniram. Diante da proposta de fechamento do Restaurante Universitário, resolvemos ir para fora da universidade, fechar os portões e impedir a entrada [...]

de todos os servidores, exceto os terceirizados [...] foi algo que representou, primeiramente, uma luta contra o desmonte dos direitos dos discentes, mas que direta e indiretamente está relacionada ao processo de luta contra essa precarização, contra essa fragmentação da estrutura universitária e obviamente da própria Política de Assistência Estudantil, porque querendo ou não o Restaurante Universitário integra a Política de Assistência Estudantil, [...] então isso representa de fato uma mobilização das muitas outras que a gente já fez aqui no campus, como por exemplo, paralisar as aulas e fazer mobilizações dentro do campus, inclusive fazendo convite a pessoas de outros cursos contra o processo de aprovação da PEC 241, que por sinal virou a PEC 55 e assim sucessivamente. (MILITANTE 01).

O trecho reafirma a história do MESS em atos de mobilizações por diferentes questões, como os processos de aprovação das Propostas de Emendas Constitucionais, os processos de precarização da assistência estudantil no campus, quando estiveram a ponto de terem sua efetivação interrompida; em detrimento de atrasos dos repasses federais, atos que reivindicavam por melhores condições de educação, etc.

A luta e a resistência incorporam grande poder de barganha e podem suscitar ganhos que, muitas vezes, não são vistos de forma imediata. Dentro desse intenso processo de precarização das políticas sociais, é imprescindível termos consciência de que os atos públicos são agentes primordiais no processo de ampliação dos direitos sociais e da fomentação das políticas de cunho social, pois contrariamente ao que se apregoa, “[...] o avanço das políticas sociais termina por ser menos a ação do Estado em prover a justiça social e mais o resultado de lutas concretas da população” (SPOSATI, 2010, p. 34).

Dessa forma, apesar de os desdobramentos neoliberais marcharem na contramão dos segmentos sociais politicamente organizados – que reivindicam melhores condições de vida e alargamento de direitos –, e estes serem, demasiadamente, desprestigiados pelos meios midiáticos, que, sob o comando do capital, faz um levante em ofensiva à organização da classe trabalhadora, é inegável que as conquistas sociais só se constituíram por meio do levante da voz da sociedade, que não pode calar e nem se prostrar diante dos ditames capitalistas.

Concluindo o processo de entrevistas com os/as militantes, estes foram questionados quanto ao sucesso das mobilizações ou à reincidência dos processos que serviram de dispositivos para os atos públicos construídos pelo MESS. Nesses altos, todas as respostas convergiram entre terem ocorrido mudanças e terem situações recorrentes:

[...] em relação ao Restaurante Universitário, obtivemos êxito sim, tanto que o restaurante continua funcionando, isso para gente representou um ganho de suma relevância, inclusive nos incute o desejo de permanecer lutando [...] infelizmente, em alguns momentos a gente não consegue de fato avançar porque os desafios são enormes, os problemas institucionais são imensos, mas a gente está sempre procurando trazer essas discussões [...] (MILITANTE 01).

Tiveram êxito, isso até certo ponto, *né* [...] tenho pra [*sic*] mim, que toda vida que a gente se mexe, toda vida que a gente luta por algo, toda vida que a gente grita, inquieta alguém [...] Se a gente não conseguir afetar diretamente [...] em relação a todos os atos de mobilização que a gente fez, mas nós inquietamos algum estudante, [...] então, é um tipo de êxito, não de êxito de vitória, porque nós vemos que a classe

trabalhadora nunca parou, nós vemos que enquanto Movimento Estudantil, *né*, nós nunca paramos, nós nunca chegamos ainda onde a gente quer, mas que dá caminho, dá força pra inserção de novas pessoas pra que a luta nunca acabe, porque nosso papel é esse, é lutar, é resistir, é ir atrás, mesmo nas quedas, mesmo não tendo êxito nós permanecemos de pé, então eu acho que isso é que é importante, se a gente não consegue ter êxito [...] nós levamos essas pessoas a se instigarem a verem a importância da luta, a se inserirem na luta contra esse processo de sucateamento, contra toda essa barbárie que está acontecendo, *né* [...]. (MILITANTE 02).

Os/As militantes argumentaram que alguns ganhos foram notórios e impediram o fechamento de alguns dos serviços do PNAES que estavam em pleno funcionamento na UFCG, mas que corriam grande risco. No entanto, nem sempre o êxito foi cristalino, e os atos que não se revertiam em atendimento de demanda reivindicada em atos públicos acabavam inquietando os/as estudantes e lhes impetrando o papel relevante da luta coletiva, dando fôlego e maior possibilidade de robustecimento da formação de militantes, que por muitas vezes se constitui como um grande desafio dentro do MESS, tanto na realidade do CCJS, quanto na totalidade desse movimento.

Vale enfatizar ainda um elemento quanto a essa problemática: identificar êxito ou não quanto às mobilizações ou às reincidências, não é o elemento essencial da questão. O que, de fato, se torna valioso e relevante é a contestação e a não resignação às premissas que corroboram o sucateamento dos direitos sociais, bem como dos direitos estudantis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao demarcarmos o movimento estudantil no contexto dos movimentos sociais, situamos que, apesar de o ME não estar centralizado diretamente na grande contradição da sociedade, parametrada na relação capital-trabalho, as lutas e bandeiras políticas do ME não estão apartadas do conjunto de lutas dos movimentos sociais.

Nessa direção, ao percorrermos os caminhos da pesquisa, verificamos que a trajetória histórica e a organização política dos/as estudantes englobam pautas que se articulam com outros movimentos sociais, principalmente quando o coletivo político dos/as estudantes encabeça princípios e bandeiras em defesa da classe trabalhadora, contestando a contradição inerente ao projeto societário hegemônico em busca de um projeto alternativo, ancorado em valores humanísticos à luz da justiça social.

O coletivo político dos/as estudantes, como o MESS, não ficou isento desses subterfúgios, sobretudo, quando compreendemos que este coletivo também está inserido e recebe influência das forças de relações que perpassam o meio social em sua totalidade. Apesar disso, as crises dos MS, que incidiram na organização política dos/as estudantes, não extinguiram as lutas e a combatividade, que detiveram a continuidade e o desenvolvimento mesmo em tempos concentrados de contradições.

A pesquisa nos permitiu vislumbrar a centralidade que o MESS/CCJS detém em torno da educação, que atualmente atua como uma estratégia de “alívio da pobreza”. No cerne dessa discussão, o coletivo dos/as estudantes de Serviço Social vem projetando lutas e debates que pleiteiam uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade, alicerçada em valores sociais, demarcados por conteúdos críticos que propõem a superação da condição de subalternidade crítica/reflexiva, velados pelos meios de manipulação da ordem social vigente.

Um dos pontos mais altos da pesquisa pretendia analisar como o MESS do CCJS contribui para o combate dos processos de precarização dos serviços do PNAES e como essa contribuição era realizada. A esse respeito, conseguimos identificar que, em vários momentos, os/as militantes do MESS/CCJS, conclamando e articulando junto à comunidade acadêmica, professores e os/as discentes do curso de Serviço Social, por vezes construíram com grande voz levantes políticos que marcharam na contramão da corrente governamental de cortes orçamentários e do fechamento de serviços da assistência estudantil, impedindo a entrada no campus dos funcionários, enquanto empunhavam cartazes e protelavam verbalmente os absurdos flexionados à educação em sua totalidade, e as condições de democratização do acesso ao ensino superior.

Com a pesquisa, ainda conseguimos situar a abertura para discussões, por meio de rodas de conversas que o MESS realiza, convidando a comunidade acadêmica em geral para discutir assuntos que congregam interesses do segmento estudantil, como anseios sociais dentro das novas configurações conjunturais, ultrajados por governos, eminentemente, neoliberais.

Destarte, concluímos com relação ao coletivo político dos/as estudantes de Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais que esse coletivo, apesar de não ter uma extensa experiência, observando seu aspecto recente, é sujeito propositivo e aguerrido na luta, coloca-se no enfrentamento das barreiras institucionais e se projeta numa linha de defesa dos direitos estudantis, não estando asséptico às demais demandas sociais que emanam das relações de poder dentro da sociedade civil como um todo.

Nesses termos, a juventude, unida politicamente com a classe trabalhadora, pode conformar um elemento crucial para a mudança do sistema em sua raiz; é desse segmento que urge o anseio de uma nova realidade que pode de vir, a árduas penas, a se tornar um concreto pensado.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimento social e serviço social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014.

ANDES, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Sem diálogo' governo Temer envia ao Congresso MP da contrarreforma do Ensino**

Médio. 2016. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8381> . Acesso em: 20 jul. 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico** (Ipea). v. 21, n. 0. 1991, p. 3-23.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social.** v. 2. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf. Acesso em: 16 ago. 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário.** São Paulo: Cortez, 2007.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. ENESSO. **Deliberações da ENESSO.** Florianópolis, 2014.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. ENESSO. **Estatuto da ENESSO.** Cuiabá, 2013.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. ENESSO. **Cartilha ENESSO Que bicho é esse?** 2014. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/enesso-que-bicho-c3a9-esse.jpg>. Acesso em: 10 maio 2017.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Nosso sonho não faz silêncio: os desafios do movimento estudantil de serviço social.** Mossoró: UERN, 2011. 110f. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Curitiba, 2011.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. A construção sócio-histórica dos movimentos sociais: notas sobre o movimento estudantil. **Revista Universidade e Serviço Social** Distrito Federal, n. 48, 2011. p. 131-140.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Movimento Estudantil de Serviço Social: lutas, alianças e organização. **Revista Universidade e Serviço Social** Distrito Federal, n. 51, 2013. p. 92-103.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **INTHERFACEHS** – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. v. 2, n. 4, Tradução, 2007.

IASI, Mauro Luís. O conceito e o não conceito de classes em Marx. *In*: IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na Educação Superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, Kátia; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-Reforma na Educação Superior Brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista Sociedade em Debate**. v. 15. n. 1, Pelotas: UCPEL, 2009. Disponível em: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/358/315>. Acesso em: 18 jul. 2017.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULA, A. S. N.; AMANCIO, N. M.; PONTES, A. P. A crise da universidade: uma análise da política de educação superior. *IN*: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luís: UFMA, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/a-crise-da-universidade-uma-analise-da-politica-de-educacao-superior.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2017.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. UFCG. **Mem 019/2014 – Assunto: Encaminhamento das informações, programas e projetos da política de Assistência Social no âmbito do CCJS**. 2014. Disponível em: <http://www.ccjs.ufcg.edu.br/Documentos//Doc146assistencia%20estudantil.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. UFCG. **Portaria nº 144, de 06 de agosto de 2014**. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br:8080/chamadas/downloads/147687.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2017.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional De Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

CAPÍTULO 7

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA MIRA DA POLÍTICA DO ÓDIO

MARIA CLARIÇA RIBEIRO GUIMARÃES¹

INTRODUÇÃO

Quando, ainda no período eleitoral, Alckmin afirmou que uma eleição de Jair Bolsonaro (PSL) podia ser até pior para o país do que a volta do PT ao poder, FHC disse que não gostava da volta do PT ao planalto, mas mesmo assim, considerava que Bolsonaro seria uma opção pior, uma “ameaça” à democracia. Míriam Leitão disse que Bolsonaro e Haddad (candidato do PT nas eleições 2018) não eram equivalentes na medida em que Bolsonaro sempre teve um discurso autoritário e o PT sempre governou respeitando as instituições democráticas. Sujeitos que há muitos reverberam discursos e práticas de direita e, portanto, nos parecem a ilustração concreta de que a não eleição de Bolsonaro não se constituía como uma preocupação necessariamente e estritamente de esquerda

[1] Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com graduação e mestrado na área, e pesquisadora do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS).

e muito menos petista e, sim, uma pauta de todos aqueles e aquelas que se identificavam de algum modo com o campo democrático.

Não por acaso, foram massivos e corajosos os atos das capitais e grandes cidades do Brasil que expressaram a resistência auto-organizada ao referido projeto, de cariz protofascista, pelas ruas no dia 29 de setembro de 2018, ecoando os gritos de “Ele Não, Ele Nunca” em referência à candidatura de Jair Bolsonaro para presidência da República. Inclusive cidades dos interiores do país que não têm tradição de grandes atos, que ainda enfrentam a força do patrimonialismo, do clientelismo e da subserviência historicamente presentes na cultura política local, se mobilizaram fortemente contra toda a barbárie política e ética expressa no projeto do tal candidato, seu vice, seus filhos e de muitos do seu entorno.

Contudo, embora possamos dizer que, em 29 de setembro de 2018, a expressão eleitoral do protofascismo foi derrotada nas ruas, lamentavelmente não o foi nas urnas. Urge, agora ainda mais do que antes, nos dedicarmos à compreensão de: 1) configurações possíveis de serem tomadas em um governo desse caráter; 2) contexto que explica como chegamos até aqui; e 3) tarefas que o tempo histórico exige de todos aqueles e aquelas que ousam sonhar futuros elementos para os quais pretendemos contribuir no presente capítulo.

DO ESCARCÊU GOLPISTA À POLÍTICA DO ÓDIO: A PREPARAÇÃO DO TERRENO PARA A ASCENSÃO FASCISTA

A eleição, em 2010, da ex-ministra Dilma Rousseff,² do Partido dos Trabalhadores (PT), representou mais uma expressão da legiti-

[2] Economista, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), eleita para a presidência do Brasil no período de 2011 a 2015, sem nunca antes ter disputado uma eleição, e reeleita para o período 2015 a 2018, mas que, no entanto, teve seu mandato interrompido dois anos antes do previsto.

midade do fenômeno do lulismo e da ideologização nele contida. Explicada, em síntese, porque na raiz da formação do lulismo encontram-se o discurso e a prática que unem a manutenção da estabilidade e a ação distributiva do Estado, articulando elementos de direita e de esquerda.

Nessa lógica, ao incorporar pontos de vista conservadores, “[...] principalmente o de que a conquista da igualdade não requer um movimento de classe auto-organizado que rompa a ordem capitalista, como progressista [...] de que o Estado fortalecido tem o dever de proteger os mais pobres [...]” (SINGER, 2009, p. 102), Lula consegue adesão e legitimidade significativa entre o subproletariado, aliado a um crescente abandono do programa político original do Partido dos Trabalhadores (PT).

Desse modo, o governo petista contou por muito tempo não apenas com o apoio da burguesia, mas também de bases de apoio na classe média e em setores populares e atendeu, assim, a interesses muito distintos, respondendo às reivindicações das classes subalternas e, ao mesmo tempo, assegurando as exigências das classes dominantes, resultando uma caracterização do governo a qual supõe:

[...] crescimento econômico, ampliação e formalização do emprego, intervenção do Estado, dentre outros aspectos que, pelo menos em tese, rechaçam medidas neoliberais [...] podemos afirmar que a era Lula é palco da conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista. Note-se que, na primeira etapa do seu mandato, foram realizadas as contrarreformas da previdência e da educação, concomitante ao aumento das taxas de juros; enquanto que, no mesmo período, eram expandidos a assistência social, o crédito ao consumidor, os empréstimos populares e os aumentos do salário-mínimo. (MOTA, 2010, p. 19-21).

No período de campanha eleitoral, ainda em 2010, foi possível notar que, na medida em que o eleitorado adquiria a informação de que Dilma era “a candidata do Lula”, mais cresciam suas chances de vitória nas urnas, com base no apoio do subproletariado³ brasileiro, mesmo perfil do eleitorado de Lula. Parece-nos, aliás, contrariando muitas das expectativas primeiras, que a presidente Dilma Rousseff conseguiu muito bem em seus primeiros anos de governo manter viva a reprodução do lulismo em sua lógica, ideologização e popularidade, mesmo sem contar com os mesmos atributos carismáticos da figura de Lula, como demonstram os índices de popularidade e aprovação do governo Dilma, noticiados pela imprensa, estipulados em torno de 50% até 2012.⁴ Mais do que isso, embora houvesse uma relação de continuidade do ponto de vista econômico entre Lula e Dilma, a constatação de uma inflexão entre os dois petistas sob o ângulo político no sentido de o primeiro atuar nas margens e evitar o confronto, enquanto a segunda não tangenciava combates e enfrentamentos, fez com que boa parte do campo da esquerda alimentasse inclusive a expectativa de que a política governamental do país fosse de um reformismo fraco com Lula a um reformismo forte com Dilma.

Tiveram grande repercussão, no entanto (inclusive pela quantidade de sujeitos que envolveram), os atos que ficaram conhecidos como “jornada de junho”. Há quem diga que, desde as campanhas das Diretas Já, na década de 1980, não tínhamos mobilizações de rua

[3] “Subproletários são aqueles que oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais. A menos que organizado por movimentos como o dos trabalhadores rurais sem terra (MST), tende a ser politicamente constituído desde cima, como descobriu Marx a respeito dos camponeses da França em 1848. Atomizados pela sua inserção no sistema produtivo, necessitam de alguém que possa, desde o alto, receber a projeção de suas aspirações” (SINGER, *op. Cit.*, p. 98-99).

[4] Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI232968-16418,00-POPULARIDADE+DE+DILMA+DEVE+RESISTIR+A+INFLAÇÃO+EM+ALTA.html>. Acesso em: 15 ago. 2012.

tão vigorosas, inclusive abalando significativamente a popularidade do governo Dilma, até então, para muitos, intocável e, mais do que isso, dividindo o período Dilma em dois. O reajuste do preço das tarifas do transporte público foi o motivo principal das manifestações que ocorreram em junho, levando milhares de pessoas às ruas e, nesse sentido, a questão urbana esteve no centro da insatisfação social geradora das mobilizações do último período.

Até porque as contradições do Brasil contemporâneo se expressam como contradições do processo de produção do espaço, geradoras de novas dinâmicas urbanas em tempos de mundialização financeira, com suas incidências sobre as cidades e, em particular, sobre as condições de moradia e de vida da classe trabalhadora. Especialmente porque desde os primeiros momentos da urbanização brasileira, o interesse predominante das elites voltou-se para a construção de uma nova imagem da cidade, produzida por meio de grandes intervenções urbanas que afastassem e escondessem a pobreza do horizonte dos outros países e do seu próprio olhar.

Ademais, as intervenções implementadas nas cidades brasileiras, na preparação para a realização de megaeventos esportivos no país (a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016), foram exemplares da complexificação da questão urbana no Brasil. Tais intervenções e obras previstas nos projetos dos citados megaeventos constituíram alvo de denúncias constantes de violação aos direitos humanos, especialmente por parte dos Comitês Populares da Copa e movimentos e associações diversas articuladas pelos atingidos por estas obras. Isso fez com que a violação de direitos humanos no contexto da Copa 2014 também estivesse na ordem do dia em ocasião das manifestações e protestos realizados em junho, os quais inclusive deixaram como legado positivo o crescimento de mobilizações populares, ocupações e greves, incluindo o salto político-organizativo dado por sujeitos coletivos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) como parte dos desdobramentos de junho com sentido de

classe, eixo que, para Mattos (2016), assumiu centralidade naquelas jornadas.

Portanto, não é verdadeira a ideia de que as ruas foram ocupadas em junho apenas por uma massa conservadora e reacionária, ainda que inexistam dúvidas quanto à heterogeneidade que caracterizou o perfil dos sujeitos individuais e coletivos presentes e, em decorrência, a evidente disputa de direção social das manifestações articuladas nas jornadas de junho, por diferentes setores da esquerda – tendências governistas diversas, segmentos adeptos da ação direta e movimentos e organizações mais consolidadas no campo político – e da direita, na sua tentativa de impor aos atos um caráter despolitizado e moralizador, como que inaugurando uma longa empreitada de saída do armário dos mais diversos tipos de conservadorismos comportamentais, culturais e políticos, sintetizados num ardiloso antipetismo que fez de junho de 2013 também sintomático do esgotamento do modelo petista de governo, exitoso entre 2003 e 2013.

Assim, embora seja temeroso fazer uma associação direta entre as jornadas de junho de 2013 e as manifestações reacionárias de 2015 – incluindo seu anacrônico slogan “mais Mises, menos Marx” – em razão de diferenças entre ambas no que diz respeito ao perfil social dos manifestantes presentes nas ruas e à convocação e organização, inclusive do ponto de vista das estruturas materiais viabilizadas em cada ato, é também inegável algum nível de relação entre elas (MATTOS, 2016), seja pelas manifestações da direita em 2015 serem em alguma medida resposta ao temor provocado pelas jornadas de junho, seja por, em ambas as manifestações, o espaço das ruas ser potencializado – ainda que em 2015 mais do que em 2013 – para favorecer a ascensão do reacionarismo.

Diga-se de passagem, Dilma passou a atuar sempre na defensiva desde então (SINGER, 2018). Em resposta às manifestações de junho de 2013, acenou para a esquerda com propostas para saúde, educação e transportes que predominantemente ficaram inviabilizadas, porque,

face à encruzilhada junina, a presidenta também se comprometeu com a direita a estabilizar a economia via contingenciamento do investimento público. Nesse contexto, o programa Mais Médicos, o qual possibilitava o trabalho de médicos cubanos em lugares remotos e desassistidos do território brasileiro, configurou-se como a resposta de maior êxito apresentada pelo governo às camadas populares, ainda que nunca tenha deixado de provocar as reações mais corporativistas possíveis da categoria médica nacional.

Ademais, reconhecendo-se a plausibilidade de ter havido dois junhos de classe nas mesmas ruas (SINGER, 2018), a exibição midiática e telenovelesca do chamado “mensalão” – ponto de partida na estratégia de criminalizar o PT – seis meses antes de junho, atuou como um impulso que levou a classe média tradicional às ruas em 2013, o que acabou tendo papel decisivo para que o reacionarismo ganhasse ainda mais espaço entre nós a partir da conjuntura aberta pelo impeachment da presidenta Dilma, em 31 de agosto de 2016, o qual foi antes de tudo uma vitória das forças à direita do PT (BRAZ, 2017).

Na analogia de Singer (2018), a reeleição de Dilma em 2014 se desenhou como verdadeira vitória pírrica⁵ na medida em que obtida a tão alto preço e acarretadora de tamanhos e irreparáveis prejuízos futuros, por diversos fatores que corroboraram nesse sentido, desde a acirrada polarização em substituto ao lulismo, passando pela ascensão da oposição favorecida pela redução do ritmo de crescimento econômico e a decorrente perda de apoio do lulismo em regiões como Sul, Sudeste e Centro-Oeste, até a deflagração de uma ofensiva judiciária e midiática ao PT, fez com que o resultado das urnas confluísse para

[5] A expressão faz referência ao rei Pirro, que derrotou os romanos durante a guerra, porém a custo da perda da maior parte de suas forças e alianças. Em razão disso, ao invés da comemoração da vitória, o rei teria pronunciado aos que se alegraram que uma outra vitória daquela o arruinaria completamente.

a menor vantagem eleitoral⁶ obtida em uma disputa entre presidenciais após a redemocratização do país.

Aparentemente construído da noite para o dia, o impeachment teve desfecho inesperado, já que, inclusive para uma parcela da esquerda brasileira, não havia inclinação da classe dominante de apoio a ele; e, mais do que isso, um declínio da influência do lulismo na classe trabalhadora poderia mesmo ser visto como fenômeno progressivo no sentido de ampliar as possibilidades de reorganizar a classe trabalhadora pela esquerda – nítidos exemplos não apenas do quanto prognósticos são sempre arriscados, mas também sintomáticos do quanto atônitos o golpe encontrou a muitos da esquerda, para os quais quem se alardeava com o risco de golpe na época era visto como mal aconselhado pelo impressionismo ou precipitadamente assustado.

Na realidade, o cenário favorável ao golpe⁷ foi paulatinamente articulado e muito bem preparado durante uma sequência de anos, a partir de diversos aspectos conjunturais e estruturais presentes na realidade brasileira, os quais acionaram ainda uma crise interna na denominada frente neodesenvolvimentista, a partir do ingresso da alta classe média nas manifestações de rua e das diversas associações empresariais que, até então, apoiavam os governos do PT e que, no decorrer de 2015, passaram a protagonizar o golpe institucional,

[6] Em porcentagem de votos válidos, no 2º turno das eleições de 2014 entre Dilma (PT) e Aécio (PSDB), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou 52% dos votos para Dilma e 48% para Aécio, uma disputa acirradíssima, portanto.

[7] Face à polêmica sobre este processo constituir-se ou não como golpe, corroboramos a análise de Braz (2017, p. 89) quando afirma: “Não achamos que isso se constitui num *golpe clássico*, uma vez que se desenvolve sem rupturas institucionais significativas. Ao contrário, ocorre dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesas, ou seja, com o aval da Justiça e do Legislativo. O impeachment vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma ‘democrática’ de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida. As deposições de governos latino-americanos ‘inconvenientes’ não têm resultado na instalação de ditaduras apoiadas nas forças militares e são feitas com rasgados discursos que apelam ao ‘republicanismo’ e, claro, à democracia”.

tendência da qual a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) é a principal ilustração (BOITO, 2016).

Embora não seja difícil compreender a adesão da FIESP ao campo de apoiadores do impeachment, inclusive na condição de primeira entidade empresarial relevante a explicitar tal apoio e considerar o programa “Uma ponte para o futuro”, construído com muitas aproximações às concepções tucanas e assumido por Temer como sua futura plataforma de governo.

Fato é que a ala golpista do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), capitaneada por Temer, encontrou em Eduardo Cunha, então deputado federal presidente da Câmara, e suas chantagens sistemáticas e sem pudores uma engrenagem fundamental para dar abertura ao processo de golpe no governo dilmista que, em direção contrária ao que Lula havia feito anteriormente, reduzira as posições e espaços ocupados pelo PMDB na estrutura governamental, tanto em nível ministerial como em escalões menores, mas que – mesmo menores – geravam conflitos entre PMDB e PT tão sérios quanto. Na hipótese de Singer (2018), foi uma reação peemedebista e de sua base aliada no Congresso à tentativa do governo Dilma de combate à corrupção no âmbito do patrimônio público, o chamado ensaio republicano da presidenta, que contribuiu para esfacelar as possibilidades de aliança do governo no Congresso e, em decorrência, corporificar o golpe que derrubaria Dilma do governo.

Este golpe foi protagonizado pelo PMDB, até então ilusoriamente tido como partido de centro por muitos analistas, dadas as disputas internas no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) entre Serra, Aécio e Alckmin e seus distintos projetos, que resultaram na unificação do partido a favor do impedimento de Dilma somente às vésperas da votação na Câmara, ainda que as instabilidades políticas no país pós-eleições de 2014 tenham sido provocadas desde o pedido de recontagem de votos das urnas por Aécio Neves, candidato do PSDB derrotado na ocasião.

Todos esses elementos, acrescidos ainda do falso conflito criado em torno da luta contra a corrupção e o interesse em moralizar a política, advindo de movimentos pretensamente espontâneos, confluíram para a instauração do golpe de Estado pseudolegal, prática que parece ser a nova estratégia das oligarquias latino-americanas (LOWY, 2016). O caso brasileiro foi particularizado pelo impedimento de uma presidenta legitimamente eleita, sem crime de responsabilidade identificado e, portanto, instaurado sob a marca da inexistência de motivo legal para o impeachment, haja vista que as denominadas pedaladas fiscais – prática recorrente nos mais diversos governos, incluindo todos os anteriores – não são constitucionalmente compreendidas como crime e, no caso de Dilma, estariam supostamente expressas justamente em decretos que autorizavam financiamento a programas como o crédito rural e o bolsa família por meio dos bancos públicos.

A própria *Folha de S.Paulo*, nada simpática aos governos petistas, reconheceu não haver provas de crime de responsabilidade cometido por Dilma.⁸ Apesar disso, não houve força política e social suficiente vinda das ruas em defesa da presidenta, embora alguns atos movimentados sob o mote “Não vai ter golpe” tenham sido mobilizados naquele momento. Afinal, em primeiro lugar, não eram poucas as críticas – além de justas e legítimas – da esquerda à Dilma, especialmente em razão das opções que ela fez no segundo governo, como a composição dos ministérios anunciada ainda antes da cerimônia de posse, que não correspondia ao programa político da campanha, fazendo com que Dilma chegasse ao ponto mais crítico do seu governo sem contabilizar boa margem de apoio nem na esquerda, com a qual tinha rompido na economia; nem na direita, da qual se afastou na política. Em segundo lugar, como resultado da despolitização e desmobilização a que foram

[8] “Nem Dilma nem Temer”, *Folha de S.Paulo*, editorial de primeira página da edição de domingo, 3 abr. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2019.

submetidas, as camadas populares não entraram massivamente em cena para defender o lulismo, legando-nos uma das evidências de que pouco adianta enfrentar a pobreza via políticas públicas – e em se tratando de miséria e pobreza extrema, o reconhecimento do seu enfrentamento pelos governos petistas se estende a quase todos os quadrantes ideológicos, incluindo liberais e oposição de esquerda – sem seguir investindo em formação política e trabalho de base junto aos sujeitos beneficiários dessas mesmas políticas.

Não que os governos petistas tenham mesmo ido tão mais longe do que foram de fato na redução da pobreza, como os adeptos mais fervorosos do lulismo ilusoriamente proclamam, considerando que, embora tenha sido uma redução expressiva, andou longe de tornar residual o contingente de pobres no país, mas se faz fundamental lembrar o erro do lulismo na medida em que “[...] não cuidou de conscientizar os beneficiários de que, mais dia, menos dia, haveria reação às políticas que visavam reduzir a miséria e a pobreza” (SINGER, 2018, p. 32).

Chamam-nos atenção, nesse processo, o crescimento da articulação política das diversas frações da burguesia e a mudança no perfil da direita brasileira que, para além da defesa institucional-parlamentar dos seus interesses de classe, passa a ocupar e disputar com a esquerda o espaço das ruas – algo que, como nos lembra Melo (2016), a direita brasileira não fazia há pelo menos meio século – no intuito de legitimar suas pautas também na cena pública. Isso se configurou como mais uma tática do processo de construção da hegemonia burguesa, em articulação com os setores médios da sociedade fundamentalmente, que foram impulsionados pelo “repugnante cheiro de povo” que então se espalhava por espaços de sociabilidade anteriormente de domínio exclusivo da burguesia, a exemplo de shoppings e aeroportos – dessa feita transmutados em análogos a rodoviárias. Assim frivolamente canalizaram seu ódio ao povo e à inserção deste em determinados espaços para as figuras de Lula e Dilma, histericamente acusados de

comunismo, ainda que muito mais em razão de uma simbologia em torno do que o PT já representou no passado do que propriamente pelas posições assumidas durante os seus governos:

Tomadas por um mal-estar social crescente e, muitas vezes, acoissadas por dívidas e contas a pagar, parcelas significativas dos setores médios passaram a dirigir sua insatisfação contra os de baixo, identificando sindicatos e partidos de esquerda como os responsáveis pelo seu declínio social (e, nesse ponto, o PT, devido ao seu passado classista, ofereceu os ingredientes simbólicos necessários para essa ideologia pueril e reacionária). Considerando-se os verdadeiros sustentáculos do país graças à proporcionalmente alta carga tributária que pagam, os setores médios tornaram-se *mais realistas que o Rei*, e foram politicamente à direita dos financistas, industriais e demais segmentos burgueses, cuja contribuição tributária é proporcionalmente pífia. Derrotados eleitoralmente pelos votos “dos nordestinos que recebem bolsa família”, os setores médios conservadores revoltaram-se de vez e começaram a *falar demais por não ter nada a dizer*. Alimentando uma repulsa por pobres, negros, sindicalistas, homossexuais, transexuais, haitianos e até mesmo por índios, eles saíram às ruas e modificaram o cenário político do país. (DEMIER, 2016, p. 20).

Ilustrativo disso foi a articulação do Movimento Brasil Livre (MBL), presente nas ruas desde as jornadas de junho de 2013, com suas pautas anticorrupção, tendo ficado mais amplamente conhecido pelas manifestações a favor do impeachment da presidenta Dilma, momento político em que se construiu nacionalmente como uma das

novas lideranças que surgiam naquele contexto, ao lado de grupos como Vem pra Rua e Revoltados Online. Enquanto estes dois últimos apresentavam vínculos mais visíveis com tradicionais partidos de direita no Brasil, a exemplo do PSDB, ou revelavam muito facilmente seu caráter autocrático-burguês ao inserir nas suas pautas a reivindicação pela volta da ditadura militar no país, o MBL aparecia – e era assim descrito pela mídia – como uma articulação espontânea de jovens que resolveram deixar de ficar apenas nas redes sociais e se manifestaram publicamente, sendo possível aí localizar a origem do crescimento dos grupos que se aglutinaram posteriormente em torno da candidatura de Bolsonaro.

A enigmática origem do movimento, contudo, segundo Amaral (2016), estaria na estratégia de uma rede de fundações liberais, generosamente financiada, com sede nos Estados Unidos e ampla inserção internacional – a Atlas Network –⁹ em investir em cursos de formação de lideranças de direita na juventude de todo o mundo, principalmente da América Latina e da Europa Oriental, a qual a partir de uma das organizações que acompanhava, a Students for Liberty (SFL) – ou Estudantes pela Liberdade (EPL) – fez do MBL a sua “marca” no Brasil, construída a partir de um perfil específico das lideranças do movimento no país:

[9] “Atua basicamente como fomentador financeiro e intelectual de entidades que têm como princípio a defesa de ‘políticas públicas orientadas para o mercado’ [...]. É fato, portanto, que esse instituto é um elemento comum da conexão transnacional dessas entidades que, na prática, conformam um mesmo ‘partido’. [...] o instituto tem um orçamento anual de 9 milhões de dólares, dos quais 80% são usados em viagens de palestrantes e ‘programas de treinamento’ frequentados por, pelo menos, 35 brasileiros. O Brasil é um dos países latino-americanos que mais recebem recursos, cerca de 20 mil dólares anuais, enquanto a média para os demais países é de 10 mil a 15 mil dólares anuais [...] o que importa não são apenas, ou necessariamente, os recursos financeiros, mas sim o *know-how* da atuação política: como obter e consolidar influência da mídia, como construir ações impactantes, arrebanhar novos participantes, etc. [...] o dinheiro é essencialmente um ‘veículo’ para a formação de quadros e para o enquadramento e normatização de determinadas diretrizes políticas” (HOEVELER, 2016, p. 87-88).

Ao contrário dos diretores do EPL, como Torres e Fábio Ostermann, um cientista político gaúcho que assessora o também jovem deputado estadual Marcel van Hatten (PP-RS), Kim [Kataguirí] não havia feito os cursos de formação de lideranças promovidos pela Atlas. Também não era filho de empresários militantes da direita, como o arquiteto Anthony Ling, filho de William Ling (dono do grupo Évora, um dos patrocinadores do Instituto Millenium, o principal *think tank* da direita brasileira), e financiador da campanha de Van Hatten. O que interessava aos líderes do EPL era a capacidade de Kataguirí de atrair os jovens de classe média nas redes, assim como Fernando Holiday, escalado para o papel de “negro contra as cotas para negros” em debates e entrevistas para TV. (AMARAL, 2016, p. 51).

Importa registrar assim que, embora não se trate de uma articulação própria da direita brasileira (na medida em que há um caráter internacional da articulação que dá origem ao referido movimento), esta não se realiza apartada das relações com os sujeitos individuais e coletivos que a representam, na proporção em que áudios recentemente vazados indicam que o financiamento da ação política do movimento e seus materiais de mobilização advêm de partidos como PSDB, PMDB, Democratas (DEM) e Solidariedade (LOPE; SEGALLA, 2016), em que pesem os partidos citados negarem qualquer autenticidade nesta informação.

No documento intitulado “Contribua – Movimento Brasil Livre”, publicizado na página oficial do movimento, o MBL autodeclara-se portador de duas tarefas fundamentais, desafios postos à sua ação política. A primeira, já dada como vitoriosa, referia-se “a luta contra o governo mais corrupto da história do país” (MBL, 2017a, s/p). A

segunda, qualificada como um desafio maior ainda, seria “reconstruir o país” (*Op. cit.*), pois, de acordo com o Movimento:

Mais de uma década de governo petista fez o Brasil afundar. A educação, a saúde, a segurança, a economia e a política estão um caos. Precisamos pensar em reformas para todas essas áreas e utilizar todas as estratégias que funcionaram no processo de impeachment para pressionar o Congresso a aprová-las. (MBL, 2017a, s/p).

Ao demonstrar certa preocupação do Movimento em relação à militância de esquerda, que também estaria nas ruas com suas pautas e bandeiras, o documento do MBL conclama seus apoiadores ao exercício de uma “cidadania vigorosa e atuante”, ao tempo em que ressalta os principais objetivos e enfrentamentos a serem realizados, a exemplo da transformação do “inchado e inoperante Estado brasileiro” e da “derrota das ideias e práticas do PT”, já que tão somente a “queda” do referido partido não bastaria. O caminho sinalizado para tanto consiste em “reformas que reduzam o Estado, reduzam os impostos e aumentem a liberdade”.

Todavia, será em um outro documento, desta feita intitulado “Propostas de Políticas Públicas do MBL”, que encontraremos esmiuçadamente as defesas, pautas e reivindicações do movimento para pelo menos sete áreas: educação, saúde, sustentabilidade, reforma política, economia, justiça, transporte e urbanismo, as quais expressam explicitamente a defesa da dualidade privatização e repressão como alternativa. Trata-se da defesa de um Estado enxuto, mínimo e também penal.

Retratam, em larga medida, a histórica forma de tratamento da elite e das suas representações à questão social no Brasil, ficando subjacente que as propostas do MBL para as políticas públicas são,

na verdade, supressão de direitos sociais inscritos na Constituição de 1988, redução ou mesmo a não intervenção do Estado nas políticas públicas. Logo, é na realidade, a defesa da não política.

A agenda é, portanto, significativamente similar ao operado nos marcos do governo ilegítimo de Michel Temer com sua plataforma regressiva de derrocada de direitos dos(as) trabalhadores(as), acelerando ao máximo o processo contrarreformista no país. São muitas – e de todas as ordens – as medidas apresentadas nessa direção.

Na lúcida síntese de Braz (2017), trata-se de medidas com finalidades específicas e bem definidas: retomada da dominação imperialista no Brasil, em condições as mais favoráveis; redução dos custos do trabalho ao mesmo tempo do aumento de sua produtividade média; retrocessos culturais e ideológicos, intensificando a ofensiva especialmente ao campo dos direitos humanos; e reconfiguração das políticas sociais com base na ortodoxia neoliberal, tornando-as ainda mais focalizadas, sobretudo no caso da seguridade social, já que, em tempos de crise, são as políticas que a conformam (saúde, previdência e assistência) que se constituem como alvos prioritários dos processos contrarreformistas (MOTA, 2015), dado o vínculo direto com os custos com a reprodução da força de trabalho, condição precípua para a acumulação do capital.

Nas recentes eleições brasileiras, tendências de extrema direita e mesmo protofascistas apareceram bastante fortalecidas em seu papel de legítimas e genuínas representantes dos interesses das classes dominantes, ao mesmo tempo em que também conseguiram capturar a adesão de setores das classes dominadas a seu projeto. Nesse contexto, a agenda de defesa da não política pública, presente nas pautas e formulações de movimentos como o MBL, foi adensada pela potencialização e difusão da máxima intolerância, e o elitismo concebido em cada proposta apresentada para as políticas públicas – em muito bastante similar ao implementado pelo governo Temer – foi acrescido

do desprezo à democracia, configurando um quadro societário recente, que sinaliza mais do que qualquer conservadorismo. Trata-se concretamente de uma ameaça reacionária e suas expressões anticivilizatórias.

A RETOMADA DA IDEOLOGIA DO INIMIGO INTERNO NOS MARCOS DO AVANÇO PROTOFASCISTA

Jair Bolsonaro ascende ao governo brasileiro, eleito inicialmente para o período 2019-2022, se expressando como uma liderança de novo tipo: enérgica e disposta a tudo. As análises no âmbito das ciências sociais e políticas que o caracterizaram como uma expressão eleitoral fascista¹⁰ perpassaram todo o contexto das eleições 2018, ao mesmo tempo em que não foram poucas as perspectivas que não endossaram tal avaliação ou mesmo a acusaram de abster-se de fundamentação. Nesse sentido, encontramos em Konder (2009a) a síntese mais completa e capaz de exprimir do que tratamos quando nos referimos a fascismo e nela nos apoiamos para elucidar que:

O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um

[10] Cronologicamente o fascismo se desenha primeiro na França, mas em termos de lastro de alcance, o mais acertado é situar seu surgimento na Itália, com Mussolini, responsável inclusive pelo lançamento do termo, o qual vem de *fascio*, que significa *feixe* em referência a “[...] machados cujos cabos compridos eram reforçados por muitas varas fortemente atadas em torno da haste central. Os machados simbolizavam o poder do Estado de *decapitar* os inimigos da ordem pública. E as varas amarradas em redor do cabo constituíam um *feixe* que representava a unidade do povo em torno da sua liderança” (KONDER, 2009a, p. 63).

movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro. (KONDER, 2009a, p. 53).

Se separadamente e, por si sós, reacionarismo, repressão, ditadura, autoritarismo, racismo e conservadorismo são elementos que não consistem *a priori* em fascismo, a questão para Konder (2009a) consiste em apreender então o que há de novo na espécie (fascismo) no âmbito do quadro geral do gênero (direita) a que pertence.

Ora, uma característica primordial estaria no patriotismo/nacionalismo, já que a visão mitológica produzida em torno da nação tem se mostrado um princípio eficiente no sentido do engajamento que provoca em torno do projeto fascista em todos os países nos quais este se realiza, o qual assume perfil retórico e agressivo na proporção em que também manipula as massas populares:

O nacionalismo que exprime os sentimentos de um povo explorado pelo capital estrangeiro ou que expri-

me a revolta de um povo contra imposições de outra nação é um nacionalismo essencialmente *defensivo*: seus valores podem leva-lo a hostilizar *circunstancialmente* os estrangeiros exploradores, mas ele não se afirma em contraposição à humanidade em geral e não nega os valores das outras nações. A valorização fascista da nação, ao contrário, exatamente porque é inevitavelmente *retórica*, precisa ser *agressiva*, precisa recorrer a uma ênfase feroz para disfarçar o seu vazio e tende a menoscar os valores das outras nações e da humanidade em geral. (KONDER, 2009a, p. 40-41).

Com esse horizonte, sendo a invenção de um inimigo externo imaginário uma condição básica da propaganda fascista para aglutinar adeptos para si, Venezuela e Cuba tornaram-se inimigos externos privilegiados na pseudo e não oficialmente declarada guerra aos valores de outras nações, travestida de patriotismo brasileiro. O governo Bolsonaro, dócil e subserviente aos Estados Unidos (EUA), tem apoiado o governo Trump na estratégia de forçar situações de “crise humanitária”,¹¹ posicionando-se na prática favoravelmente à construção de condições que permitam até mesmo uma intervenção externa ou um golpe de Estado que, justamente em razão das condições e cenários construídos e difundidos internacionalmente, seria tido como legítimo pela opinião pública e midiática.

A campanha eleitoral já se empenhava no reforço a um cenário de emergência marcado pela violência, caos e repressão política a opositores nesses países, articulado à construção do temor entre a

[11] Os EUA fazem isso por meio da edição de decretos que penalizam as atividades econômicas na Venezuela, bloqueiam os montantes disponíveis para importação de alimentos, medicamentos e bens básicos, ao tempo em que responsabilizam o governo bolivariano pela escassez de alimentos, remédios e energia.

população de que, com a eleição de mais um governo petista, o Brasil se tornaria o mesmo; e, quando já na condição de governo, a cruzada anticomunista do bolsonarismo implicou logo de início a saída dos cubanos do programa Mais Médicos.

No entanto, a argumentação empreendida como fundamento da campanha eleitoral profascista de Bolsonaro não foi de todo ausente de concretude sócio-histórica, já que encontrou contextos e cenários propícios à potencialização de suas ideias no cotidiano. Referimo-nos, em primeiro lugar, às múltiplas e particulares formas de objetivação da violência, interferindo e impactando a vida real e, na mesma proporção, nos distanciando de nossa dimensão humano-genérica enquanto humanidade, para além da – em si só violenta – desigualdade social espreada pelo país, componente estrutural da vampiresca¹² ordem vigente. São muitos os dramas pessoais e familiares expressos nas vidas de vítimas e vitimizadores, criando e alimentando mentes insanas na medida em que produzem coisas humanizadas e indivíduos coisificados e embrutecidos que violentam e/ou são violentados.

Em segundo lugar, referimo-nos à centralidade assumida pela agenda anticorrupção no Brasil – bastante aglutinadora das camadas médias urbanas – presente nas ruas a partir dos movimentos de direita; e na mídia a partir das revelações altissonantes e diuturnas da chamada Operação Lava-Jato, compreendendo entretanto que, em se tratando desse tema, nem de longe consiste no “maior escândalo de corrupção da história do país” – slogan que só pode ser aceitável para quem definitivamente não conhece nada da história do Brasil.

Assim, as pautas anticorrupção e em prol da segurança do cidadão foram positivamente capturadas a favor da candidatura de Bolsonaro, que as personificou do modo mais oportunista possível.

[12] “O Capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais trabalho vivo chupa” (MARX, 1983, p. 189).

Não depreciamos de forma alguma tais pautas. O problema é que, em momento algum, ultrapassa – nem deseja obviamente ultrapassar – o plano da trama imediata e aparente. Nem seria possível ultrapassar, considerando ser característica do projeto fascista a difusão da razão instrumental/formal-abstrata/manipulatória.

Ao mesmo tempo em que se apresentava aos seus potenciais eleitores com uma imagem nenhum pouco similar aos políticos tradicionais e a partir do uso pioneiro de novos métodos de propaganda política disponíveis nas redes sociais, sintomática da modernidade, sinalizava uma contraposição a um Estado supostamente antiquado e contribuía para fortalecer a imagem de um candidato que combateria práticas políticas atrasadas.

Consistiu ainda em uma candidatura que nunca se furtou de manifestações hostis à cultura crítica. Ao contrário, a proposta sempre pareceu conduzir à exacerbação da autocracia burguesa no Brasil pela via do limite do controle coercitivo da universidade pública e da produção científica e cultural, além daqueles e daquelas que ousassem constituir oposição ao governo e às suas concepções ideopolíticas.

A título ilustrativo, as linhas transcorridas a seguir consistem em um esforço de análise de três discursos do presidente eleito: o primeiro, proferido a uma semana do 2º turno das eleições, ainda na condição de candidato, e o segundo e o terceiro pronunciados logo após o resultado oficial da votação que consagrou Jair Bolsonaro o mais novo presidente do Brasil. Perpassam o texto ainda trechos de entrevistas concedidas pelo presidente eleito para diferentes veículos televisivos. O objetivo é tecer a análise dos referidos discursos e depoimentos, sempre recolhidos de fontes públicas e devidamente citadas, tendo por horizonte identificar trechos que soam como ameaçadores à democracia e, especialmente, o que tem sido expresso pelo novo presidente no que diz respeito à relação com os movimentos sociais *da classe trabalhadora*.

Fazemos questão de destacar a expressão “movimentos sociais da classe trabalhador” justamente porque, como sinalizamos anteriormente, reconhecemos a presença na cena política brasileira de movimentos sociais organizados também na perspectiva dos interesses dominantes, tendo inclusive articulações com o MBL, ascendido no último período. Aliás, consideramos a ascensão do MBL, na particularidade brasileira (ainda que sem menosprezar o caráter internacional da articulação que dá origem ao referido movimento), uma das expressões políticas sintomáticas do novo processo organizativo, no qual as forças conservadoras do país passaram a investir sobretudo a partir da metade da década de 2010. Entretanto, também entendemos nas nossas análises que nada leva a crer que tais movimentos organizados no campo ideopolítico da direita e da extrema direita estejam de alguma forma ameaçados pelo novo governo que se desenha no país. Situação bem distinta se coloca no caso dos movimentos alinhados à perspectiva das classes subalternas, conforme demonstrou o próprio Bolsonaro em discurso por celular transmitido para seus apoiadores presentes na avenida Paulista a uma semana do 2º turno das eleições:¹³

[...] a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós: ou vão *pra* fora ou vão *pra* cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria [...] e seu Lula da Silva, se você estava esperando o Haddad ser presidente *pra* assinar o decreto de indulto, eu vou te dizer uma coisa: você vai apodrecer na cadeia! [palmas efusivas nesse momento seguidas pelos gritos de mito, mito] [...] petralhada, vai tudo

vocês *pra* ponta da praia. Vocês não terão mais vez em nossa pátria porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês. Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês. Será uma limpeza nunca vista na história do Brasil. Vagabundo vai ter que trabalhar, vai deixar de fazer demagogia junto ao povo brasileiro [...] vocês, petralhada, verão uma polícia civil e militar com retaguarda jurídica *pra* fazer valer a lei no lombo de vocês. Bandidos do MST, bandidos do MTST, as ações de vocês serão tipificadas como terrorismo. Vocês não levarão mais o terror ao campo ou à cidade. Ou vocês se enquadram e se submetem às leis, ou vão fazer companhia ao cachaceiro lá em Curitiba [...] (BOLSONARO, 2018, s/p).

Em 29 de outubro, logo após o resultado das eleições 2018, em entrevista ao Jornal Nacional,¹⁴ o então presidente afirma que, na sua declaração quanto ao banimento de marginais vermelhos do país, referia-se não apenas à cúpula do PT, mas também à cúpula do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ilustrando como exemplo o nome de Guilherme Boulos, candidato a presidente pelo partido e liderança do MTST; e, na mesma data, desta feita em entrevista à TV Record,¹⁵ ao ser questionado sobre o seu pronunciamento quanto aos denominados “marginais vermelhos” e quanto à possibilidade de diálogo com movimentos sociais, o presidente eleito desenvolve a que se refere:

[13] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AlGGmgT_ZqU. Acesso em: 22 nov. 2018.

[14] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E9-u-QOt520>. Acesso em: 22 nov. 2018.

[15] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ML_zJPa0GIM. Acesso em: 22 nov. 2018.

Os que não respeitam a lei, *né*? Você pode ver... quando você vê o pessoal do MST invadindo propriedades, depredando, matando animais, tocando fogo em prédios... você fica indignado com isso aí! Muitas vezes, você entra com uma ação de reintegração de posse e ganha, e o governador, tendo em vista ser de um partido que apoia o MST, não cumpre essa ordem judicial. Nós temos que ter uma legislação bastante dura para que esses que teimam em viver à margem da lei sejam enquadrados. No que depender de mim, qualquer invasão – quer seja feita pelo MST como pelo MTST – terá que ser tipificada como terrorismo. É o que nós queremos fazer, cumprir a lei. E a propriedade privada é sagrada, não interessa se é urbana ou rural. [...] o movimento social que invade, que depreda, que faz essas barbaridades que é o MST, eu acho que não tem que conversar com eles, certo? Eles têm que se enquadrar à lei, deixar de praticar esses atos. Hoje em dia, o fazendeiro vive aterrorizado por essas, por esses que invadem sua propriedade e não devia ser assim. Devia ser o contrário. Por isso que eu quero armar o fazendeiro. (BOLSONARO, 2018, s/p).

Num reforço ao culto, à difusão e à legitimação da violência embutido na própria candidatura, nos primeiros meses de governo, já se constata a conversão das ações do aparato repressivo em ainda mais letais, especialmente em se tratando de conflitos decorrentes das lutas sociais. Não nos parecem, assim, casos isolados, mas uma sequência articulada de ataques perpetrados aos movimentos sociais, demarcando uma intensa escalada repressiva, a qual supomos revelar uma radicalização de forma explícita da blindagem da democracia representativa no Brasil (Cf. DEMIER, 2017). O que não significa

nenhuma idealização romântica do período anterior, especialmente quando consideramos que uma nova fase do aparato repressivo do Estado na conjuntura brasileira teria sido aberta desde as jornadas de junho (MATTOS, 2016).

Ora, movimentos sociais e professores de esquerda já eram alvos prioritários da ultradireita antes, a qual manifestava sua concepção dos movimentos como terroristas e sua aspiração por uma educação despolitizada em veículos como a revista *Veja*.

Aliás, como já anotara Antonio Gramsci (2002), ainda no cárcere, a dominação capitalista, mesmo que apareça disfarçada sob uma roupagem de hegemonia, nem por isso passa a descartar as medidas coercitivas de repressão às resistências populares, embora nem sempre nos sejam nítidos os traços de continuidades e rupturas entre uma medida e outra. Em geral, o braço coercitivo do capital se faz presente e atuante justamente nos momentos de eclosão de grandes acirramentos políticos e de confronto à sua hegemonia, momentos expressos, sobretudo, nas ocasiões em que os conflitos de classe ganham as ruas em forma de protestos, reivindicações e politização das demandas e dos interesses do trabalho.

Não por acaso, o grau de consenso ou de coerção adotado é definido pelo nível de acirramento dos conflitos classistas, isto é, quanto maior a capacidade de dominação ideológica do capital, mais reduzidos são os recursos coercitivos. Ademais, se por algum momento se intensifica o nível de consciência de classe e se ampliam as capacidades políticas e organizativas da classe trabalhadora em confronto com o capital, não tenhamos dúvidas: maior e mais ampla é, neste caso, a utilização dos mecanismos coercitivos. Isso porque a ação política dos movimentos sociais – urbanos e/ou rurais – constitui não apenas perigoso exemplo a atuar nas franjas da ação consciente, como a “[...] influir nesse espírito social disseminado que faz tantas vezes com que situações aparentemente calmas se vejam de súbito transformadas por processos subjacentes em tempestades e tornados” (FON, 2008, p. 81).

No processo de criminalização dos sujeitos que se opõem e questionam, de alguma forma, o *status quo* revela-se o papel coercitivo do Estado na defesa dos interesses do capital. Quando as disputas entre as classes antagônicas assumem formatos mais violentos, não é o capital e sim o Estado que conduz os referidos conflitos, ao mesmo tempo em que aparece disfarçado como Estado autônomo e neutro (WOOD, 2005), o que não apenas denuncia ser a repressão às classes dominadas – via exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário – uma das funções do Estado, como também demonstra de modo mais evidente o seu compromisso com as classes dominantes, desresponsabilizando-se para com as expressões da questão social, em sua dupla dimensão de desigualdade e rebeldia.

Contudo, não se trata de um simples retorno ao passado do tratamento da questão social como caso de polícia – e nisto temos acordo com Rodrigo Castelo (2009) – embora esteja constatado o progressivo aumento do exercício da violência policial, militar e paramilitar na contenção das tensões sociopolíticas. O que temos é, na realidade, um novo padrão de intervenção na questão social que, ao agregar elementos consensuais e coercitivos, hegemônicos e ditatoriais, não recorre apenas aos aparelhos policiais, mas também aos militares. Não se trata, nesse sentido, de nenhuma particularidade brasileira e sim de uma realidade expressa na organização popular latino-americana o fato de estarmos diante de uma verdadeira militarização da questão social no continente, com os conflitos políticos sendo gradativamente deslocados para o plano militar, realidade a respeito da qual exemplos exaustivos podem ser encontrados em Castelo (2009).

A “novidade”¹⁶ está nos contornos que tal criminalização passa a assumir com a ascensão de um governo de cariz fascista e, por consequência, a possibilidade concreta da agenda da ultradireita ser

[16] Novidade entre aspas pois esta foi prática frequente também nos anos que antecederam o golpe de 1964.

deslocada do lugar de pauta, tantas vezes risível e subestimada, para o lugar de política efetivamente governamental, reconfigurando o regime democrático a limites ainda mais estreitos, inclusive desenhando-se como representativo do fascismo de mercado, bem ao gosto dos adeptos contemporâneos de Von Mises,¹⁷ os quais expressam em seus artigos e formulações a defesa de uma “ordem natural”, caracterizada pelo direito de excluir/discriminar, pela desigualdade plenamente vigente, pela repressão do Estado para os considerados inimigos, pela formação de milícias privadas a partir do encorajamento ao porte de armas dos cidadãos (apenas os que puderem comprar obviamente) e pela gestão privada de todos os recursos da terra como uma contraposição à democracia liberal, explicitamente apontada como sua principal inimiga na contemporaneidade (AUGUSTO, 2016).

Nesse sentido, aos trabalhadores que se iludiram que suas demandas estariam contempladas, um lembrete quanto a uma provável abertura de tendências fascistas a pressões populares: “[...] todas as vezes que alguma tendência no interior do fascismo se mostrou mais sensível a pressões ‘plebeias’ e procurou aprofundar certos aspectos ‘populistas’ foi sumariamente *cortada* pelas forças que mantinham a hegemonia no movimento fascista” (KONDER, 2009a, p. 40), embora essa hipotética sensibilidade não tenha sequer se desenhado ainda no governo Bolsonaro.

Ao contrário, na linha de frente de suas articulações, esteve justamente uma proposta de reforma da previdência que penaliza sobretudo – e como nunca antes – trabalhadores rurais, mulheres e professores. E face ao mínimo indício de sua não aprovação, pelas dificuldades de articulação do próprio governo, Paulo Guedes (mi-

[17] Aristocrático liberal que não se furtou de apoios expressos ao fascismo, quando em vigor, o aclamando como a salvação para a humanidade e perfeitamente compatível com o liberalismo, porém, alterando sua posição após a derrota do fascismo, focando na tentativa de igualá-lo ao socialismo.

nistro da Economia) não hesitou em alertar (ameaçar seria a palavra mais exata na verdade) de que, nesse caso, não haveria pagamento de salários dos servidores públicos.

Assim, a combinação perigosa entre fundamentalismo cristão e neoliberalismo *hardcore* que origina esse governo parece alimentar-se do pressuposto de que, por profundos que possam ser os ataques aos direitos dos trabalhadores, ainda será insuficiente, reforçando a funcionalidade ao capital da impossibilidade prática do programa neoliberal (HOEVELER, 2016), em nome da qual, por mais socialmente desastrosas que sejam as políticas neoliberais, argumentarão sempre que ainda são muitos os direitos dos trabalhadores, que ainda há muita regulação do Estado no mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes que o resultado eleitoral se firmasse, já sabíamos que a tarefa central posta às forças sociais progressistas deveria ser, independentemente dos resultados eleitorais (mas não indiferentemente na medida em que o resultado das urnas implicaria o deparar-se com condições mais ou menos adversas para as lutas a serem tocadas), derrotá-lo na vida prática. Afinal, o projeto protofascista já havia tomado no último período fôlego suficiente para espalhar-se entre nós com consequências devastadoras para a humanidade e especialmente para a parcela desta que ousa sonhar futuros.

Elementos percebidos explicitamente em um cenário no qual bater de porta em porta, ir às feiras e praças conversar com a comunidade, por vezes acompanhado apenas de bolo, café e muita disposição para o diálogo, foram marcas da campanha eleitoral. Ao tempo em que tais exercícios apareciam como inegavelmente uma condição imprescindível para que fosse possível atuar no campo da disputa de consciências, também a crítica e a autocrítica aos caminhos tomados por setores sig-

nificativos da esquerda no último período apareciam como inevitáveis. Isso porque, em alguns casos, nos vimos diante da capturação e adesão de setores da classe dominada à visão de mundo das classes dominantes sobre diversos temas e processos. Sobre eles, o esforço em dialogarmos com a “classe que vive do trabalho” anteriormente ao desespero pautado pelo calendário eleitoral foi inexistente ou pelo menos em larga escala insuficiente, inclusive pela ampliação dos mecanismos de produção do consenso monopolizados pelas classes dominantes e pela decepção dos setores populares com a política representativa, sendo então cada vez mais canalizados para um desejo de mudança de perspectiva imediatista e truculenta, consoante a direção frequentemente acenada pela extrema direita nos últimos tempos.

Talvez por isso mesmo que, fascismo, nos dizeres de Konder (2009a), seja um desses temas tão “quentes” que nos provocam queimaduras, sem que nem por isso devamos nos omitir de falar a respeito, caso tenhamos algum intento de investimento na construção da capacidade (que somente pode ser coletiva!) de se opor com firmeza às tendências fascistas. Importa-nos tão somente a ponderação de não cedermos ao ímpeto sedutor do uso agitational do termo fascista – por vezes insequentemente apontado com caráter de mero xingamento – sob pena de vacilarmos quanto à necessária fidelidade teórico-metodológica e conceitual exigida de qualquer análise que se pretenda realista e rigorosa. E, nessa perspectiva, não nos restam dúvidas quanto ao caráter protofascista de Bolsonaro e da sua campanha eleitoral, embora julguemos que, no que se refere ao governo em curso propriamente dito, ainda não temos elementos bastantes para categorizá-lo como eminentemente fascista. Temos, todavia, indicativos mais do que suficientes da necessidade de construção da resistência, organizada e classista, numa perspectiva de unidade das forças democráticas na ação política.

Especialmente, se não intencionamos reduzir nossa militância ao calendário eleitoral, importa que superemos a amargosa ressaca

da derrota e que a energia nele investida se traduza em avanço na construção do processo de consciência de classe e organização popular. Afinal, no período aberto pela nova conjuntura, não nos bastará a “realização do bom combate”. Mais do que isso, precisamos vencer. O que implica assumirmos, de fato, a tarefa de construção de força social e política suficientemente capaz de alterar a correlação de forças a favor dos movimentos populares e das organizações classistas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

AUGUSTO, André Guimarães. O que está em jogo no “Mais Mises, menos Marx”? *In*: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). **A onda conservadora:** ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, Cortez, 2017.

CASTELO, Rodrigo. As encruzilhadas da América Latina e a militarização da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, n. 18, ABEPSS, 2009.

DEMIER, Felipe. A revolta a favor da ordem: a ofensiva da oposição de direita. *In*: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). **A onda conservadora:** ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe:** a dialética da democracia blindada. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FON, Aton. Dimensão política dos direitos humanos. *In*: FON, Aton. **Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2010.

HOEVELER, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. *In*: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). **A onda conservadora:** ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

LOWY, Michel. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro 1, v. 1, t. 1. São Paulo: Abril S/A Cultural, 1983.

MATTOS, Marcelo Badaró. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. *In*: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MELO, Demian. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. *In*: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MOTA, Ana Elizabete. Reprodução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro. *In*: MOTA, A. E. (org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Contribua**. Disponível em: <http://mbl.org.br/>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos n° 85**, São Paulo: CEBRAP, 2009.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2005.

POSFÁCIO

A finalidade deste posfácio é, a partir das reflexões e problematizações emergentes do conjunto de textos reunidos nesta obra, destacar que as múltiplas possibilidades de relação, articulação e interlocução entre o Serviço Social e os processos organizativos da classe trabalhadora materializam-se por distintos caminhos e – para além do exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais nos quais se insere a profissão – se expressam, igualmente, de distintas formas: na constituição de seus princípios e valores ético-políticos; nas lutas e posicionamentos acumulados e manifestos publicamente pelas entidades representativas de organização da categoria; na ação política articulada e em aliança com as forças sociais progressistas e anticapitalistas; e, ainda, na produção de conhecimentos fomentada na área, sobretudo aquela sintonizada com o que convencionamos denominar de projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro.

Isso porque o referido projeto, construído nos marcos e processos adjacentes ao chamado Congresso da Virada de 1979, forja as bases iniciais de compromisso da profissão com as lutas históricas dos(as) trabalhadores(as) e de defesa do aprofundamento da democracia. Demarca o reconhecimento da categoria como trabalhadora, a qual passa a construir organicamente instrumentos políticos de luta, formação e organização dessa classe que, não sendo hoje a mesma do final dos anos 1970, requer permanente esforço de análise acerca de sua composição e lutas, caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no Brasil.

Nesse contexto, a temática dos movimentos sociais é inserida como um dos conteúdos indispensáveis à formação em Serviço Social, ratificando, com isso, a exigência de que – face à proposta de formar assistentes sociais aptos ao desenvolvimento de uma intervenção crítica e consciente – em seus estudos estivessem contemplados: a análise dos diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira; a análise da constituição, trajetória e ação das classes sociais em seus conflitos, diferenças, alianças (em suas dimensões econômicas, políticas e culturais); e o conhecimento, em profundidade, dos movimentos de resistência da classe trabalhadora, em suas diversas manifestações e formas organizativas.

Até porque entendemos como bastante cara a uma profissão como o serviço social a apreensão teórica e operativa das necessidades e reivindicações expressas nas manifestações de resistência dos movimentos sociais na proporção em que, conforme ressaltam Duriguetto e Marro (2016), são conflitos de classe que estão na base de boa parte das demandas profissionais, ainda que se possa falar em alterações nos meios e formas de a profissão relacionar-se com os movimentos na contemporaneidade, na formação e no trabalho profissional, inclusive a partir de novas determinações.

Todavia, no que diz respeito à relação da profissão com os processos de mobilização e organização popular – em termos tanto de produção teórica quanto de atuação de assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora –, o que se constata na conjuntura pós anos 1990, segundo Duriguetto (2014), é uma curvatura em relação à década de 1980, de modo que a tendência ascendente presente nesse período passará por um processo de retração, contraditoriamente, a partir exatamente da década marcada pela consolidação do projeto ético-político da profissão, construído e afirmado na relação com as lutas populares.

Do ponto de vista acadêmico, compartilhamos da inquietação apontada por Iamamoto (2011, p. 461), com base na categorização

dos eixos temáticos dos projetos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Segundo a autora, tem se verificado que “[...] a área temática com menor investimento na pesquisa refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular, o que é motivo de preocupações”, por evidenciar ainda que se trata de um tema com pouca literatura produzida pelos(as) estudiosos(as) do Serviço Social e de uma temática que encontra dificuldades para ter sua relevância reconhecida no âmbito da intervenção profissional, cada vez mais marcada por um expressivo retorno ao pragmatismo e seu arsenal conservador.

Pesquisas sobre trabalho profissional e materialização dos princípios ético-políticos do serviço social, particularizadas em realidades locais, têm apresentado indicativos similares, como bem ilustra a pesquisa coordenada pela professora Sâmia Rodrigues Ramos, ao revelar que a maioria das(os) assistentes sociais afirma que materializa cotidianamente quase todos os princípios do Código de Ética na sua atuação profissional, com referência expressiva (70% a 80%) a princípios como o exercício da profissão sem discriminar ou ser discriminado, com eliminação do preconceito, defesa dos direitos humanos e ampliação da cidadania.

No entanto, os(as) assistentes sociais pesquisados parecem apontar dificuldades no reconhecimento do princípio da “articulação com os movimentos e outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores” em seus espaços profissionais de trabalho, na proporção de que apenas 33,3% de profissionais mencionam conseguir estabelecer alguma articulação entre este princípio e sua atuação como assistente social (RAMOS; VASCONCELOS; LEITE, 2010).

Nesse sentido, importa ressaltar que a história de ruptura da profissão nos fornece condições para o enfrentamento ao conservadorismo, conforme Barroco (2012), desde que a categoria se encontre municiada de uma organização política fortalecida – o que implica

renovação de quadros – e tendo movimentos, partidos e organizações da classe trabalhadora como base social de sustentação, inclusive considerando que esta seja uma luta que extrapole o âmbito profissional. O avanço do projeto ético-político do Serviço Social está vinculado ao avanço dessas forças sociais mais amplas, protagonizadas pelas classes trabalhadoras, sujeitos da nossa intervenção profissional. Porém, com o agravante que não pode ser ignorado de que, no Brasil, a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza, em uma vida cotidiana cada vez mais militarizada, atua como mecanismo bastante recorrente de legitimação do neoconservadorismo.

Em razão disso, uma dimensão convergente emerge dos textos constitutivos desta coletânea: a certeza de que o tempo presente exige, mais do que nunca, fortalecimento dos movimentos classistas e anticapitalistas e a defesa da articulação dos(as) assistentes sociais com os movimentos sociais como uma requisição profissional central para avançarmos na direção do projeto ético-político, porque é justamente face a face com o estreitamento das desigualdades sociais que a profissão precisa ser provocada a (re)elaborar a sua atuação para além dos limites institucionais. Ainda mais em um cenário que repõe, na ordem do dia, a necessária articulação com os movimentos sociais e a sua inserção no âmbito da formação profissional como estratégica à manutenção e ao aprofundamento da atual direção social do serviço social brasileiro.

A ORGANIZADORA
Sousa-PB, 07 de outubro de 2020.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia S. Desafios do projeto ético-político. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Semi-**

nário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada. Brasília: CFESS, 2012.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.).

Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Kátia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo.

In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RAMOS, Sâmia Rodrigues; VASCONCELOS, Iana; LEITE, Simone Souza. Condições de trabalho e materialização do projeto profissional: uma aproximação da realidade dos(as) assistentes sociais que atuam na Assistência e Saúde. *In*: QUEIROZ, Fernanda Marques de; RUSSO, Gláucia Helena Araújo; RAMOS, Sâmia Rodrigues (orgs.). **Serviço Social na contra corrente**: lutas, direitos e políticas sociais. Mossoró, RN: Edições UERN, 2010.

FORMATO *15x21 cm*

TIPOLOGIA *Adobe Garmond Pro*

Nº DE PÁG. *299*

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- EDUF CG



Em meio à aridez e às asperezas do tempo histórico em que vivemos, diversas vozes e ações de luta e resistência insistem em germinar, contrapondo-se a todas as formas de opressão e exploração disseminadas pelo sistema de metabolismos do capital. O livro *Serviço social e movimentos sociais: debates contemporâneos*, organizado pela Prof^a Clariça Ribeiro, registra – especialmente a partir das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas na UFCG – algumas dessas vozes e lutas, fornecendo-nos um importante acervo teórico para aprofundar o nosso entendimento da realidade e motivando-nos à construção de esforços políticos para transformá-la.

Nos capítulos que dão forma ao livro, as autoras desvelam a situação de sujeitos historicamente vitimados pelas forças dominantes da sociedade brasileira, como as mulheres, o segmento LGBTQI+ e a juventude. Em cada um desses capítulos (e na totalidade do livro), é possível atestar como a formação e o exercício profissional do/a assistente social podem ser enriquecidos a partir do diálogo e da atuação junto aos movimentos e às lutas sociais das classes subalternas, na direção do projeto ético-político profissional.

Por isso, esta coletânea é publicizada em um momento muito oportuno, oferecendo uma importante contribuição às atividades de ensino, pesquisa e extensão circunscritas ao campo temático dos movimentos sociais. Espero que os/as leitores/as possam extrair dela o que há de melhor, reavivando suas utopias e batalhas por uma sociedade emancipada.

Hiago Trindade

Professor da UFCG

Líder do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS)